ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIII Nº 157
Brasília - DF, terça-feira, 16 de agosto de 2016

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 5
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 5
Ministério da Cultura 8
Ministério da Defesa 8
Ministério da Educação 9
Ministério da Fazenda 10
Ministério da Justiça e Cidadania 17
Ministério da Saúde 21
Ministério das Cidades 58
Ministério das Relações Exteriores 58
Ministério de Minas e Energia 59
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 64
Ministério do Esporte 64
Ministério do Meio Ambiente 64
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 65
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 65
Ministério Público da União 66
Tribunal de Contas da União 66
Poder Legislativo 82
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 82

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES

Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

ACÓRDÃOS

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 339 (1)
ORIGEM : ADPF - 339 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PIAUÍ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSORES PUBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : WILDSON DE ALMEIDA OLIVEIRA SOUSA (05845/PI) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Após o relatório e a sustentação oral, pela requerente, do Dr. Valter Bruno de Oliveira Gonzaga, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 07.10.2015.

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), que julgava procedente a arguição, nos termos de seu voto, pediu vista dos autos o Ministro Edson Fachin. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Dias Toffoli, este participando, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, do evento *Democracy Rebooted: the Future of Technology in Elections*, promovido pela *Atlantic Council*, nos Estados Unidos. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 08.10.2015.

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente o pedido formulado na ação para, diante da lesão aos arts. 134, § 2º, e 168 da CRFB/88, determinar ao Governador do Estado do Piauí que proceda ao repasse, sob a forma de duodécimos e até o dia 20 de cada mês, da integralidade dos recursos orçamentários destinados à Defensoria Pública do Estado pela Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2015 (Lei estadual nº 6.610, de 29 de dezembro de 2014), inclusive quanto às parcelas já vencidas, assim também em relação a eventuais créditos adicionais destinados à instituição, vencido o Ministro Marco Aurélio, que julgava improcedente o pedido. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 18.05.2016.

Ementa: ARGUIÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. ATO DO GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ CONSISTENTE NO NÃO REPASSE DE DUODÉCIMOS ORÇAMENTÁRIOS À DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL. AÇÃO PROPOSTA PELA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP. ART. 103, IX, DA CRFB/88. LEGITIMIDADE ATIVA. PERTINÊNCIA TEMÁTICA CARACTERIZADA. PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE ATENDIDO. PRECEDENTES. CABIMENTO DA AÇÃO. DEFENSORIA PÚBLICA. AUTONOMIA FUNCIONAL, ADMINISTRATIVA E ORÇAMENTÁRIA. ART. 134, § 2º, DA CRFB/88. REPASSES ORÇAMENTÁRIOS QUE DEVEM SE DAR PELO CHEFE DO PODER EXECUTIVO SOB A FORMA DE DUODÉCIMOS E ATÉ O DIA VINTE DE CADA MÊS. ART. 168 DA CRFB/88. IMPOSSIBILIDADE DE RETENÇÃO, PELO GOVERNADOR DE ESTADO, DE PARCELAS DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS À DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL, ASSIM TAMBÉM AO PODER JUDICIÁRIO, AO PODER LEGISLATIVO E AO MINISTÉRIO PÚBLICO. DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUDAMENTAL CARACTERIZADO. ARGUIÇÃO JULGADA PROCEDENTE PARA A FIXAÇÃO DE TESE.

1. Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, bem como a prerrogativa de formulação de sua própria proposta orçamentária (art. 134, § 2º, da CRFB/88), por força da Constituição da República, após a Emenda Constitucional nº 45/2004.

2. O repasse dos recursos correspondentes destinados à Defensoria Pública, ao Poder Judiciário, ao Poder Legislativo e ao Ministério Público sob a forma de duodécimos e até o dia 20 de cada mês (art. 168 da CRFB/88) é imposição constitucional; atuando o Executivo apenas como órgão arrecadador dos recursos orçamentários, os quais, todavia, a ele não pertencem.

3. O repasse dos duodécimos das verbas orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública quando retidos pelo Governado do Estado constitui prática indevida em flagrante violação aos preceitos fundamentais esculpidos na CRFB/88. Precedentes: AO 1.935, rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 26/9/2014; ADPF 307-MC-Ref, rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe de 27/3/2014; MS 23.267, rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJ de 16/5/2003; ADI 732-MC, rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ de 21/8/1992; MS 21.450, rel. Min, Octavio Gallotti, Tribunal Pleno, Dj de 5/6/1992; ADI 37-MC, rel. Min. Francisco Rezek, Tribunal Pleno, DJ de 23/6/1989.

4. O princípio da subsidiariedade, ínsito ao cabimento da ADPF, resta atendido diante da inexistência, para a Associação autora, de outro instrumento processual igualmente eficaz ao atendimento célere da tutela constitucional pretendida. Precedentes: ADPF 307-MC-Ref, rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe de 27/3/2014; ADPF 187, rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ de 29/5/2014.

5. A Associação Nacional de Defensores Públicos é parte legítima a provocar a fiscalização abstrata de constitucionalidade (art. 103, IX, da CRFB/88). Precedentes: ADPF 307-MC-Ref, rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 27/3/2014; ADI 4.270, rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe de 28/9/2012; ADI 2.903, rel. min. Celso de Mello, DJe 19/09/2008.

6. Arguição por descumprimento de preceito fundamental julgada procedente, para fixar a seguinte tese: "*É dever constitucional do Poder Executivo o repasse, sob a forma de duodécimos e até o dia 20 de cada mês (art. 168 da CRFB/88), da integralidade dos recursos orçamentários destinados a outros Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos, como o Ministério Público e a Defensoria Pública, conforme previsão da respectiva Lei Orçamentária Anual.*"

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 388 (2)
ORIGEM : ADPF - 388 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
ADV.(A/S) : RENATO CAMPOS GALUPPO (90819/MG)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉIO PÚBLICO - CONAMP
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPUBLICA - ANPR
ADV.(A/S) : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (12500/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: O Tribunal deliberou iniciar a votação após a leitura integral do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio, que se manifestou no sentido de que as preliminares fossem julgadas antes do mérito. O Tribunal, por maioria, conheceu da arguição, vencidos o Ministro Marco Aurélio e, em menor extensão, o Ministro Edson Fachin. Por unanimidade, o Tribunal resolveu apreciar diretamente o mérito da ação, superando o pedido de medida liminar, ausente, justificadamente, na ocasião, o Ministro Marco Aurélio, que havia, em voto antecipado, indeferido a cautelar por questão instrumental. No mérito, o Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente em parte a ação para estabelecer a interpretação de que membros do Ministério Público não podem ocupar cargos públicos, fora do âmbito da Instituição, salvo cargo de professor e funções de magistério, declarando a inconstitucionalidade da Resolução nº 72/2011, do CNMP, e determinar a exoneração dos ocupantes de cargos em desconformidade com a interpretação fixada, no prazo de até vinte dias após a publicação da ata deste julgamento, ausente, na apreciação do mérito, o Ministro Marco Aurélio. Falaram, pelo requerente Partido Popular Socialista, o Dr. Renato Campos Galuppo; pela Advocacia Geral da União, o Ministro José Eduardo Cardozo, Advogado-Geral da União; pelos *amici curiae* Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP e pela Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR, o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 09.03.2016.

Constitucional. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Membros do Ministério Público. Vedação: art. 128, § 5º, II, "d". **2.** ADPF: Parâmetro de controle. Inegável qualidade de preceitos fundamentais da ordem constitucional dos direitos e garantias

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

fundamentais (art. 5º, dentre outros), dos princípios protegidos por cláusula pétrea (art. 60, § 4º, da CF) e dos "princípios sensíveis" (art. 34, VII). A lesão a preceito fundamental configurar-se-á, também, com ofensa a disposições que confiram densidade normativa ou significado específico a um desses princípios. Caso concreto: alegação de violação a uma regra constitucional - vedação a promotores e procuradores da República do exercício de "*qualquer outra função pública, salvo uma de magistério*" (art. 128, § 5º, II, "d") -, reputada amparada nos preceitos fundamentais da independência dos poderes - art. 2º, art. 60, § 4º, III - e da independência funcional do Ministério Público - art. 127, § 1º. Configuração de potencial lesão a preceito fundamental. Ação admissível. **3.** Subsidiariedade - art. 4º, § 1º, da Lei 9.882/99. Meio eficaz de sanar a lesão é aquele apto a solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata. No juízo de subsidiariedade há de se ter em vista, especialmente, os demais processos objetivos já consolidados no sistema constitucional. Relevância do interesse público como critério para justificar a admissão da arguição de descumprimento. Caso concreto: Institucionalização de prática aparentemente contrária à Constituição. Arguição contra a norma e a prática com base nela institucionalizada, além de atos concretos já praticados. Controle objetivo e subjetivo em uma mesma ação. Cabimento da ADPF. Precedentes. **4.** Resolução 5/2006, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, que disciplina o exercício de "*cargos públicos por membros do Ministério Público Nacional*". Derrogação de disposições que reiteravam a proibição de exercício de "*qualquer outra função pública, salvo uma de magistério*" (art. 2º), vedavam o afastamento para exercício de "*de outra função pública, senão o exercício da própria função institucional*" (art. 3º), e afirmavam a inconstitucionalidade de disposições em contrário em leis orgânicas locais (arts. 4º), pela Resolução 72/2011. Ato fundado em suposta "*grande controvérsia*" doutrinária sobre a questão, a qual colocaria "*em dúvida a conveniência da regulamentação da matéria pelo*" CNMP. Norma derrogadora que inaugurou processo que culminou na institucionalização da autorização para o exercício de funções no Poder Executivo por membros do MP. Flagrante contrariedade à Constituição Federal. Vedação a promotores de Justiça e procuradores da República do exercício de "*qualquer outra função pública, salvo uma de magistério*" (art. 128, § 5º, II, "d"). Regra com uma única exceção, expressamente enunciada - "*salvo uma de magistério*". Os ocupantes de cargos na Administração Pública Federal, estadual, municipal e distrital, aí incluídos os ministros de estado e os secretários, exercem funções públicas. Os titulares de cargos públicos exercem funções públicas. Doutrina: "Todo cargo tem função". Como não há cargo sem função, promotores de Justiça e procuradores da República não podem exercer cargos na Administração Pública, fora da Instituição. **5.** Art. 129, IX, da CF - compete ao MP "*exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas*". Disposição relativa às funções da instituição Ministério Público, não de seus membros. **6.** Licença para exercício de cargo. A vedação ao exercício de outra função pública vige "*ainda que em disponibilidade*". Ou seja, enquanto não rompido o vínculo com a Instituição, a vedação persiste. **7.** Comparação com as vedações aplicáveis a juízes. Ao menos do ponto de vista das funções públicas, a extensão das vedações é idêntica. **8.** Cargo *versus* função pública. O que é central ao regime de vedações dos membros do MP é o impedimento ao exercício de *cargos* fora do âmbito da Instituição, não de *funções*. **9.** Entendimento do CNMP afrontoso à Constituição Federal e à jurisprudência do STF. O Conselho não agiu em conformidade com sua missão de interpretar a Constituição e, por meio de seus próprios atos normativos, atribuir-lhes densidade. Pelo contrário, se propôs a mudar a Constituição, com base em seus próprios atos. **10.** Art. 128, § 5º, II, "d". Vedação que não constitui uma regra isolada no ordenamento jurídico. Concretização da independência funcional do Ministério Público - art. 127, § 1º. A independência do *Parquet* é uma decorrência da independência dos poderes - art. 2º, art. 60, § 4º, **11.** Ação julgada procedente em parte, para estabelecer a interpretação de que membros do Ministério Público não podem ocupar cargos públicos, fora do âmbito da Instituição, salvo cargo de professor e funções de magistério, e declarar a inconstitucionalidade da Resolução 72/2011, do CNMP. Outrossim, determinada a exoneração dos ocupantes de cargos em desconformidade com a interpretação fixada, no prazo de até vinte dias após a publicação da ata deste julgamento.

Secretaria Judiciária
DENNYS ALBUQUERQUE RODRIGUES
Secretário

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Vice-Presidente da República no Exercício do Cargo de Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.835, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Altera o Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, que regulamenta o art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a cessão de servidores de órgãos e entidades da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. .....
.....

§ 5º É assegurado o reembolso à empresa pública ou sociedade de economia mista que não receba recursos do Tesouro Nacional para o custeio total ou parcial da respectiva folha de pagamento de pessoal, pelas despesas relativas a empregado em exercício temporário determinado na forma do § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de agosto de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles
Dyogo Henrique de Oliveira

DECRETO Nº 8.836, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Altera o Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Turismo, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam remanejados, na forma do Anexo I, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, em cumprimento ao Decreto nº 8.785, de 10 de junho de 2016:

I - do Ministério do Turismo para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

a) um DAS 102.5;

b) um DAS 102.3;

c) três DAS 102.2; e

d) um DAS 101.2.

II - da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o Ministério do Turismo: um DAS 101.5.

Art. 2º Ficam remanejadas, na forma do Anexo II, em cumprimento à Medida Provisória nº 731, de 10 de junho de 2016, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o Ministério do Turismo, as seguintes Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE:

I - treze FCPE 101.4;

II - uma FCPE 102.4;

III - treze FCPE 101.3;

IV - quatro FCPE 101.2;

V - nove FCPE 102.2; e

VI - cinco FCPE 102.1.

Parágrafo único. Ficam extintos quarenta e cinco cargos em comissão do Grupo-DAS, conforme demonstrado no Anexo II.

Art. 3º O Anexo II ao Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015, passa a vigorar na forma do Anexo III a este Decreto.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão que deixam de existir por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados.

Art. 5º Os apostilamentos decorrentes das alterações promovidas na Estrutura Regimental do Ministério do Turismo deverão ocorrer na data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O Ministro de Estado do Turismo fará publicar, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se refere o Anexo III, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 6º O Ministro de Estado do Turismo deverá editar regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental do órgão, suas competências e as atribuições dos seus dirigentes, no prazo de sessenta dias, contado da entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O regimento interno conterá o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Turismo.

Art. 7º O Ministro de Estado do Turismo poderá, mediante alteração do regimento interno, permutar cargos em comissão do Grupo-DAS com FCPE, desde que não sejam alteradas as unidades da estrutura organizacional básica especificadas no Anexo II-a ao Decreto nº 8.627, de 2015, e sejam mantidos as categorias, os níveis e os quantitativos previstos no Anexo II-b ao Decreto nº 8.627, de 2015, conforme o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

Art. 8º O Anexo I ao Decreto n° 8.627, de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

I - .....
.....

c) Assessoria Especial de Relações Internacionais;

d) Consultoria Jurídica; e

e) Assessoria Especial de Controle Interno;
....." (NR)

"Art. 9°-A. À Assessoria Especial de Controle Interno compete:

I - assessorar diretamente o Ministro de Estado nas áreas de controle, de risco, de transparência e de integridade da gestão;

II - assistir o Ministro de Estado no pronunciamento previsto no art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

IMPRENSA NACIONAL
PROIBIDA POR TERCEIROS

III - prestar orientação técnica ao Secretário-Executivo, aos gestores do Ministério e aos representantes indicados pelo Ministro de Estado em conselhos e comitês, nas áreas de controle, de risco, de transparência e de integridade da gestão;

IV - prestar orientação técnica e acompanhar os trabalhos das unidades do Ministério que visam a subsidiar a elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República e o relatório de gestão;

V - prestar orientação técnica na elaboração e na revisão de normas internas e de manuais, com vistas à melhoria dos controles internos da gestão e da governança;

VI - interagir com a unidade de auditoria interna da entidade vinculada ao Ministério, com vistas a subsidiar a supervisão ministerial, inclusive quanto ao planejamento e aos resultados dos trabalhos;

VII - auxiliar na interlocução, sobre assuntos relacionados com ética, ouvidoria e correição, das unidades responsáveis no Ministério com os órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

VIII - acompanhar processos de interesse do Ministério junto aos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

IX - acompanhar a implementação das recomendações do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e das deliberações do Tribunal de Contas da União relacionadas ao Ministério e à sua entidade vinculada, além do atendimento a outras demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado; e

X - apoiar as ações de capacitação nas áreas de controle, de risco, de transparência e de integridade da gestão." (NR)

Art. 9º Este Decreto entre em vigor vinte e oito dias após a data de sua publicação.

Brasília, 15 de agosto de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira
Alberto Alves

ANEXO I

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO POR FORÇA DO DECRETO Nº 8.785, DE 10 DE JUNHO DE 2016, E SALDO DE DAS-UNITÁRIO A SER REDUZIDO DO MINISTÉRIO DO TURISMO E DE SUA ENTIDADE VINCULADA

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DO MTUR PARA A SEGES/MP (a)		DA SEGES/MP PARA O MTUR (b)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.5	5,04	-	-	1	5,04
DAS 101.2	1,27	1	1,27	-	-
DAS 102.5	5,04	1	5,04	-	-
DAS 102.3	2,10	1	2,10	-	-
DAS 102.2	1,27	3	3,81	-	-
SUBTOTAL		**6**	**12,22**	**1**	**5,04**
SALDO DO REMANEJAMENTO (a-b=c)				**5**	**7,18**
VALOR TOTAL DE DAS-UNITÁRIO A SER REMANEJADO DO MINISTÉRIO DO TURISMO E DE SUA ENTIDADE VINCULADA, CONFORME DECRETO Nº 8.785, DE 2016 (d)					**10,38**
SALDO DE DAS-UNITÁRIO A SER REMANEJADO NO ÂMBITO DA ENTIDADE VINCULADA AO MINISTÉRIO DO TURISMO (d-c)					**3,20**

ANEXO II

REMANEJAMENTO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS E DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS EXTINTOS DO MINISTÉRIO DO TURISMO EM CUMPRIMENTO À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 731, DE 10 DE JUNHO DE 2016

a) FUNÇÕES COMISSIONADAS REMANEJADAS

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGES PARA O MTUR	
		QTD.	VALOR TOTAL DAS-UNITÁRIO
FCPE 101.4	2,30	13	29,90
FCPE 101.3	1,26	13	16,38
FCPE 101.2	0,76	4	3,04
FCPE 102.4	2,30	1	2,30
FCPE 102.2	0,76	9	6,84
FCPE 102.1	0,60	5	3,00
SALDO DO REMANEJAMENTO		**45**	**61,46**

b) DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS EXTINTOS DO MINISTÉRIO DO TURISMO EM CUMPRIMENTO À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 731, DE 10 DE JUNHO DE 2016

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
DAS-4	3,84	14	53,76
DAS-3	2,10	13	27,30
DAS-2	1,27	13	16,51
DAS-1	1,00	5	5,00
TOTAL		**45**	**102,57**

ANEXO III

(Anexo II ao Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015)

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DO TURISMO

UNIDADE	CARGO / FUNÇÃO / Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/FG/FCPE
	3	Assessor Especial	DAS 102.5
GABINETE	1	Chefe	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Assessoria Técnica e Administrativa	1	Chefe	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Cerimonial	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Ouvidoria	1	Ouvidor	DAS 101.4
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Assessoria Parlamentar	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor	FCPE 102.4
Corregedoria	1	Corregedor	FCPE 101.4
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	2	Assistente	FCPE 102.2
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Convênios	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas de Turismo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
DIRETORIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E PESQUISAS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assistente	FCPE 102.2

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Informações Gerenciais	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
ASSESSORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1	Chefe	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Parcerias Bilaterais e Multilaterais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	DAS 101.5
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Assuntos Técnicos e Judiciais	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos e Convênios	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	1	Chefe	DAS 101.5
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
SECRETARIA NACIONAL DE ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assessor	DAS 102.4
Coordenação-Geral de Legislação para Estruturação do Turismo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	3		FG-1
	2		FG-2
	1		FG-3
DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TURISMO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Planejamento Territorial do Turismo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Atração de Investimentos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Apoio ao Crédito e ao Fungetur	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Infraestrutura Turística	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Acompanhamento e Supervisão de Obras de Infraestrutura Turística	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1

SECRETARIA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TURISMO	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assessor	DAS 102.4
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
	2	Assistente	DAS 102.2
	2		FG-1
	3		FG-2
	1		FG-3
DEPARTAMENTO DE FORMALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NO TURISMO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização de Prestadores de Serviços Turísticos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Qualificação Turística	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Turismo Responsável	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
DEPARTAMENTO DE **MARKETING** E APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DO TURISMO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Produtos Turísticos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Promoção e Incentivo a Viagens	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Eventos Turísticos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DO TURISMO

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	1	6,41	1	6,41
DAS 101.6	6,27	2	12,54	2	12,54
DAS 101.5	5,04	10	50,40	11	55,44
DAS 101.4	3,84	33	126,72	20	76,80
DAS 101.3	2,10	29	60,90	16	33,60
DAS 101.2	1,27	13	16,51	8	10,16
DAS 102.5	5,04	4	20,16	3	15,12
DAS 102.4	3,84	6	23,04	5	19,20
DAS 102.3	2,10	3	6,30	2	4,20
DAS 102.2	1,27	22	27,94	10	12,70
DAS 102.1	1,00	17	17,00	12	12,00
SUBTOTAL 1		**140**	**367,92**	**90**	**258,17**
FCPE 101.4	2,30	-	-	13	29,90
FCPE 101.3	1,26	-	-	13	16,38
FCPE 101.2	0,76	-	-	4	3,04
FCPE 102.4	2,30	-	-	1	2,30
FCPE 102.2	0,76	-	-	9	6,84
FCPE 102.1	0,60	-	-	5	3,00
SUBTOTAL 2				**45**	**61,46**
FG-1	0,20	5	1,00	5	1,00
FG-2	0,15	5	0,75	5	0,75
FG-3	0,12	2	0,24	2	0,24
SUBTOTAL 3		**12**	**1,99**	**12**	**1,99**
TOTAL		**152**	**369,91**	**147**	**321,62**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECRETO DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Prorroga o emprego das Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem na área metropolitana do Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e XIII, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o emprego das Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem na área metropolitana do Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, até 23 de agosto de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de agosto de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
Sergio Westphalen Etchegoyen

Presidência da República

DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 448, de 15 de agosto de 2016. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 418.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 321/AGU, de 10 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 13 de junho de 2016, Seção 1, págs. 2 e 3, **onde se lê:** "Responder 100% das demandas feitas à Ouvidoria da AGU, no exercício de 2015.", **leia-se:** "Responder 100% das demandas feitas à Ouvidoria da AGU, no exercício de 2016."

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 72, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 17 e 53 do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.037650/2016-56, resolve:

Art. 1º Cancelar a suspensão do credenciamento do SFDK - Laboratório de Análises de Produtos Ltda, CNPJ nº 55.953.079/0001-67, localizado na Avenida Aratãs, nº 754, Bairro Moema CEP: 04.081-004, São Paulo/SP.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 103, de 15 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 240, de 16 de dezembro de 2015, Seção 1, pág.: 9.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 79, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 17 e 53 do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.038099/2016-68, resolve:

Art. 1º Credenciar o Laboratório Cetal nome empresarial Cetal S/C Ltda. CNPJ nº 05.253.717/0001-69, localizado na Rua Tenente Onofre Rodrigues de Aguiar, nº 740, Bairro Vila Industrial, CEP: 08.770-041, Mogi das Cruzes/SP, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 753, DE 24 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 9 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 junho de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 53, de 23 de outubro de 2013, na Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, no Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004, alterado pelo Decreto nº 8.059, de 26 de julho de 2013, e o que consta do Processo 21012.001734/2015-31, resolve:

Art. 1º Credenciar a Empresa UDI PESQUISA & DESENVOLVIMENTO LTDA, CNPJ Nº 07.667.513/0003-61, sediada à Rod. BR 242, Km 899 s/nº, Zona Rural, Luís Eduardo Magalhães/BA, para realizar ensaios de eficiência e viabilidade agronômica visando o registro de produtos novos de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes;

Art. 2° O credenciamento de que trata esta portaria terá validade de cinco anos, conforme art. 30 da Instrução Normativa MAPA n° 53 de 23/10/2013, alterada pela Instrução Normativa nº 06 de10/03/2016;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

JOÃO CLÁUDIO VEIGA BACELAR BATISTA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIAS DE 9 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

N° 256 - Habilitar o médico veterinário, Luiz Carlos Bordin, inscrito no CRMV/SC sob n°1839, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município(s) constante(s) dos autos do processo SEI N°21050.003927/2016-51 e no registro de habilitação n°58622 do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense- SIGEN +, no Estado de Santa Catarina.

N° 257 - Habilitar o médico veterinário Neldo Milton Seckling, inscrito no CRMV/SC sob n°0411, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município(s) constante(s) dos autos do processo SEI 21050.003936/2016-42 e no registro de habilitação n°36606 do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense- SIGEN +, no Estado de Santa Catarina.

N° 258 - Habilitar o médico veterinário Rafael Kummer inscrito no CRMV/SC sob n°4349, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município(s) constante(s) dos autos do processo SEI 21050.003951/2016-91 e no registro de habilitação n°53744 do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense- SIGEN +, no Estado de Santa Catarina.

N° 259 - Habilitar o médico veterinário Jonathan de Bitencourt Goudinho inscrito no CRMV/SC sob n° 7197para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município(s) constante(s) dos autos do processo SEI°21050.003953/2016-80 e no registro de habilitação n°53750 do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense- SIGEN +, no Estado de Santa Catarina.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO LUIZ FREIBERGER

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

DESPACHOS DO GERENTE

O Gerente Regional da Anatel nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do sul e Tocantins, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos nº 53548. 002374/2013-71, 53542.000924/2013-78, 53548.001933/2013-26, 53548.001834/2015-14, 53542.002054/2011-18 e 53563.000344/2015-02. A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos).

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 2.536, DE 22 DE JULHO DE 2016

Processo nº 53500.014342/2016-16. Expede autorização à DIOGENIS SANTANA LOBO - ME, CNPJ nº 09000026000104, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 4 DE AGOSTO DE 2016

Nº 2. 872 Processo nº 53500.018215/2016-88. Expede autorização à DENISSON C. DE VASCONCELOS - ME, CNPJ nº 08375171000107, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional

Nº 2. 875 Processo nº 53500.017301/2016-73. Expede autorização à D DOS SANTOS SILVA - ME, CNPJ nº 21609488000129, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2. 879 Processo nº 53500.016433/2016-88. Expede autorização à SEM LIMITES NET TELECOM LTDA - ME, CNPJ nº 08471040000123, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2. 881 Processo nº 53500.017057/2016-49. Expede autorização à ANA PAULA SANTOS DE AMORIM - ME, CNPJ nº 14.808.465/0001-88, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional

Nº 2. 899 Processo nº 53500.017554/2016-47. Expede autorização à BICONECTA COMUNICACOES MULTIMIDIA EIRELI - ME, CNPJ nº 19.477.870/0001-84, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2. 900 Processo nº 53500.011741/2016-17. Expede autorização à ANTONIO CARLOS CARDOSO JUNIOR - ME, CNPJ nº 01210177000185, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2. 901 Processo nº 53500.015694/2016-81. Expede autorização à ELNET SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA - ME, CNPJ nº 14218273000111, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2. 902 Processo nº 53500.018072/2016-12. Expede autorização à PEGASUS INTERNETWORKING TELECOM LTDA - EPP, CNPJ nº 24257267000127, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

EXEMPLAR ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 2. 903 Processo nº 53500.016983/2016-05. Expede autorização à ODECIO L. OLIVEIRA - MULTIMIDIA - ME, CNPJ nº 14.554.749/0001-95, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2. 904 Processo nº 53500.017133/2016-16. Expede autorização à HAMTECH SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA - ME, CNPJ nº 24230593000140, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2. 905 Processo nº 53500.017790/2016-63. Expede autorização à CEDNET SERVICOS DE INTERNET LTDA, CNPJ nº 21.159.857/0001-29, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 2.958, DE 8 DE AGOSTO DE 2016

Processo nº 53500.018335/2016-85. Expede autorização à NETPOWER SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ nº 18587597000188, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 3.098, DE 13 DE AGOSTO DE 2016

Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 13/08/2016 a 25/09/2016.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS, DE 14 DE AGOSTO DE 2016

Nº 3.099 - Autorizar a (o) Embaixada do Japão a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 21/08/2016 a 21/08/2016.

Nº 3.100 - Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 15/08/2016 a 25/09/2016.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 2.465, DE 11 DE JULHO DE 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021812/2011-16, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO LIBERAL LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CASTANHAL/PA, o canal 49 (quarenta e nove), correspondente à faixa de frequência de 680 a 686 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 2.839, DE 6 DE JULHO DE 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53900.036577/2016-48, resolve:

Art. 1º Consignar à TVCI-TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Belo Horizonte/MG, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério das Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 4 de julho de 2016

Nº 502 - SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XXIII, da Portaria n° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 7145/2016/SEI-MC, constante do processo 53900.002612/2015-44, de sorte a indeferir o requerimento de execução de serviço especial para fins científicos e experimentais no município de Rio de Janeiro-RJ, formulado pela Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Gonçalo-RJ, nos termos da legislação vigente.

Nº 680 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 9187/2016/SEI-MC, constante do processo 53000.013615/2009-17, de sorte a indeferir o pedido de mudança do sistema irradiante para coordenadas fora da localidade de outorga interposto pela EDCOMUNICAÇÕES LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Branca, estado de São Paulo.

Nº 755 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 10462/2016/SEI-MC, constante do processo 53500.003489/2014-19, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para conhecer e prover o recurso administrativo interposto pela RÁDIO PETRÓPOLIS FM LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, contra decisão de indeferimento de seu requerimento de aumento de potência, nos termos da legislação vigente.

Em 6 de julho de 2016

Nº 607 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 3817/2016/SEI-MC, constante do processo 53000.022168/2013-11, de sorte a indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pelaCENTRAL DE EVENTOS, PROMOÇÕES E MARKETING LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência Modulada, no município de Capão do Leão, estado do Rio Grande do Sul.

Nº 735 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 10210/2016/SEI-MC, constante do processo 53500.004912/2015-71, de sorte a indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela A L COMUNICAÇÃO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Amélia Rodrigues, Estado da Bahia.

Nº 741 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 10288/2016/SEI-MC, constante do processo 53500.000137/2015-84, de sorte a indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela RÁDIO BEL LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ouro Branco, estado de Minas Gerais.

Nº 757 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 10501/2016/SEI-MC, constante do processo 53900.028041/2016-59, de sorte a indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela RÁDIO CHARQUEADENSE FM LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Charqueada, estado de São Paulo.

Nº 903 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n.° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 12451/2016/SEI-MCTIC, constante do processo 53500.009468/2015-80, de sorte a indeferir o requerimento de mudança de canal, aumento de potência e de mudança do sistema irradiante para coordenadas fora da localidade de outorga interposto pela SOCIEDADE RÁDIO SANTA FELICIDADE LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Domingos do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

Nº 1.101 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n.° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 14793/2016/SEI-MCTIC, constante do processo 53000.001982/2008-89, de sorte a indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela RÁDIO SERRANA DE BENTO GONÇALVES LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul.

Nº 1.138 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n.° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 14960/2016/SEI-MCTIC, constante do processo 53000.001058/2010-17, de sorte a indeferir o requerimento de mudança de canal e de aumento de potência interposto pela RÁDIO E TV ARAUCÁRIA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barão de Cocais, estado de Minas Gerais.

Nº 1.146 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n.° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 15063/2016/SEI-MCTIC, constante do processo 53900.062811/2015-10, de sorte a indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pelo CANAL BRASILEIRO DA INFORMAÇÃO CBI LTDA, autorizatário do serviço de retransmissão de televisão, no município de Cajuru, estado de São Paulo.

Nº 1.148 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n.° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 15155/2016/SEI-MCTIC, constante do processo 53500.019742/2014-42, de sorte a indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela RÁDIO ARAGUAIA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Goiânia, estado de Goiás.

Nº 1.460 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n.° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 19576/2016/SEI-MCTIC, constante do processo 53500.000142/2015-97, de sorte a indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela RÁDIO ATIVA FM LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Gaspar, estado de Santa Catarina

Nº 1.170 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n.° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 15295/2016/SEI-MCTIC, constante do processo 53000.052281/2008-16, de sorte a indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela VIP RÁDIO E TELEVISÃO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itanhaém, estado de São Paulo.

Nº 1.187 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n.° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 15612/2016/SEI-MCTIC, constante do processo 53000.009878/2008-32, de sorte a indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela RÁDIO CLUBE FM ARENÁPOLIS LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arenápolis, estado do Mato Grosso.

Em 11 de julho de 2016

Nº 331 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 4826/2016/SEI-MC, constante do processo 53500.026271/2013-43, de sorte a indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela SOCIEDADE RÁDIO SOL DA AMÉRICA LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Vista Alegre, estado do Rio Grande do Sul, nos termos da legislação vigente.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 1º de julho de 2016

Nº 573 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e o que consta do Processo n.º 53000.046794/2013-47, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 7939/2016/SEI-MC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pela TELEVISÃO PARAÍBA LTDA, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, no município de Catolé do Rocha, estado da Paraíba, mediante utilização do canal digital n.º 20 (vinte).

Nº 805 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso III, da Portaria n° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 11025/2016/SEI-MC, constante do processo 53900.026262/2016-92, de sorte a indeferir o requerimento de enquadramento interposto pela SISTEMA LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Forquilha, estado do Ceará.

Em 4 de agosto de 2016

Nº 1.413 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria n.º 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.034781/2016-24, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Ji-Paraná - RO, utilizando o canal nº 210 (duzentos e dez), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 13892/2016/SEI-MCTIC.

Em 5 de agosto de 2016

Nº 1.450 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria n.º 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.038029/2014-91, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO MAMPITUBA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Cachoeira do Sul-RS, utilizando o canal n.º 291 (duzentos e noventa e um), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 16063/2016/SEI-MCTIC.

Em 9 de agosto de 2016

Nº 1.518 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.042728/2007-50, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da EMPRESA DE TELEVISÃO JOÃO PESSOA LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de REMÍGIO, estado da Paraíba, utilizando o canal 9 (nove), em conformidade com a Nota Técnica nº 16953/2016/SEI-MCTIC.

Nº 1.561 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.010130/2016-49, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de PRADO, estado da Bahia, utilizando o canal digital 40 (quarenta), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 16246/2016/SEI-MCTIC.

Nº 1.564 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.081622/2006-91, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da EMPRESA DE TELEVISÃO JOÃO PESSOA LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de PITIMBU, estado da Paraíba, utilizando o canal 9 (nove), em conformidade com a Nota Técnica nº 18047/2016/SEI-MCTIC.

Nº 1.566 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.017861/2004-25, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da TV ALIANÇA PAULISTA S.A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de JARINU, estado de São Paulo, utilizando o canal 54 (cinquenta e quatro), em conformidade com a Nota Técnica nº 16114/2016/SEI-MCTIC.

AUGUSTO CESAR DA COSTA BARROS

IMPRENSA NACIONAL



Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA Nº 51-E, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do artigo 13, do anexo I do Decreto nº 8.283, de 03 de julho de 2014, bem como o disposto no inciso III, do Artigo 17 do Regimento Interno da ANCINE, e, considerando o disposto na Portaria ANCINE n.º 2 de 04 de janeiro de 2016, resolve:

Art. 1° - Divulgar a relação dos selecionados e dos suplentes, regularmente inscritos, para concessão do apoio financeiro à participação no evento "Festival Internacional de Cinema de Toronto", dentro do limite de vagas e dos critérios de elegibilidade dispostos no Anexo I ("Regulamento") da Portaria ANCINE nº 2 de 04 de janeiro de 2016, conforme abaixo discriminado e obedecendo a ordem de pontuação segundo os critérios expostos no mesmo regulamento:

Programa de Apoio à Participação de Produtores Brasileiros de Audiovisual Em Eventos de Mercado e Rodadas de Negócios Internacionais - 2016 Festival Internacional de Cinema de Toronto	
Relação dos Selecionados Aptos Para Concessão do Apoio Financeiro	
1	Iafa Britz
2	Ralf Cabral Tambke
3	Ana Alice Santana de Morais Melo
4	Luiz Carlos Pereira Lucena
5	Luan Felipe da Silva
Relação dos Suplentes Aptos Para Concessão do Apoio Financeiro	
1	Bárbara Arenásio Defanti Monteiro

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 224, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto n° 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004, resolve:

Cancelar a Portaria nº 177, de 06/07/2016, publicada na Seção 1 do DOU de 07/07/2016.

HUMBERTO FERREIRA BRAGA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 493, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
161199 - Programação Cultural na Expo Carlos Barbosa
Associação de Cultura e Turismo de Carlos Barbosa
CNPJ/CPF: 14.490.977/0001-49
Processo: 01400021086201630
Cidade: Carlos Barbosa - RS;
Valor Aprovado: R$ 195.598,00
Prazo de Captação: 16/08/2016 à 30/11/2016

Resumo do Projeto: O projeto oferece uma programação cultural na Expo de Carlos Barbosa, em setembro de 2016, a partir das artes cênicas (circo, teatro dança) e da música instrumental erudita com aproximadamente 50 apresentações, promovendo a cultura e a geração de conhecimento. Teremos um palco repleto de atrações, nas diversas expressões artísticas que buscam enaltecer a cultura nas suas particularidades regionais, gerando a circulação de bens e a fruição das múltiplas dimensões da arte.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
1510915 - Brasilidade JAZZ
78 ROTAÇÕES PRODUÇÕES E EVENTOS CULTURAIS LTDA.-ME
CNPJ/CPF: 13.380.601/0001-19
Processo: 01400079670201501
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 783.550,00
Prazo de Captação: 16/08/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O Brasilidade JAZZ é um evento que pretende reunir em 3 importantes centros do Brasil, o melhor da produção da música instrumental brasileira. De nomes consagrados a jovens artistas, o público terá a oportunidade de assistir a virtuose e excelência de tais artistas.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
160306 - Iracema: 1865-2015: diálogo e permanência
José Quintão de Oliveira
CNPJ/CPF: 651.790.138-87
Processo: 01400003011201677
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 127.531,80
Prazo de Captação: 16/08/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Edição de um livro em volume único contendo o romance Iracema, de José de Alencar, um estudo inédito (Iracema: imagem e figuração); catálogo da fortuna crítica do romance; catálogo descritivo da fortuna editorial do romance; extensa iconografia reproduzindo capas; folhas de rosto, ilustrações do miolo, páginas de texto de edições de destaque (estrangeiras, especiais). Também constará de dois artigos, um de Alceu Amoroso Lima publicado em imprensa nacional (Cinco série que saiu no Jornal Folha de São Paulo) em homenagem ao centenário de Iracema e não mais reproduzindo, e um artigo do pesquisador francês Jean Michael Massa sobre José de Alencar e o livro Iracema.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
1511035 - Novo Disco dos Leviatãs
Rodrigo Brasil da Fonseca Mourão
CNPJ/CPF: 053.450.156-78
Processo: 01400079790201509
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: 209628.00
Prazo de Captação: 16/08/2016 à 23/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto consiste no segundo disco da banda mineira, os Leviatãs, com composições inéditas em português dentro do estilo de Rock n' Roll com uma produção de mil copias. Quatro shows de lançamento a preços populares: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

PORTARIA Nº 494, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
158890 - Programa NEOJIBA: Plano Anual de Atividades 2016
Instituto de Ação Social pela Música - IASPM
CNPJ/CPF: 10.490.525/0001-06
Cidade: Salvador - BA;
Valor Reduzido: R$ 4.279,58
Valor total atual em R$: R$ 8.177.289,07

PORTARIA Nº 495, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da competência delegada no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no art. 87 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013. conforme anexo:

Art. 2º Informar que, nos termos do art. 83 da Instrução Normativa MinC nº 01, de 2013, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

Pronac	Projeto	Proponente	Resumo do Projeto	Área	Solicitado	Aprovado	Captado
12-0878	Um Natal Bem Brasileiro XVI	Backstage Rio Empreendimentos e Produções Artísticas e Culturais Ltda	O projeto UM NATAL BEM BRASILEIRO, que chega à sua 16ª edição em 2012, consiste na realização do evento de inauguração da Arvore de Natal, estrutura flutuante que permanece na Lagoa Rodrigo de Freitas, na cidade do Rio de Janeiro, com, em média, um mês de duração. Será realizado um concerto e um ensaio geral.	Música	3.918.765,00	3.212.715,00	3.176.715,00

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 86 de 12/08/2016, publicada no D.O.U. nº 156 de 15/08/2016, Seção 1:
Onde se lê: PORTARIA N.º 86, DE 12 DE AGOSTO DE 2016
Leia-se: PORTARIA N.º 486, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 247/DPC, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Dispensa embarcação do serviço de praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Dispensar do serviço de praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso ALAN SÉRGIO MEIRELES ALCÂNTARA (CIR: 381P2002009483) e pelo Capitão de Longo Curso CARLOS WAGNER GOMES (CIR: 381P2009018334), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTO DE OPERAÇÃO AUTORIZADO
CBO ITAJAÍ	443048968-8	Delegacia da Capitania dos Portos de Itajaí	Rio de Janeiro, Niterói, Terminais da Baía de Guanabara e Angra dos Reis (RJ)

Art. 2º A dispensa do serviço de praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada do serviço de praticagem deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

COMANDO DO EXÉRCITO
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 990, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Autoriza a alienação de bem imóvel próprio nacional, administrado pelo Comando do Exército, à Fundação Habitacional do Exército, delega competência para representação nos atos pertinentes e dá outras providências.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, o inciso I do art. 20 da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, a Lei nº 5.651, de 11 de dezembro de 1970, tendo em vista os § 2º e 3º do art. 30, da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, alterada pela Lei nº 7.059, de 6 de dezembro de 1982, a Portaria nº 217, de 16 de agosto de 2013, da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e o que facultam os art. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e os art. 1º e 2º do Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, de acordo com que propõe o Departamento de Engenharia e Construção (DEC), ouvido o Estado-Maior do Exército, e considerando que:

a. o Plano Básico de Construção do Exército (PBC) prevê diversas gestões de interesse do Exército, referentes ao patrimônio imobiliário da União, sob sua administração, dentre elas a necessidade de aquisição e construção de imóveis (quartéis, próprios nacionais residenciais e outros) de interesse da Força Terrestre nas diversas unidades da federação;

b. para a consecução dessas gestões, poderão ser disponibilizados bens imóveis afetados ao Exército, ou frações destes, que não mais atendam às suas necessidades precípuas, objetivando a aquisição de outros bens imóveis a construir, especialmente, aquartelamentos;

c. a Fundação Habitacional do Exército (FHE) manifestou interesse em adquirir o bem imóvel RJ 01-0399, para possibilitar a construção e implantação de empreendimento imobiliário do interesse do público militar, admitindo a recepção do bem com suas benfeitorias no estado de conservação em que se encontram e com os permissionários nelas existentes por até 3 (três) anos;

d. o imóvel objeto de alienação é de interesse da FHE não atende mais às necessidades precípuas de utilização pelo Comando do Exército, tendo em vista que a sua desincorporação se enquadra nos objetivos estratégicos, qualificando-o plenamente para o fim alienatório almejado; e

e. a FHE anuiu, como obras de contrapartida, pelo bem alienado, promover a construção de aquartelamento de interesse do Comando do Exército, preferencialmente no estado do Rio de Janeiro, resolve:

Art. 1º Autorizar a alienação do imóvel próprio nacional cadastrado como RJ 01-0399, com área de 7.892,06 m² (sete mil, oitocentos e noventa e dois vírgula zero seis metros quadrados), denominado Área D, beneficiada com 27 (vinte e sete) casas geminadas, duas a duas, situado à Rua Gen Sezefredo, esquina com a Rua Pedro Gomes, Bairro Realengo, Rio de Janeiro-RJ, matriculado sob o nº 149.721, no 4º Ofício do Registro de Imóveis, na mesma comarca, avaliado a preço de mercado em R$ 10.200.000,00 (dez milhões e duzentos mil reais) e negociado em R$ 10.450.000,00 (dez milhões quatrocentos e cinquenta mil reais) mediante permuta direta, com a FHE, pelas edificações a construir, anteriormente citadas, conforme os interesses do Comando do Exército.

Art. 2º As edificações a construir deverão ser executadas de acordo com o padrão da Diretoria de Obras Militares (DOM), preferencialmente no estado do Rio de Janeiro, compreendendo os projetos básicos de engenharia, as especificações técnicas e o orçamento; devendo tais documentos serem disponibilizados àquela Fundação.

Art. 3º A DOM, por intermédio da Comissão Regional de Obras do Comando da 1ª Região Militar (1ª RM) promova o acompanhamento técnico na execução das obras de contrapartida.

Art. 4º Havendo interesse na antecipação do bem imóvel, com a consequente imissão na posse e na condição de depositário, a FHE poderá ofertar uma das opções de garantias previstas no art. 56, § 1º, incisos I, II, III e o § 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, exigidas nas contratações de obras e serviços, também aplicáveis a este caso.

Art. 5º Delegar competência ao Comandante da 1ª RM para representar o Comandante do Exército no ato de formalização da alienação autorizada no art.1º desta Portaria, bem como para a assinatura do respectivo contrato e termos aditivos necessários.

Art. 6º Ultimado o processo alienatório do imóvel, a 1ª RM deverá encaminhar cópia do referido instrumento à Superintendência do Patrimônio da União no estado do Rio de Janeiro, informando-a da alienação realizada por força do que dispõe a Lei nº 5.651/1970, a fim de que se promova o controle e a atualização no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Art. 7º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação e por um período de até 5 (cinco) anos.

Art. 8º Revogar a Portaria do Comandante do Exército nº 923, de 23 de julho de 2015.

Gen Ex EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 18, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre a regulação de polos de apoio presencial no exterior e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, considerando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, previstos no art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, orientadores das atividades da administração pública, e tendo em vista o disposto no art. 12, inciso X, alínea "c", do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, resolve:

Art. 1º Os pedidos de emissão de atos autorizativos para funcionamento de polos no exterior deverão tramitar como aditamento ao ato de credenciamento.

§ 1º O pedido de aditamento será instruído em conformidade com o disposto no Decreto nº 5.622, de 2005.

§ 2º Para os fins do art. 12, inciso X, alínea "c", do Decreto nº 5.622, de 2005, a documentação deverá comprovar a disponibilidade dos imóveis em que se situem os polos de apoio presencial por prazo que garanta a oferta dos cursos pretendidos, discriminando a relação entre a mantenedora e o responsável legal pelo imóvel.

§ 3º Toda a documentação em língua estrangeira deverá ser apresentada em tradução juramentada.

§ 4º Quando da celebração de parceria ou convênio para instalação de polo, a documentação deverá prever como responsabilidade exclusiva da instituição de educação superior devidamente credenciada:

I - elaboração, reformulação e atualização do Projeto Pedagógico dos cursos ofertados;

II - seleção e capacitação de professores e tutores;

III - seleção, matrícula, formação, acompanhamento e avaliação dos estudantes;

IV - emissão e registro dos correspondentes diplomas ou certificados; e

V - prática de todos os demais atos pedagógicos e acadêmicos.

Art. 2º Os alunos vinculados a polos de apoio presencial localizados no exterior deverão ser regularmente informados no Censo da Educação Superior, inclusive no Censo referente ao ano de 2015.

Art. 3º Na avaliação de polos de apoio presencial localizados no exterior, serão admitidas as seguintes estratégias, alternativamente:

I - avaliação in loco por avaliadores integrantes do Banco de Avaliadores do Sinaes - Basis, nos termos do art. 10, § 5º, do Decreto nº 5.622, de 2005;

II - videoconferência; e

III - parceria com órgãos ou agências estrangeiras de avaliação ou acreditação da educação superior.

§ 1º O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep e a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - Seres definirão, em cada caso, ouvida a instituição de educação postulante, a estratégia de avaliação a ser realizada, tendo em vista os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, que regem a administração pública.

§ 2º Excepcionalmente, a avaliação in loco poderá ser realizada por professores ou pesquisadores residentes no exterior, desde que vinculados a instituições de educação superior brasileiras ou financiados por agências brasileiras de fomento à pesquisa.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, o Inep capacitará o professor ou o pesquisador colaborador para a realização da visita in loco.

Art. 4º As instituições de educação superior, que, na data de publicação desta Portaria, tenham polos no exterior em funcionamento, deverão formular pedido específico de aditamento para os referidos polos, para fins de convalidação das atividades de apoio presencial ali prestadas.

Parágrafo único. Os pedidos de que trata o caput deverão ser instruídos em conformidade com o disposto no art. 1º desta Portaria e protocolados no próximo período previsto no calendário regulatório da Seres para protocolos de pedidos desta natureza.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MENDONÇA FILHO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 60, DE 1º DE AGOSTO DE 2016

Altera os incisos II a VIII do art. 8º do Estatuto do IFS, conforme Processo Judicial nº 0004377-92.2013.4.05.8500.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, faz saber que, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e o Art. 9º do Estatuto do IFS,

Considerando o Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 01/2012 de 27.11.2012, assinado entre o IFS e o MPF;

Considerando o Termo de Audiência realizada em 27.10.2015, constantes no Processo Judicial nº 0004377-92.2013.4.05.8500, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Sergipe, resolve:

I - Alterar os incisos II a VIII do art. 8º do Estatuto do IFS, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal, tendo a seguinte composição:

I - o Reitor, como presidente;

II. 07 (sete) servidores Docentes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental, representando os campi, sendo o máximo de 02 (dois) quando o campus possuir mais de 2 mil estudantes e o máximo de 01 (um) por campus quando possuir menos de 2 mil estudantes;

III. 01 (um) servidor técnico-administrativo e um suplente, eleitos por seus pares, na forma regimental;

IV. 01 (um) estudante e um suplente, eleitos por seus pares, na forma regimental;

V. 01 (um) representante dos Egressos e um suplente, eleitos por seus pares, na forma regimental;

VI. 01 (um) representante docente e 01 (um) suplente da Universidade Federal de Sergipe;

VII. 01 (um) representante docente e 01 (um) suplente do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

VIII. 01 (um) representante e 01 (um) suplente dos Diretores Gerais de campus, eleitos por seus pares, na forma regimental."

II - Esta Resolução entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a 27/10/2015.

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA

RESOLUÇÃO Nº 61, DE 1º DE AGOSTO DE 2016

Altera o art. 5º do Regimento Geral do IFS, Processo Judicial nº 0004377-92.2013.4.05.8500.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, faz saber que, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e o Art. 9º do Estatuto do IFS,

Considerando o Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 01/2012 de 27.11.2012, assinado entre o IFS e o MPF;

Considerando o Termo de Audiência realizada em 27.10.2015, constantes no Processo Judicial nº 0004377-92.2013.4.05.8500, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Sergipe, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - Alterar o art. 5º do Regimento Geral do IFS, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O Conselho Superior tem a seguinte composição:

I - o Reitor, como presidente;

II. 07 (sete) servidores Docentes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental, representando os campi, sendo o máximo de 02 (dois) quando o campus possuir mais de 2 mil estudantes e o máximo de 01 (um) por campus quando possuir menos de 2 mil estudantes;

III. 01 (um) servidor técnico-administrativo e um suplente, eleitos por seus pares, na forma regimental;

IV. 01 (um) estudante e um suplente, eleitos por seus pares, na forma regimental;

V. 01 (um) representante dos Egressos e um suplente, eleitos por seus pares, na forma regimental;

VI. 01 (um) representante docente e 01 (um) suplente da Universidade Federal de Sergipe;

VII. 01 (um) representante docente e 01 (um) suplente do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

VIII. 01 (um) representante e 01 (um) suplente dos Diretores Gerais de campus, eleitos por seus pares, na forma regimental."

II - Esta Resolução entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a 27/10/2015.

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 888, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições, resolve:

Art.1º HOMOLOGAR e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº 21/2016 - GRST/CFAP/PROGEPE - Seleção de Professor Substituto

1.1 - FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1.1.1 - Seleção 59: Departamento de Ciências Administrativas - Processo nº 23071.012611/2016-38 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	CHARLIE HUDSON TURETTE LOPES	7,70
2º	CÁTIA MARIA GONÇALVES	7,50

1.2 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

1.2.1 - Seleção 66: Departamento de Filosofia - Processo nº 23071.012440/2016-47 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	HUMBERTO ARAUJO QUAGLIO DE SOUZA	8,45
2º	DANIEL DA SILVA TOLEDO	4,00

1.2.2 - Seleção 67: Departamento de Turismo - Processo nº 23071.012623/2016-62 - Nº Vagas: 02 (duas)

Classificação	Nome	Nota
1º	CAROLINE DE BRITO SANTOS	8,61
2º	CAMILA DE BRITO ANTONUCCI BENATTI BRAGA	7,57
3º	MONALISA BARBOSA ALVES	7,04

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA E CASTRO

Ministério da Fazenda

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.215 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Subdelega à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda a competência para coordenar o quadro de pessoal dos servidores lotados e em exercício na Coordenação-Geral de Informática da Previdência Social, atualmente subordinada ou vinculada ao Ministério da Fazenda.

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA ADJUNTA DA PREVIDÊNCIA, do Ministério da Previdência Social, no uso das atribuições que lhe confere artigo 2º, do anexo II, da Portaria MPS nº 751, de 29 de dezembro de 2011, publicado no DOU de 30/12/2011, e considerando a competência que lhe foi atribuída pelo artigo 2º, incisos I e II da Portaria nº 188, de 10 de junho de 2016, com fundamento na Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, retificada em 19 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda, até a entrada em vigor dos respectivos decretos de estrutura regimental previstos no inciso I do artigo 18 da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, competência prevista no artigo 74, anexo II, da Portaria MPS nº 751, de 29 de dezembro de 2011, publicado no DOU de 30//12/2011, que instituiu Regimento Interno do Ministério da Previdência Social.

Parágrafo único. Enquanto permanecerem as condições previstas no caput, as atividades relativas aos recursos de tecnologia da informação e comunicação, serão exercidas pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério da Fazenda, sem prejuízo do disposto no art. 2º, inciso I e II da Portaria MF nº 188, de 10 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CINARA WAGNER FREDO

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÁREA DE POLÍTICA MONETÁRIA
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO MERCADO ABERTO

CARTA CIRCULAR Nº 3.777, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Estabelece procedimentos e orientações sobre a transição dos usuários e de suas respectivas competências entre o atual e o novo sistema de controle de acesso ao Selic.

O Chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab), no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 2º da Circular nº 3.808, de 10 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º O acesso ao Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e a seus módulos complementares, pela Rede de Telecomunicação para o Mercado (RTM), será controlado:

I - até 9 de setembro de 2016, pelo Sistema de Controle de Acesso (Logon atual) de que tratam os artigos 17 a 19 do Regulamento do Selic, na redação dada pela Circular nº 3.587, de 26 de março de 2012; e

II - a partir de 12 de setembro de 2016, pelo Sistema de Autenticação e Controle de Acesso (novo Logon), de que tratam os arts. 17 a 19-A do Regulamento do Selic, na redação dada pela Circular nº 3.808, de 2016.

Art. 2º A transição entre os dois sistemas de controle de acesso - Logon atual e novo Logon referidos no art. 1º - ocorrerá no ambiente de pré-produção do Selic, acessível pelo endereço de rede "ppr.selic.rtm", observadas as seguintes etapas:

I - 19 de agosto de 2016: replicação automática, no ambiente de pré-produção, dos departamentos e dos administradores, com respectivas senhas, existentes no ambiente de produção do Selic no fechamento desse dia;

II - 22 de agosto a 9 de setembro de 2016: recadastramento pelo próprio participante, segundo as regras do novo Logon, no ambiente de pré-produção, dos demais usuários com respectivas competências, inclusive habilitação aos departamentos, se for o caso;

III - 9 de setembro de 2016: migração automática para o ambiente de produção dos administradores e demais usuários, com respectivas senhas, existentes no ambiente de pré-produção no fechamento desse dia, bem como das habilitações de usuários aos departamentos; e

IV - 12 de setembro de 2016: início de funcionamento do novo Logon.

Art. 3º Em caso da perda de senha de administrador, mesmo no ambiente de pré-produção, nova senha somente poderá ser obtida:

I - por redefinição, a ser providenciada por outro administrador habilitado, ou, na falta deste;

II - por correio eletrônico, com uso de certificado digital, ou pessoalmente no Edifício-Sede do Banco Central do Brasil no Rio de Janeiro (RJ), situado na Av. Presidente Vargas, nº 730 - 4º andar, Demab/Dicel.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II deste artigo, a senha será fornecida, a partir de 12 de setembro de 2016, apenas ao diretor responsável por assuntos do Selic, como tal cadastrado no Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central (Unicad), mediante apresentação do "Formulário de Cadastramento do Participante" (Cadoc 30005) devidamente preenchido e assinado.

Art. 4º. Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO HENRIQUE DE PAULA FREITAS SIMÃO

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS
SECRETARIA-EXECUTIVA

DECISÃO Nº 33, DE 26 DE JULHO DE 2016

SESSÃO DE JULGAMENTO: 26 DE JULHO DE 2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000038/2015-86
INTERESSADA: D2 MULTIMARCAS LTDA, CNPJ 53.820.569/0001-60
PROCURADORA: FLÁVIA MARTINS DOS SANTOS, OAB/DF Nº 43.465
RELATORA: CONSELHEIRA FLÁVIA MARIA VALENTE CARNEIRO

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 33, de 26/7/2016, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do COAF decidiu, por unanimidade, acolher o voto da Relatora pela responsabilidade administrativa de D2 MULTIMARCAS LTDA, aplicando-lhe a penalidade multa pecuniária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), de acordo com o artigo 12, inciso II, alínea "c", e seu §2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 8º da Resolução COAF nº 25, de 16 de janeiro de 2013.

Para a decisão, foram considerados o cadastramento da empresa junto ao COAF, ainda que após a instauração do Processo, a primariedade da interessada e a dosimetria acolhida pelo Plenário do COAF em julgamentos anteriores.

Além do Presidente do Conselho e da Relatora, estiveram presentes os conselheiros Ricardo Andrade Saadi, André Luiz Carneiro Ortegal, Marlene Alves de Albuquerque, Marcus Vinicius de Carvalho e Gustavo da Silva Dias.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e/ou (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP: 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÃO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 34, DE 26 DE JULHO DE 2016

SESSÃO DE JULGAMENTO: 26 DE JULHO DE 2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000031/2016-45
INTERESSADA: GOOD MONEY FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA, CNPJ 08.386.939/0001-48
PROCURADORA: ANA CAROLINA SCHWEIZER - OAB/DF 46.376
RELATOR: CONSELHEIRO SERGIO DJUNDI TANIGUCHI

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 34, de 26/07/2016, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Fomento Comercial (Factoring) - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Good Money Factoring Fomento Mercantil Ltda., aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), de acordo com o artigo 12, inciso II, alínea "c", e seu § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, pela infração ao inciso IV, do art. 10, da mesma Lei, combinado com o art. 19 da Resolução COAF nº 21, de 2012.

Para a decisão, foram considerados o cadastro da empresa junto ao COAF, ainda que após a instauração do processo, e a dosimetria acolhida pelo Plenário do COAF em julgamentos recentes.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Ricardo Andrade Saadi, André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marlene Alves de Albuquerque, Marcus Vinicius de Carvalho, e Gustavo da Silva Dias.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, os interessados: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP: 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição das partes ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 45, DE 26 DE JULHO DE 2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000055/2015-13
INTERESSADA: J. A. DE ALMEIDA COMÉRCIO DE JOALHERIA LTDA, CNPJ 08.433.399/0001-06
SESSÃO DE JULGAMENTO: 26 DE JULHODE 2016.
RELATOR: CONSELHEIRA FLÁVIA MARIA VALENTE CARNEIRO.

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 45, de 26/7/2016, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do COAF decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de J. A. de Almeida Comércio de Joalheria - EPP, aplicando-lhe, nos termos do inciso II, do § 2º, do art. 12 da Lei nº 9.613, de 1998, a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), por infração ao artigo 10, inciso IV da mesma Lei, combinado com artigo 16 da Resolução COAF nº 23, de 20 de dezembro de 2012.

Votou, também, pelo estabelecimento do prazo de 90 (noventa) dias para saneamento da infração apontada.

Além do Presidente do Conselho e da Relatora, estiveram presentes os conselheiros Ricardo Andrade Saadi, Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Marlene Alves de Albuquerque, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira e Gustavo da Silva Dias.

Para a decisão, foram considerados o fato de a interessada não haver regularizado sua situação, apesar de alertada, e a dosimetria adotada pelo Plenário do COAF.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e/ou (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP: 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação do intimado e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 46, DE 26 DE JULHO DE 2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000010/2016-20
INTERESSADA: TADEU - COMÉRCIO DE JOIAS E SERVIÇOS EIRELI - ME, CNPJ 08.795.287/0001-03
SESSÃO DE JULGAMENTO: 26 DE JULHO DE 2016
RELATOR: CONSELHEIRO RICARDO ANDRADE SAADI

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 46, de 26/7/2016, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do COAF decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Tadeu - Comércio de Joias e Serviços Eireli - ME, aplicando-lhe, nos termos do inciso II, do § 2º, do art. 12 da Lei nº 9.613, de 1998, a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), por infração ao artigo 10, inciso IV da mesma Lei, combinado com artigo 16 da Resolução COAF nº 23, de 20 de dezembro de 2012.

Votou, também, pelo estabelecimento do prazo de 90 (noventa) dias para saneamento da infração apontada.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marlene Alves de Albuquerque, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira e Gustavo da Silva Dias.

Para a decisão, foi considerada a dosimetria acolhida pelo Plenário do COAF em julgamentos anteriores.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e/ou (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP: 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 47, DE 26 DE JULHO DE 2016

SESSÃO DE JULGAMENTO: 26 DE JULHO DE 2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000043/2015-99
INTERESSADA: LITOVEL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ 07.254.760/0001-74
RELATORA: CONSELHEIRA FLÁVIA MARIA VALENTE CARNEIRO

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 47, de 26/7/2016, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do COAF decidiu, por unanimidade, acolher o voto da Relatora pela responsabilidade administrativa de Litovel Comércio de Veículos Ltda., aplicando-lhe a penalidade multa pecuniária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), de acordo com o artigo 12, inciso II, alínea "c", e seu §2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 8º da Resolução COAF nº 25, de 16 de janeiro de 2013.

Para a decisão, foram considerados o cadastramento da empresa junto ao COAF, ainda que após a instauração do Processo, e a dosimetria acolhida pelo Plenário do COAF.

Além do Presidente do Conselho e da Relatora, estiveram presentes os conselheiros Ricardo Andrade Saadi, Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Marlene Alves de Albuquerque, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira, e Gustavo da Silva Dias.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e/ou (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP: 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 48, DE 26 DE JULHO DE 2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000058/2015-57
INTERESSADA: ROYAL JOIAS EIRELI - EPP, CNPJ Nº 15.730.180/0001-34
SESSÃO DE JULGAMENTO: 26 DE JULHO DE 2016
RELATOR: CONSELHEIRA FLÁVIA MARIA VALENTE CARNEIRO

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 48, de 26/7/2016, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do COAF decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Royal Joias Eireli - EPP, aplicando-lhe, nos termos do inciso II, do § 2º, do art. 12 da Lei nº 9.613, de 1998, a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), por infração ao artigo 10, inciso IV da mesma Lei, combinado com artigo 16 da Resolução COAF nº 23, de 20 de dezembro de 2012.

Além do Presidente do Conselho e da Relatora, estiveram presentes os conselheiros Ricardo Andrade Saadi, Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Marlene Alves de Albuquerque, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira e Gustavo da Silva Dias.

Para a decisão, foram considerados o cadastramento da empresa junto ao COAF, ainda que após a instauração do processo, e a dosimetria acolhida pelo Plenário do COAF.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e/ou (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP: 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação do intimado e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 49, DE 26 DE JULHO DE 2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000056/2015-68
INTERESSADA: JANICE COMÉRCIO DE JOIAS E RELÓGIOS LTDA - ME, CNPJ 04.026.439/0001-44
SESSÃO DE JULGAMENTO: 26 DE JULHO DE 2016
RELATOR: CONSELHEIRA FLÁVIA MARIA VALENTE CARNEIRO

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 49, de 26/7/2016, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do COAF decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Janice Comércio de Joias e Relógios Ltda - Me, aplicando-lhe, nos termos do inciso II, do § 2º, do art. 12 da Lei nº 9.613, de 1998, a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), por infração ao artigo 10, inciso IV da mesma Lei, combinado com artigo 16 da Resolução COAF nº 23, de 20 de dezembro de 2012.

Para a decisão, foram considerados o cadastramento da empresa junto ao COAF, ainda que após a instauração do processo, e a dosimetria acolhida pelo Plenário do COAF.

Além do Presidente do Conselho e da Relatora, estiveram presentes os conselheiros Ricardo Andrade Saadi, Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Marlene Alves de Albuquerque, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira e Gustavo da Silva Dias.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e/ou (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação do intimado e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 50, DE 26 DE JULHO DE 2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000006/2016-61
INTERESSADA: ALIANÇAS E JOIAS J.L. LTDA - ME, CNPJ 14.893.392/0001-70
SESSÃO DE JULGAMENTO: 26 DE JULHO DE 2016
RELATOR: CONSELHEIRO RICARDO ANDRADE SAADI

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 50, de 26/7/2016, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do COAF decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Alianças e Joias J.L Ltda - Me, aplicando-lhe, nos termos do inciso II, do § 2º, do art. 12 da Lei nº 9.613, de 1998, a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), por infração ao artigo 10, inciso IV da mesma Lei, combinado com artigo 16 da Resolução COAF nº 23, de 20 de dezembro de 2012.

Para a decisão, foi considerada a dosimetria acolhida pelo Plenário do COAF em julgamentos anteriores.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marlene Alves de Albuquerque, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira e Gustavo da Silva Dias.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e/ou (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP: 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação do intimado e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 51, DE 26 DE JULHO DE 2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000008/2016-51
INTERESSADA: SHOW DAS ALIANÇAS E JOIAS LTDA - ME, CNPJ 11.302.449/0001-20
SESSÃO DE JULGAMENTO: 26 DE JULHO DE 2016
RELATOR: CONSELHEIRO RICARDO ANDRADE SAADI

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 51, de 26/7/2016, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do COAF decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Show das Alianças e Joias Ltda - Me, aplicando-lhe, nos termos do inciso II, do §2º, do art. 12 da Lei nº 9.613, de 1998, a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), por infração ao artigo 10, inciso IV da mesma Lei, combinado com artigo 16 da Resolução COAF nº 23, de 20 de dezembro de 2012.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marlene Alves de Albuquerque, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira e Gustavo da Silva Dias.

Para a decisão, foi considerada a dosimetria acolhida pelo Plenário do COAF em julgamentos anteriores.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e/ou (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP: 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação do intimado e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 52, DE 26 DE JULHO DE 2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000063/2016-41
INTERESSADA: F.PFUTZENREUTER & CIA LTDA - ME, CNPJ 09.492.162/0001-69
SESSÃO DE JULGAMENTO: 26 DE JULHO DE 2016
RELATOR: CONSELHEIRO MARCUS VINICIUS DE CARVALHO

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 52, de 26/7/2016, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do COAF decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de F. Pfutzenreuter & Cia Ltda - Me, aplicando-lhe, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 1998, a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), por infração ao artigo 10, inciso IV da mesma Lei, combinado com o artigo 16 da Resolução COAF nº 23, de 2012.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Ricardo Andrade Saadi, Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marlene Alves de Albuquerque, Gabriel Boff Moreira e Gustavo da Silva Dias.

Para a decisão, foram considerados o cadastramento da empresa no COAF, ainda que após a instauração do processo, e a dosimetria acolhida pelo Plenário do COAF em julgamentos recentes.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e/ou (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação do intimado e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 53, DE 26 DE JULHO DE 2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000050/2015-91
INTERESSADA: COMERCIAL MACHADO SANCHEZ LTDA - ME, CNPJ 08.761.144/0001-72
SESSÃO DE JULGAMENTO: 26 DE JULHO DE 2016.
RELATORA: CONSELHEIRA FLÁVIA MARIA VALENTE CARNEIRO.

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 53, de 26/7/2016, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do COAF decidiu, por unanimidade, acolher o voto da Relatora pela responsabilidade administrativa de Comercial Machado Sanchez Ltda - ME, aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), por infração ao artigo 10, inciso IV da mesma Lei, combinado com artigo 16 da Resolução COAF nº 23, de 20 de dezembro de 2012.

Votou, também, pelo estabelecimento do prazo de 90 (noventa) dias para saneamento da infração apontada, considerando a interessada ainda existir juridicamente.

Para a decisão, foi considerado o fato de a interessada não haver regularizado sua situação, apesar de alertada, e, por outro lado, a alegação de redução de suas atividades.

Além do Presidente do Conselho e da Relatora, estiveram presentes os conselheiros Ricardo Andrade Saadi, Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Marlene Alves de Albuquerque, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira e Gustavo da Silva Dias.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e/ou (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP: 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação do intimado e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º do Ato COTEPE/ICMS 15/16, de 29 de julho de 2016, publicado no DOU de 02 de agosto de 2016, seção 1, página 25:

Onde se lê: "Art. 1º Acrescentar o item 15 ao Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 02/08, de 14 de abril de 2008, com a seguinte redação:

"ANEXO ÚNICO

	EMPRESA	ENDEREÇO...
15	Frota Verde Aluguel de Conteineres S/A	...

...",

Leia-se: "Art. 1º Acrescentar o item 16 ao Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 02/08, de 14 de abril de 2008, com a seguinte redação:

"ANEXO ÚNICO

	EMPRESA	ENDEREÇO...
16	Frota Verde Aluguel de Conteineres S/A	...

...".

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO
DIVISÃO DE DÍVIDA ATIVA

ATO DE EXCLUSÃO Nº 3, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR CHEFE DA DIVISÃO DE DÍVIDA ATIVA DA PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 3ª REGIÃO, abaixo identificado, no uso da competência outorgada pelo art. 92 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 36, de 24 de janeiro de 2014, publicada no diário oficial da União em 29/01/2014, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato de Exclusão, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento (a) dos tributos e contribuições objeto do PAES; (b) das parcelas deste; ou ainda (c) quando o recolhimento tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, §2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3/2004, ao PROCURADOR-CHEFE DA DÍVIDA ATIVA NA PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 3ª REGIÃO, com endereço na Alameda Santos, nº 647, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, CEP 01419-001, mencionando o número do processo administrativo respectivo.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 4º Este Ato de Exclusão entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE SANTANA VIEIRA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (PAES), por motivo de inadimplência de três parcelas consecutivas, ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº. 10.684/2003:

CNPJ/CPF	Processo Administrativo
42.847.756/0001-10	16191.720242/2016-29
86.948.502/0001-64	10880.001605/2006-15
01.529.180/0001-66	16191.720243/2016-73
60.943.297/0001-50	16191.720244/2016-18

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DE EXCLUSÃO Nº 4, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Excepcional - PAEX, de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O PROCURADOR CHEFE DA DIVISÃO DE DÍVIDA ATIVA DA PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 3ª REGIÃO, abaixo identificado, no uso da competência outorgada pelo art. 92 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 36, de 24 de janeiro de 2014, publicada no diário oficial da União em 29/01/2014, tendo em vista o disposto no art. 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº. 303, de 29 de junho de 2006, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único deste Ato de Exclusão, tendo em vista ter sido: a) verificada a inadimplência do sujeito passivo por 2 (dois) meses consecutivos ou alternados, relativamente às prestações mensais ou a quaisquer dos impostos, contribuições ou exações de competência dos órgãos referidos no caput do art. 3º da referida Medida Provisória, inclusive os com vencimento posterior a 28 de fevereiro de 2003; b) constatada a existência de débitos mantidos, pelo sujeito passivo, sob discussão administrativa ou judicial, ressalvadas as hipóteses do inciso II do § 3º do art. 1º; ou c) verificado o descumprimento do disposto no parágrafo único do art. 2º da Medida Provisória nº. 303/2006.

Art. 2º A rescisão referida no art. 1º implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, quando existente, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato De Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº. 01, de 03 de janeiro de 2007, endereçado ao Procurador-Chefe da Dívida Ativa na Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região, situada na Alameda Santos, nº 647, Cerqueira César, São Paulo/SP, mencionando expressamente o número do processo administrativo respectivo.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAEX será definitiva.

Art. 5º Este Ato de Exclusão entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE SANTANA VIEIRA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional previsto na Medida Provisória nº. 303/2006 (PAEX), com base no número do CPF/CNPJ e respectivos Processos Administrativos:

CNPJ/CPF	Processo Administrativo
00.367.621/0001-08	16191.720241/2016-84
00.881.679/0001-75	16191.720241/2016-84
03.331.073/0001-54	16191.720241/2016-84
03.659.376/0001-09	16191.720241/2016-84
61.384.541/0001-55	16191.720241/2016-84

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Baixa, de ofício, a inscrição no CNPJ sob o nº 05.667.439/0001-96.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS - GO, no uso das atribuições previstas no artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 31, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando o que consta do processo administrativo nº 13116.721230/2016-26, declara:

Art 1º - BAIXADA, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 05.667.439/0001-96 da empresa OHI INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA, por inexistência de fato, de acordo com o art. 29, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HIROSHIMI NAKAO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Declara a exclusão de empresa do SIMPLES NACIONAL, por infringência ao inciso I do art. 29 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA-PI, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no artigo 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e o que consta no Processo Administrativo nº 10384.722778/2016-35, declara:

Art. 1º EXCLUÍDA de ofício do SIMPLES NACIONAL a pessoa jurídica EQUIP CARTÃO LTDA, CNPJ nº 04.935.630/0001-09, em face de excesso de receita bruta, nos termos do art. 3º, parágrafos 9ª e 9ªA da Lei Complementar nº 123/2016, combinado com o art. 29, inciso I, da mesma Lei.

Art. 2º A exclusão ocorre no Ano Calendário 2011, com efeitos a partir do mês de abril de 2011.

Art. 3º A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de trinta dias contados da data da ciência deste Ato, manifestar por escrito sua inconformidade com relação à exclusão, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e do artigo 39 da Lei Complementar nº 123/2006.

Parágrafo único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

EUDIMAR ALVES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CABEDELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CABEDELO - PB, no exercício das atribuições legais previstas no artigo 302, Inciso V, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, bem como nos artigos 9° e 11º da Instrução Normativa RFB nº 1020/2010, e considerando o parecer da Comissão designada pela Portaria IRF/CAB nº 001, de 11 de julho de 2016, publicada no BS Ano III - nº 132 de 13/07/2016, para seleção de peritos, conforme consta no processo administrativo 10421-720.207/2016-72. resolve:

Art 1º - Homologar o resultado do processo seletivo de que trata o Edital IRF/CAB nº 001/2016, ficando credenciados, a título precário, por 02 (dois) anos, contados a partir da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, para a prestação de assistência técnica de quantificação de mercadorias importadas ou a exportar, de que trata a Instrução Normativa supracitada, os profissionais selecionados e qualificados, abaixo:

Nome	PAF
Wilmar Barros de Carvalho	10421-720.211/2016-31
José Roberto da Silva	10421-720.215/2016-19
Carmen Virgínia da Silva Xavier	10421-720.216/2016-63
Jorge Campelo Cabral	10421-720.217/2016-16
Wladiney Barros Carvalho	10421-720.218/2016-52
Hélio Renato Strobel	10421-720.219/2016-05

Art 2º - Ficam convalidados todos os atos de designação ad hoc de técnicos para a prestação de assistência técnica de quantificação de mercadorias importadas ou a exportar realizados no período de 30/07/2016 até a data de publicação desta Portaria.

PAULO SÉRGIO COSTA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 85, DE 29 DE JULHO DE 2016

Declara o reconhecimento do direito à REDUÇÃO do Imposto sobre a Renda e adicionais, na área de atuação da SUDENE, a favor da pessoa jurídica IRCA NUTRIÇÃO E AVICULTURA LTDA, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o nº 09.984.980/0001-89.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE (PE), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 224, inciso X, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e no gozo da competência determinada pelo artigo 3º, do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, DOU 26.04.2002, c.c. o artigo 60, da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, resolve:

1º - DECLARAR, com fundamento no artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a nova redação dada pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, e tendo em vista o que consta do processo nº 13403.720093/2016-77, notadamente, pelo teor em que se encerra o Despacho Decisório exarado às fls. 33 a 35, o RECONHECIMENTO DO DIREITO À REDUÇÃO do Imposto sobre a Renda e adicionais, a favor da pessoa jurídica IRCA NUTRIÇÃO E AVICULTURA LTDA, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídica nº 09.984.980/0001-89, observados os elementos constantes do Laudo Constitutivo nº 0014/2016, expedido em 06/04/2016, pelo Ministério da Integração Nacional/SUDENE, a seguir destacados:

1-Endereço da Unidade Produtora Incentivada: Rodovia PE 90, Km 01, Zona Rural, Carpina, Estado de Pernambuco;

2-Incentivo Fiscal objeto do Laudo Constitutivo: Redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis;

3-Fundamentação legal para o reconhecimento do direito: artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a nova redação dada pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e do Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.674, de 03 de dezembro de 2008.

4-Condição onerosa atendida: MODERNIZAÇÃO TOTAL de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

5-Setor prioritário considerado: Transformação - Alimentos, disposto no artigo 2º do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002;

6-Atividade objeto da redução: Produção de rações balanceadas e concentradas para animais;

7-Ano-calendário em que o empreendimento entrou em operação: 2013;

8-Prazo de vigência da redução: 10 (dez) anos;

9-Início do prazo: 1º de janeiro de 2016;

10-Término do prazo: 31 de dezembro de 2025;

11-Percentual de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis:75%

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 20 DE JULHO DE 2016

O INSPETOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 810, parágrafo 3º do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, (Regulamento Aduaneiro), resolve:

EXCLUIR do Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros a pessoa física:

INSCRIÇÃO Nº	NOME	CPF	PROCESSO Nº
4A.0.526	LILIAN MARIA PEREIRA DA COSTA CASTRO	880.618.094-00	10480.722.183//2012-68

INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros a pessoa física:

INSCRIÇÃO Nº	NOME	CPF	DOSSIÊ Nº
4.D.0374	LILIAN MARIA PEREIRA DA COSTA CASTRO	080.438.884-93	10090.001085/0516-17

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

RICARDO AUGUSTO DE BARROS CAMPELO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6,
DE 20 DE JULHO DE 2016**

O INSPETOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 810, parágrafo 3º do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, (Regulamento Aduaneiro), RESOLVE:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros a pessoa física:

INSCRIÇÃO Nº	NOME	CPF	DOSSIÊ Nº
4.A.0.662	EDUARDO DE LUCENA ALBUQUERQUE JÚNIOR	070.918.074-80	10090.000151/0616-02

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO AUGUSTO DE BARROS CAMPELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS
AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PARÁ DE MINAS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1,
DE 15 DE AGOSTO DE 2016**

Declara a nulidade de inscrição no CPF por fraude.

A AGENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PARÁ DE MINAS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º, caput e inciso II, e art. 6º, inciso XI, da Portaria DRF/DIV/MG 20, de 21 de julho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, e considerando o que consta no processo administrativo de nº 10665.721223/2016-10, resolve:

Art. 1º Declarar a nulidade da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF - de nº 123.126.206-00, por ter sido constatado indício de fraude na inscrição.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JASMITA TEIXEIRA DUARTE DE MELO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75,
DE 12 DE AGOSTO DE 2016**

Declara inaptas as inscrições das pessoas jurídicas, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, por omissão de declarações.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 41, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Declarar INAPTA as inscrições das pessoas jurídicas, abaixo relacionadas, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, por omissão de declarações.

NOME	CNPJ
ALEX KENTENIK MANUCCI 07473655639 - ME	12.963.097/0001-17
ANDRE MARCIO ALVES DIAS - CPF 461.370.686-68 - ME	02.739.801/0001-07
DEBORA ALVES GONCALVES 15580496818	12.082.754/0001-17
DENIS DA SILVA BATISTA 07879011641	14.565.009/0001-54
DIAULL COMERCIAL E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME	42.796.961/0001-02
FABIO JOSE RAMOS VAZ 05819378644	13.534.740/0001-50
FABIO ROBERTO DAMELIO 25350215876	12.836.460/0001-33
IVANILDO SAMPAIO DE OLIVEIRA 52586740530	13.533.404/0001-92
LUZIA DE CASSIA CARVALHO - ME	09.117.423/0001-60
MAKOLE CASTRO E CIA LTDA - ME	13.518.396/0001-05
PEROCCO & CIA LTDA - ME	20.738.563/0001-99
THIAGO ROMEIRO DA SILVA 06259272650 - ME	13.308.001/0001-40
TRANS ZUCA TRANSPORTES LTDA - ME	06.635.295/0001-59
TRANSPORTADORA GASPAR LTDA	18.625.814/0001-87
WAGNER CESAR ANTONIO POMPEU 07668079831	13.893.168/0001-15

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

PORTARIA Nº 69, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

Exclui Pessoas Jurídicas do Refis.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU/RJ, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, RESOLVE:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estarem configuradas as hipóteses de exclusão previstas na Lei nº 9.964/2000: art. 5º, inciso II - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000, as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme despachos decisórios exarados nos processos administrativos a seguir indicados:

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO	DT. EFEITO
28.221.810/0001-97	REPROCOPY REPRESENTACOES E COMERCIO LTDA - ME	10735.721367/2015-14	01/09/2016
48.174.973/0001-73	SANEBRAS ENGENHARIA LTDA	10735.722056/2016-53	01/09/2016

Art. 2° É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 15 dias, contado da data de publicação desta Portaria, no Diário Oficial da União (DOU), apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Nova Iguaçu/RJ.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27,
DE 15 DE AGOSTO DE 2016**

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, fundamentado ainda nos art. 29, § 5º, e 33 da Lei Complementar nº 123, de 2006, no art. 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e considerando o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 10872-720.282/2016-25, resolve:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica ATACADÃO ZZ UTILIDADES PARA O LAR LTDA -ME , inscrita no CNPJ sob o nº 12.498.745/0001-01.

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 1º de janeiro de 2012, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 29 da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á efetiva.

ALFREDO LUIZ VALLE DO NASCIMENTO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69,
DE 11 DE AGOSTO DE 2016**

Autoriza a transferência de propriedade de mercadorias importadas.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo nº 10074.720037/2016-21, resolve:

Art. 1º - Autorizar a transferência de propriedade/cessão de uso dos bens constante da DI nº 15/2071955-0 adições 01 e 02, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO TECNOLOGICO EM SAÚDE - FIOTEC, CNPJ 02.385.669/0001-74, para a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ, CNPJ 33.781.055/0001-35.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70,
DE 12 DE AGOSTO DE 2016**

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 302, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e com fundamento no artigo 81, § 1º, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, com redação dada pelo artigo 60 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, c/c artigo 40, III, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 11762.720081/2015-57, declara:

Art. 1º. INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF da pessoa jurídica RIO STONES EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. - EPP, CNPJ 13.032.137/0001-70, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados os documentos por ela emitidos a partir de 22/12/2011, em decorrência da falta de comprovação da origem, da disponibilidade e da efetiva transferência de recursos empregados em operações de comércio exterior.

Art. 2º. Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45,
DE 5 DE AGOSTO DE 2016**

Concede à Empresa que menciona a anuência prevista no art. 17 da Instrução Normativa SRF Nº 109/2000

O SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas prerrogativas e com a competência estabelecida no art. 22 - parágrafo único - da Instrução Normativa SRF nº 109, de 08 de dezembro de 2000, nos termos e condições do Decreto nº 2.763, de 31 de agosto de 1998, c/c a retro mencionada Instrução Normativa, e considerando o que consta do processo nº 10811.720181/2016-79, declara:

Art. 1º. Fica concedida a anuência prevista no art. 17 da Instrução Normativa SRF nº 109/2000 à empresa AUTOMOTIVE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.031.579/0001-00, permissionária dos serviços prestados no Porto Seco de São José do Rio Preto, situado na Rua Professora Nair Santos Cunha, 52 - Distrito Industrial - município de São José do Rio Preto/SP, em conformidade com o procedimento licitatório formalizado nos autos do processo nº 10880.006720/98-61 e com o respectivo Contrato de Permissão firmado em 12 de fevereiro de 1999, e seus Primeiro a Quarto Termos Aditivos, que se encontra alfandegado por meio do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 38, de 10 de abril de 2003, publicado no D.O.U. de 14 de abril de 2003, e cujo controle societário foi transferido conforme autorização obtida nos autos do PAF nº 10850.721197/2014-71, formalizado e tramitado em conformidade com o artigo 16 da Instrução Normativa SRF nº 109/2000.

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO BARRETO DE ARAÚJO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61,
DE 12 DE AGOSTO DE 2016**

Habilita pessoa jurídica ao REPNBL-Redes instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI-SP, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 226 e 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 03 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 13896.723005/2015-11, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: INTERNEXA BRASIL OPERADORA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 11.620.561/0001-00

Nome do Projeto: Equipamento de Rede de Fibra Ótica no Estado de São Paulo - Etapa 1

Nº da Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 3.703, de 16 de dezembro de 2014, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no D.O.U. de 22 de dezembro de 2014, seção 1, pág. 65.

Art. 2º A suspensão de que tratam os arts. 2º e 3º da IN RFB nº 1.355, de 03 de maio de 2013, alcança as operações realizadas entre a data da habilitação ao regime e 02 de dezembro de 2016, pela pessoa jurídica titular do projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBERTO GRACIANO CAPELLA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS
SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 18 DE MAIO DE 2016

Inscrição de Registro Especial de Importador

O CHEFE SUBSTITUTO DA SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DE ATIVIDADE FISCAL - SAPAC - DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS, no uso da competência delegada pelas Portarias/DRF/Campinas nº22 ,de 21 de fevereiro de 2011 e nº 9, de 9 de janeiro de 2009, de atribuição dos setores e tendo em vista a Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, DECLARA, inscrita no Registro Especial de Importador o estabelecimento abaixo discriminado:

Registro Especial: 0810400/45

Nome Empresarial: KAPLAN PROJETOS, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPANTES LTDA

CNPJ: 06.989.648/0001-19

Processo nº: 10830.726621/2015-92

DANILO HIROSHI FURUMOTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Exclui pessoa física e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ABAIXO IDENTIFICADO, EM EXERCÍCIO NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS, no uso da competência delegada pela Portaria DRFB/GUARULHOS nº 70, de 9 de agosto de 2016, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa física e pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido à Delegacia da Receita Federal/Guarulhos(14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 2004, no Rua da Cantareira, 164-Vila Augusta, Guarulhos.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO JOSÉ DIÓGENES DE MENEZES

ANEXO ÚNICO - LOTE 74 (DRF/GUARULHOS)	
00.163.869/0001-57	Consórcio Sistema / Muzio
01.051.975/0001-01	Otsubo Center Ltda.-EPP
01.589.195/0001-10	Supermercado Seane das Palmeiras Ltda.-ME
01.884.926/0001-50	Dismal Comércio de Molas e Aço Ltda.
02.504.756/0001-01	Transportes R F Ltda. - EPP
02.525.416/0001-59	J & S Plásticos Ltda.
02.620.006/0001-97	Tamborclean Embalagens Ltda. - EPP
03.853.305/0001-34	Sunflex Mangueiras e Perfis Ltda. EIRELI
47.148.143/0001-09	M M Indústria Mecânica Ltda. - ME
49.287.733/0001-48	Transequi Transporte Ltda. - ME
54.993.779/0001-12	Nature's Farmácia e Laboratório de Manipulação Ltda.- ME
57.582.546/0001-15	Matsuo Watanabe Açougue - ME
57.588.238/0001-05	Cabocar Indústria e Comércio Ltda. - EPP
58.577.610/0001-32	Salto Estopas Manutenção e Instalação de Equipamentos Ltda.
61.120.432/0001-20	Dannen Brasileira Metais e Ligas Ltda. - ME
62.103.908/0001-88	Stol Serviços de Terraplanagem Ltda. - ME
671.666.368-15	Carlos Henrique Franco.

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 98, DE 4 DE AGOSTO DE 2016

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1o Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei no 9.964, de 10 de abril de 2000, a pessoa jurídica relacionada no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo a seguir indicado.

CNPJ	Razão Social	Processo	Data Efeito
55.878.847/0001-65	BOAT NAUTIC CENTER COM DE ARTIGOS NAUTICOS LTDA - EPP	10010.050930/0616-93	01/09/2016
00.487.290/0001-40	PÃES E DOCES PORTO DAS FLORES LTDA ME	10010.003406/0716-96	01/09/2016
60.316.478/0001-57	AGRO-HOBBY COM E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME	10010.033342/0616-95	01/09/2016
47.695.317/0001-53	RECHE INDÚSTRIA E COM DE PLÁSTICOS LTDA - ME	10010.038604/0616-16	01/09/2016
47.129.614/0001-31	BAZAR COGA LTDA - ME	10010.040731/0616-77	01/09/2016
00.292.498/0001-03	NACIONAL EVENTOS LTDA - ME	10010.029644/0616-99	01/09/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA COELI ALVES DE MELLO
Delegada

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Declaram a baixa de ofício de pessoas jurídicas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A DELEGADA-ADJUNTA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 303, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com base na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Nº 123 - Baixar de ofício a inscrição nº 19.561.702/0001-72, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa MT BRASIL - COMÉRCIO DE METAIS LTDA - EPP, retroativo à data de 07/03/2016. A presente declaração de baixa baseia-se no fato de ter sido constatada sua inexistência de fato, nos termos do artigo 80, parágrafo único, inciso I da Lei nº 9.430 de 1996, na redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009 e tendo em vista o disposto no artigo 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 2016, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 19515.720600/2015-19.

Nº 124 - Baixar de ofício a inscrição nº 18.634.197/0001-86, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa TRIUNFO COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, retroativo à data de 01/01/2014. A presente declaração de baixa baseia-se no fato de ter sido constatada sua inexistência de fato, nos termos do artigo 80, parágrafo único, inciso I da Lei nº 9.430 de 1996, na redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009 e tendo em vista o disposto no artigo 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 2016, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 19515.720594/2015-91.

Os presentes Atos Declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação.

ROSA MARIA SARAIVA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.008, DE 29 DE JUNHO DE 2016

Assunto: Obrigações Acessórias

SISCOSERV. serviço de transporte internacional. serviços conexos. incoterms. agente de carga. responsabilidade pelo registro.

A responsabilidade pelo registro no Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv) é do residente ou domiciliado no País que mantém relação contratual com residente ou domiciliado no exterior para a prestação do serviço. O agente de carga, enquanto representante do importador ou do exportador, não é tomador ou prestador de serviços de transporte, uma vez que age em nome de seus representados. Quando o agente de cargas domiciliado no Brasil contratar com residente ou domiciliado no exterior, em seu próprio nome, caberá a ele o registro do serviço no Siscoserv.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA, NESTA PARTE, À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 257, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 222, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

SISCOSERV. AGENTE DE CARGAS. CLIENTE. CORRESPONSABILIDADE.

Nas situações em que o agente de carga é obrigado a realizar registros no Siscoserv, a sua responsabilidade pela não prestação ou pela prestação de forma inexata ou incompleta não se transfere a seu cliente. Tal segregação, contudo, poderá ser afastada caso se verifique interesse comum no cometimento da infração, o que configuraria, em tese, a solidariedade quanto à respectiva multa, nos termos do inciso I do art. 124 do CTN.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA, NESTA PARTE, À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 57, DE 13 DE MAIO DE 2016.

Dispositivos Legais: art. 22 da IN RFB nº 1.396, de 2013; Solução de Consulta Cosit nº 257, de 26 de setembro de 2014; Solução de Consulta Cosit nº 222, de 27 de outubro de 2015; Solução de Consulta Cosit nº 57, de 13 de maio de 2016.

OSCAR DIAS MOREIRA DE CARVALHO LIMA
Chefe
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.009, DE 6 DE JULHO DE 2016

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

INEFICÁCIA PARCIAL.

É ineficaz a consulta, não produzindo efeitos, quanto ao questionamento que não versar sobre a interpretação de dispositivos da legislação tributária.

O processo de consulta de que trata os arts. 48 a 50 da Lei nº 9.430, de 1996, e arts. 43 a 56 do Decreto nº 70.235, de 1972, presta-se unicamente a fornecer ao sujeito passivo a interpretação adotada pela RFB para determinada norma tributária, a qual discipline situações por ele enfrentadas e cujo sentido não lhe seja claro.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 52, inciso I, c/c art. 46.

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

PERITOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA. AGÊNCIA ESPECIALIZADA DA ONU.

A Receita Federal do Brasil está impedida de constituir ou exigir créditos tributários relativos à incidência do IRPF sobre os rendimentos do trabalho recebidos por peritos de assistência técnica contratados no Brasil para atuarem como consultores da ONU ou de suas Agências Especializadas, nem inscrevê-los em Dívida Ativa da União, devendo, ainda, rever de ofício os lançamentos e as inscrições já efetuadas, respeitados os prazos que limitam o exercício de direitos por parte dos contribuintes, em razão das disposições expressas no REsp nº 1.306.393/DF, julgado pelo STJ na sistemática prevista no art. 543-C do Código de Processo Civil (CPC), e tendo em vista a Nota PGFN/CRJ nº 1.549, de 2012.

CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 194, DE 5 DE AGOSTO DE 2015.

Dispositivos Legais: Decreto nº 59.308, de 23 de setembro de 1966; Decreto nº 52.288, de 24 de junho de 1963; Decreto nº 27.784, de 16 de fevereiro de 1950; Nota PGFN/CRJ nº 1.549, de 3 de dezembro de 2012; REsp nº 1.306.393/DF; Solução de Consulta Cosit nº 64, de 7 de março de 2014.

OSCAR DIAS MOREIRA DE CARVALHO LIMA
Chefe
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.010, DE 15 DE JULHO DE 2016

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

PERCENTUAL. LUCRO PRESUMIDO.

A partir de 01/01/2009, para a utilização do percentual de 8% (oito por cento) para apuração da base de cálculo do IRPJ, pela sistemática do lucro presumido, em relação aos serviços hospitalares, a prestadora dos serviços deve ser organizada sob a forma de sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Contribuinte com natureza jurídica de sociedade simples carece do caráter empresarial e não pode beneficiar-se dos referidos percentuais.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Dispositivos Legais: art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º, da Lei nº 9.249, de 1995, com a redação da Lei nº 11.727, de 2008; art. 966 da Lei nº 10.406 - Código Civil; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, art. 30, com a redação da Instrução Normativa RFB nº 1.540, de 2015.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

PERCENTUAL. LUCRO PRESUMIDO.

A partir de 01/01/2009, para a utilização do percentual de 12% (doze por cento) para apuração da base de cálculo da CSLL, pela sistemática do lucro presumido, em relação aos serviços hospitalares, a prestadora dos serviços deve ser organizada sob a forma de sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Contribuinte com natureza jurídica de sociedade simples carece do caráter empresarial e não pode beneficiar-se dos referidos percentuais.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Dispositivos Legais: Art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º, com a redação da Lei nº 11.727, de 2008, e art. 20, ambos da Lei nº 9.249, de 1995; art. 966 da Lei nº 10.406 - Código Civil; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, art. 30, com a redação da Instrução Normativa RFB nº 1.540, de 2015.

OSCAR DIAS MOREIRA DE CARVALHO LIMA
Chefe
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.011, DE 15 DE JULHO DE 2016

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

PERCENTUAL. LUCRO PRESUMIDO.

A partir de 01/01/2009, para a utilização do percentual de 8% (oito por cento) para apuração da base de cálculo do IRPJ, pela sistemática do lucro presumido, em relação aos serviços hospitalares, a prestadora dos serviços deve ser organizada sob a forma de sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Contribuinte com natureza jurídica de sociedade simples carece do caráter empresarial e não pode beneficiar-se dos referidos percentuais.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Dispositivos Legais: art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º, da Lei nº 9.249, de 1995, com a redação da Lei nº 11.727, de 2008; art. 966 da Lei nº 10.406 - Código Civil; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, art. 30, com a redação da Instrução Normativa RFB nº 1.540, de 2015.

OSCAR DIAS MOREIRA DE CARVALHO LIMA
Chefe
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.012, DE 29 DE JULHO DE 2016

Assunto: Obrigações Acessórias

SISCOSERV. SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL DE CARGAS. AGENTE DE CARGAS. FRETE. COMISSÃO. PROFIT.

A comissão, ou profit, enquanto remuneração pelo serviço de representação ou agenciamento, somente será objeto de registro no Siscoserv, quando se der em uma relação contratual envolvendo tomador/prestador residente ou domiciliado no Brasil, em relação ao serviço prestado/tomado por residente ou domiciliado no exterior.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 257, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispositivos Legais: art. 22 da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013; Solução de Consulta Cosit nº 257, de 2014.

OSCAR DIAS MOREIRA DE CARVALHO LIMA
Chefe
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 158, DE 15 DE AGOSTO 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte DIAGEO BRASIL LTDA, CNPJ nº 62.166.848/0010-33, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcóolicas de nº 09201/110, formulado nos autos do processo 16511.000051/2012-53, situado à Rua Vereador Germano Vieira, nº 429, Sala 01, Bairro Itaipava, CEP 88.316-701, Itajaí/SC, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 28.224 (vinte oito mil, duzentos e vinte quatro) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
28.224	2.352	Johnnie Walker Red Label	Uísque escocês em caixas de 12 garrafas de 500 ml 40 GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 101, DE 1 DE AGOSTO DE 2016

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso I, alínea "b", da Lei 10.593/2002 com redação do artigo 9º da Lei 11.457/2007, e ainda com amparo no inciso II do artigo 1º da Portaria DRF/FOZ nº 162/2010, e considerando o disposto no artigo 33 da Lei Complementar nº 123/2006, e artigo 75 da Resolução CGSN nº 94/2011, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 12719.721307/2014-44, DECLARA:

Art. 1º. Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o artigo 12 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica a seguir identificada, desde 01/08/2014, pela ocorrência de situação excludente indicada abaixo:

Nome	MIQUEIAS SANTOS GOMES
CNPJ	17.291.628/0001-96
Descrição	Empresa incorreu na vedação de que trata o artigo 29, inciso VII da Lei Complementar nº 123/2006, tendo comercializado mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.
Fundamento Legal	Artigo 29, inciso VII da Lei Complementar nº 123/2006; artigo 76, inciso IV, alínea f da Resolução CGSN nº 94/2011.

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de 01/08/2014, conforme disposto no art. 76, inciso IV, alínea f da Resolução CGSN nº 94/2011. A empresa ficará também impedida de optar pelo Simples Nacional nos 03 (três) anos-calendários subsequentes ao da exclusão, de acordo com a mesma legislação.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Ato Declaratório Executivo (ADE), manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, conforme disposto no artigo 39 da Lei Complementar nº 123/2006 e nos termos do Decreto nº 70.235/1972, norma que rege o Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art. 4º. Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do Simples Nacional tornar-se-á definitiva, sujeitando-se a empresa às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas, obrigando-se a apresentar as respectivas declarações.

Art. 5º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DENISE FERREIRA MARQUES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

PORTARIA Nº 53, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

Revoga artigo 4º da Portaria nº4 de 22 de janeiro de 2014. Delega competência aos Chefes de Seções, Chefe do CAC, Agentes e Inspetores-Chefe e a outros servidores desta Delegacia.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA/SC, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14/05/2012 e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-lei n.º 200, de 25/02/67, regulamentado pelo Decreto n.º 83.937, de 06/09/79, e alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Revogar o artigo 4º da Portaria nº4 de 22 de janeiro de 2014 que delega competência aos Chefes de Seções, Chefe do CAC, Agentes e Inspetores-Chefe e a outros servidores desta Delegacia.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OTTO MARESCH

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 11 DE AGOSTO DE 2016

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, RA; Art. 1º parágrafo único da IN RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, e à vista do que consta do processo administrativo 11070.720858/2016-52, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art 1º. Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro FERNANDO JOSÉ LONDERO, CFP 010.518.720-81.

Art 2º. O interessado deverá inscrever-se no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros e Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, nos termos do Art. 9º da IN RFB Nº 1.273 de 6 de junho de 2012 e dos artigos 1º e 2º do ADE COANA Nº 16, de 8 de junho de 2012.

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LAURI ANTONIO WILCHEN

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.002246/2004-23, sob o comando nº 413735354 e juntada nº 417906310, resolve:

N° 364 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da Quanta Previdência Unicred, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.000530/2012-46, sob comando nº 418418635 e juntada nº 422281323, resolve:

N° 365 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão entre a Defensoria Pública da União, para formalização da condição de patrocinadora do Plano Executivo Federal - CNPB nº 2013.0003-83, e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.001462/2008-85, sob o comando nº 399539927 e juntada nº 419793863, resolve:

N° 367 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios CIASCPREV, CNPB nº 2009.0009-19, administrado pela Sociedade de Previdência Complementar CIASC - DATUSPREV.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00300.000000/1754-85, sob o comando nº 419790026 resolve:

N° 368 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria Previ-GM, CNPB nº 1985.0010-47, administrado pela Previ-GM - Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00440.000020/4519-92, sob o comando nº 408982743 e juntada nº 421449703, resolve:

N° 369 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios II da Previdência Suplementar, CNPB nº 1998.0076-18, administrado pelo METRUS - Instituto de Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.003777/1994-64, sob o comando nº 387448984 e juntada nº 420977747, resolve:

N° 370 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios, CNPB nº 1994.0025-65, administrado pela Fundação de Previdência Privada da Terracap - Funterra.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003018/6919-79, sob o comando nº 405418189 e juntada nº 420471765, resolve:

N° 371 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios FRANPREV, CNPB nº 1983.0004-18, administrado pela Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003022/3519-79, sob o comando nº 413518272 e juntada nº 419314939, resolve:

N° 372 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios E&Y Previdência Privada, administrado pelo HSBC Fundo de Pensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Ministério da Justiça e Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PORTARIA Nº 200, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

A COORDENADORA GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 69, de 04 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2014, e tendo em vista os artigos 67 e 73, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores resolve:

Art. 1º - Determinar, em conformidade com a instrução processual adotada no Processo nº. 08008.000423/2016-37, bem como o disposto no inciso III, do Art. 87, da Lei nº 8.666/1993, que seja aplicada à empresa RIPPER COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 05.002.326/0001-71, a penalidade de Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de um ano.

Art. 2º - A penalidade determinada nesta Portaria será devidamente registrada no SICAF, conforme prevê a IN nº. 02/2010 da SLTI/MP, cabendo recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta Portaria, conforme disposto no art. 109, I, "f", da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - Fica franqueada à empresa, desde já, vista dos autos do processo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA DE SOUZA JANUARIO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 3.326, DE 21 DE JULHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/41747 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 54.305.743/0001-07 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.517, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/35989 - DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0170-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 1597/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.537, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/35993 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MGA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMÔNIAL LTDA - EPP, CNPJ nº 10.926.135/0001-36, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1748/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.621, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/26901 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GB SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 11.086.848/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1754/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.625, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/41327 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS, CNPJ nº 07.836.612/0001-68 para atuar no Ceará.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.629, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/34937 - DPF/STS/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ADMINISTRADORA JARDIM ACAPULCO LTDA, CNPJ nº 48.671.028/0001-87, para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.631, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/42434 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INDUSTRIAS REUNIDAS CORINGA LTDA., CNPJ nº 12.213.443/0001-40 para atuar em Alagoas.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 3.637, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/45796 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

Conceder autorização à empresa BALÍSTICO SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.548.228/0001-83, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.643, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/48448 - DPF/ILS/BA, resolve: CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES GRAPIÚNA LTDA ME, CNPJ nº 12.045.300/0001-76, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5000 (cinco mil) Munições calibre .380

5000 (cinco mil) Munições calibre 12

17464 (dezessete mil e quatrocentas e sessenta e quatro) Munições calibre 38

17464 (dezessete mil e quatrocentas e sessenta e quatro) Espoletas calibre 38

5000 (cinco mil) Estojos calibre 38

3527 (três mil e quinhentos e vinte e sete) Gramas de pólvora

17464 (dezessete mil e quatrocentos e sessenta e quatro) Projéteis calibre 38

5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.647, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/40848 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve: CONCEDER autorização à empresa DUPLA MISSÃO CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 08.962.954/0001-97, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

139106 (cento e trinta e nove mil e cento e seis) Espoletas calibre 38

30000 (trinta mil) Gramas de pólvora

135513 (cento e trinta e cinco mil e quinhentos e treze) Projéteis calibre 38

4847 (quatro mil e oitocentas e quarenta e sete) Espoletas calibre .380

4341 (quatro mil e trezentos e quarenta e um) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.649, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/46594 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa MENGER VIGILÂNCIA LTDA. - EPP, CNPJ nº 21.064.311/0001-94, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Da empresa cedente VIGILANCIA ASGARRAS S/S LTDA, CNPJ nº 04.281.402/0001-62:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente VIGILANCIA ASGARRAS S/S LTDA, CNPJ nº 04.281.402/0001-62:

100 (cem) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NA BAHIA

PORTARIA Nº 134, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NA BAHIA, nomeado através da Portaria nº 416 de 11/12/2014, publicada no D.O.U em 12/12/2014, usando das atribuições que lhe confere o art. 107 do anexo da Portaria nº 1.375, de 02/08/2007, do Senhor Ministro da Justiça, publicada no D.O.U. de 06/08/2007,

CONSIDERANDO o indeferimento do recurso e manutenção da decisão administrativa nº 19/2016, nos autos do procedimento administrativo de apuração de descumprimento obrigacional, resolve:

Art. 1º Ratificar a aplicação da penalidade de MULTA COMPENSATÓRIA à empresa SGD COMÉRCIO DE PRODUTOS E INFORMÁTICA EIRELLI (CNPJ nº 17.337.104/0001-99), com fulcro nos subitens 11.1.1 c/c 11.2.3, de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação estabelecido na Nota de Empenho 2015NE800590, totalizando, dessa forma, o montante de R$ 149,97 (cento e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos).

Art. 2º Rescindir unilateralmente a avença, com fundamento no art. 79, I c/c art. 78, I, ambos da Lei 8.666/93, extinguindo-se toda e qualquer relação jurídica estabelecida entre a contratada e a contratante em decorrência da sobredita Nota de Empenho, permanecendo, contudo, a obrigação da empresa responder pelo pagamento da penalidade de multa acima disposta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFERSON ALMEIDA MORAES

PORTARIA Nº 135, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NA BAHIA, nomeado através da Portaria nº 416 de 11/12/2014, publicada no D.O.U em 12/12/2014, usando das atribuições que lhe confere o art. 107 do anexo da Portaria nº 1.375, de 02/08/2007, do Senhor Ministro da Justiça, publicada no D.O.U. de 06/08/2007,

CONSIDERANDO o indeferimento do recurso e manutenção da decisão administrativa nº 26/2016, nos autos do procedimento administrativo de apuração de descumprimento obrigacional, resolve:

Art. 1º Ratificar a aplicação da penalidade de MULTA MORATÓRIA à empresa RENAULT DO BRASIL S/A (CNPJ nº 00.913.443/0001-73), com fulcro nos subitens 3.1.2 "n", 11.2.2, 11.3, 11.4 do Contrato Administrativo nº 02/2015, em função do atraso na entrega dos veículos contratados, nos seguintes moldes:

I. R$ 10.032,00 (dez mil e trinta e dois reais), em função do atraso de 25 (vinte e cinco) dias na entrega 03 (três) viaturas descaracterizadas, aplicando-se o percentual de 0,2% ao dia sobre o valor da etapa a ser adimplida, até o vigésimo dia de atraso, e o percentual de 0,3% ao dia do vigésimo primeiro ao quadragésimo dia de atraso;

II. R$ 12.870,00 (doze mil, oitocentos e setenta reais), em função do atraso de 25 (vinte e cinco) dias na entrega de 04 (quatro) viaturas caracterizadas, aplicando-se o percentual de 0,2% ao dia sobre o valor da etapa a ser adimplida, até o vigésimo dia de atraso, e o percentual de 0,3% ao dia do vigésimo primeiro ao quadragésimo dia de atraso;

III. R$ 5.005,00 (cinco mil e cinco reais), em função do atraso de 30 (trinta) dias na entrega de 01 (uma) viatura caracteriza, aplicando-se o percentual de 0,2% ao dia sobre o valor da etapa a ser adimplida, até o vigésimo dia de atraso, e o percentual de 0,3% ao dia do vigésimo primeiro ao quadragésimo dia de atraso;

IV. R$ 12.160,00 (doze mil, cento e sessenta reais) em função do atraso de 73 (setenta e três) dias na entrega de 01 (uma) viatura descaracterizada, aplicando-se o percentual de 0,2% ao dia sobre o valor da etapa a ser adimplida, até o vigésimo dia de atraso, o percentual de 0,3% ao dia do vigésimo primeiro ao quadragésimo dia de atraso e o percentual de 0,5% do quadragésimo primeiro ao septuagésimo primeiro dia de atraso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFERSON ALMEIDA MORAES

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS

PORTARIA Nº 72, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre o credenciamento do organismo estrangeiro "Azione per Famiglie Nuove - AFN" para atuar em matéria de adoção internacional no Brasil.

A SECRETÁRIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 do Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005, e no inciso V do art. 2º do Decreto nº 3.174, de 16 de setembro de 1999, e considerando o constante dos autos do processo nº 00005.201173/2016-79, resolve:

Art. 1º Credenciar o organismo "Azione per Famiglie Nuove - AFN", com sede na "Via Isonzo, 64 - Grottaferrata (Roma) - Itália", encarregado de intermediar pedidos de habilitação à adoção internacional, de acordo com a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia - Holanda, em 29 de maio de 1993, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1, de 14 de janeiro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999.

Art. 2º O organismo deverá cumprir o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990, assim como as disposições do Decreto nº 5.491, de 2005, sob pena de suspensão de seu credenciamento.

Art. 3º O credenciamento tem validade de 2 (dois) anos, contados da data da publicação desta Portaria, devendo o organismo pleitear a sua renovação junto à Autoridade Central Administrativa Federal, nos 60 (sessenta) dias anteriores ao término do respectivo prazo de validade, consoante o disposto no § 7º do art. 52 da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA CRISTINA PIOVESAN

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO os pedidos de transformação de visto oficial em permanente, na forma do art. 39 da Lei 6815/80, abaixo relacionados:

Processo Nº 08280.016723/2013-66 - CLARISSE VALERIE MOUTOU NEE DHEMBY

Processo Nº 08280.009534/2012-56 - MIGUEL ROQUE TEIXEIRA BASTOS

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 108/14 do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo Nº 46094.026060/2013-84 - PETER MICHAEL BRANCH

Processo Nº 08505.075849/2015-52 - EMILIANO BOVO

Processo Nº 08460.012066/2014-41 - MIGUEL RUIZ MARTINEZ DE MEDINILLA

DEFIRO o presente processo de permanência definitiva vez que restou provado que o casal se encontra casado de fato e de direito, salientando que o ato persistirá enquanto for detentor da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08286.003434/2014-28 - THOMAS ARNULF MAIER

À vista de novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 17/02/2016, Seção I, pág. 38, para conceder a permanência nos termos do art. .6º c/c art. 9º, da Resolução Normativa nº 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08296.002709/2015-78 - JOSE LUIS GARCIA ZUFIAURRE

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas pelo Departamento de Polícia Federal, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.075120/2015-86 - JIANYOU LI

Processo Nº 08297.003953/2015-48 - MARIO RUI SAGUIM DA FONSECA NUNES

Processo Nº 08101.000432/2013-17 - RUI MANUEL MENDES AUGUSTO

Processo Nº 08432001040201412 - PAULO ERIBERTO CHAVES FERNANDEZ

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que as requerentes já obteveram a permanência definitiva por meio de outros processos.

Processo Nº 08505.036508/2014-81 - NORMA MARIA SANCHEZ ARIAS, ANA ENCINAS SANCHEZ e NORMA ENCINAS SANCHEZ

Determino o arquivamento do presente pedido, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista a perda do objeto por ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada.

Processo Nº 08709.007452/2013-80 - LUISA DE FATIMA MANUELA BUTA

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo Nº 08390.002856/2011-46 - MICHELLE KAFI FLORES DO NASCIMENTO

Processo Nº 08391.001869/2013-50 - LUIS MIGUEL MARTINS CORREIA

Determino o arquivamento do pedido de cancelamento da permanência definitiva do nacional português EDUARDO FERNANDO MARTINS DE ALMEIDA, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista a perda do objeto, uma vez que o referido estrangeiro obteve a permanência definitiva por meio do processo nº 08702.003364/2015-31.

Processo Nº 08018.006212/2015-16 - EDUARDO FERNANDO MARTINS DE ALMEIDA

Determino o Arquivamento do presente pedido de Transformação de visto Oficial ou Diplomático em Temporário item V, tendo em vista o não cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão.

Processo Nº 08280.015099/2012-07 - MARKO FERK, MARIA DEL CARMEN MACIAS LOPEZ.

À vista dos novos elementos constantes dos autos, em especial o relatório da Polícia Federal fls. 61/62, torno insubsistente o despacho concessório de permanência, publicado no Diário Oficial da União de 31/10/2011, Seção 1, pág. 27, por se encontrar o(a) estrangeiro(a) separado(a) do(a) cônjuge brasileiro(a) de fato e de direito.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08364.000909/2011-10 - MOHAMMADREZA SALEHI

INDEFIRO o presente processo de permanência definitiva com base em cônjuge brasileira, considerando informações da cônjuge ao Departamento de Policia Federal de que o casal encontra-se separado de fato.

Processo Nº 08212.002205/2014-50 - SAID KHARBOUCH

INDEFIRO o presente pedido de Transformação de turista/temporário em permanente com base no Acordo Bilateral entre Brasil e Argentina com Base no Decreto nº 6.736/2009, tendo em vista o não cumprimento da exigência formulada por esta Divisão.

Processo Nº 08461.007279/2013-60 - MARIANO FEDERICO RICOY

INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista a estrangeira encontrar-se fora do país, inviabilizando a instrução processual.

Processo Nº 08701.016230/2013-28 - AMY CHRISTINE MADDEN CASTRO

INDEFIRO os pedidos de transformação de visto oficial em permanente abaixo relacionados; considerando a informação do Ministério das Relações Exteriores de que os requerentes não preenchem as condições para concessão do visto permanente, conforme previsto no art. 70, § 2º, do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08280.016138/2014-47 - MASIEL GARCIA FERNANDEZ

Processo Nº 08280.023265/2013-11 - KARIM HASSEN DJEMOUI

Processo Nº 08280.023308/2013-69 - AGATHE MARGUERITE LOUISE CHEVALLIER

Processo Nº 08280.008852/2014-61 - ALEJANDRO DE LOS SANTOS PEREZ

INDEFIRO o pedido de transformação de visto de cortesia em permanente, formulado pela nacional paquistanês MUHAMMAD SARDAR, considerando a falta de amparo legal conforme informação do Ministério das Relações Exteriores de que não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 70, do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08280.002087/2014-76 - MUHAMMAD SARDAR

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO os pedidos tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.106758/2015-76 - CHIBUIKE KINGSLEY OKOYE

Processo Nº 08505.058671/2015-85 - DANIEL STEPHEN AMEH

Processo Nº 08505.051501/2015-70 - YANFU SU

INDEFIRO o presente pedido de Permanência Definitiva com base em união estável, considerando o disposto no art. 38, da Lei nº 6.815/80, tendo em vista que no momento da solicitação o estrangeiro encontrava-se em situação irregular no País.

Processo Nº 08505.081004/2015-04 - ZHIWEI HUANG

INDEFIRO o presente pedido de permanência definitiva com base em união estável, considerando o disposto no art. 38, da Lei nº 6.815/80, tendo em vista que no momento da solicitação a requerente encontrava-se em situação irregular no País.

Processo Nº 08389012340201572 - SUSANA MAGALY LOPEZ CAMPOS

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.016172/2016-82 - WALTER KINNARD MOURSUND, até 22/05/2017.

Processo Nº 08286.000467/2016-88 - LI MING, até 20/02/2017.

Processo Nº 08000.006093/2016-63 - RAYFORD DEWAYNE CALLIER, até 26/04/2018.

Processo Nº 08000.005247/2016-08 - HUGUES CLAUDE BERNARD BOURGET, ROSHAN BOURGET, RAFAEL HREHAAN BOURGET, até 13/03/2018.

Processo Nº 08270.004329/2016-47 - MANYUN KIM, até 28/02/2017.

Processo Nº 08000.004335/2016-84 - EMERSON TEMPORAL SENTILLAS até 06/02/2018.

Processo Nº 08000.000509/2016-30 - CAGLAYAN AKPINAR, até 08/01/2017.

Processo Nº 08000.000453/2016-13 - SERGEJS MOZIRSKIS, até 05/01/2018.

Processo Nº 08000.029084/2015-60 - FRANK HEERWAGEN, até 27/09/2016

Processo Nº 08000.028454/2015-41 - SUN HAOXIANG, até 24/10/2016.

Processo Nº 08000.023467/2015-24 - MAURICE GARAY SENENCHE, até 17/08/2017

Processo Nº 08000.022271/2015-12 - UMESH DINKAR DESAI, até 16/12/2017

Processo Nº 08000.015731/2015-56 - DAN RADU, até 26/07/2017

Processo Nº 08000.015684/2015-41 - JULIEN FRANÇOIS OLIVIER LIEGARD, até 12/07/2017.

Processo Nº 08000.015458/2015-60 - MICHAEL DREWERY, até 30/12/2017

Processo Nº 08000.015291/2015-37 - ANDRZEJ MAREK NAREWSKI, até 02/12/2016

Processo Nº 08000.039503/2014-91 - STEPHEN NEAL OLIVER, até 15/05/2017

Processo Nº 08461.010110/2014-78 - JERRY LYNN MC NEILL, até 04/10/2016.

Processo Nº 08000.031891/2014-61 - ALEXIS JR VILLARUEL AMBROCIO, até 26/03/2017

Processo Nº 08461.009900/2014-19 - SHAWN RYAN MAHONEY, até 24/03/2017

Processo Nº 08000.003053/2015-89 - AMIT SALVI, até 13/03/2017.

Processo Nº 08000.003052/2015-34 - LEONNIE DELGADO DELARIARTE, até 22/07/2017.

Processo Nº 08000.000411/2015-00 - ARIVENTHAN ARGINA, até 30/06/2017

Diante dos novos elementos constantes dos autos e considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, DEFIRO os pedidos de reconsideração, abaixo relacionados; e com efeito, prorrogo o prazo de Estada do estrangeiro no País.

Processo Nº 08000.013875/2016-59 - CHRISTINE HYLDAHL PEDERSEN, até 30/09/2018.

Processo Nº 08000.006116/2016-30 - SERGIY PROSHUTINSKY,

até 07/04/2018.

Processo Nº 08000.001771/2016-00 - ARIEL VALDES CHAVEZ, até 31/12/2017.

Processo Nº 08000.001729/2016-81 - LI XING, até 15/02/2017.

Processo Nº 08000.028425/2015-80 - GUILLERMO EDUARDO SANCHEZ CAMUS, até 21/09/2016.

Considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, DEFIRO o pedido de mudança de empregador.

Processo Nº 08000.012646/2016-17 - MEDARDO ANTONIO SANCHEZ DUQUE

Recebo o requerimento do interessado (2709508) como REPUBLICAÇÃO, em que pese não constar erro na retificação anteriormente publicada. Diante do exposto, DETERMINO a republicação do Ato deferitório nos seguintes termos:

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País do processo abaixo relacionado:

Processo Nº 08000.000931/2016-95 - FRASER WISHART MILLS, até 31/01/2017.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 15/03/2016, Seção 1, pág. 22, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08000.005209/2016-47 - OEYSTEIN JOHANSEN

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho de deferimento publicado no Diário Oficial da União de 30/03/2016, Seção 1, pág. 66, nos termos do art. 2.°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009, que trata do pedido de transformação de estada temporária em permanência, formulado em nome de CESAR ANTÔNIO HERBAS RAMIREZ e YAMILE RADUAN GAMON

Processo Nº 08461.006101/2013-00 - CESAR ANTONIO HERBAS RAMIREZ , YAMILE RADUAN GAMON

Determino o arquivamento do presente processo, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Por fim, torno sem efeito o despacho de deferimento anterior.

Processo Nº 08000.008150/2014-87 - EDMUNDO HIRSHLAG SOSA

Determino o arquivamento dos processos, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País, abaixo relacionados

Processo Nº 08000.006284/2016-25 - FRANCESS MARIE LUSACK, ALIYA LOUISE LUSACK.

Processo Nº 08000.005399/2016-01 - LAURI PURO, LAURA EMILIA PURO, LEO JOHANNES PURO.

Processo Nº 08000.002485/2016-53 - JOYDEB HALDER

Processo Nº 08000.014926/2015-89 - VIJAYAN S/O GOVINDARAJ

Determino o arquivamento dos processos, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.009211/2014-23 - BAHER SHAABAN IBRAHIM SHAABAN

Processo Nº 08461.006571/2014-46 - CORY RONDALE MC COMICK

Processo Nº 08000.032015/2014-52 - SANTIAGO MERENCIO GARCIA

Processo Nº 08102.004117/2015-11 - JORGE EDUARDO DAVID BELO VIEIRA

Processo Nº 08000.022117/2015-41 - ISAAC DAVID CORNEJO

Processo Nº 08000.015615/2015-37 - ANTONIO BAUTISTA SIRVENT

Processo Nº 08000.015520/2015-13 - CHRISTIAN WAGNER

Processo Nº 08000.014931/2015-91 - LOWIE SAMPEROY SALVADOR

Processo Nº 08000.014886/2015-75 - DIEGO BOMBARDA

Processo Nº 08018.010479/2014-19 - ENRIQUE VALIENTE STEGEMAN

Processo Nº 08000.026362/2014-46 - EBENASER ELIYAS

Processo Nº 08000.010816/2015-48 - ARISTOTLE LOPEZ SEVILLA

Processo Nº 08000.032026/2014-32 - XIAO WANG

Processo Nº 08000.006509/2015-62 - ICKSU CHUN

Processo Nº 08000.016068/2014-26 - PRASHANT CHATURVEDI

Processo Nº 08000.014881/2015-42 - LINDA BOLOGNA

Considerando o pedido de cancelamento do presente pedido de prorrogação formulado pela empresa contratante, e, consequentemente, a desistência tácita do pedido de reconsideração, conforme documento SEI n° 2497080, determino o arquivamento dos autos.

Processo Nº 08000.022248/2015-28 - IVICA VUKOBRATOVIC.

Considerando manifestação da empresa responsável pela vinda do interessado ao país, torno insubsistente o Despacho publicado em 25/02/2016 (Seção 1 - Página 43), e determino o arquivamento do processo.

Processo Nº 08000.020963/2015-26 - PETER OVERVAAG

Determino o arquivamento do presente processo, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Com efeito, REVOGO o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 01/03/2016, Seção 1, pag. 43.

Processo Nº 08000.002240/2016-26 - ANUJ RANJEET SINGH THAKUR

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 12/05/2016, Seção 1, pág. 89, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.020867/2015-88 - SVENNING REMOE FURSETH.

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 20/08/2016, Seção 1, pág. 26, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.028436/2014-89 - LYNDON AGTUCA OLEGARIO

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 25/01/2016, Seção 1, pág. 20, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.039387/2014-18 - VITALIJ STANKO

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 28/04/2016, Seção 1, pág. 71, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.039345/2014-79 - JEFFREY COOMBS

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 15/10/2015, Seção 1, pág. 38, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.014731/2015-39 - GEIR OVE OLSEN

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 16/06/2016, Seção 1, pág. 29, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.039341/2014-91 - IVAN ZAICEV

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 13/01/2016, Seção 1, pág. 22, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.013844/2015-17 - JAN BERNHARD SJUE

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 18/07/2016, Seção 1, pág. 37, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08286.002526/2015-71 - MD FARUK HOSSAIN

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 05/10/2015, Seção 1, pág. 665, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.014729/2015-60 - GUNNAR OVREVOLL

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 09/08/2016, Seção 1, pág. 23, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.027254/2015-71 - ROBERT CRIS PABIONA BAYLON

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 29/07/2016, Seção 1, pág. 39, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.015932/2015-53 - DAMIEN JUDE STEBBINS

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2015, Seção 1, pág.37, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08000.015664/2015-70 - GUNNAR BOROE

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 7 de outubro de 2015, Seção 1, pág. 20, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.015662/2015-81 - JOAQUIM AUGUSTO FAUSTINO FONTES

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2016, Seção 1, pág. 20, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.022014/2015-81 - KENNETH MERRITT

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 12/01/2016, Seção 1, pág. 25, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.021980/2015-81 - CONSTANTIN BULGARU

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 01/02/2016, Seção 1, pág. 34, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.042094/2014-18 - JOHN FREDERICK YON JR

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 22/06/2016, Seção 1, pág. 29, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.015831/2015-82 - TONCI KASTELANAC

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 13/01/2016, Seção 1, pág. 23, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.041435/2014-20 - JOHAN OLA MATTIAS VELIN

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 07/06/2016, Seção 1, pág. 21, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Por oportuno, REVOGO o Despacho nº 13807/2016/DPMIG_Prorr. Trabalho/DPMIG/DEMIG/SNJ (2734358).

Processo Nº 08000.022047/2015-21 - DANIJEL UBOVIC

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2016, Seção 1, pág. 37, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.021795/2015-96 - YOUNGJUN CHANG

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 12/05/2016, Seção 1, pág. 89, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.020867/2015-88 - SVENNING REMOE FURSETH.

Considerando manifestação da empresa responsável pela vinda do interessado ao país, torno insubsistente o Despacho publicado em 25/02/2016 (Seção 1 - Página 43), e determino o arquivamento do processo.

Processo Nº 08000.020963/2015-26 - PETER OVERVAAG.

INDEFIRO o pedido de retificação, uma vez que o prazo da prorrogação da estada do estrangeiro foi concedido com fundamento na manifestação do Ministério do Trabalho (2321732).

Processo Nº 08000.016089/2016-11 - ALEKSIS BERNARD AALTONEN

Considerando a manifestação contrária do Ministério do Trabalho, INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, Visto Temporário Item V, abaixo relacionados:

Processo Nº 08390.000960/2016-19 - MAKOTO AKITA

Processo Nº 08451.001200/2016-59 - GIANLUIGI MOTTA

Processo Nº 08000.028948/2015-26 - ARTURO II BIHAY ARAGON

Processo Nº 08000.023469/2015-13 - JOHN DREY NABONG MC CREARY

Processo Nº 08000.023275/2015-18 - TORSTEN MUELLER

Processo Nº 08000.019573/2015-11 - ARKADII BRIUKHANOV

Processo Nº 08000.019385/2015-85 - JOSELITO DERI DINO

Processo Nº 08000.019384/2015-31 - ROBERT QUICIO QUITEVIS

Processo Nº 08000.019382/2015-41 - ERNIE KILATON HERNANDEZ

Processo Nº 08000.013819/2015-33 - AJAYKUMAR HARIBHAI TANDEL

Processo Nº 08000.014695/2015-11 - IGOR BREDIKHIN

Processo Nº 08000.016386/2015-78 - ARIEL JAMOLIN ALFONSO

Processo Nº 08000.017142/2015-11 - ISAGANI GARCIA CAUNIN

Considerando a manifestação do Ministério do Trabalho que constatou a ausência do pré-cadastro, INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no Pais, abaixo relacionados:

Processo Nº 08212.002378/2016-30 - HUI MIN CHEN

Processo Nº 08000.002946/2015-15 - DERK-JAN MULDER

Processo Nº 08000.019468/2015-74 - ROBERT MACIEJ KOLECKI

INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o interessado não cumpriu a exigência de documentos/informações enviada por esta Divisão dentro do prazo estabelecido.

Processo Nº 08000.022765/2014-16 - GEORGIOS ZANNES

MULLER LUIZ BORGES

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 10 de agosto de 2015, Seção 1, pág. 34.

Onde se lê - DEFIRO o pedido de transformação de visto oficial em permanente, formulado pela nacional austríaca ULRIKE PIMMINGSTORFER, na forma do art. 39 da Lei 6815/80.

Processo Nº 08280.016138/2013-66 - ULRIKE PIMMINGSTO R F E R

Leia-se - DEFIRO o pedido de transformação de visto oficial em permanente, formulado pela nacional austríaca ULRIKE HILDEGARD PIMMINGSTORFER, na forma do art. 39 da Lei 6815/80.

Processo Nº 08280.016138/2013-66 - ULRIKE HILDEGARD PIMMINGSTORFER

No Diário Oficial da União de 20/06/2016, Seção 1, pág. 52.

Onde se lê - Processo Nº 08000.008149/2016-14 - LUIS ALFONSO RAMIREZ CACERS, até 12/04/2017

Leia-se - Processo Nº 08000.008149/2016-14 - LUIS ALFONSO RAMIREZ CACERES, até 12/04/2017

No Diário Oficial da União de 26/07/2016, Seção 1, pág. 36.

Onde se lê - Processo Nº 08505.017528/2016-14 - HIROKI OTSUJI

Leia-se - Processo Nº 08505.017528/2016-14 - HIROKI OTSUJI, até 17/05/2017.

No Diário Oficial da União de 12/04/2016, Seção 1, pág. 22.

Onde se lê - Processo Nº 08000.003907/2016-16 - BERNARD GARBAY, até 03/03/2018

Leia-se - Processo Nº 08000.003907/2016-16 - BERNARD GARBAY, VALENTINE YVONNE ISABELLE GUILMINEAU, até 03/03/2018.

No Diário Oficial da União de 03/05/2016, Seção 1, pág. 30.

Onde se lê - Processo Nº 08000.000310/2016-10 - MAHESH MADDINENI, até 01/04/2017.

Leia-se - Processo Nº 08000.000310/2016-10 - MAHESH MADDINENI e HIMABINDU MOPARTHI, até 01/04/2017.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 107, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

A Diretora Substituta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Trailer: DEMOLIÇÃO (DEMOLITION, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Helen Estabrook
Diretor(es): Jean-Marc Vallée
Distribuidor(es): Columbia Tristar Filmes do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Comédia
Tipo de Material Analisado: Pen Drive
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.025390/2016-16
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: OS PIRATINHAS 3 (Brasil - 2016)
Produtor(es): Fernando Alonso Moysés/Nelson Botter Junior
Diretor(es): Fernando Alonso Moysés/Nelson Botter Junior
Distribuidor(es): SOM LIVRE EDIÇÕES MUSICAIS
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.032791/2016-14
Requerente: TORTUGA STUDIOS PRODUTORA DE FILMES LTDA.

Filme: A ESCURIDÃO (+ ADICIONAIS) (THE DARKNESS, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Jeanette Brill/Robyn Marshall/Couper Samelson
Diretor(es): Greg Mclean
Distribuidor(es): Universal Pictures do Brasil
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Terror
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.033263/2016-82
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: FERRUGEM (Brasil - 2015)
Produtor(es): Amanda Lima
Diretor(es): Igor Angelkorte
Distribuidor(es): ELO COMPANY
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Conteúdo impactante
Processo: 08017.000725/2016-04
Requerente: PAULA VILELA E SOUZA

Filme: ONÇA PINTADA, MAIS PERTO DO QUE SE PODE IMAGINAR (Brasil - 2014)
Produtor(es): Marca D`Agua Produções Ltda./WCP - Wildlife Conservation Produções Ltda.
Diretor(es): Tulio Schargel
Distribuidor(es): ELO COMPANY
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000757/2016-00
Requerente: ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.

Filme: 800 M (Brasil - 2016)
Produtor(es): Rodolfo Castilho Moreno
Diretor(es): Rubens Arnaldo Rewald & Aarón Fernández Lesur
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000801/2016-73
Requerente: CONFEITARIA DE CINEMA COMUNICAÇÕES LTDA.

ALESSANDRA XAVIER NUNES MACEDO

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

DESPACHO DO DIRETOR

Ref.: Processo nº 08020.002530/2016-31. Interessada: CONDOR S.A. INDÚSTRIA QUÍMICA, CNPJ nº 30.092.431/0001-96. Assunto: Decisão em última instância administrativa. Decisão: CONHECER o recurso interposto pela empresa CONDOR S.A. INDÚSTRIA QUÍMICA, CNPJ nº 30.092.431/0001-96, em razão da presença dos pressupostos de admissibilidade e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO. CONFIRMAR, em sua totalidade, a Decisão prolatada pela Coordenadora-Geral de Logística Substituta do DEAPSEG por meio do Decisório nº 10/2016, que indeferiu o Recurso Administrativo interposto pela Recorrente. DETERMINAR o recolhimento da multa apurada no âmbito do Processo Administrativo nº 08020.002530/2016-31, em desfavor da empresa CONDOR S.A. INDÚSTRIA QUÍMICA, CNPJ nº 30.092.431/0001-96, cujo montante perfaz R$ 262.541,11 (duzentos e sessenta e dois mil quinhentos e quarenta e um reais e onze centavos), através da execução da Garantia Contratual e, suplementarmente, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU a ser quitada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a publicação desta decisão, sob pena de cobrança judicial do crédito.

DAVI ROGÉRIO ARTIGAS
Substituto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Saúde

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 668, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Defere pedido de credenciamento no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais e,

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para o credenciamento de instituições no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere pedido de credenciamento, para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), das instituições abaixo relacionadas:

I - Instituto de Pesquisa Com Células-Tronco, CNPJ 07.031.712/0001-17, Processo SIPAR nº 25000.074735/2015-95;

II - Instituto Quovis, CNPJ 13.007.884/0001-58, Processo SIPAR nº 25000.016406/2016-19;

III - Grupo de Apoio à Criança com Câncer Sul Bahia - GACC Sul Bahia, CNPJ 01.592.808/0001-78, Processo SIPAR nº 25000.017284/2016-70;

IV - Associação São Rafael, CNPJ 04.240.450/0001-02, Processo SIPAR nº 25000.089762/2016-43;

V - Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Rondonópolis, CNPJ 03.099.157/0001-04, Processo SIPAR nº 25000.087598/2016-30;

VI - Associação Arte Despertar, CNPJ 02.469.083/0001-98, Processo SIPAR nº 25000.096562/2016-47;

VII - Instituto D'OR de Gestão de Saúde Pública, CNPJ 08.850.962/0001-41, Processo SIPAR nº 25000.108030/2016-60; e

VIII - Fundação Faculdade de Medicina, CNPJ 56.577.059/0001-00, Processo SIPAR nº 25000.017161/2016-39.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 15 de agosto de 2016

Nº 76 - O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 37, § 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e no art. 10, § 5° da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 04 de abril de 2008, NÃO RECEBE NO EFEITO SUSPENSIVO o recurso a seguir especificado, mantendo os termos da decisão recorrida até a deliberação recursal.

ANEXO

Empresa: MICMMED LTDA - EPP
CNPJ: 94.069.580/0001-17
Expediente do recurso administrativo: 2122215/16-1

Nº 80 - O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 37, § 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e no art. 10, § 5° da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 04 de abril de 2008, NÃO RECEBE NO EFEITO SUSPENSIVO o recurso a seguir especificado, mantendo os termos da decisão recorrida até a deliberação recursal.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

Empresa: LABORATÓRIOS BALDACCI LTDA.
CNPJ: 61.150.447/0001-31
Processo: 25351.373531/2015-30
Expediente do recurso: 2134603/16-8

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO N° 619, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 016/2016, realizada em 21/06/2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA
CNPJ: 60.409.075/0001-52
Processo nº: 25004.310048/2008-27
Expediente nº: 0162936/14-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 84/2013 da Comissão de Instrução e Análise de Recursos de Alimentos.

Recorrente: NEW MILLEN PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.
CNPJ: 00.385.181/0001-11
Processo nº: 25351.594083/2012-92
Expediente nº: 0485813/13-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 25/2014 da Comissão de Instrução e Análise de Recursos de Alimentos.

Recorrente: NUTRILATINA LABORATÓRIOS LTDA
CNPJ: 75.116.996/0001-02
Processo nº: 25023.021573/2012-61
Expediente nº: 0834263/13-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, ratificar o voto proferido na ROP 016/2014, realizada em 25/09/2014, de CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o voto do relator 51/2016 - Dimon, que acata o parecer 102/2013 da Comissão de Instrução e Análise de Recursos de Alimentos.

ARESTO N° 620, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com fundamento no art. 15, VI da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 61, de 3 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as seguintes decisões administrativas recursais:

AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A CNPJ/CPF: 09.296.295/0002-40

25759.269539/2012-61 - AIS:0386842/12-7 - GGPAF1/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para R$ 12.000,00 (doze mil reais); decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 011/2016, realizada no dia 11/05/2016;

BAYER S.A. CNPJ/CPF: 14.372.981/0001-02

25759.663319/2011-77 - AIS:931993/11-0 - GGPAF1/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto modificando a penalidade de multa anteriormente aplicada, para tornar nula a decisão recorrida e determinar o proferimento de nova decisão pela área julgadora; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 010/2016, realizada no dia 26/04/2016;

EMPORIUM SIM SIM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 49.520.711/0001-86

25767.016890/2012-53 - AIS:0023874/12-1 - GGPAF1/ANVISA

Não conhecer do recurso para, de ofício, converter a penalidade de multa em advertência; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 011/2016, realizada no dia 11/05/2016.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0017-88

25749.553738/2010-11 - AIS:730305/10-0 - GGPAF1/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto majorando o valor da multa anteriormente aplicada para R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em face da comprovada reincidência; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 011/2016, realizada no dia 11/05/2016.

FLORES E ERVAS COMÉRCIO FARMACÊUTICO LTDA EPP CNPJ/CPF: 00.602.210/0001-50

25351.335097/2009-05 - AIS:430724/09-1 - GGPRO/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 011/2016, realizada no dia 11/05/2016.

FUNDAÇÃO FACULDADE REGIONAL DE MEDICINA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO CNPJ/CPF: 60.003.761/0002-00

25759.358416/2012-21 - AIS: 0512544/12-8 - GGPAF1/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de advertência anteriormente aplicada; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 011/2016, realizada no dia 11/05/2016.

GALENA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 57.442.774/0001-90

25759.757364/2011-12 - AIS:758094/11-1 - GGTOX/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais) anteriormente aplicada; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 011/2016, realizada no dia 11/05/2016;

HOMEOPATIA WALDEMIRO PEREIRA LABORATÓRIO INDUSTRIAL FARMACÊUTICO LTDA CNPJ/CPF: 76.440.528/0001-43

25351.268432/2009-80 - AIS:344699/09-9 - GGPRO/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para R$ 35.000,00 (cem mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 011/2016, realizada no dia 11/05/2016;

LA FINESTRA SUL CIELO BRASIL IMPORTAÇAO E DISTRIBUIÇAO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA (QUINUA REAL BRASIL LTDA.) CNPJ/CPF: 05.519.580/0001-41

25759.009529/2013-08 - AIS:0013714/13-6 - GGPAF1/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais) anteriormente aplicada; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 011/2016, realizada no dia 11/05/2016;

LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 00.482.840/0001-38

25759.475751/2008-18 - AIS:624346/08-1 - GGPAF1/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de advertência anteriormente aplicada; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 010/2016, realizada no dia 26/04/2016;

LIMPADORA ORQUIDÁRIO LTDA CNPJ/CPF: 46.778.171/0001-47

25767.358676/2010-41 - AIS:467072/10-8 - GGPAF1/ANVISA

Prover totalmente o recurso interposto arquivando o processo por nulidade do auto de infração sanitária; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 010/2016, realizada no dia 26/04/2016;

MSB MEDICAL SYSTEM DO BRASIL LTDA EPP CNPJ/CPF: 06.167.295/0001-71

25759.655396/2011-49 - AIS:920609/11-4 - GGPAF1/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais); decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 012/2016, realizada no dia 16/05/2016;

PENINA ALIMENTOS LTDA. CNPJ/CPF: 61.274.288/0001-87

25759.453734/2008-11 - AIS:597176/08-4 - GGPAF1/ANVISA

Prover totalmente o recurso interposto arquivando o processo por insubsistência do auto de infração sanitária; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 012/2016, realizada no dia 16/05/2016;

RAI INGREDIENTS AROMAS E FRAGRÂNCIAS LTDA CNPJ/CPF: 68.052.901/0001-60

25759.786073/2011-54 - AIS:1020847/11-0 - GGPAF1/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais); decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 010/2016, realizada no dia 26/04/2016;

SWISSPORT BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 01.886.441/0008-71

25759.296998/2012-59 - AIS:0424921/12-6 - GGPAF1/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais); decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 011/2016, realizada no dia 11/05/2016;

SWISSPORT BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 01.886.441/0008-71

25759.112532/2012-33 - AIS:0161598/12-0 - GGPAF1/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto modificando a penalidade de multa anteriormente aplicada, para tornar nula a decisão recorrida e determinar o proferimento de nova decisão pela área julgadora; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 011/2016, realizada no dia 11/05/2016;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SWISSPORT BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 01.886.441/0011-77

25759.637082/2011-18 - AIS:894689/11-2 - GGPAF1/ANVISA

Prover totalmente o recurso interposto arquivando o processo por insubsistência do auto de infração sanitária; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 011/2016, realizada no dia 11/05/2016;

TAKASAGO FRAGRANCIAS E AROMAS LTDA. CNPJ/CPF: 67.092.320/0001-90

25759.786663/2011-90 - AIS:1021640/11-5 - GGPAF1/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para R$ 3.000,00 (três mil reais); decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 011/2016, realizada no dia 11/05/2016;

TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0001-60

25351.620252/2011-87 - AIS:870756/11-1 - GGPAF1/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais); decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 010/2016, realizada no dia 26/04/2016;

TELEDIU LTDA- ME CNPJ/CPF: 00.391.108/0001-52

25351.082065/2009-01 - AIS:102573/09-2 - GGPRO/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para R$ 2.000,00 (dois mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 011/2016, realizada no dia 11/05/2016;

TRANSCONTINENTAL TRADING LTDA CNPJ/CPF: 25.104.365/0001-97

25351.233352/2008-56 - AIS:295688/08-8 - GGPRO/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para R$ 9.000,00 (nove mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 011/2016, realizada no dia 11/05/2016;

VRG LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 07.575.651/0001-59

25745.406829/2012-36 - AIS: 0580077/12-3 - GGPAF1/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais); decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 010/2016, realizada no dia 26/04/2016;

WEBJET LINHAS AEREAS SA CNPJ/CPF: 05.730.375/0001-20

25743.695144/2011-41 - AIS:976193/11-4 - GGPAF1/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais); decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 012/2016, realizada no dia 16/05/2016;

WORLD VISION OPHTHALMIC COMERCIO DE MATERIAIS OPTICOS LTDA - EPP CNPJ/CPF: 44.783.769/0001-07

25759.073485/2006-12 - AIS:096043/06-8 - GGPAF1/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais); decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 012/2016, realizada no dia 16/05/2016;

WORLD VISION OPHTHALMIC COMERCIO DE MATERIAIS OPTICOS LTDA - EPP CNPJ/CPF: 44.783.769/0001-07

25759.097787/2006-86 - AIS:129429/06-6 - GGPAF1/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para R$ 4.000,00 (quatro mil reais); decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 011/2016, realizada no dia 11/05/2016.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ARESTO N° 621, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 016/2016, realizada em 21 de junho de 2016; Reunião Ordinária Pública - ROP nº 018/2016, realizada em 19 de julho de 2016 e Reunião Ordinária Pública - ROP nº 019/2016, realizada em 26 de julho de 2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: INTECOM SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA.
CNPJ: 03.857.930/0001-54
Processo: 25351.295038/2010-61
Expediente do Recurso: 0753798/14-1
Parecer: 129/2016-COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: DENTAL OESTE LTDA.-ME
CNPJ: 05.412.147/0001-02
Processo: 25351.650986/2015-69
Expediente do Recurso: 1017762/15-1
Parecer: 020/2016-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: DIAMANTE & CIA. LTDA.-ME
CNPJ: 22.027.183/0001-71
Processo: 25351.643819/2015-11
Expedientes dos Recursos: 1025812/15-4
Parecer: 044/2016-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: DISTRIBUIDORA POPULAR DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA.-ME
CNPJ: 22.067.103/0001-01
Processo: 25351.631976/2015-10
Expediente do Recurso: 1018797/15-9
Parecer: 045/2016 - COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: INSTITUTO BIOCHIMICO INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA
CNPJ: 33.258.401/0011-77
Processo: 25351.875078/2016-24
Expediente do Recurso: 1362502/16-1
Parecer: 108/2016 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: ALEFH MEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 07.187.072/0001-39
Processo: 25351.320427/2006-76
Expediente do Recurso: 0957753/15-0
Parecer: 047/2016 - COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: ANGEL MEDICAMENTOS E MATERIAIS CIRÚRGICOS EIRELI-EPP
CNPJ: 23.478.427/0001-03
Processo: 25351.882435/2016-02
Expediente do Recurso: 1350882/16-2
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, PARA RETORNAR O PROCESSO À COAFE/GGFIS, PARA REANALISE DO PEDIDO, RECONHECENDO A LICENÇA SANITÁRIA APRESENTADA COMO DOCUMENTO EQUIVALENTE, NOS TERMOS DO ART.15, I, c, DA RDC 16/2014, ACOMPANHANDO O VOTO 020/2016-DIGES DA RELATORIA.

Empresa: DROGARIA APS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 23.153.413/0001-01
Processo: 25351.759537/2015-15
Expediente do Recurso: 1198653/16-1
Parecer: 066/2016 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: CALL MED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E REPRESENTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 05.106.015/0001-52
Processo: 25351.564967/2011-14
Expediente do Recurso: 0744309/14-9
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DE PERDA DE OBJETO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - COARE/SUINP, DATADO DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Empresa: SUNFLOWER INDÚSTRIA E LABORATÓRIO FITOTERÁPICO LTDA.
CNPJ: 02.385.401/0001-32
Processo: 25351.549918/2015-91
Expediente do Recurso: 175945/16-1
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, E CONSEQUENTE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR - VOTO Nº 029/2016 - DIGES.

Empresa: ADRIFAM FARMÁCIA LTDA.-ME
CNPJ: 05.908.119/0002-61
Processo: 25351.373348/2007-49
Expediente do Recurso: 1044079/13-8
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DE PERDA DE OBJETO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - COARE/DIMON, DATADO DE 11 DE MAIO DE 2016.

Empresa: ASSOCIAÇÃO DR. BARTHOLOMEU TACCHINI FARMÁCIA TACCHIMED - FILIAL SALDANHA
CNPJ: 87.547.444/0005-53
Processo: 25351.385252/2011-18
Expediente do Recurso: 0604573/12-1
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DE PERDA DE OBJETO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - COARE/DIMON, DATADO DE 12 DE MAIO DE 2016.

Empresa: B.S.B. COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 02.762.464/0001-60
Processo: 25351.315303/2005-98
Expediente do Recurso: 0604284/12-8
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DE PERDA DE OBJETO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - COARE/DIMON, DATADO DE 12 DE MAIO DE 2016.

Empresa: BORGES E NEVES LTDA.-ME
CNPJ: 25.741.943/0001-04
Processo: 25351.514728/2013-98
Expediente do Recurso: 0811247/13-9
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DE PERDA DE OBJETO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - COARE/DIMON, DATADO DE 12 DE MAIO DE 2016.

Empresa: C. M. A. ELLER
CNPJ: 03.001.312/0002-99
Processo: 25351.239784/2012-57
Expediente do Recurso: 0493098/12-3
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DE PERDA DE OBJETO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - COARE/DIMON, DATADO DE 13 DE MAIO DE 2016.

Empresa: CM - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.-ME
CNPJ: 09.402.184/0001-90
Processo: 25351.687121/2008-69
Expediente do Recurso: 855758/10-6
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DE PERDA DE OBJETO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - COARE/DIMON, DATADO DE 13 DE MAIO DE 2016.

Empresa: DARCY GRAZZIOTIN E CIA. LTDA.
CNPJ: 94.584.380/0001-00
Processo: 25351.183642/2002-56
Expediente do Recurso: 0595397/12-9
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DE PERDA DE OBJETO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - COARE/DIMON, DATADO DE 13 DE MAIO DE 2016.

Empresa: DROGARIA MARCELO LTDA.-EPP
CNPJ: 01.306.145/0002-69
Processo: 25351.606256/2008-31
Expediente do Recurso: 0596828/12-3
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DE PERDA DE OBJETO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - COARE/DIMON, DATADO DE 17 DE MAIO DE 2016.

Empresa: DROGARIA N 1 DE HELIÓPOLIS LTDA.
CNPJ: 08.218.020/0001-45
Processo: 25351.028865/2007-66
Expediente do Recurso: 0654728/14-1
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DE PERDA DE OBJETO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - COARE/DIMON, DATADO DE 30 DE MAIO DE 2016.

Empresa: FARMÁCIA ALAMEDA LTDA.-EPP
CNPJ: 80.718.158/0001-30
Processo: 25351.187757/2002-10
Expediente do Recurso: 0592866/12-4
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DE PERDA DE OBJETO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - COARE/DIMON, DATADO DE 23 DE MAIO DE 2016.

Empresa: DROGARIA FM VIEIRA LTDA.
CNPJ: 08.405.426/0001-37
Processo: 25351.172668/2007-83
Expediente do Recurso: 0087238/13-5
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DE PERDA DE OBJETO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - COARE/DIMON, DATADO DE 16 DE MAIO DE 2016.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Empresa: FARMÁCIA SAGRADA FAMÍLIA LTDA.
CNPJ: 08.545.576/0001-46
Processo: 25351.696170/2015-11
Expediente do Recurso: 1023299/15-1
Parecer: 153/2016 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: LINHAMED COM. IMP. E EXP. DE PROD. MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.-ME
CNPJ: 08.970.879/0001-06
Processo: 25351.865359/2016-53
Expediente do Recurso: 1306950/16-1
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, PARA RETORNAR O PROCESSO À COAFE/GGFIS, PARA REANALISE DO PEDIDO, RECONHECENDO A LICENÇA SANITÁRIA APRESENTADA COMO DOCUMENTO EQUIVALENTE, NOS TERMOS DO ART. 15, I, c, DA RDC 16/2014, ACOMPANHANDO O VOTO 22/2016-DIGES DA RELATORIA.

Empresa: DROGARIA ATRAÇÃO DE PARADA ANGÉLICA LTDA.
CNPJ: 22.413.839/0001-94
Processo: 25351.689322/2015-20
Expediente do Recurso: 1034623/15-6
Parecer: 166/2016 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: QUICK LOGÍSTICA LTDA.
CNPJ: 03.176.032/0001-30
Processo: 25351.252231/2006-41
Expediente do Recurso: 978098/11-0
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DE PERDA DE OBJETO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - COARE/DIMON, DATADO DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Empresa: FARMÁCIA E PERFUMARIA GUIARONE LTDA.
CNPJ: 20.068.292/0001-01
Processo: 25351.340908/2014-16
Expediente do Recurso: 1347894/16-0
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DE PERDA DE OBJETO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - COARE/DIMON, DATADO DE 03 DE JUNHO DE 2016.

Empresa: BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 49.475.833/0001-06
Processo: 25351.503193/2015-96
Expediente do Recurso: 0622159/15-9
Parecer: 31/2015 - COREF/SUCOM
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: GLENMARK FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 44.363.661/0001-57
Processo: 25351.229647/2014-23
Expediente do Recurso: 0975274/14-9
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DO RELATOR QUE ACATA O PEDIDO DE DESISTÊNCIA DA RECORRENTE.

Empresa: MULTIFARMA COMERCIAL FARMACÊUTICA LTDA.-ME
CNPJ: 13.341.865/0001-63
Processo: 25351.704932/2013-07
Expediente do Recurso: 0188496/14-4
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR - VOTO DO DIRETOR Nº 011/2016.

Empresa: R MIX DROGARIA EIRELI-EPP
CNPJ: 17.482.560/0001-06
Processo: 25351.578768/2014-49
Expediente do Recurso: 0994539/14-3
Decisão: POR UNANIMIDADE, RETIFICAR A DECISÃO PROFERIDA NA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA 003/2016 PARA CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR - VOTO DO DIRETOR Nº 012/2016.

Empresa: BIOFONTES FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA.
CNPJ: 08.667.497/0001-08
Processo: 25351.275964/2007-35
Expediente do Recurso: 0688725/13-2
Decisão: POR UNANIMIDADE, RETIFICAR A DECISÃO PROFERIDA NA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA 003/2016 PARA MANTER O INDEFERIMENTO, ACOMPANHANDO O PARECER 760/2015-COARE/SUINP, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR - VOTO DO DIRETOR Nº 013/2016.

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 15 de agosto de 2016

N° 77 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, bem como o disposto no art. 53, II, IX, §§ 1º, 3º e 4º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar a redistribuição de relatoria de bloco de subtemas da Agenda Regulatória 2015-2016 e seu tratamento em um único processo de regulamentação, nos termos do Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 09 de agosto de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação, conforme anexo.

ANEXO

Agenda Regulatória 2015-2016: Bloco de subtemas nº 18.1 e 18.3

Assuntos: Procedimento de Peticionamento, Arrecadação e Restituição de Taxa, incluindo adequações aos dispositivos da Lei nº 13.097/2015 e Proposta de alteração parcial da RDC n.º 222/2006, concernente às notificações de cosméticos, saneantes, alimentos e medicamentos.

Área responsável: Gerência-Geral de Gestão Administrativa e Financeira - GGGAF

Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior

Agenda Regulatória 2015-2016: Bloco de subtemas nº 20.3 e 20.1

Assuntos: Registro e Pós-Registro de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFA) e Atualização de Insumos Farmacêuticos Sintéticos e Semissintéticos Submetidos ao Registro Sanitário

Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED

Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior

Agenda Regulatória 2015-2016: Bloco de subtemas nº 21.1 e 22.1

Assunto: Atualização das modalidades de análise relacionadas aos laboratórios oficiais de vigilância sanitária e Requisitos técnicos para Coleta, transporte, acondicionamento, recepção, fracionamento e destinação de amostras de produtos e Serviços sob o regime da vigilância sanitária para análises laboratoriais

Área responsável: Gerência de Laboratórios de Saúde Pública - GELAS

Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho

Agenda Regulatória 2015-2016: Bloco de subtemas nº 27.1 e 27.3

Assunto: Estabelecer os prazos para renovação do registro de medicamentos, não superior a 10 (dez) anos, considerando a natureza do produto e o risco sanitário envolvido na sua utilização; Renovação simplificada de registro de medicamentos

Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED

Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho

Agenda Regulatória 2015-2016: Bloco de subtemas nº 34.2 e 34.8

Assunto: Equivalência Terapêutica de Medicamentos Inalatórios Orais e Provas de Equivalência Farmacêutica para Medicamentos na Forma de Sprays e Aerossóis Nasais de Dose Controlada

Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED

Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior

N° 78 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, bem como o art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar a redistribuição de relatoria de propostas de atuação regulatória da Agência, previstas na Agenda Regulatória 2015-2016, nos termos do Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 31 de maio de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação, conforme anexo.

ANEXO

Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 1.2
Assunto: Aditivos Aromatizantes de espécies botânicas regionais
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 1.6
Assunto: Aditivos para Suplementos Alimentares
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 6.1
Assunto: Proposta de Revisão da Resolução RDC nº 344/2002, que aprova o regulamento técnico para fortificação das farinhas de trigo e das farinhas de milho com ferro e ácido fólico
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 13.2
Assunto: Lista de substâncias não permitidas em produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes (Tema Mercosul)
Área responsável: Gerência de Cosméticos - GECOS
Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 14.4
Assunto: Requisitos técnicos para a regularização de produtos de higiene pessoal descartáveis que compreendem as escovas dentais, fios e fitas dentas, absorventes higiênicos descartáveis destinados ao asseio corporal e hastes flexíveis
Área responsável: Gerência de Cosméticos - GECOS
Diretor relator: Renato Alencar Porto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 15.1
Assunto: Obrigatoriedade na descrição da composição dos ingredientes da rotulagem de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes em língua portuguesa
Área responsável: Gerência de Cosméticos - GECOS
Diretor relator: Renato Alencar Porto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 17.1
Assunto: Boas Práticas Regulatórias no âmbito da Anvisa
Área responsável: Gerência-Geral de Regulamentação e Boas Práticas Regulatórias - GGREG
Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 23.1
Assunto: Credenciamento de Laboratórios Analíticos de Interesse da Vigilância Sanitária
Área responsável: Gerência de Laboratórios de Saúde Pública - GELAS
Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 28.1
Assunto: Controle e Fiscalização da Cadeia de Distribuição de Medicamentos
Área responsável: Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária - GGFIS
Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 32.7
Assunto: Registro e Pós-registro de Medicamentos Dinamizados
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 34.1
Assunto: Diretrizes de Liberação Paramétrica em Substituição ao Teste de Esterilidade
Área responsável: Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária - GGFIS
Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 40.1
Assunto: Regulamentação do Controle Sanitário de Importação de produtos fumígenos derivados do tabaco
Área responsável: Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos - GGPAF
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 40.5
Assunto: Simplificação do Procedimento de Fiscalização Sanitária de Produtos Importados
Área responsável: Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos - GGPAF
Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 44.1
Assunto: Procedimento de liberação de lotes de hemoderivados para consumo no Brasil e exportação
Área responsável: Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos - GGPAF
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 48.1
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre Certificação de Próteses de Quadril
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde - GGTPS
Diretor relator: Renato Alencar Porto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 55.1
Assunto: Água Sanitária e Alvejantes à base de Hipoclorito de Sódio (Tema Mercosul) ou Hipoclorito de Cálcio
Área responsável: Gerência de Saneantes - GESAN
Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 55.3
Assunto: Incorporação do Regulamento Técnico MERCOSUL para Produtos Saneantes à Base de Bactérias aprovado pela Resolução GMC nº 63/2014
Área responsável: Gerência de Saneantes - GESAN
Diretor relator: Renato Alencar Porto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 55.6
Assunto: Estabelece requisitos técnicos e operacionais para fins de regularização de produtos saneantes de risco 2, com a unificação das Resoluções RDC nº 42/09 e 59/10
Área responsável: Gerência de Saneantes - GESAN
Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 61.1
Assunto: Funcionamento de Estabelecimentos Educacionais da Educação Infantil - Creches e Pré-Escolas
Área responsável: Gerência-Geral de Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - GGCOF
Diretor relator: Ivo Bucaresky
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 61.2
Assunto: Regulamentação das atividades de estética e embelezamento
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde - GGTES
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 62.5
Assunto: Regulamento Técnico que estabelece os requisitos de boas práticas para funcionamento, segurança e qualidade dos serviços de diagnóstico por imagem na área da saúde
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde - GGTES
Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 62.6
Assunto: Regulamento Técnico que estabelece os requisitos de boas práticas para funcionamento, segurança e qualidade dos serviços de diagnóstico por imagem que utilizam equipamentos emissores de radiação ionizante na área da saúde

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde - GGTES
Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 63.1
Assunto: Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde - GGTES
Diretor relator: Renato Alencar Porto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 64.1
Assunto: Infraestrutura de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde - GGTES
Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 68.1
Assunto: Regulamentação para produtos fumígenos não derivados do tabaco
Área responsável: Gerência-Geral de Produtos Derivados do Tabaco - GGTAB
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 71.1
Assunto: Autorização para esgotamento de estoque de produtos sujeitos à vigilância sanitária
Área responsável: Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária - GGFIS
Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 73.4
Assunto: Controle e Fiscalização de Substâncias sob Controle Especial e Plantas que podem originá-las
Área responsável: Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária - GGFIS
Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 74.1
Assunto: Nanotecnologia relacionada a produtos e processos sujeitos à vigilância sanitária
Área responsável: Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários - DIMON
Diretor relator: Renato Alencar Porto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 76.2
Assunto: Transferência de titularidade de registro de produtos sujeitos à vigilância sanitária
Área responsável: Gerência-Geral de Regulamentação e Boas Práticas Regulatórias - GGREG
Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho

N° 79 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, bem como o disposto no art. 53, II, IX, §§ 1º, 3º e 4º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar a distribuição de relatoria de propostas de atuação regulatória da Agência, previstas na Agenda Regulatória 2015-2016, nos termos do Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 22 de outubro de 2015 e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação, conforme anexo.

ANEXO

Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 1.7
Assunto: Lista geral harmonizada de aditivos alimentares e suas classes funcionais
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 7.1
Assunto: Produtos a base de cereais integrais
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 12.1
Assunto: Categorização de serviços de alimentação
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 14.2
Assunto: Avaliação dos ingredientes empregados em alisamento capilar
Área responsável: Gerência de Cosméticos - GECOS
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 16.1
Assunto: Atualização da Farmacopeia Brasileira, de seus Compêndios e Produtos
Área responsável: Coordenação da Farmacopeia - COFAR
Diretor relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 18.2
Assunto: Procedimentos de Petições Submetidas à Análise pelos Setores Técnicos
Área responsável: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 18.4
Assunto: Recepção de documentos em mídia
Área responsável: Gerência de Gestão Documental e Memória Corporativa - GEDOC
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 20.2
Assunto: Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos
Área responsável: Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária - GGFIS
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 25.1
Assunto: Inspeção em Boas Práticas Clínicas
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 29.1
Assunto: Farmacovigilância em detentores de registro de medicamentos de uso humano
Área responsável: Gerência-Geral de Monitoramento de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária - GGMON
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 31.1
Assunto: Norma sobre Armazenamento, Distribuição e Transporte de Gases Medicinais
Área responsável: Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária - GGFIS
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 32.1
Assunto: Atualização da Lista Padronizada de Medicamentos Sujeitos à Notificação Simplificada
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 32.3
Assunto: Inovação incremental de medicamentos
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 32.4
Assunto: Padronização do envio de informações relativas à descontinuação temporária ou definitiva de fabricação ou importação de medicamentos
Área responsável: Gerência-Geral de Monitoramento de Mercado e Assessoramento Econômico - GGMAE
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 32.9
Assunto: Vinculação do registro do medicamento ao protocolo de Documento Informativo de Preço de medicamentos
Área responsável: Secretaria Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - SCMED
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 34.2 (subtema agrupado ao 34.8, conforme ROI 005/2016, de 09/08/2016)
Assunto: Equivalência Terapêutica de Medicamentos Inalatórios
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 34.3
Assunto: Estudos de Equivalência Farmacêutica e de Perfil de Dissolução Comparativo
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 35.3
Assunto: Restrição de venda de fitoterápicos
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 36.1
Assunto: Alteração das Exigências Regulamentares quanto à Segregação de Áreas Produtivas para Classes Terapêuticas Específicas de Medicamentos
Área responsável: Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária - GGFIS
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 38.1
Assunto: Vacinas Influenza para uso no Brasil em 2016 e 2017
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 40.4
Assunto: Revisão do Regulamento Técnico de Bens e Produtos para fins de Vigilância Sanitária
Área responsável: Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados - GGPAF
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 42.1
Assunto: Internacionalização dos aeroportos brasileiros
Área responsável: Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados - GGPAF
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 43.1
Assunto: Planos de Contingência para Emergências de Saúde Pública em Portos, Aeroportos e Fronteiras
Área responsável: Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados - GGPAF
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 47.1
Assunto: Boas Práticas de Fabricação de Bolsas de Sangue
Área responsável: Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária - GGFIS
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 48.2
Assunto: Revisão da lista de Normas Técnicas, cujos parâmetros devem ser adotados para a certificação de conformidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade (SBAC), dos equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde - GGTPS
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 49.1
Assunto: Nomenclatura de Dispositivos Médicos Prioritários
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde - GGTPS
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 53.1
Assunto: Uso e Substituição de Produtos para a Saúde (Esfigmomanômetros e Termômetros Clínicos) que Contenham Mercúrio
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde - GGTPS
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 55.4
Assunto: Produtos Saneantes à base de hipoclorito de sódio (alvejantes) - Tema Mercosul
Área responsável: Gerência de Saneantes - GESAN
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 55.5
Assunto: Registro de Produtos Saneantes Domissanitários - Tema Mercosul
Área responsável: Gerência de Saneantes - GESAN
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 56.1
Assunto: Rotulagem de produtos saneantes
Área responsável: Gerência de Saneantes - GESAN
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 57.2
Assunto: Implantação do Sistema de Biovigilância
Área responsável: Gerência-Geral de Monitoramento de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária - GGMON
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 60.1
Assunto: Registro de Produtos de Terapias Avançadas
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 62.1
Assunto: Boas Práticas de Funcionamento das Unidades de Terapia Intensiva
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde - GGTES
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 62.2
Assunto: Boas Práticas de Funcionamento de Lactários
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde - GGTES
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 62.3
Assunto: Boas Práticas em Farmácias
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde - GGTES
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 67.1
Assunto: Reavaliação Toxicológica do Ingrediente Ativo 2,4-D
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 68.2
Assunto: Requisitos técnicos e procedimentos administrativos para registro de produtos fumígenos derivados do tabaco
Área responsável: Gerência-Geral de Produtos Derivados do Tabaco - GGTAB
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 70.2
Assunto: Autorização de Funcionamento de Estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária
Área responsável: Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária - GGFIS
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 72.1
Assunto: Prazo de vigência da Certificação de Boas Práticas de Fabricação dos produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária
Área responsável: Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária - GGFIS
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 73.1
Assunto: Atualização da Lista de Antimicrobianos Sujeitos ao Controle Estabelecido pela RDC nº 20/2011
Área responsável: Gerência-Geral de Monitoramento de Produtos sujeitos à Vigilância Sanitária - GGMON
Diretor relator: Ivo Bucaresky
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 73.2
Assunto: Atualização das Substâncias Sujeitas a Controle Especial (Anexo I da Portaria nº 344/1998 e atualizações)
Área responsável: Gerência-Geral de Monitoramento de Produtos sujeitos à Vigilância Sanitária - GGMON
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior

N° 81 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar proposta de iniciativa em Anexo bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme deliberado em reunião realizada em 22 de janeiro de 2015, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

Processo nº: 25351.909953/2016-88
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema n. 16.1 - Atualização da Farmacopeia Brasileira, de seus Compêndios e Produtos.
Assunto: Proposta de iniciativa sobre a revisão da Farmacopeia Brasileira por meio da incorporação de correções e de erratas de suas monografias e capítulos.
Área responsável: COFAR/GGMED
Regime de Tramitação: Comum
Diretor Relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHOS DO COORDENADOR
Em 15 de agosto de 2016

N° 60 - A Coordenação Administrativa de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: A. BRASIL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA CNPJ/CPF: 05.855.243/0001-25
25741.077474/2015-61 - AIS:0110452/15-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL CNPJ/CPF: 56.998.701/0012-79
25752.821961/2010-25 - AIS:214895/10-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: AERPORTOS BRASIL VIRACOPOS S.A. CNPJ/CPF: 14.522.178/0001-07
25759.050421/2015-55 - AIS:0074892/15-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
AUTUADO: AGRANA FRUIT BRASIL INDUSTRIA COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 08.279.845/0001-70
25759.541774/2015-76 - AIS:0788019/15-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS)
AUTUADO: ASL SERVIÇOS MARÍTIMOS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP CNPJ/CPF: 11.303.525/0001-12
25767.561116/2013-37 - AIS:0803530/13-0 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE DO AIS
AUTUADO: BAYER S.A. CNPJ/CPF: 18.459.628/0001-15
25759.541097/2015-25 - AIS:0787051/15-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
AUTUADO: BAYER S.A. CNPJ/CPF: 18.459.628/0001-15
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
AUTUADO: BAYER S.A. CNPJ/CPF: 18.459.628/0001-15
25759.541066/2015-41 - AIS:0787008/15-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
AUTUADO: BAZZANEZE IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ/CPF: 06.041.774/0001-47
25743.783191/2015-01 - AIS:1118570/15-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 3.000,00 (TRES MIL REAIS)
AUTUADO: BL INDÚSTRIA OTICA LTDA CNPJ/CPF: 27.011.022/0001-03
25759.616976/2015-52 - AIS:0884067/15-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
AUTUADO: BMD - COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA. CNPJ/CPF: 09.603.161/0001-44
25759.452150/2014-15 - AIS:0629029/14-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: CARLOS CESA CIA LTDA CNPJ/CPF: 88.610.456/0001-14
25351.216641/2011-57 - AIS:302365/11-6 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
AUTUADO: CARLOS CESAR DE BRITO - ME CNPJ/CPF: 36.511.731/0003-00
25351.488683/2011-82 - AIS:684642/11-4 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: CHAMON DE NITERÓI TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA. CNPJ/CPF: 30.056.600/0001-32
25752.659176/2011-87 - AIS:926154/11-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: CMW SAUDE E TECNOLOGIA IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA - ME CNPJ/CPF: 07.430.231/0001-84
25759.388229/2015-75 - AIS:0560985/15-2 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA DO AIS
AUTUADO: COMERCIAL DESTRO LTDA CNPJ/CPF: 76.062.488/0001-43
25743.191485/2012-27 - AIS:0276350/12-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE CNPJ/CPF: 34.040.345/0001-90
25750.783837/2011-15 - AIS:1017912/11-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
AUTUADO: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGAÇÃO CNPJ/CPF: 42.581.413/0001-57
25767.507999/2013-99 - AIS:0724792/13-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: CONVIDA ALIMENTACAO LTDA CNPJ/CPF: 48.865.828/0011-00
25752.332289/2011-61 - AIS:462549/11-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: DESTAK SERVIÇOS E PAISAGISMO LTDA CNPJ/CPF: 06.948.411/0001-90
25765.526802/2012-04 - AIS:0753075/12-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: DORJA INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA CNPJ/CPF: 50.208.271/0001-05
25767.182356/2011-53 - AIS:254133/11-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 3.000,00 (TRES MIL REAIS)
AUTUADO: DROGARIA ORTEGA LTDA CNPJ/CPF: 00.630.165/0001-47
25351.502027/2011-80 - AIS:704054/11-7 - GFIMP1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
AUTUADO: GRANO ALIMNETOS S/A CNPJ/CPF: 02.106.825/0004-63
25767.298274/2014-95 - AIS:0410213/14-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: H. STRATTNER & CIA. LTDA CNPJ/CPF: 33.250.713/0002-43
25741.387755/2013-91 - AIS:0545631/13-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: HP BIOPROTESES LTDA CNPJ/CPF: 54.801.196/0001-42
25759.541747/2015-04 - AIS:0787987/15-3 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA DO AIS
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72
25759.040118/2013-87 - AIS:0056762/13-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: INSTITUTO DE QUIMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CNPJ/CPF: 33.663.683/0027-55
25759.468240/2010-49 - AIS:614159/10-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: INSTITUTO DE QUIMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CNPJ/CPF: 33.663.683/0027-55
25759.468279/2010-46 - AIS:614221/10-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. CNPJ/CPF: 54.516.661/0073-78
25759.540856/2015-04 - AIS:0786660/15-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. CNPJ/CPF: 54.516.661/0073-78
25759.532569/2015-88 - AIS:0774815/15-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: KOTA IMPORTS LTDA. CNPJ/CPF: 00.325.031/0001-12
25759.404478/2014-40 - AIS:0560539/14-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: KOTA IMPORTS LTDA. CNPJ/CPF: 00.325.031/0001-12
25759.404472/2014-85 - AIS:0560533/14-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: LABVIX - COMERRCIO E REPRESENTACO LTDA. CNPJ/CPF: 39.808.530/0001-04
25748.609895/2011-78 - AIS:856164/11-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: LIBBS FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 61.230.314/0005-07
25759.105457/2014-36 - AIS:0143121/14-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: LIMP TOP SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - EPP CNPJ/CPF: 72.043.920/0001-06
25749.911375/2016-18 - AIS:1331451/16-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: LMC MARTINS CNPJ/CPF: 05.495.583/0001-92
25749.928081/2016-91 - AIS:1356949/16-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
AUTUADO: MAURANO & MAURANO LTDA CNPJ/CPF: 62.841.846/0001-01
25767.381499/2014-75 - AIS:0528816/14-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: MEDIKALIUM - PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA CNPJ/CPF: 10.214.391/0001-09
25743.746066/2011-59 - AIS:559749/11-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 01.772.798/0002-33
25759.540876/2015-31 - AIS:0786683/15-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
AUTUADO: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 01.772.798/0002-33
25759.605655/2015-79 - AIS:0868587/15-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
AUTUADO: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 01.772.798/0002-33
25759.525029/2015-70 - AIS:0763216/15-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
AUTUADO: MUNIZ AGENCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 05.550.754/0001-39
25745.122581/2011-75 - AIS:168830/11-8 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE DO AIS
AUTUADO: NOVARTIS BIOCIENCIAS CNPJ/CPF: 56.994.502/0002-10
25759.529585/2015-16 - AIS:0769951/15-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: NOVARTIS BIOCIENCIAS CNPJ/CPF: 56.994.502/0002-10
25759.529593/2015-80 - AIS:0769971/15-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A. CNPJ/CPF: 56.994.502/0015-35
25759.605783/2015-81 - AIS:0868753/15-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
AUTUADO: NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A. CNPJ/CPF: 56.994.502/0015-35
25759.605676/2015-31 - AIS:0868613/15-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
AUTUADO: NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A. CNPJ/CPF: 56.994.502/0015-35
25759.540996/2015-80 - AIS:0786884/15-7 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA DO AIS
AUTUADO: NPL TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA CNPJ/CPF: 72.810.468/0001-52
25743.831147/2016-66 - AIS:1196673/16-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS)
AUTUADO: ORTOCIR ORTOPEDIA CIRURGIA LTDA CNPJ/CPF: 60.856.937/0001-95
25759.290292/2013-91 - AIS:0407163/13-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: ORTOPEDIA JAGUARIBE IND. E COM. LTDA CNPJ/CPF: 43.375.799/0001-03
25759.411296/2014-01 - AIS:0570261/14-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: ORTOPEDIA JAGUARIBE IND. E COM. LTDA CNPJ/CPF: 43.375.799/0001-03
25759.411293/2014-17 - AIS:0570232/14-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: PADRÃO DIST. DE PRODUTOS E EQUIP. HOSPITALARES PADRE CALLOU LTDA CNPJ/CPF: 09.441.460/0001-20
25757.015469/2010-45 - AIS:020572/10-9 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
AUTUADO: PENNANT SERVIÇOS MARITIMOS LTDA CNPJ/CPF: 36.140.812/0001-80
25752.122685/2011-38 - AIS:168997/11-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 26.000,00 (VINTE E SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: PORTO DO RECIFE S/A CNPJ/CPF: 04.417.870/0001-11
25757.569670/2011-30 - AIS:799340/11-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
AUTUADO: PORTONAVE S.A. - TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES CNPJ/CPF: 01.335.341/0001-80
25741.950932/2016-06 - AIS:1399985/16-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: PROSPERA TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 05.421.217/0001-99
25741.161623/2015-51 - AIS:0233186/15-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: ROCHAMAR AGENCIA MARITIMA S.A. CNPJ/CPF: 11.256.147/0003-25
25767.514819/2013-28 - AIS:0735597/13-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: SADIA S/A CNPJ/CPF: 20.730.099/0040-09
25743.234089/2012-30 - AIS:0337025/12-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AUTUADO: SANTANA S/A DROGARIA FARMACIAS CNPJ/CPF: 15.103.047/0001-58
25351.451387/2005-22 - AIS:542514/05-0 - GGPRO/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE, CONFORME DECISÃO JUDICIAL.
AUTUADO: SELA GINETA LTDA-ME CNPJ/CPF: 09.208.197/0001-23
25757.438599/2010-18 - AIS:574197/10-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: SELA GINETA LTDA-ME CNPJ/CPF: 09.208.197/0001-23
25757.438552/2010-57 - AIS:574143/10-2 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: SOC.BENEF.ISR.BRAS.HOSPITAL ALBERT EINSTEIN CNPJ/CPF: 60.765.823/0001-30
25759.638932/2015-53 - AIS:0913811/15-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: SPES MEDICA BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 04.870.930/0001-57
25759.513760/2015-72 - AIS:0745905/15-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: SWISSPORT BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 01.886.441/0001-03
25751.399981/2014-71 - AIS:0554328/14-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: SWISSPORT BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 01.886.441/0001-03
25751.399725/2014-57 - AIS:0553963/14-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: TEVA FARMACEUTICA LTDA CNPJ/CPF: 05.333.542/0005-23
25759.452279/2014-11 - AIS:0629212/14-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: TORRENT DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 33.078.528/0001-32
25767.619884/2013-01 - AIS:0887797/13-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: TRICO SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA CNPJ/CPF: 32.282.626/0001-24
25752.389048/2010-39 - AIS:507899/10-7 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE DO AIS
AUTUADO: TVV-TERMINAL DE VILA VELHA S/A CNPJ/CPF: 02.639.850/0001-60
25748.734082/2011-59 - AIS:385887/11-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 00.423.733/0005-62
25745.195693/2013-18 - AIS:0278293/13-6 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE DO AIS
AUTUADO: 3M DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 45.985.371/0106-85
25759.541011/2015-16 - AIS:0786914/15-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

N° 61 - A Coordenação Administrativa de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: A A DOS SANTOS PEREIRA TRANSPORTE - ME CNPJ/CPF: 10.828.997/0001-26
25760.383164/2011-52 - AIS:536452/11-3 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
AUTUADO: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA CNPJ/CPF: 79.621.439/0001-91
25743.379348/2012-12 - AIS:0542377/12-5 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais)
AUTUADO: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA CNPJ/CPF: 79.621.439/0001-91
25743.378007/2012-89 - AIS:0540543/12-2 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais)
AUTUADO: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA CNPJ/CPF: 79.621.439/0001-91
25743.375112/2012-78 - AIS:0536143/12-5 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais)
AUTUADO: AGÊNCIA MARÍTIMA ORION LTDA CNPJ/CPF: 75.185.389/0003-58
25743.338264/2012-61 - AIS:0484444/12-1 - GGPAF1/ANVISA
Arquivamento por Nulidade
AUTUADO: AGN SERVIÇOS MARITIMOS, AGENCIAMENTO E LOGISTICA LTDA. CNPJ/CPF: 10.695.735/0001-30
25752.065741/2012-12 - AIS:0094063/12-1 - GGPAF1/ANVISA
Arquivamento por Nulidade
AUTUADO: AGRIPEC QUIMICA E FARMACEUTICA SA CNPJ/CPF: 07.467.822/0001-26
25351.713548/2009-28 - AIS:412408/09-1 - GGTOX/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais)
AUTUADO: ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ/CPF: 43.426.626/0001-77
25351.631959/2010-97 - AIS:833929/10-5 - GFIMP1/ANVISA
Arquivamento Por Insubsistência ,
AUTUADO: BAYER S.A. CNPJ/CPF: 14.372.981/0001-02
25759.460622/2008-17 - AIS:605897/08-3 - GFIMP/ANVISA
Arquivamento Por Prescrição Intercorrente
AUTUADO: C & M ASSOCIADOS SERVIÇOS MÉDICOS S/C LTDA CNPJ/CPF: 55.045.181/0001-64
25767.684945/2011-78 - AIS:961494/11-0 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Advertência
AUTUADO: CABOTO COMERCIAL E MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 13.856.075/0002-00
25742.247648/2012-13 - AIS:0356116/12-0 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
AUTUADO: CARGILL AGRICOLA S/A CNPJ/CPF: 60.498.706/0003-19
25743.241292/2011-13 - AIS:336068/11-7 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)
AUTUADO: CARGILL AGRICOLA S/A CNPJ/CPF: 60.498.706/0003-19
25743.136739/2012-24 - AIS:0196860/12-2 - GGPAF1/ANVISA
Arquivamento Por Nulidade
AUTUADO: CINORD SUDESTE QUÍMICA LTDA ME CNPJ/CPF: 06.879.626/0001-04
25351.702826/2011-92 - AIS:987148/11-9 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 7.000,00 (Sete mil reais), além de Proibição de Propaganda,
AUTUADO: clínica memorial CNPJ/CPF: 03.730.944/0001-02
25759.279411/2011-21 - AIS:388505/11-4 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
AUTUADO: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 05.951.386/0009-98
25743.584497/2011-71 - AIS:819817/11-9 - GGPAF1/ANVISA
Arquivamento Por Nulidade
AUTUADO: COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA CNPJ/CPF: 84.208.123/0001-02
25741.694694/2011-35 - AIS:975607/11-8 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO CNPJ/CPF: 27.316.538/0001-66
25748.752962/2011-81 - AIS:628393/11-4 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
AUTUADO: companhia vale do rio doce CNPJ/CPF: 33.592.510/0021-06
25748.048525/2011-98 - AIS:067567/11-9 - GGPAF1/ANVISA
Arquivamento Por Prescrição Intercorrente
AUTUADO: costa pinho & cia. ltda. CNPJ/CPF: 89.870.851/0001-07
25751.154547/2011-10 - AIS:215231/11-2 - GGPAF1/ANVISA
Arquivamento Por Prescrição Intercorrente
AUTUADO: Daniele dos Santos Silva de Capim Grosso CNPJ/CPF: 12.443.117/0001-29
25351.604552/2012-13 - AIS:0869341/12-2 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 7.000,00 (Sete mil reais)
AUTUADO: EGON HAROLD SCHELSKE ME CNPJ/CPF: 00.288.442/0001-85
25351.784733/2011-72 - AIS:1019024/11-4 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), além de Proibição de Propaganda,
AUTUADO: EMS SIGMA PHARMA LTDA CNPJ/CPF: 00.923.140/0001-31
25351.784543/2011-75 - AIS:1018779/11-1 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), além de Proibição de Propaganda,
AUTUADO: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. CNPJ/CPF: 61.190.096/0001-92
25351.641502/2011-24 - AIS:901024/11-6 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: FARMACIA DONA DORCELINA LTDA CNPJ/CPF: 07.445.590/0001-05
25351.679875/2011-17 - AIS:954669/11-3 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais)
AUTUADO: FARMACIA LUCIANO LTDA CNPJ/CPF: 07.848.786/0001-40
25351.604528/2012-22 - AIS:0869310/12-2 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 7.000,00 (Sete mil reais)
AUTUADO: Galeria dos Vinhos Comercio de Vinhos Finos Ltda - ME CNPJ/CPF: 08.669.852/0001-88
25767.672063/2013-11 - AIS:0962678/13-6 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Advertência
AUTUADO: GOL TRANSPORTES AÉREOS S.A CNPJ/CPF: 04.020.028/0001-41
25351.159347/2012-35 - AIS:0229351/12-0 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
AUTUADO: Hypermarcas S/A CNPJ/CPF: 02.932.074/0001-91
25351.576266/2011-18 - AIS:808370/11-3 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), Além de Proibição de Propaganda Irregular
AUTUADO: IBEROQUÍMICA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 11.136.050/0002-06
25743.087156/2012-04 - AIS:0124300/12-4 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: In Solo Apoio Aéreo Ltda CNPJ/CPF: 02.772.466/0002-11
25351.370615/2012-01 - AIS:0529759/12-1 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
AUTUADO: IRMAOS RAIOLA & CIA LTDA CNPJ/CPF: 61.075.099/0002-66
25743.095753/2012-63 - AIS:0137146/12-1 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Advertência
AUTUADO: L & S BRASIL ABSOLUT-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA CNPJ/CPF: 08.273.045/0001-41
25351.390866/2012-48 - AIS:0558195/12-8 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
AUTUADO: LATINA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ/CPF: 06.071.009/0001-70
25351.072111/2012-17 - AIS:0103180/12-5 - GGFIS1/ANVISA
Arquivamento Por Nulidade
AUTUADO: M S D ELETRICIDADE REFRIGERACAO E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 07.782.847/0001-14
25745.220002/2011-95 - AIS:307194/11-4 - GGPAF1/ANVISA
Arquivamento Por Prescrição Intercorrente
AUTUADO: MACUCO ECOAVENTURA E TURISMO LTDA CNPJ/CPF: 01.507.217/0001-55
25743.042738/2011-45 - AIS:060024/11-5 - GGPAF1/ANVISA
Arquivamento Por Prescrição Intercorrente
AUTUADO: MERCK S/A CNPJ/CPF: 33.069.212/0001-84
25752.096338/2011-59 - AIS:133307/11-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
AUTUADO: NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A CNPJ/CPF: 56.994.502/0001-30
25351.722097/2011-83 - AIS:157207/11-5 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: OCEANUS AGENCIA MARITIMA S/A CNPJ/CPF: 32.082.489/0014-07
25743.518210/2011-83 - AIS:726816/11-5 - GGPAF1/ANVISA
Arquivamento Por Nulidade
AUTUADO: Oceanus Agencia Marítima S.A. CNPJ/CPF: 32.082.489/0034-42
25760.057089/2011-04 - AIS:079511/11-9 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
AUTUADO: PC de Almeida e Cia LTDA CNPJ/CPF: 08.164.878/0001-74
25743.246542/2012-12 - AIS:0354584/12-9 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: Perspectiva Consultoria Empresarial Ltda CNPJ/CPF: 01.681.443/0001-58
25743.348353/2012-15 - AIS:0498729/12-2 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Advertência
AUTUADO: Petrobrás Transporte S.A-Transpetro CNPJ/CPF: 02.709.449/0051-18
25743.244703/2011-14 - AIS:340679/11-2 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)
AUTUADO: PORTO DIAS DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA CNPJ/CPF: 06.189.829/0001-60
25760.063860/2011-80 - AIS:088766/11-8 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: PORTO DIAS DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA CNPJ/CPF: 06.189.829/0001-60
25760.063961/2011-13 - AIS:088890/11-7 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA CNPJ/CPF: 73.856.593/0001-66
25743.161874/2012-44 - AIS:0233060/12-1 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: QUEIROZ FREITAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME CNPJ/CPF: 69.956.670/0001-82
25757.166074/2011-66 - AIS:231006/11-6 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: radio caioba ltda CNPJ/CPF: 77.088.235/0001-01
25351.784512/2011-91 - AIS:1018745/11-6 - GGFIS1/ANVISA
Arquivamento Por Insubsistência
AUTUADO: Roche Diagnóstica Brasil Ltda CNPJ/CPF: 30.280.358/0006-90
25759.256341/2011-91 - AIS:356769/11-9 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: ROTAL HOSPITALAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ/CPF: 00.086.231/0001-60
25351.784769/2011-92 - AIS:1019054/11-6 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), além de Proibição de Propaganda,
AUTUADO: Salud Assistencia Médica e Eventos LTDA - EPP CNPJ/CPF: 00.396.647/0001-84
25752.472161/2011-43 - AIS:660973/11-2 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
AUTUADO: SEACOR OFFSHORE DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 05.529.548/0001-47

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25752.021253/2014-07 - AIS:0029672/14-4 - GGPAF1/ANVISA
Arquivamento Por Nulidade
AUTUADO: serra morena corretora ltda CNPJ/CPF: 94.854.908/0004-59
25741.264272/2011-11 - AIS:367799/11-1 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: SKL PHARMA LTDA CNPJ/CPF: 05.335.056/0001-10
25351.784653/2011-08 - AIS:1018924/11-6 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), além de Proibição de Propaganda,
AUTUADO: Stacco Terceirização Ltda - ME CNPJ/CPF: 06.993.808/0001-01
25749.310133/2011-69 - AIS:430743/11-7 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA CNPJ/CPF: 01.107.391/0001-00
25351.641738/2011-63 - AIS:901375/11-0 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), além de Proibição de Propaganda
AUTUADO: SWISSPORT BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 01.886.441/0014-10
25751.336973/2011-71 - AIS:469106/11-7 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)
AUTUADO: SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA CNPJ/CPF: 60.744.463/0001-90
25351.614632/2009-71 - AIS:799021/09-9 - GGTOX/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais)
AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0001-60
25757.230026/2011-34 - AIS:320956/11-3 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0001-60
25351.194227/2011-92 - AIS:270812/11-4 - GGPAF1/ANVISA
Arquivamento Por Insubsistência
AUTUADO: TATIANA MAIA PEREIRA SANTOS CNPJ/CPF: 04.559.284/0001-01
25351.621845/2012-91 - AIS:0893287/12-5 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais)
AUTUADO: TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 07.415.627/0001-52
25743.391982/2012-58 - AIS:0559780/12-3 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: TRIP- LINHAS AEREAS S/A CNPJ/CPF: 02.428.624/0009-97
25758.494358/2011-51 - AIS:692604/11-5 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: TRIP TRANSPORTE AEREO REGIONAL DO INTERIOR PAULISTA LTDA CNPJ/CPF: 02.428.624/0001-30
25351.347106/2012-91 - AIS:0496672/12-4 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
AUTUADO: UNION QUÍMICA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 00.948.736/0001-96
25351.641090/2012-58 - AIS:0919642/12-1 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
AUTUADO: V ROQUE FILHO ME CNPJ/CPF: 83.276.840/0001-09
25351.748399/2013-40 - AIS:1077204/13-9 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais)
AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA CNPJ/CPF: 00.423.733/0004-81
25760.617234/2011-19 - AIS:866657/11-1 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)
AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA CNPJ/CPF: 00.423.733/0004-81
25760.617504/2011-97 - AIS:867094/11-3 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO NULIDADE
AUTUADO: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 61.072.393/0001-33
25351.784790/2011-02 - AIS:1019097/11-0 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), além de Proibição de Propaganda,
AUTUADO: W3 BRASIL SERVICOS DE INTERNET LTDA. CNPJ/CPF: 11.572.341/0001-58
25351.397214/2011-86 - AIS:555636/11-8 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), além de Proibição de Propaganda,
AUTUADO: AIRELA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. CNPJ/CPF: 01.858.973/0001-29
25741.345474/2014-76 - AIS:0475456/14-5 - GGPAF1/ANVISA
Arquivamento Por Nulidade
AUTUADO: Associação dos Operadores Portuários do Corredor de Exportação do Porto de Paranaguá CNPJ/CPF: 04.920.215/0001-81
25743.121040/2011-88 - AIS:166789/11-1 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
AUTUADO: Camorim Serviços Marítimos Ltda. CNPJ/CPF: 00.649.990/0005-17
25752.065842/2012-40 - AIS:0094223/12-5 - GGPAF1/ANVISA
Arquivamento Por Insubsistência
AUTUADO: companhia brasileira de distribuição CNPJ/CPF: 47.508.411/0116-03
25743.303487/2012-25 - AIS:0434147/12-3 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Advertência
AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0058-56
25761.711312/2011-96 - AIS:999511/11-1 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)
AUTUADO: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 33.247.743/0001-10
25752.133116/2011-89 - AIS:184458/11-0 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)
AUTUADO: JOEDSON SOUTO MATOS E CIA. LTDA CNPJ/CPF: 09.608.637/0001-30
25742.646649/2014-96 - AIS:0956845/14-0 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: LABORATÓRIOS PFIZER LTDA CNPJ/CPF: 46.070.868/0036-99
25759.064746/2011-94 - AIS:089941/11-1 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: ORTOMEDIC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA CNPJ/CPF: 65.564.536/0001-85
25759.064831/2011-41 - AIS:090055/11-9 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: OSMAR JIORDANI ME CNPJ/CPF: 92.356.427/0001-45
25751.788086/2011-74 - AIS:1023548/11-5 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S. A. CNPJ/CPF: 33.009.945/0023-39
25752.329650/2012-71 - AIS:0472198/12-5 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: Sarstedt Ltda CNPJ/CPF: 02.661.790/0001-81
25759.461602/2011-25 - AIS:645743/11-6 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: STARNAV SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA CNPJ/CPF: 09.078.935/0001-65
25752.094190/2012-91 - AIS:0134767/12-5 - GGPAF1/ANVISA
Arquivamento Por Insubsistência
AUTUADO: TAHITIAN NONI INTERNATIONAL DO BRASIL COMÉRCIO DE SUCOS E COSMÉTICOS LTDA CNPJ/CPF: 04.914.734/0001-37
25759.004917/2011-37 - AIS:007135/11-8 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
AUTUADO: VLI OPERACOES PORTUARIAS S.A CNPJ/CPF: 12.963.928/0003-12
25765.529515/2014-08 - AIS:0737906/14-4 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais)
AUTUADO: wilson, sons offshore s.a CNPJ/CPF: 08.376.900/0001-40
25752.069297/2012-16 - AIS:0099128/12-7 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

N° 62 - A Coordenação Administrativa de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: ABE AMERICA IMPORTADORA EXPORTADORA COMERCIO DISTRIBUIDORA DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA. CNPJ/CPF: 08.998.124/0001-10
25767.303405/2014-77 - AIS:0416907/14-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: GT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA CNPJ/CPF: 03.744.755/0001-99
25767.440682/2014-01 - AIS:0612745/14-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: SOUBALCO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 10.227.836/0001-87
25767.471524/2014-11 - AIS:0656502/14-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: VIC PHARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 39.032.974/0001-92
25767.449057/2014-22 - AIS:0624437/14-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: COMPANHIA BANDEIRANTES DE ARMAZENS GERAIS CNPJ/CPF: 58.128.174/0002-03
25767.148831/2014-55 - AIS:0201716/14-4 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: COMPANHIA BANDEIRANTES DE ARMAZENS GERAIS CNPJ/CPF: 58.128.174/0002-03
25767.197794/2014-91 - AIS:0269002/14-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: COMPANHIA BANDEIRANTES DE ARMAZENS GERAIS CNPJ/CPF: 58.128.174/0002-03
25767.193694/2014-88 - AIS:0263439/14-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA CNPJ/CPF: 21.551.379/0008-74
25759.228729/2014-27 - AIS:0313585/14-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA CNPJ/CPF: 21.551.379/0008-74
25759.228715/2014-05 - AIS:0313596/14-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: DHL EXPRESS (BRASIL) LTDA CNPJ/CPF: 58.890.252/0001-13
25759.144665/2014-81 - AIS:0196238/14-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: DHL EXPRESS (BRASIL) LTDA CNPJ/CPF: 58.890.252/0001-13
25759.144695/2014-37 - AIS:0196279/14-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO CNPJ/CPF: 63.025.530/0026-62
25759.089070/2014-94 - AIS:0121060/14-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: MAQUET CARDIOPULMONARY DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ/CPF: 00.944.324/0001-88
25759.743399/2013-41 - AIS:1070795/13-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: MEDSTAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 03.580.620/0001-35
25759.127134/2014-76 - AIS:0172534/14-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)
AUTUADO: MERCK SHARP & DOHME FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 45.987.013/0003-04
25759.620465/2013-29 - AIS:0888632/13-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: RECCOS COSMETICA LTDA - ME CNPJ/CPF: 14.575.637/0001-10
25759.144604/2014-41 - AIS:0196178/14-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: RECCOS COSMETICA LTDA - ME CNPJ/CPF: 14.575.637/0001-10
25759.144560/2014-31 - AIS:0196118/14-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: BIANCHINI S/A - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA CNPJ/CPF: 87.548.020/0020-42
25751.952076/2016-65 - AIS:1403136/16-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: GOL TRANSPORTES AÉREOS S/A. CNPJ/CPF: 04.020.028/0009-07
25351.236396/2013-64 - AIS:0333622/13-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: MERCK S/A CNPJ/CPF: 33.069.212/0001-84
25752.665187/2011-19 - AIS:934326/11-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A CNPJ/CPF: 02.762.121/0002-87
25741.548218/2010-67 - AIS:721834/10-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0001-60
25752.608067/2010-64 - AIS:802459/10-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0001-60
25752.633557/2010-69 - AIS:835946/10-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: YOLANDA LOGÍSTICA, ARMAZÉNS, TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ/CPF: 01.994.008/0001-83
25757.508153/2011-93 - AIS:712622/11-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA CNPJ/CPF: 02.427.026/0001-46
25757.526299/2012-83 - AIS:0752332/12-7 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: BIOSYSTEMS NE COMÉRCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS E HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 08.282.077/0001-03
25757.658566/2011-63 - AIS:925160/11-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 33.247.743/0001-10
25752.133142/2011-28 - AIS:184514/11-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AUTUADO: GULF MARINE SERV. MAR. DO BRASIL LTDA. CNPJ/CPF: 40.180.812/0001-80
25752.333819/2011-93 - AIS:464732/11-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: LIBER CONSERVAÇAO E SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ/CPF: 11.841.434/0001-30
25757.624562/2013-11 - AIS:0893945/13-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: OLIVEIRA MARINI SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA CNPJ/CPF: 00.489.868/0008-73
25756.235382/2012-51 - AIS:0338766/12-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: SITIO ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ/CPF: 11.369.694/0001-55
25750.243129/2012-52 - AIS:0349699/12-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: STARNAV SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA CNPJ/CPF: 09.078.935/0001-65
25752.094182/2012-28 - AIS:0134736/12-5 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: 1000MEDIC DISTRIBUIDORA IMPORTADORA EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 05.993.698/0001-07
25743.166730/2012-52 - AIS:0240056/12-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: ALPHAMAR AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA CNPJ/CPF: 03.127.733/0003-41
25745.718534/2013-90 - AIS:1036442/13-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: ASTROMARITIMA NAVEGAÇÃO S/A CNPJ/CPF: 42.487.983/0006-97
25752.048970/2012-73 - AIS:0069730/12-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: BRANDÃO FILHOS FORTSHIP AGÊNCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 11.826.476/0001-00
25763.478860/2012-81 - AIS:0687951/12-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: CARGILL AGRICOLA S/A CNPJ/CPF: 60.498.706/0003-19
25743.337893/2012-48 - AIS:0483683/12-9 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA CNPJ/CPF: 84.208.123/0001-02
25741.598986/2011-11 - AIS:840714/11-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: FARTURA ALIMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 04.569.213/0003-51
25743.127319/2012-60 - AIS:0183160/12-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: FILM SERVICE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS MÉDICOS RADIOLÓGICOS S/A CNPJ/CPF: 02.936.819/0001-90
25761.198671/2012-01 - AIS:0286946/12-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: IVAN LUIZ FONTES SOBRINHO CNPJ/CPF: 07.228.643/0001-36
25743.120391/2012-91 - AIS:0172928/12-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: MAFOL COMERCIAL LTDA - EPP CNPJ/CPF: 72.922.479/0001-24
25743.207064/2012-92 - AIS:0299029/12-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: NATIVA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 08.960.397/0001-75
25763.504160/2012-63 - AIS:0722835/12-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: OLIVEIRA MARINI SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA CNPJ/CPF: 00.489.868/0013-30
25755.162299/2012-72 - AIS:0233638/12-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A CNPJ/CPF: 33.000.167/0132-70
25742.474549/2013-23 - AIS:0675218/13-7 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS CNPJ/CPF: 33.000.167/0004-54
25748.130070/2012-51 - AIS:0187211/12-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: RP ATIVIDADES AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO LTDA CNPJ/CPF: 03.769.607/0002-00
25749.153337/2012-59 - AIS:0220844/12-0 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: SUL IMAGEM PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS EIRELI CNPJ/CPF: 03.135.637/0001-83
25741.107011/2012-92 - AIS:0153360/12-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: ALCOA ALUMINIO SA CNPJ/CPF: 23.637.697/0007-05
25745.364903/2014-31 - AIS:0503845/14-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: AMAZON IND, COM, EXPORT E IMPORT DE PROD ESPECIALIZADOS LTDA - EPP CNPJ/CPF: 07.800.274/0001-04
25742.242731/2012-16 - AIS:0349138/12-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: BRANDÃO FILHOS FORTSHIP (PE) AGENCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 02.759.524/0001-96
25757.320392/2011-77 - AIS:445545/11-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
AUTUADO: LATIN AMERICAN DISTRIBUTION S/A CNPJ/CPF: 08.934.868/0001-70
25759.037219/2011-01 - AIS:052365/11-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: LITORAL SOLUCOES EM COMERCIO EXTERIOR LTDA CNPJ/CPF: 80.688.211/0005-21
25743.273419/2012-14 - AIS:0392440/12-8 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: MANE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 33.048.513/0001-21
25752.184282/2011-67 - AIS:256753/11-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: NACOM GOYA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 61.724.241/0001-78
25743.127352/2012-43 - AIS:0183209/12-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA CNPJ/CPF: 73.856.593/0001-66
25743.161714/2012-29 - AIS:0232848/12-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: SAUDIFITNESS DISTRIBUIDORA DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA CNPJ/CPF: 08.924.817/0001-68
25763.556527/2014-05 - AIS:0774783/14-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS CNPJ/CPF: 92.808.500/0001-72
25751.071507/2012-06 - AIS:0102333/12-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: VIT SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA CNPJ/CPF: 00.965.403/0007-60
25756.226848/2012-05 - AIS:0326639/12-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
AUTUADO: VITORIA SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA CNPJ/CPF: 02.899.637/0001-97
25752.027974/2012-09 - AIS:0039881/12-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 00.423.733/0005-62
25745.380558/2014-15 - AIS:0527671/14-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 00.423.733/0005-62
25745.347083/2014-17 - AIS:0477841/14-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 00.423.733/0005-62
25745.347117/2014-11 - AIS:0477901/14-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

RODRIGO JOSÉ VIANNA OTTONI

RETIFICAÇÕES

No Despacho do Coordenador nº 9, de 12 de janeiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União n° 8, de 13 de janeiro de 2016, Seção 01 pág. 34,

Onde se lê:

AUTUADO: DAKO DO BRASIL DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS MÉDICOS LTDA CNPJ/CPF: 10.924.831/0001-03

25759.531385/2013-62 - AIS: 0759300/13-7 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), ALÉM DO CANCELAMENTO DO ALVARÁ DO ESTABELECIMENTO.

Leia-se:

AUTUADO: DAKO DO BRASIL DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS MÉDICOS LTDA CNPJ/CPF: 10.924.831/0001-03

25759.531385/2013-62 - AIS: 0759300/13-7 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).

No Despacho do Coordenador nº 14, de 27 de janeiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União n° 19, de 28 de janeiro de 2016, Seção 01 pág. 45,

Onde se lê:

AUTUADO: GR S/A.

CNPJ/CPF: 02.905.110/0117-58.

25752.428185/2011-37 - AIS: 598839/11-0 - GGPAF/ANVISA.

Penalidade de multa no valor de R$ 9.000,00 (Nove mil reais).

Leia-se:

AUTUADO: GR S/A.

CNPJ/CPF: 02.905.110/0117-58.

25752.428185/2011-37 - AIS: 598839/11-0 - GGPAF/ANVISA.

Penalidade de multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 978, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 12 16 SP 15
II - denominação: Hospital Estadual Mário Covas de Santo André
III - CNPJ: 46.374.500/0144-97
IV - CNES: 2080273
V - endereço: Rua Henrique Calderazzo, nº 321, Bairro: Paraíso, Santo André/SP, CEP: 09.190-615.

Art. 2º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RIM: 24.08
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 01 00 SP 21
II - denominação: Hospital São Paulo - UNIFESP
III - CNPJ: 61.699.567/0001-92
IV - CNES: 2077485
V - endereço: Rua Napoleão de Barros, nº 715, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.024-002.

Art. 3º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

FÍGADO: 24.09
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 2 02 10 RJ 08
II - denominação: Hospital Adventista Silvestre
III - CNPJ: 73.696.718/0002-19
IV - CNES: 2273357
V - endereço: Ladeira dos Guararapes, nº 263, Bairro: Santa Tereza, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.241-275.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 02 99 SP 08
II - denominação: Hospital São Paulo - UNIFESP
III - CNPJ: 61.699.567/0001-92
IV - CNES: 2077485
V - endereço: Rua Napoleão de Barros, nº 715, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.024-002.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 4º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante coração ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:
CORAÇÃO: 24.11
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 03 99 SP 36
II - denominação: Hospital São Paulo - UNIFESP
III - CNPJ: 61.699.567/0001-92
IV - CNES: 2077485
V - endereço: Rua Napoleão de Barros, nº 715, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.024-002.

Art. 5º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
BAHIA

I - Nº do SNT: 2 11 08 BA 08
II - denominação: COE - Centro Oftalmológico Especializado
III - CNPJ: 01.200.925/0001-49
IV - CNES: 8007896
V - endereço: Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 3.588, Bairro: Centro, Teixeira de Freitas/BA, CEP: 45.995-004.

I - Nº do SNT: 2 11 02 BA 05
II - denominação: IBOPC - Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira
III - CNPJ: 15.200.967/0001-94
IV - CNES: 0006157
V - endereço: Rua Pedro Lessa, nº 118, Bairro: Canela, Salvador/BA, CEP: 40.110-050.

CEARÁ

I - Nº do SNT: 2 11 00 CE 02
II - denominação: Prontoclínica de Fortaleza
III - CNPJ: 00.939.414/0001-80
IV - CNES: 2562472
V - endereço: Avenida João Pessoa, nº 4.408, Bairro: Damas, Fortaleza/CE, CEP: 60.425-680.

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 11 02 PR 06
II - denominação: Hoftalmar Hospital de Olhos
III - CNPJ: 80.899.834/0001-10
IV - CNES: 6030750
V - endereço: Avenida Dr. Luiz Teixeira Mendes, nº 2.310, Bairro: Zona 05, Maringá/PR, CEP: 87.015-001.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 00 SP 34
II - denominação: Hospital São Paulo - UNIFESP
III - CNPJ: 61.699.567/0001-92
IV - CNES: 2077485
V - endereço: Rua Napoleão de Barros, nº 715, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.024-002.

Art. 6º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e alogênico não aparentado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 21 14 SP 13
II - denominação: Hospital Nove de Julho
III - CNPJ: 60.884.855/0003-16
IV - CNES: 2079089
V - endereço: Rua Peixoto Gomide, nº 625, Bairro: Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP: 01.049-902.

Art. 7º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
PERNAMBUCO

I - Nº do SNT: 2 21 10 PE 03
II - denominação: Hospital Memorial São José
III - CNPJ: 70.237.144/0001-41
IV - CNES: 2517140
V - endereço: Avenida Agamenon Magalhães, nº 2.291, Bairro: Derby, Recife/PE, CEP: 50.070-160.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 21 00 SP 09
II - denominação: Hospital Brigadeiro
III - CNPJ: 46.374.500/0114-71
IV - CNES: 2088576
V - endereço: Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 2.651, Bairro: Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP: 01.401-901.

Art. 8º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas conjugado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:
RIM/PÂNCREAS: 24.05
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 31 02 SP 07
II - denominação: Hospital São Paulo - UNIFESP
III - CNPJ: 61.699.567/0001-92
IV - CNES: 2077485
V - endereço: Rua Napoleão de Barros, nº 715, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.024-002.

Art. 9º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:
PÂNCREAS: 24.04
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 32 00 SP 35
II - denominação: Hospital São Paulo - UNIFESP
III - CNPJ: 61.699.567/0001-92
IV - CNES: 2077485
V - endereço: Rua Napoleão de Barros, nº 715, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.024-002.

Art. 10 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim às equipes de saúde a seguir identificadas:
RIM: 24.08
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 01 06 MG 14
II - responsável técnico: Euler Pace Lasmar, nefrologista, CRM 4900;
III - membro: Marcus Faria Lasmar, clínica médica, CRM 35726;
IV - membro: Bernardo Pace Silva de Assis, urologista, CRM 31353;
V - membro: Paulo César de Abreu Sales, anestesiologista, CRM 22497;
VI - membro: Luiz Flávio Couto Giordano, nefrologista, CRM 30541;
VII - membro: Heloisa Reniers Vianna, nefrologista, CRM 42401;
VIII - membro: Hemerson Paul Vieira Marques, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 35291;
IX - membro: Luis Gustavo de Freitas Trindade, nefrologista e clínica médica, CRM 46416;
X - membro: Flávia Carvalho Leão Reis, nefrologista e clínica médica, CRM 38118;
XI - membro: Francis Ataide Vieira, urologista, CRM 45917;
XII - membro: Priscilla Freitas Sampaio, clínica Médica, CRM 54423.

I - Nº do SNT 1 01 02 MG 52
II - responsável técnico: Eduardo Vinícius Botelho, nefrologista, CRM 27075;
III - membro: Cristiane Nahas Lara Camargos, nefrologista, CRM 26114;
IV - membro: Mitico Yokota, nefrologista, CRM 18436;
V - membro: Telmo de Andrade Oliveira, nefrologista, CRM 34117;
VI - membro: Ricardo de Castro Gontijo, cirurgião geral, CRM 34252;
VII - membro: Francisco de Assis da Silva Junior, anestesiologista, CRM 27563;
VIII - membro: Ivens Garcia Pedrosa, anestesiologista, CRM 17715;
IX - membro: José Cícero Leite de Castro, urologista, CRM 17570.

Art. 11 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado à equipe de saúde a seguir identificada:
FÍGADO: 24.09
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 02 10 RJ 23
II - responsável técnico: Eduardo de Souza Martins Fernandes, cirurgião hepatologista, CRM 52731242;
III - membro: Felipe Pedreira Tavares de Mello, cirurgião geral, CRM 52849162;
IV - membro: Leandro Moreira Savattone Pimentel, cirurgião geral, CRM 52892831;
V - membro: Ronaldo de Oliveira Andrade, cirurgião geral, CRM 52908525;
VI - membro: Claudia Cristina Tavares de Sousa, hepatologista, CRM 52630942;
VII - membro: Anderson Brito de Azevedo Silva, hepatologista, CRM 52863270;
VIII - membro: Samanta Teixeira Basto, hepatologista, CRM 52644153;
IX - membro: Giltamar da Costa Marques, anestesiologista, CRM 52559830;
X - membro: Bruno Vilanova, anestesiologista, CRM 52821187;
XI - membro: Ronie Muniz Marques, anestesiologista, CRM 52775495;
XII - membro: Camilla Cesar, cirurgiã geral, CRM 521064886.

Art. 12 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
BAHIA

I - Nº do SNT 1 11 12 BA 02
II - responsável técnico: Everton Luiz Sandes, oftalmologista, CRM 11647.

CEARÁ

I - Nº do SNT 1 11 06 CE 03
II - responsável técnico: Marcus Emmanuel Teixeira Maia, oftalmologista, CRM 6614.

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 11 02 PR 08
II - responsável técnico: Sérgio Augusto Vianna Doveinis, oftalmologista, CRM 12264;
III - membro: Antônio Carlos Schreiner, oftalmologista, CRM 7505;
IV - membro: Arthur Onofre Beltran, oftalmologista, CRM 11614;
V - membro: Mihael Ilich Castro Hinojosa, oftalmologista, CRM 15014;
VI - membro: Ricardo Eizi Tokunaga, oftalmologista, CRM 22355;
VII - membro: Simone Tiemi Yabiku, oftalmologista, CRM 21721;
VIII - membro: Gustavo Barros Siqueira, oftalmologista, CRM 19056;
IX - membro: Paulo Yoshio Takeuti, oftalmologista, CRM 15274.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 08 SP 17
II - responsável técnico: Walner Daros dos Santos, oftalmologista, CRM 66001;
III - membro: Mariana Mazzini Raiko, oftalmologista, CRM 133235.

Art. 13 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético às equipes de saúde a seguir identificadas:
TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 12 14 SP 34
II - responsável técnico: Gustavo Martins Fontes, ortopedista e traumatologista, CRM 116821.

I - Nº do SNT 1 12 12 SP 30
II - responsável técnico: Daphnis Gonçalves de Souza, ortopedista e traumatologista, CRM 68846.

Art. 14 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado às equipes de saúde a seguir identificadas:
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
PERNAMBUCO

I - Nº do SNT: 1 21 10 PE 05
II - responsável técnico: Danielle Padilha de Oliveira, hematologista, CRM 13336;
III - membro: Reijane Alves de Assis, hematologista, CRM 14729;
IV - membro: Marinus de Moraes Lima, hematologista, CRM 22178.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 21 12 SP 24
II - responsável técnico: Roselene Mesquita Augusto Passos, hematologista, CRM 80050;
III - membro: Leila de Lourdes Martins Perobelli, hematologista, CRM 36577;
IV - membro: Renata Ferreira Marques Nunes, hematologista, CRM 86260.

Art. 15 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 16 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 979, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Indefere a Adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), do Hospital Evangélico de Mantena, com sede em Mantena (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, do Hospital Evangélico de Mantena, CNPJ nº 22.324.693/0001-00, e

Considerando o Parecer Técnico nº 178/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.125781/2014-89/MS, que concluiu pelo não atendimento do disposto na Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014 e da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), do Hospital Evangélico de Mantena, CNPJ nº 22.324.693/0001-00, com sede em Mantena (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 980, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado de São Paulo.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, por meio do Ofício CIB nº 034, de 27 de julho de 2016, e Deliberações CIB nº 034 de 17 de junho de 16 e nº 040, de 15 de julho de16, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão Estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado no anexo II.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de São Paulo, referente ao bloco de financiamento da atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 8.372.210.108,54, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	3.745.314.864,69	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	4.626.895.243,85	Anexo II

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 37.633.200,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 207.438.465,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento do recurso por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 9ª parcela de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	90.446.475,94
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	3.654.868.388,75
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	3.745.314.864,69

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO -

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
350010	ADAMANTINA	4.021.413,32	1.400.253,86	1.840.228,26	2.167.710,94	0,00	0,00	0,00	0,00	9.429.606,38
350020	ADOLFO	72.676,58	4,29	0,00	92.522,04	0,00	0,00	0,00	0,00	165.202,91
350030	AGUAI	1.798.929,59	719,24	0,00	-1.032.279,17	0,00	0,00	0,00	0,00	767.369,66
350040	AGUAS DA PRATA	149.805,48	14.340,00	0,00	-12.217,62	0,00	0,00	0,00	0,00	151.927,86
350050	AGUAS DE LINDOIA	782.100,93	149.194,91	460.269,48	405.245,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.796.811,01
350055	AGUAS DE SANTA BARBARA	79.006,43	0,00	0,00	91.058,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.064,43
350060	AGUAS DE SAO PEDRO	61.396,50	380,20	0,00	2.349,33	0,00	0,00	0,00	0,00	64.126,03
350070	AGUDOS	1.381.137,05	703.684,42	1.278.269,99	939.050,57	0,00	0,00	0,00	0,00	4.302.142,03
350075	ALAMBARI	9.663,24	450,00	263.025,00	94.589,71	0,00	0,00	0,00	0,00	367.727,95
350080	ALFREDO MARCONDES	20.685,38	0,00	0,00	2.711,07	0,00	0,00	0,00	0,00	23.396,45
350090	ALTAIR	32.128,72	0,00	157.500,00	94.484,22	0,00	0,00	0,00	0,00	284.112,94
350100	ALTINOPOLIS	1.076.952,77	62.614,02	855.380,45	688.452,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2.683.399,54
350110	ALTO ALEGRE	186.598,29	0,00	0,00	98.990,61	0,00	0,00	0,00	0,00	285.588,90
350115	ALUMINIO	294.858,03	4.766,97	0,00	9.234,98	0,00	0,00	0,00	0,00	308.859,98
350120	ALVARES FLORENCE	17.829,20	0,00	0,00	14.187,34	0,00	0,00	0,00	0,00	32.016,54
350130	ALVARES MACHADO	716.532,75	55.874,16	0,00	783.905,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.556.312,59
350140	ALVARO DE CARVALHO	5.565,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.565,66
350150	ALVINLANDIA	1.210,68	0,00	0,00	90.727,20	0,00	0,00	0,00	0,00	91.937,88
350160	AMERICANA	10.780.575,98	2.020.232,62	59.697,05	6.641.193,39	0,00	0,00	0,00	0,00	19.501.699,04
350170	AMERICO BRASILIENSE	704.891,94	715.469,21	375.300,00	2.953.866,36	0,00	2.951.775,46	0,00	0,00	1.797.752,05
350180	AMERICO DE CAMPOS	73.424,35	0,00	0,00	8.719,36	0,00	0,00	0,00	0,00	82.143,71
350190	AMPARO	4.476.795,90	3.792.938,82	2.519.071,19	4.008.704,33	0,00	0,00	0,00	0,00	14.797.510,24
350200	ANALANDIA	50.299,43	0,00	0,00	4.317,67	0,00	0,00	0,00	0,00	54.617,10
350210	ANDRADINA	2.421.840,39	617.471,46	1.593.034,17	2.475.545,84	0,00	5.562.079,31	0,00	0,00	1.545.812,55
350220	ANGATUBA	1.358.639,97	206.211,27	263.025,00	543.499,86	0,00	0,00	0,00	0,00	2.371.376,10
350230	ANHEMBI	22.533,96	0,00	263.025,00	94.194,15	0,00	0,00	0,00	0,00	379.753,11
350240	ANHUMAS	20.466,65	0,00	0,00	2.562,86	0,00	0,00	0,00	0,00	23.029,51
350250	APARECIDA	2.151.751,91	1.222.993,37	2.327.850,48	421.164,03	0,00	5.217.088,26	0,00	0,00	906.671,53
350260	APARECIDA D'OESTE	169.223,49	5.243,72	157.500,00	39.351,00	0,00	0,00	0,00	0,00	371.318,21
350270	APIAI	1.255.132,32	616.397,09	1.411.591,38	497.526,40	0,00	12.552,96	0,00	0,00	3.768.094,23
350275	ARACARIGUAMA	190.720,63	0,00	157.500,00	15.307,08	0,00	0,00	0,00	0,00	363.527,71

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

350280	ARACATUBA	17.430.617,34	11.343.505,60	12.168.609,68	12.662.061,74	0,00	34.261.664,20	0,00	0,00	19.343.130,16
350290	ARACOIABA DA SERRA	394.313,66	0,00	339.660,00	14.928,86	0,00	0,00	0,00	0,00	748.902,52
350300	ARAMINA	82.352,41	0,00	0,00	13.635,96	0,00	0,00	0,00	0,00	95.988,37
350310	ARANDU	299.281,62	4.361,86	0,00	10.060,65	0,00	0,00	0,00	0,00	313.704,13
350315	ARAPEI	32.285,02	0,00	157.500,00	1.380,44	0,00	0,00	0,00	0,00	191.165,46
350320	ARARAQUARA	13.895.230,67	7.373.300,61	9.813.787,62	25.460.334,87	0,00	3.728.739,29	0,00	0,00	52.813.914,48
350330	ARARAS	10.581.640,47	11.381.165,85	7.601.962,64	5.217.346,29	0,00	10.042.184,41	0,00	0,00	24.739.930,84
350335	ARCO-IRIS	13.355,81	0,00	0,00	510,96	0,00	0,00	0,00	0,00	13.866,77
350340	AREALVA	283.429,33	16.341,02	263.025,00	9.595,50	0,00	0,00	0,00	0,00	572.390,85
350350	AREIAS	33.080,81	24.204,59	0,00	7.562,32	0,00	0,00	0,00	0,00	64.847,72
350360	AREIOPOLIS	102.081,25	0,00	263.025,00	3.022,68	0,00	0,00	0,00	0,00	368.128,93
350370	ARIRANHA	197.196,38	2.022,38	158.400,00	110.276,92	0,00	0,00	0,00	0,00	467.895,68
350380	ARTUR NOGUEIRA	771.424,68	0,00	0,00	403.490,31	0,00	0,00	0,00	0,00	1.174.914,99
350390	ARUJA	1.334.166,19	0,00	263.028,00	1.292.898,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.890.093,04
350395	ASPASIA	14.954,16	0,00	0,00	8.102,35	0,00	0,00	0,00	0,00	23.056,51
350400	ASSIS	7.829.716,52	4.655.471,82	5.025.410,60	8.986.789,70	0,00	9.149.363,92	0,00	0,00	17.348.024,72
350410	ATIBAIA	3.558.016,58	240.751,67	1.167.854,99	3.541.192,38	0,00	133.954,23	0,00	0,00	8.373.861,39
350420	AURIFLAMA	595.279,94	298.945,97	466.547,76	93.192,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1.453.965,78
350430	AVAI	25.985,96	0,00	0,00	7.140,33	0,00	0,00	0,00	0,00	33.126,29
350440	AVANHANDAVA	288.683,07	0,00	0,00	25.233,27	0,00	0,00	0,00	0,00	313.916,34
350450	AVARE	5.517.175,97	3.416.728,58	5.677.873,19	5.930.845,78	0,00	0,00	0,00	0,00	20.542.623,52
350460	BADY BASSITT	134.231,15	0,00	0,00	98.221,83	0,00	0,00	0,00	0,00	232.452,98
350470	BALBINOS	48,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,30
350480	BALSAMO	46.349,98	0,00	0,00	20.066,19	0,00	0,00	0,00	0,00	66.416,17
350490	BANANAL	1.092.486,06	63.814,85	0,00	115.055,21	0,00	0,00	0,00	0,00	1.271.356,12
350500	BARAO DE ANTONINA	25.725,74	1.654,05	0,00	2.098,80	0,00	0,00	0,00	0,00	29.478,59
350510	BARBOSA	28.781,04	0,00	0,00	3.785,61	0,00	0,00	0,00	0,00	32.566,65
350520	BARIRI	1.507.715,73	212.874,20	980.642,51	535.781,95	0,00	0,00	0,00	0,00	3.237.014,39
350530	BARRA BONITA	1.094.726,94	443.848,79	1.038.003,90	587.384,78	0,00	0,00	0,00	0,00	3.163.964,41
350535	BARRA DO CHAPEU	6.169,30	582,40	0,00	1.489,93	0,00	0,00	0,00	0,00	8.241,63
350540	BARRA DO TURVO	77.979,36	0,00	0,00	1.445,16	0,00	0,00	0,00	0,00	79.424,52
350550	BARRETOS	17.318.131,16	54.217.001,84	23.297.648,96	68.892.494,87	0,00	128.517.115,65	0,00	0,00	35.208.161,18
350560	BARRINHA	1.144.127,10	0,00	263.028,00	527.596,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.934.751,12
350570	BARUERI	14.670.831,70	945.525,70	0,00	12.644.001,62	0,00	0,00	0,00	0,00	28.260.359,02
350580	BASTOS	1.231.938,72	23.361,93	520.057,60	325.530,17	0,00	0,00	0,00	0,00	2.100.888,42
350590	BATATAIS	3.665.086,31	672.521,16	3.315.651,33	9.144.193,72	0,00	0,00	0,00	0,00	16.797.452,52
350600	BAURU	30.936.065,51	23.885.662,56	17.412.169,78	66.426.938,06	0,00	101.972.340,40	0,00	0,00	36.688.495,51
350610	BEBEDOURO	4.205.127,99	1.225.218,24	2.460.000,00	1.901.205,10	0,00	91.682,58	0,00	0,00	9.699.868,75
350620	BENTO DE ABREU	5.627,76	0,00	0,00	61.901,40	0,00	0,00	0,00	0,00	67.529,16
350630	BERNARDINO DE CAMPOS	536.526,48	151.004,22	0,00	58.973,86	0,00	0,00	0,00	0,00	746.504,56
350635	BERTIOGA	2.385.116,25	19.544,32	315.000,00	310.284,96	0,00	0,00	0,00	0,00	3.029.945,53
350640	BILAC	278.218,31	98.525,51	0,00	183.965,96	0,00	0,00	0,00	0,00	560.709,78
350650	BIRIGUI	4.500.645,97	1.534.660,54	1.442.528,11	98.238,84	0,00	0,00	0,00	0,00	7.576.073,46
350660	BIRITIBA-MIRIM	1.309.223,22	0,00	263.028,00	496.659,34	0,00	0,00	0,00	0,00	2.068.910,56
350670	BOA ESPERANCA DO SUL	682.087,99	15.059,25	619.500,00	36.221,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.352.869,20
350680	BOCAINA	382.222,99	169,19	7.500,00	23.064,41	0,00	0,00	0,00	0,00	412.956,59
350690	BOFETE	17.894,84	0,00	0,00	21.249,17	0,00	0,00	0,00	0,00	39.144,01
350700	BOITUVA	1.714.002,79	304.714,26	605.675,10	191.326,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.815.718,63
350710	BOM JESUS DOS PERDOES	520.533,21	0,00	157.500,00	24.908,17	0,00	0,00	0,00	0,00	702.941,38
350715	BOM SUCESSO DE ITARARE	3.971,77	0,00	0,00	3.684,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.655,77
350720	BORA	8.158,98	140,70	0,00	625,12	0,00	0,00	0,00	0,00	8.924,80
350730	BORACEIA	19.491,60	0,00	0,00	60.970,18	0,00	0,00	0,00	0,00	80.461,78
350740	BORBOREMA	653.671,98	4.036,58	0,00	150.298,08	0,00	0,00	0,00	0,00	808.006,64
350745	BOREBI	3.103,38	0,00	0,00	39.350,88	0,00	0,00	0,00	0,00	42.454,26
350750	BOTUCATU	25.216.901,99	33.964.557,19	6.566.735,77	19.118.874,68	0,00	77.932.238,85	0,00	0,00	6.934.830,78
350760	BRAGANCA PAULISTA	13.909.258,06	9.999.966,79	13.316.930,18	8.575.854,18	0,00	29.702.109,79	0,00	0,00	16.099.899,42
350770	BRAUNA	4.439,26	0,00	0,00	14.435,04	0,00	0,00	0,00	0,00	18.874,30
350775	BREJO ALEGRE	5.427,59	0,00	0,00	1.700,31	0,00	0,00	0,00	0,00	7.127,90
350780	BRODOSQUI	458.329,60	0,00	263.028,00	126.915,13	0,00	0,00	0,00	0,00	848.272,73
350790	BROTAS	738.280,59	5.993,96	0,00	57.342,38	0,00	0,00	0,00	0,00	801.616,93
350800	BURI	901.685,95	37.117,29	0,00	-164.837,99	0,00	0,00	0,00	0,00	773.965,25
350810	BURITAMA	755.219,37	1.202.115,48	118.800,00	565.837,05	0,00	0,00	0,00	0,00	2.641.971,90
350820	BURITIZAL	22.239,80	0,00	0,00	122.511,18	0,00	0,00	0,00	0,00	144.750,98
350830	CABRALIA PAULISTA	6.204,84	0,00	0,00	90.229,23	0,00	0,00	0,00	0,00	96.434,07
350840	CABREUVA	1.223.494,46	15.656,46	0,00	38.401,99	0,00	0,00	0,00	0,00	1.277.552,91
350850	CACAPAVA	4.834.811,64	315.847,54	3.751.162,73	1.457.763,58	0,00	0,00	0,00	0,00	10.359.585,49
350860	CACHOEIRA PAULISTA	1.613.857,25	43.710,12	158.400,00	452.625,89	0,00	0,00	0,00	0,00	2.268.593,26
350870	CACONDE	968.089,84	846.889,65	743.741,50	134.944,78	0,00	2.391.614,29	0,00	0,00	302.051,48
350880	CAFELANDIA	829.631,34	223.582,72	509.057,55	162.281,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.724.553,06
350890	CAIABU	0,00	0,00	0,00	91.082,94	0,00	0,00	0,00	0,00	91.082,94
350900	CAIEIRAS	3.029.610,97	48.141,59	0,00	173.067,30	0,00	0,00	0,00	0,00	3.250.819,86
350910	CAIUA	382,39	0,00	0,00	90.889,77	0,00	0,00	0,00	0,00	91.272,16
350920	CAJAMAR	5.505.715,53	228.306,54	0,00	1.479.425,54	0,00	0,00	0,00	0,00	7.213.447,61
350925	CAJATI	952.816,52	0,00	0,00	455.618,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.408.434,55
350930	CAJOBI	554.932,95	43.240,33	0,00	75.573,26	0,00	0,00	0,00	0,00	673.746,54
350940	CAJURU	1.874.499,91	170.727,74	1.043.004,12	236.603,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.324.834,77
350945	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	11.528,61	0,00	0,00	5.239,43	0,00	0,00	0,00	0,00	16.768,04
350950	CAMPINAS	125.753.406,17	71.991.514,09	50.069.443,02	180.013.174,81	0,00	171.989.484,96	0,00	0,00	255.838.053,13
350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	2.585.294,05	178.212,89	0,00	1.153.688,47	0,00	0,00	0,00	0,00	3.917.195,41
350970	CAMPOS DO JORDAO	2.654.179,91	5.433.997,56	4.442.852,50	-893.613,62	0,00	7.618.095,44	0,00	0,00	4.019.320,91
350980	CAMPOS NOVOS PAULISTA	0,00	0,00	0,00	3.937,87	0,00	0,00	0,00	0,00	3.937,87
350990	CANANEIA	293.577,89	0,00	0,00	14.467,26	0,00	0,00	0,00	0,00	308.045,15
350995	CANAS	2.470,21	0,00	0,00	333,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.803,69
351000	CANDIDO MOTA	1.876.245,34	20.735,07	0,00	514.008,42	0,00	0,00	0,00	0,00	2.410.988,83
351010	CANDIDO RODRIGUES	71.568,13	2.710,60	0,00	695,34	0,00	0,00	0,00	0,00	74.974,07
351015	CANITAR	1.204,59	0,00	0,00	99.478,02	0,00	0,00	0,00	0,00	100.682,61
351020	CAPAO BONITO	2.519.104,62	247.815,38	1.106.134,99	609.604,99	0,00	0,00	0,00	0,00	4.482.659,98
351030	CAPELA DO ALTO	257.243,80	0,00	339.660,00	99.400,92	0,00	0,00	0,00	0,00	696.304,72
351040	CAPIVARI	2.819.785,54	686.319,71	1.320.322,39	1.312.235,73	0,00	0,00	0,00	0,00	6.138.663,37
351050	CARAGUATATUBA	4.930.421,25	845.149,49	5.022.758,77	7.604.407,00	0,00	856.010,71	0,00	0,00	17.546.725,80
351060	CARAPICUIBA	14.042.082,93	2.689.533,56	907.200,00	10.679.875,57	0,00	20.339.134,68	0,00	0,00	7.979.557,38
351070	CARDOSO	919.183,44	374.975,44	157.500,00	60.355,83	0,00	1.174.310,41	0,00	0,00	337.704,30
351080	CASA BRANCA	4.770.746,30	2.437.693,73	810.468,42	2.280.566,55	0,00	7.338.995,35	0,00	0,00	2.960.479,65
351090	CASSIA DOS COQUEIROS	22.069,70	0,00	0,00	2.285,19	0,00	0,00	0,00	0,00	24.354,89
351100	CASTILHO	862.773,05	30.619,67	374.818,26	-160.867,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.107.343,66
351110	CATANDUVA	17.522.524,37	15.803.777,57	14.724.627,71	11.200.836,53	0,00	49.540.320,42	0,00	0,00	9.711.445,76
351120	CATIGUA	67.638,87	0,00	0,00	92.765,01	0,00	0,00	0,00	0,00	160.403,88
351130	CEDRAL	63.809,16	0,00	258.000,00	88.395,48	0,00	0,00	0,00	0,00	410.204,64
351140	CERQUEIRA CESAR	721.073,07	498.356,04	659.596,47	76.206,66	0,00	0,00	0,00	0,00	1.955.232,24
351150	CERQUILHO	1.618.264,89	2.428,32	1.094.566,62	232.351,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.947.611,54
351160	CESARIO LANGE	704.213,77	30.385,43	0,00	22.565,20	0,00	0,00	0,00	0,00	757.164,40
351170	CHARQUEADA	642.607,76	71.121,97	0,00	-34.876,00	0,00	0,00	0,00	0,00	678.853,73
351190	CLEMENTINA	211.510,77	0,00	0,00	208.771,06	0,00	371.198,52	0,00	0,00	49.083,31
351200	COLINA	901.949,53	768,10	157.500,00	63.601,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1.123.818,96
351210	COLOMBIA	177.749,62	1.877,51	157.500,00	23.095,20	0,00	0,00	0,00	0,00	360.222,33
351220	CONCHAL	1.542.463,23	23.340,42	1.128.779,09	73.339,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.767.922,22
351230	CONCHAS	887.970,25	208.816,37	0,00	-45.375,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1.051.411,51
351240	CORDEIROPOLIS	693.350,64	5.392,68	315.900,00	744.529,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.759.172,82

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

351250	COROADOS	1.520,40	0,00	0,00	90.836,67	0,00	0,00	0,00	0,00	92.357,07
351260	CORONEL MACEDO	81.279,86	6.003,98	0,00	1.868,31	0,00	0,00	0,00	0,00	89.152,15
351270	CORUMBATAI	47.215,49	0,00	263.025,00	2.435,18	0,00	0,00	0,00	0,00	312.675,67
351280	COSMOPOLIS	2.535.629,54	30.420,67	429.348,03	3.177.488,32	0,00	0,00	0,00	0,00	6.172.886,56
351290	COSMORAMA	104.531,00	0,00	0,00	11.020,24	0,00	0,00	0,00	0,00	115.551,24
351300	COTIA	9.042.387,05	2.777.384,86	832.860,00	5.875.980,97	0,00	12.262.376,34	0,00	0,00	6.266.236,54
351310	CRAVINHOS	597.366,67	10.332,53	263.028,00	17.838,71	0,00	0,00	0,00	0,00	888.565,91
351320	CRISTAIS PAULISTA	39.558,96	0,00	0,00	104.827,17	0,00	0,00	0,00	0,00	144.386,13
351330	CRUZALIA	34.791,65	0,00	0,00	961,81	0,00	0,00	0,00	0,00	35.753,46
351340	CRUZEIRO	4.913.822,18	851.034,84	3.232.217,97	1.786.777,23	0,00	0,00	0,00	0,00	10.783.852,22
351350	CUBATAO	10.221.577,37	122.613,22	1.937.100,00	4.402.030,88	0,00	0,00	0,00	0,00	16.683.321,47
351360	CUNHA	961.259,87	4.784,10	912.043,78	708.954,61	0,00	0,00	0,00	0,00	2.587.042,36
351370	DESCALVADO	875.235,49	969,71	118.800,00	203.540,05	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.545,25
351380	DIADEMA	32.260.099,38	8.999.185,00	4.051.800,00	19.593.921,27	0,00	18.094.954,19	0,00	0,00	46.810.051,46
351385	DIRCE REIS	3.000,24	0,00	0,00	5.949,38	0,00	0,00	0,00	0,00	8.949,62
351390	DIVINOLANDIA	2.258.787,31	4.967.822,28	5.975.446,33	5.190.779,09	0,00	18.296.041,25	0,00	0,00	96.793,76
351400	DOBRADA	16.210,44	0,00	0,00	1.042,43	0,00	0,00	0,00	0,00	17.252,87
351410	DOIS CORREGOS	1.186.468,86	10.400,97	743.138,82	679.728,11	0,00	0,00	0,00	0,00	2.619.736,76
351420	DOLCINOPOLIS	6.078,43	0,00	0,00	7.096,48	0,00	0,00	0,00	0,00	13.174,91
351430	DOURADO	308.016,33	993,74	0,00	110.701,65	0,00	191.566,12	0,00	0,00	228.145,60
351440	DRACENA	2.843.554,48	1.465.146,74	2.088.532,08	2.091.473,78	0,00	0,00	0,00	0,00	8.488.707,08
351450	DUARTINA	991.903,14	225.696,77	937.305,48	264.538,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.419.444,10
351460	DUMONT	300.736,20	0,00	263.028,00	3.536,77	0,00	0,00	0,00	0,00	567.300,97
351470	ECHAPORA	123.091,29	22.891,31	0,00	4.970,13	0,00	0,00	0,00	0,00	150.952,73
351480	ELDORADO	391.460,19	0,00	0,00	11.688,72	0,00	0,00	0,00	0,00	403.148,91
351490	ELIAS FAUSTO	476.367,89	730,20	0,00	101.330,79	0,00	0,00	0,00	0,00	578.428,88
351492	ELISIARIO	20.667,18	0,00	0,00	93.846,83	0,00	0,00	0,00	0,00	114.514,01
351495	EMBAUBA	8.608,30	0,00	0,00	61.970,91	0,00	0,00	0,00	0,00	70.579,21
351500	EMBU DAS ARTES	7.259.749,68	46.389,16	2.531.766,00	2.891.680,64	0,00	0,00	0,00	0,00	12.729.585,48
351510	EMBU-GUACU	1.490.647,62	0,00	684.456,00	1.183.362,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.358.466,02
351512	EMILIANOPOLIS	11.766,00	0,00	0,00	4.023,81	0,00	0,00	0,00	0,00	15.789,81
351515	ENGENHEIRO COELHO	73.805,70	0,00	0,00	106.649,06	0,00	0,00	0,00	0,00	180.454,76
351518	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	4.104.461,10	2.155.774,29	1.380.041,03	2.193.722,90	0,00	5.047.049,47	0,00	0,00	4.786.949,85
351519	ESPIRITO SANTO DO TURVO	929,89	0,00	0,00	2.481,54	0,00	0,00	0,00	0,00	3.411,43
351520	ESTRELA D'OESTE	466.273,68	140.440,65	0,00	38.232,38	0,00	61.396,09	0,00	0,00	583.550,62
351530	ESTRELA DO NORTE	10.140,41	0,00	0,00	13.155,62	0,00	0,00	0,00	0,00	23.296,03
351535	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	262.511,63	0,00	0,00	21.915,90	0,00	0,00	0,00	0,00	284.427,53
351540	FARTURA	975.971,83	44.009,06	157.500,00	44.681,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.222.161,91
351550	FERNANDOPOLIS	5.420.533,63	2.081.965,55	7.585.885,85	2.034.184,18	0,00	13.258.381,43	0,00	0,00	3.864.187,78
351560	FERNANDO PRESTES	52.378,30	0,00	99.000,00	96.222,66	0,00	0,00	0,00	0,00	247.600,96
351565	FERNAO	1.293,98	0,00	0,00	70.935,29	0,00	0,00	0,00	0,00	72.229,27
351570	FERRAZ DE VASCONCELOS	9.876.422,04	4.108.566,75	158.400,00	6.060.626,83	0,00	17.846.692,87	0,00	0,00	2.357.322,75
351580	FLORA RICA	487,76	0,00	0,00	1.666,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2.153,90
351590	FLOREAL	2.868,84	0,00	0,00	31.843,46	0,00	0,00	0,00	0,00	34.712,30
351600	FLORIDA PAULISTA	569.886,55	8.909,36	0,00	249.592,03	0,00	582.943,37	0,00	0,00	245.444,57
351610	FLORINIA	77.601,70	0,00	0,00	1.430,25	0,00	0,00	0,00	0,00	79.031,95
351620	FRANCA	31.301.745,02	9.179.449,52	15.115.330,44	18.399.350,55	0,00	57.549.646,01	0,00	0,00	16.446.229,52
351630	FRANCISCO MORATO	10.308.081,58	2.597.791,54	1.658.577,90	2.646.229,63	0,00	6.817.560,16	0,00	0,00	10.393.120,49
351640	FRANCO DA ROCHA	9.104.299,72	4.997.649,38	360.000,00	6.876.190,03	0,00	14.851.807,71	0,00	0,00	6.486.331,42
351650	GABRIEL MONTEIRO	5.773,36	0,00	0,00	2.743,67	0,00	0,00	0,00	0,00	8.517,03
351660	GALIA	355.608,90	54.414,21	0,00	63.915,12	0,00	0,00	0,00	0,00	473.938,23
351670	GARCA	5.764.190,42	299.719,34	1.082.448,31	3.686.183,55	0,00	2.802.432,26	0,00	0,00	8.030.109,36
351680	GASTAO VIDIGAL	33.038,20	0,00	0,00	7.778,39	0,00	0,00	0,00	0,00	40.816,59
351685	GAVIAO PEIXOTO	35.594,54	881,49	0,00	768,47	0,00	0,00	0,00	0,00	37.244,50
351690	GENERAL SALGADO	472.279,56	42.682,58	99.000,00	35.794,59	0,00	0,00	0,00	0,00	649.756,73
351700	GETULINA	405.429,83	2.055,26	0,00	67.347,57	0,00	0,00	0,00	0,00	474.832,66
351710	GLICERIO	66.958,82	0,00	0,00	3.376,83	0,00	0,00	0,00	0,00	70.335,65
351720	GUAICARA	5.456,07	0,00	0,00	65.979,53	0,00	0,00	0,00	0,00	71.435,60
351730	GUAIMBE	110.309,27	0,00	0,00	207.784,88	0,00	0,00	0,00	0,00	318.094,15
351740	GUAIRA	1.658.085,11	8.168,55	892.431,27	729.359,12	0,00	0,00	0,00	0,00	3.288.044,05
351750	GUAPIACU	281.069,86	0,00	0,00	559.439,91	0,00	0,00	0,00	0,00	840.509,77
351760	GUAPIARA	864.245,44	70.080,86	165.000,00	33.126,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.132.453,24
351770	GUARA	1.050.146,59	0,00	198.000,00	548.319,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1.796.465,88
351780	GUARACAI	345.916,93	1.680,81	0,00	71.906,15	0,00	0,00	0,00	0,00	419.503,89
351790	GUARACI	220.772,69	0,00	157.500,00	62.624,57	0,00	0,00	0,00	0,00	440.897,26
351800	GUARANI D'OESTE	32.830,93	0,00	0,00	3.662,02	0,00	0,00	0,00	0,00	36.492,95
351810	GUARANTA	213.537,59	0,00	0,00	-146.755,78	0,00	0,00	0,00	0,00	66.781,81
351820	GUARARAPES	1.419.562,83	74.970,31	718.073,34	62.816,37	0,00	0,00	0,00	0,00	2.275.422,85
351830	GUARAREMA	1.054.210,06	10.369,51	1.068.351,14	73.295,10	0,00	0,00	0,00	0,00	2.206.225,81
351840	GUARATINGUETA	9.923.124,69	3.357.825,75	6.427.526,87	5.830.219,35	0,00	0,00	0,00	0,00	25.538.696,66
351850	GUAREI	210.321,00	23,08	263.025,00	23.238,71	0,00	0,00	0,00	0,00	496.607,79
351860	GUARIBA	1.652.298,73	671.866,63	1.551.770,29	-234.741,98	0,00	0,00	0,00	0,00	3.641.193,67
351870	GUARUJA	19.985.325,98	1.500.411,94	11.111.322,21	15.604.638,06	0,00	0,00	0,00	0,00	48.201.698,19
351880	GUARULHOS	93.827.414,38	7.084.611,27	30.438.540,94	46.364.552,63	0,00	60.087.328,93	0,00	0,00	117.627.790,29
351885	GUATAPARA	52.441,85	1.147,07	157.500,00	5.428,81	0,00	0,00	0,00	0,00	216.517,73
351890	GUZOLANDIA	9.505,08	0,00	0,00	3.445,35	0,00	0,00	0,00	0,00	12.950,43
351900	HERCULANDIA	426.131,27	1.697,76	444.000,42	256.418,83	0,00	877.052,04	0,00	0,00	251.196,24
351905	HOLAMBRA	269.238,39	0,00	0,00	10.028,41	0,00	0,00	0,00	0,00	279.266,80
351907	HORTOLANDIA	8.367.552,16	121.761,59	2.509.200,00	8.928.796,77	0,00	0,00	0,00	0,00	19.927.310,52
351910	IACANGA	300.224,55	6.597,61	263.028,00	17.185,69	0,00	0,00	0,00	0,00	587.035,85
351920	IACRI	338.992,31	323,95	57.100,05	87.123,79	0,00	0,00	0,00	0,00	483.540,10
351925	IARAS	17.063,40	11.526,46	0,00	4.911,75	0,00	0,00	0,00	0,00	33.501,61
351930	IBATE	1.302.295,63	12.628,05	0,00	106.292,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1.421.216,09
351940	IBIRA	335.293,16	3.354,76	263.025,00	18.325,98	0,00	0,00	0,00	0,00	619.998,90
351950	IBIRAREMA	82.279,07	0,00	0,00	91.901,12	0,00	0,00	0,00	0,00	174.180,19
351960	IBITINGA	3.009.763,98	218.940,71	635.296,70	648.245,70	0,00	0,00	0,00	0,00	4.512.247,09
351970	IBIUNA	3.350.083,75	7.973,55	157.500,00	264.976,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.780.533,70
351980	ICEM	147.949,89	0,00	157.500,00	97.299,39	0,00	0,00	0,00	0,00	402.749,28
351990	IEPE	412.329,96	683.468,29	0,00	-401.294,45	0,00	0,00	0,00	0,00	694.503,80
352000	IGARACU DO TIETE	820.667,56	15.872,04	198.000,00	112.652,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.147.192,20
352010	IGARAPAVA	1.389.393,72	3.364,64	547.547,04	264.342,50	0,00	0,00	0,00	0,00	2.204.647,90
352020	IGARATA	55.163,07	426,36	0,00	17.452,28	0,00	0,00	0,00	0,00	73.041,72
352030	IGUAPE	811.116,75	2.900,18	0,00	40.763,48	0,00	0,00	0,00	0,00	854.780,41
352040	ILHABELA	1.334.407,43	70.499,13	157.500,00	417.467,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.979.874,43
352042	ILHA COMPRIDA	200.637,28	6.951,66	0,00	63.804,28	0,00	0,00	0,00	0,00	271.393,22
352044	ILHA SOLTEIRA	1.462.408,19	753.586,10	1.345.134,68	255.296,86	0,00	3.117.581,44	0,00	0,00	698.844,39
352050	INDAIATUBA	11.076.986,93	1.987.594,09	3.535.975,03	15.679.768,23	0,00	144.956,28	0,00	0,00	32.135.368,00
352060	INDIANA	0,00	0,00	0,00	1.807,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.807,59
352070	INDIAPORA	357.850,47	56.215,81	0,00	81.551,54	0,00	407.096,70	0,00	0,00	88.521,12
352080	INUBIA PAULISTA	43.462,77	783,40	0,00	94.675,69	0,00	0,00	0,00	0,00	138.921,86
352090	IPAUCU	718.559,70	10.219,39	400.657,95	136.729,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.266.166,75
352100	IPERO	69.588,83	0,00	157.500,00	585.226,02	0,00	0,00	0,00	0,00	812.314,85
352110	IPEUNA	56.730,32	5.915,57	263.025,00	94.438,82	0,00	0,00	0,00	0,00	420.109,71
352115	IPIGUA	16.820,40	0,00	0,00	61.376,73	0,00	0,00	0,00	0,00	78.197,13
352120	IPORANGA	35.958,36	0,00	0,00	3.351,75	0,00	0,00	0,00	0,00	39.310,11
352130	IPUA	627.441,47	400,46	132.000,00	1.508.598,72	0,00	0,00	0,00	0,00	2.268.440,65
352140	IRACEMAPOLIS	185.455,18	1.434,53	7.500,00	113.797,84	0,00	0,00	0,00	0,00	308.187,55
352150	IRAPUA	78.518,37	0,00	0,00	104.903,00	0,00	0,00	0,00	0,00	183.421,37

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

352160	IRAPURU	16.178,94	0,00	0,00	4.865,76	0,00	0,00	0,00	0,00	21.044,70
352170	ITABERA	717.141,22	99.602,29	0,00	48.164,22	0,00	0,00	0,00	0,00	864.907,73
352180	ITAI	990.374,09	35.079,32	157.500,00	69.512,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.252.465,54
352190	ITAJOBI	528.617,38	48.487,07	0,00	134.661,43	0,00	0,00	0,00	0,00	711.765,88
352200	ITAJU	23.800,94	0,00	0,00	3.319,77	0,00	0,00	0,00	0,00	27.120,71
352210	ITANHAEM	5.009.811,43	8.882,67	2.749.794,00	2.191.091,87	0,00	2.143.469,19	0,00	0,00	7.816.110,78
352215	ITAOCA	3.893,90	0,00	0,00	918,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.811,90
352220	ITAPECERICA DA SERRA	11.693.564,41	8.656.008,20	1.165.080,00	14.387.948,29	0,00	25.482.953,84	0,00	0,00	10.419.647,06
352230	ITAPETININGA	7.312.748,89	2.878.821,42	2.026.374,00	3.629.023,99	0,00	2.010.054,04	0,00	0,00	13.836.914,26
352240	ITAPEVA	6.469.249,47	4.042.684,59	7.742.040,54	6.276.155,36	0,00	0,00	0,00	0,00	24.530.129,96
352250	ITAPEVI	10.814.377,06	6.358.868,51	2.093.700,00	4.921.495,97	0,00	15.107.002,24	0,00	0,00	9.081.439,30
352260	ITAPIRA	8.557.624,10	4.892.140,47	1.086.166,40	3.124.537,00	0,00	7.717.225,58	0,00	0,00	9.943.242,39
352265	ITAPIRAPUA PAULISTA	2.336,33	0,00	263.028,00	1.462,53	0,00	0,00	0,00	0,00	266.826,86
352270	ITAPOLIS	2.343.213,61	156.423,79	922.228,30	1.040.575,60	0,00	60.024,36	0,00	0,00	4.402.416,94
352280	ITAPORANGA	792.328,25	196.239,23	157.500,00	77.330,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.223.397,95
352290	ITAPUI	603.502,12	0,00	157.500,00	113.166,78	0,00	0,00	0,00	0,00	874.168,90
352300	ITAPURA	26.776,02	0,00	0,00	545,38	0,00	0,00	0,00	0,00	27.321,40
352310	ITAQUAQUECETUBA	11.337.558,25	2.821.715,94	1.596.000,00	5.350.441,57	0,00	16.287.797,17	0,00	0,00	4.817.918,59
352320	ITARARE	2.652.656,30	159.488,92	1.684.953,26	821.832,31	0,00	0,00	0,00	0,00	5.318.930,79
352330	ITARIRI	224.033,09	0,00	263.028,00	70.197,81	0,00	0,00	0,00	0,00	557.258,90
352340	ITATIBA	5.475.290,28	282.660,88	1.486.206,88	4.156.964,30	0,00	0,00	0,00	0,00	11.401.122,34
352350	ITATINGA	497.836,21	418,58	0,00	27.813,53	0,00	0,00	0,00	0,00	526.068,32
352360	ITIRAPINA	569.483,33	290,12	263.025,00	-59.268,77	0,00	0,00	0,00	0,00	773.529,68
352370	ITIRAPUA	23.411,40	0,00	0,00	843,05	0,00	0,00	0,00	0,00	24.254,45
352380	ITOBI	64.216,63	1.570,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.787,13
352390	ITU	13.067.175,16	1.787.374,94	6.776.277,60	4.097.345,81	0,00	21.653.935,18	0,00	0,00	4.074.238,33
352400	ITUPEVA	1.487.694,75	196.173,63	0,00	1.442.535,29	0,00	0,00	0,00	0,00	3.126.403,67
352410	ITUVERAVA	2.861.807,91	792.947,47	3.688.268,89	1.685.583,34	0,00	0,00	0,00	0,00	9.028.607,61
352420	JABORANDI	244.273,22	0,00	157.500,00	110.838,32	0,00	0,00	0,00	0,00	512.611,54
352430	JABOTICABAL	2.982.062,30	873.413,77	2.400.081,86	3.448.801,98	0,00	0,00	0,00	0,00	9.704.359,91
352440	JACAREI	14.484.873,86	1.870.533,52	7.782.981,68	12.230.443,94	0,00	0,00	0,00	0,00	36.368.833,00
352450	JACI	3.793.598,76	291.963,92	2.001.547,08	145.017,13	0,00	6.228.457,54	0,00	0,00	3.669,35
352460	JACUPIRANGA	511.330,61	0,00	0,00	13.089,15	0,00	0,00	0,00	0,00	524.419,76
352470	JAGUARIUNA	2.391.907,91	40.774,67	118.800,00	1.872.647,65	0,00	0,00	0,00	0,00	4.424.130,23
352480	JALES	3.179.203,85	2.653.922,73	4.607.029,95	4.521.874,19	0,00	10.366.758,88	0,00	0,00	4.595.271,84
352490	JAMBEIRO	1.600,26	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.603,26
352500	JANDIRA	6.545.289,27	57.424,06	256.500,00	944.184,23	0,00	0,00	0,00	0,00	7.803.397,56
352510	JARDINOPOLIS	775.973,25	456,31	263.028,00	726.081,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.765.539,41
352520	JARINU	331.089,65	0,00	0,00	11.437,98	0,00	0,00	0,00	0,00	342.527,63
352530	JAU	15.531.722,28	41.529.249,64	15.195.605,16	29.819.364,08	0,00	67.827.012,16	0,00	0,00	34.248.929,00
352540	JERIQUARA	12.430,77	0,00	0,00	92.626,01	0,00	0,00	0,00	0,00	105.056,78
352550	JOANOPOLIS	371.816,68	0,00	157.500,00	-22.947,02	0,00	0,00	0,00	0,00	506.369,66
352560	JOAO RAMALHO	16.659,85	0,00	0,00	3.072,99	0,00	0,00	0,00	0,00	19.732,84
352570	JOSE BONIFACIO	1.468.467,60	281.339,07	826.376,59	311.130,72	0,00	2.151.674,75	0,00	0,00	735.639,23
352580	JULIO MESQUITA	31.395,79	0,00	0,00	479,35	0,00	0,00	0,00	0,00	31.875,14
352585	JUMIRIM	3.231,72	0,00	0,00	10.570,48	0,00	0,00	0,00	0,00	13.802,20
352590	JUNDIAI	33.287.279,62	12.906.635,76	15.452.854,10	15.166.431,28	0,00	614.446,63	0,00	0,00	76.198.754,13
352600	JUNQUEIROPOLIS	839.025,42	316.716,12	524.276,76	636.470,09	0,00	0,00	0,00	0,00	2.316.488,39
352610	JUQUIA	925.441,03	2.050,66	0,00	182.862,66	0,00	0,00	0,00	0,00	1.110.354,35
352620	JUQUITIBA	651.898,70	0,00	526.056,00	394.336,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.572.291,54
352630	LAGOINHA	94.484,76	0,00	0,00	2.635,98	0,00	0,00	0,00	0,00	97.120,74
352640	LARANJAL PAULISTA	1.375.370,66	12.640,25	602.926,56	567.265,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2.558.203,29
352650	LAVINIA	33.872,17	0,00	0,00	4.460,47	0,00	0,00	0,00	0,00	38.332,64
352660	LAVRINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
352670	LEME	5.270.568,11	272.420,52	3.451.933,06	3.566.495,32	0,00	0,00	0,00	0,00	12.561.417,01
352680	LENCOIS PAULISTA	3.035.272,41	136.955,73	2.946.412,79	840.076,48	0,00	0,00	0,00	0,00	6.958.717,41
352690	LIMEIRA	26.469.958,11	6.441.447,63	13.924.488,36	12.749.988,62	0,00	892.523,67	0,00	0,00	58.693.359,05
352700	LINDOIA	278.837,29	1.573.654,78	237.600,00	962.369,89	0,00	0,00	0,00	0,00	3.052.461,96
352710	LINS	4.405.900,96	6.145.912,49	2.470.432,56	7.108.729,56	0,00	5.481.277,49	0,00	0,00	14.649.698,08
352720	LORENA	5.335.092,52	823.254,10	3.649.567,81	2.825.866,99	0,00	0,00	0,00	0,00	12.633.781,42
352725	LOURDES	12.521,27	1.357,13	0,00	75.380,12	0,00	0,00	0,00	0,00	89.258,52
352730	LOUVEIRA	1.321.848,46	318.541,04	0,00	76.556,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.716.946,42
352740	LUCELIA	945.257,78	49.265,94	889.582,96	-1.063,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.883.043,29
352750	LUCIANOPOLIS	31.667,68	0,00	0,00	90.165,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.832,68
352760	LUIS ANTONIO	250.119,65	0,00	263.028,00	18.595,39	0,00	0,00	0,00	0,00	531.743,04
352770	LUIZIANIA	154.467,27	4.562,90	0,00	5.401,39	0,00	0,00	0,00	0,00	164.431,56
352780	LUPERCIO	105.760,89	117.529,85	0,00	-27.056,91	0,00	0,00	0,00	0,00	196.233,83
352790	LUTECIA	22.979,54	0,00	0,00	668,04	0,00	0,00	0,00	0,00	23.647,58
352800	MACATUBA	985.837,24	6.766,15	99.000,00	400.678,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.492.282,15
352810	MACAUBAL	229.525,21	0,00	0,00	116.315,80	0,00	0,00	0,00	0,00	345.841,01
352820	MACEDONIA	13.929,61	0,00	0,00	750,69	0,00	0,00	0,00	0,00	14.680,30
352830	MAGDA	10.394,64	0,00	0,00	42.738,49	0,00	0,00	0,00	0,00	53.133,13
352840	MAIRINQUE	893.315,97	120.322,95	289.500,00	82.548,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1.385.687,46
352850	MAIRIPORA	3.355.070,59	38.972,02	2.294.664,46	631.259,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6.319.967,02
352860	MANDURI	9.792,03	6.341,17	0,00	1.226,87	0,00	0,00	0,00	0,00	17.360,07
352870	MARABA PAULISTA	112,95	0,00	0,00	1.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.117,95
352880	MARACAI	743.950,22	12.833,67	0,00	582.854,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1.339.638,05
352885	MARAPOAMA	17.079,60	0,00	0,00	95.636,84	0,00	0,00	0,00	0,00	112.716,44
352890	MARIAPOLIS	25.036,32	13,18	0,00	205.641,82	0,00	0,00	0,00	0,00	230.691,32
352900	MARILIA	27.754.093,08	18.954.807,54	19.899.891,27	20.035.258,65	0,00	49.110.465,26	0,00	0,00	37.533.585,28
352910	MARINOPOLIS	13.536,98	0,00	0,00	4.857,53	0,00	0,00	0,00	0,00	18.394,51
352920	MARTINOPOLIS	1.379.727,62	325.908,34	691.160,98	1.273.825,95	0,00	0,00	0,00	0,00	3.670.622,89
352930	MATAO	4.240.617,96	468.435,17	4.230.502,62	6.091.937,41	0,00	13.713.290,51	0,00	0,00	1.318.202,65
352940	MAUA	18.539.293,25	936.346,41	6.016.487,32	58.512.974,59	0,00	127.323,68	0,00	0,00	83.877.777,89
352950	MENDONCA	12.619,23	0,00	263.025,00	103.229,55	0,00	0,00	0,00	0,00	378.873,78
352960	MERIDIANO	21.313,58	0,00	0,00	95.808,69	0,00	0,00	0,00	0,00	117.122,27
352965	MESOPOLIS	23.509,88	5,27	0,00	10.889,86	0,00	0,00	0,00	0,00	34.405,01
352970	MIGUELOPOLIS	881.325,63	0,00	0,00	151.927,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.033.253,10
352980	MINEIROS DO TIETE	83.247,70	0,00	0,00	3.748,02	0,00	0,00	0,00	0,00	86.995,72
352990	MIRACATU	678.575,05	0,00	0,00	20.597,90	0,00	0,00	0,00	0,00	699.172,95
353000	MIRA ESTRELA	13.416,67	0,00	0,00	2.594,11	0,00	0,00	0,00	0,00	16.010,78
353010	MIRANDOPOLIS	1.506.246,98	573.490,40	0,00	193.332,00	0,00	2.055.559,21	0,00	0,00	217.510,17
353020	MIRANTE DO PARANAPANEMA	441.488,20	0,00	0,00	15.497,13	0,00	0,00	0,00	0,00	456.985,33
353030	MIRASSOL	1.245.950,67	144.811,52	2.698.412,22	510.430,09	0,00	0,00	0,00	0,00	4.599.604,50
353040	MIRASSOLANDIA	16.072,81	0,00	0,00	3.269,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.341,81
353050	MOCOCA	4.276.551,25	388.241,05	2.375.303,88	5.082.723,12	0,00	0,00	0,00	0,00	12.122.819,30
353060	MOGI DAS CRUZES	28.240.082,50	19.252.610,92	15.310.722,02	51.560.898,41	0,00	40.239.824,84	0,00	0,00	74.124.489,01
353070	MOJI-GUACU	9.517.573,95	2.090.997,79	5.782.887,58	8.408.985,37	0,00	380,40	0,00	0,00	25.800.064,29
353080	MOJI-MIRIM	7.113.996,79	323.735,46	4.946.326,51	7.070.941,89	0,00	2.276.396,75	0,00	0,00	17.178.603,90
353090	MOMBUCA	45.477,36	0,00	0,00	95.049,57	0,00	0,00	0,00	0,00	140.526,93
353100	MONCOES	17.725,58	0,00	0,00	7.270,98	0,00	0,00	0,00	0,00	24.996,56
353110	MONGAGUA	2.510.280,79	12.823,12	999.180,00	28.540,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.550.824,81
353120	MONTE ALEGRE DO SUL	44.187,08	0,00	0,00	1.953,84	0,00	0,00	0,00	0,00	46.140,92
353130	MONTE ALTO	3.025.929,29	185.601,51	1.697.391,21	2.425.041,90	0,00	0,00	0,00	0,00	7.333.963,91
353140	MONTE APRAZIVEL	1.099.448,53	355.973,85	976.368,63	121.591,52	0,00	2.228.405,72	0,00	0,00	324.976,81
353150	MONTE AZUL PAULISTA	1.254.140,75	0,00	310.304,05	53.268,67	0,00	0,00	0,00	0,00	1.617.713,47
353160	MONTE CASTELO	3.916,51	0,00	0,00	1.225,66	0,00	0,00	0,00	0,00	5.142,17
353170	MONTEIRO LOBATO	4.674,58	0,00	0,00	1.832,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6.507,53

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

353180	MONTE MOR	2.207.648,24	5.309,82	158.400,00	497.651,31	0,00	0,00	0,00	0,00	2.869.009,37
353190	MORRO AGUDO	1.369.575,75	699,73	2.118.660,00	343.201,48	0,00	0,00	0,00	0,00	3.832.136,96
353200	MORUNGABA	734.934,62	0,00	0,00	36.269,35	0,00	0,00	0,00	0,00	771.203,97
353205	MOTUCA	39.370,86	2.827,60	0,00	74.424,41	0,00	0,00	0,00	0,00	116.622,87
353210	MURUTINGA DO SUL	178.175,46	204,06	0,00	-95.974,96	0,00	0,00	0,00	0,00	82.404,56
353215	NANTES	16.500,17	0,00	0,00	1.215,96	0,00	0,00	0,00	0,00	17.716,13
353220	NARANDIBA	17.893,21	0,00	0,00	14.808,17	0,00	0,00	0,00	0,00	32.701,38
353230	NATIVIDADE DA SERRA	41.998,70	0,00	0,00	15,15	0,00	0,00	0,00	0,00	42.013,85
353240	NAZARE PAULISTA	614.177,36	0,00	157.500,00	-65.898,79	0,00	0,00	0,00	0,00	705.778,57
353250	NEVES PAULISTA	377.751,64	385,22	157.500,00	114.614,70	0,00	0,00	0,00	0,00	650.251,56
353260	NHANDEARA	736.667,73	668.927,09	971.987,68	175.408,04	0,00	2.262.362,78	0,00	0,00	290.627,76
353270	NIPOA	5.535,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.535,84
353280	NOVA ALIANCA	18.788,95	0,00	0,00	103.347,89	0,00	0,00	0,00	0,00	122.136,84
353282	NOVA CAMPINA	19.829,05	0,00	0,00	61.032,60	0,00	0,00	0,00	0,00	80.861,65
353284	NOVA CANAA PAULISTA	10.911,21	0,00	0,00	2.607,57	0,00	0,00	0,00	0,00	13.518,78
353286	NOVA CASTILHO	607,32	0,00	0,00	3.663,66	0,00	0,00	0,00	0,00	4.270,98
353290	NOVA EUROPA	272.627,62	6.614,52	0,00	78.432,82	0,00	0,00	0,00	0,00	357.674,96
353300	NOVA GRANADA	1.320.095,92	1.540.110,49	815.755,19	709.712,77	0,00	3.597.677,00	0,00	0,00	787.997,37
353310	NOVA GUATAPORANGA	5.185,95	0,00	0,00	560,43	0,00	0,00	0,00	0,00	5.746,38
353320	NOVA INDEPENDENCIA	17.648,92	0,00	0,00	2.458,18	0,00	0,00	0,00	0,00	20.107,10
353325	NOVAIS	43.637,45	0,00	0,00	91.507,18	0,00	0,00	0,00	0,00	135.144,63
353330	NOVA LUZITANIA	3.774,32	0,00	0,00	8.585,94	0,00	0,00	0,00	0,00	12.360,26
353340	NOVA ODESSA	1.918.483,29	1.562,91	0,00	250.145,17	0,00	0,00	0,00	0,00	2.170.191,37
353350	NOVO HORIZONTE	2.368.602,08	2.568,97	1.132.064,54	434.946,73	0,00	0,00	0,00	0,00	3.938.182,32
353360	NUPORANGA	138.570,28	0,00	0,00	16.700,59	0,00	0,00	0,00	0,00	155.270,87
353370	OCAUCU	0,00	0,00	0,00	63.672,08	0,00	0,00	0,00	0,00	63.672,08
353380	OLEO	21.401,77	9.175,59	0,00	6.030,33	0,00	0,00	0,00	0,00	36.607,69
353390	OLIMPIA	2.619.829,23	682.880,90	1.702.442,60	4.037.983,84	0,00	0,00	0,00	0,00	9.043.136,57
353400	ONDA VERDE	38.410,58	0,00	0,00	95.221,58	0,00	0,00	0,00	0,00	133.632,16
353410	ORIENTE	45.445,81	0,00	0,00	51.734,02	0,00	0,00	0,00	0,00	97.179,83
353420	ORINDIUVA	72.259,70	0,00	0,00	431.720,46	0,00	0,00	0,00	0,00	503.980,16
353430	ORLANDIA	2.078.231,83	47.930,76	1.049.741,64	1.183.349,09	0,00	0,00	0,00	0,00	4.359.253,32
353440	OSASCO	35.135.077,81	3.742.075,32	2.663.700,00	16.546.799,79	0,00	9.798.454,41	0,00	0,00	48.289.198,51
353450	OSCAR BRESSANE	13.808,40	0,00	0,00	101.100,03	0,00	0,00	0,00	0,00	114.908,43
353460	OSVALDO CRUZ	1.429.896,07	283.821,73	923.230,96	503.431,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.140.380,16
353470	OURINHOS	10.068.408,23	2.641.893,37	8.087.814,30	11.502.478,91	0,00	0,00	0,00	0,00	32.300.594,81
353475	OUROESTE	280.738,87	0,00	0,00	72.374,65	0,00	0,00	0,00	0,00	353.113,52
353480	OURO VERDE	50.577,31	0,00	0,00	4.119,29	0,00	0,00	0,00	0,00	54.696,60
353490	PACAEMBU	555.376,46	12.147,80	0,00	120.559,04	0,00	0,00	0,00	0,00	688.083,30
353500	PALESTINA	47.391,13	0,00	157.500,00	102.622,33	0,00	0,00	0,00	0,00	307.513,46
353510	PALMARES PAULISTA	25.877,07	0,00	0,00	62.026,60	0,00	0,00	0,00	0,00	87.903,67
353520	PALMEIRA D'OESTE	489.699,56	229.600,66	157.500,00	70.798,32	0,00	0,00	0,00	0,00	947.598,54
353530	PALMITAL	1.349.347,95	168.688,88	933.187,31	89.707,86	0,00	0,00	0,00	0,00	2.540.932,00
353540	PANORAMA	510.277,03	74.795,27	0,00	19.651,81	0,00	0,00	0,00	0,00	604.724,11
353550	PARAGUACU PAULISTA	3.088.827,72	230.957,84	1.964.466,42	1.611.094,82	0,00	0,00	0,00	0,00	6.895.346,80
353560	PARAIBUNA	201.938,13	0,00	0,00	144.306,92	0,00	0,00	0,00	0,00	346.245,05
353570	PARAISO	60.550,50	0,00	0,00	93.426,52	0,00	0,00	0,00	0,00	153.977,02
353580	PARANAPANEMA	538.379,19	1.571,98	157.500,00	21.236,23	0,00	0,00	0,00	0,00	718.687,40
353590	PARANAPUA	3.267,00	0,00	0,00	15.036,94	0,00	0,00	0,00	0,00	18.303,94
353600	PARAPUA	469.069,74	224,03	0,00	177.027,99	0,00	0,00	0,00	0,00	646.321,76
353610	PARDINHO	102.086,62	0,00	263.025,00	1.854,45	0,00	0,00	0,00	0,00	366.966,07
353620	PARIQUERA-ACU	2.006.172,42	6.536.112,64	0,00	5.305.169,09	0,00	13.643.631,45	0,00	0,00	203.822,70
353625	PARISI	7.778,24	0,00	0,00	8.982,78	0,00	0,00	0,00	0,00	16.761,02
353630	PATROCINIO PAULISTA	686.680,00	124.615,51	157.500,00	59.271,61	0,00	739.145,03	0,00	0,00	288.922,09
353640	PAULICEIA	83,20	0,00	0,00	91.802,13	0,00	0,00	0,00	0,00	91.885,33
353650	PAULINIA	4.938.171,70	382.701,27	0,00	1.755.737,91	0,00	0,00	0,00	0,00	7.076.610,88
353657	PAULISTANIA	2.764,44	0,00	0,00	36.437,07	0,00	0,00	0,00	0,00	39.201,51
353660	PAULO DE FARIA	274.218,12	15.933,57	263.025,00	-93.487,06	0,00	0,00	0,00	0,00	459.689,63
353670	PEDERNEIRAS	1.993.893,27	14.469,92	1.422.522,15	1.276.006,87	0,00	0,00	0,00	0,00	4.706.892,21
353680	PEDRA BELA	3.418,32	0,00	157.500,00	5.057,76	0,00	0,00	0,00	0,00	165.976,08
353690	PEDRANOPOLIS	6.307,73	0,00	0,00	1.426,46	0,00	0,00	0,00	0,00	7.734,19
353700	PEDREGULHO	783.553,49	168.977,88	569.033,75	1.725.390,93	0,00	2.937.858,52	0,00	0,00	309.097,53
353710	PEDREIRA	1.849.202,02	575.469,57	0,00	-477.596,74	0,00	0,00	0,00	0,00	1.947.074,85
353715	PEDRINHAS PAULISTA	77.091,14	390,95	0,00	66.419,21	0,00	0,00	0,00	0,00	143.901,30
353720	PEDRO DE TOLEDO	207.346,44	0,00	263.028,00	8.232,35	0,00	0,00	0,00	0,00	478.606,79
353730	PENAPOLIS	4.620.719,94	2.184.577,75	1.834.186,93	3.881.144,96	0,00	0,00	0,00	0,00	12.520.629,58
353740	PEREIRA BARRETO	1.320.602,96	61.819,72	759.678,55	248.942,66	0,00	0,00	0,00	0,00	2.391.043,89
353750	PEREIRAS	40.274,89	0,00	0,00	92.453,31	0,00	0,00	0,00	0,00	132.728,20
353760	PERUIBE	4.081.094,55	25.129,89	1.263.108,00	2.221.391,74	0,00	0,00	0,00	0,00	7.590.724,18
353770	PIACATU	25.334,63	0,00	0,00	2.451,03	0,00	0,00	0,00	0,00	27.785,66
353780	PIEDADE	5.002.586,08	2.571.126,07	1.288.559,00	1.118.779,91	0,00	6.601.162,49	0,00	0,00	3.379.888,57
353790	PILAR DO SUL	1.174.864,93	3.959,54	864.387,89	357.288,18	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400.500,54
353800	PINDAMONHANGABA	8.999.053,84	807.563,77	571.200,00	4.741.962,45	0,00	0,00	0,00	0,00	15.119.780,06
353810	PINDORAMA	202.612,75	0,00	0,00	93.814,47	0,00	0,00	0,00	0,00	296.427,22
353820	PINHALZINHO	152.908,96	0,00	157.500,00	5.828,82	0,00	0,00	0,00	0,00	316.237,78
353830	PIQUEROBI	9,51	0,00	0,00	630,00	0,00	0,00	0,00	0,00	639,51
353850	PIQUETE	347.771,39	0,00	263.025,00	13.093,66	0,00	0,00	0,00	0,00	623.890,05
353860	PIRACAIA	1.201.839,66	0,00	157.500,00	-181.549,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.177.790,27
353870	PIRACICABA	33.151.995,02	9.198.312,26	15.872.852,35	17.760.722,68	0,00	0,00	0,00	0,00	75.983.882,31
353880	PIRAJU	1.627.259,24	450.560,16	1.192.756,30	243.483,93	0,00	0,00	0,00	0,00	3.514.059,63
353890	PIRAJUI	1.954.442,32	128.734,93	795.652,62	95.109,48	0,00	2.114.079,21	0,00	0,00	859.860,14
353900	PIRANGI	322.300,33	42.550,90	99.000,00	198.258,90	0,00	0,00	0,00	0,00	662.110,13
353910	PIRAPORA DO BOM JESUS	894.203,12	0,00	157.500,00	20.274,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.071.978,00
353920	PIRAPOZINHO	464.823,24	831.872,29	480.000,00	677.898,01	0,00	633.304,27	0,00	0,00	1.821.289,27
353930	PIRASSUNUNGA	2.950.923,64	25.326,44	1.971.485,04	2.928.326,40	0,00	0,00	0,00	0,00	7.876.061,52
353940	PIRATININGA	261.564,74	5.906,61	0,00	105.679,49	0,00	0,00	0,00	0,00	373.150,84
353950	PITANGUEIRAS	1.419.453,25	303,81	263.028,00	803.247,20	0,00	0,00	0,00	0,00	2.486.032,26
353960	PLANALTO	20.103,43	0,00	263.025,00	90.300,66	0,00	0,00	0,00	0,00	373.429,09
353970	PLATINA	20.813,20	0,00	0,00	61.683,60	0,00	0,00	0,00	0,00	82.496,80
353980	POA	3.394.062,94	0,00	211.200,00	1.029.139,90	0,00	0,00	0,00	0,00	4.634.402,84
353990	POLONI	47.148,84	0,00	0,00	91.498,45	0,00	0,00	0,00	0,00	138.647,29
354000	POMPEIA	1.017.736,42	165.485,32	158.400,00	954.877,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2.296.499,56
354010	PONGAI	0,00	0,00	0,00	1.805,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.805,55
354020	PONTAL	1.717.946,23	0,00	263.028,00	787.994,34	0,00	0,00	0,00	0,00	2.768.968,57
354025	PONTALINDA	14.354,93	0,00	0,00	107.183,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.537,93
354030	PONTES GESTAL	65.018,69	0,00	0,00	9.515,81	0,00	0,00	0,00	0,00	74.534,50
354040	POPULINA	297.384,59	34.382,07	0,00	106.338,46	0,00	0,00	0,00	0,00	438.105,12
354050	PORANGABA	11.892,95	0,00	0,00	91.178,52	0,00	0,00	0,00	0,00	103.071,47
354060	PORTO FELIZ	2.846.844,58	285.122,97	1.457.834,18	910.263,66	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500.065,39
354070	PORTO FERREIRA	2.072.707,38	2.698,89	981.053,64	495.675,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3.552.135,75
354075	POTIM	112.661,23	4.817,57	157.500,00	371.556,24	0,00	0,00	0,00	0,00	646.535,04
354080	POTIRENDABA	508.629,04	1.557,92	0,00	124.534,90	0,00	0,00	0,00	0,00	634.721,86
354085	PRACINHA	961,76	0,00	0,00	2.272,89	0,00	0,00	0,00	0,00	3.234,65
354090	PRADOPOLIS	485.276,80	0,00	263.028,00	611,44	0,00	0,00	0,00	0,00	748.916,24
354100	PRAIA GRANDE	22.544.194,54	510.047,63	1.630.764,00	10.234.722,16	0,00	64,91	0,00	0,00	34.919.663,42
354105	PRATANIA	15.274,20	0,00	0,00	32,45	0,00	0,00	0,00	0,00	15.306,65
354110	PRESIDENTE ALVES	16.420,32	0,00	0,00	502,94	0,00	0,00	0,00	0,00	16.923,26
354120	PRESIDENTE BERNARDES	796.905,95	224.964,28	427.943,04	94.665,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.544.478,71
354130	PRESIDENTE EPITACIO	2.591.596,60	222.285,94	1.326.629,19	249.375,74	0,00	4.190.118,23	0,00	0,00	199.769,24
354140	PRESIDENTE PRUDENTE	25.562.403,93	19.631.200,11	6.269.027,16	17.067.528,01	0,00	63.397.791,18	0,00	0,00	5.132.368,03
354150	PRESIDENTE VENCESLAU	2.104.477,23	705.560,99	1.260.195,55	1.173.811,50	0,00	0,00	0,00	0,00	5.244.045,27
354160	PROMISSAO	1.738.891,54	705.240,94	0,00	2.285.065,60	0,00	4.047.339,62	0,00	0,00	681.858,46
354165	QUADRA	1.786,64	0,00	263.025,00	1.014,30	0,00	0,00	0,00	0,00	265.825,94

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

354170	QUATA	152.270,13	0,00	0,00	95.726,81	0,00	0,00	0,00	0,00	247.996,94
354180	QUEIROZ	3.506,95	0,00	0,00	40,35	0,00	0,00	0,00	0,00	3.547,30
354190	QUELUZ	917.217,54	56.822,01	381.825,00	33.680,72	0,00	0,00	0,00	0,00	1.389.545,27
354200	QUINTANA	24.790,40	0,00	99.000,00	97.378,10	0,00	0,00	0,00	0,00	221.168,50
354210	RAFARD	149.790,17	0,00	0,00	10.355,25	0,00	0,00	0,00	0,00	160.145,42
354220	RANCHARIA	2.144.905,91	1.202.828,34	1.775.437,68	1.621.333,26	0,00	5.401.547,90	0,00	0,00	1.342.957,29
354230	REDENCAO DA SERRA	18.583,32	0,00	0,00	1.479,30	0,00	0,00	0,00	0,00	20.062,62
354240	REGENTE FEIJO	697.366,16	194.033,53	0,00	124.356,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1.015.755,86
354250	REGINOPOLIS	14.363,14	0,00	0,00	91.656,17	0,00	0,00	0,00	0,00	106.019,31
354260	REGISTRO	2.311.101,23	3.232.293,74	3.262.505,05	4.763.359,65	0,00	9.673.703,89	0,00	0,00	3.895.555,78
354270	RESTINGA	29.261,74	0,00	0,00	3.159,50	0,00	0,00	0,00	0,00	32.421,24
354280	RIBEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
354290	RIBEIRAO BONITO	344.234,07	110.179,16	0,00	21.922,14	0,00	0,00	0,00	0,00	476.335,37
354300	RIBEIRAO BRANCO	932.027,77	38,39	0,00	-80.639,29	0,00	0,00	0,00	0,00	851.426,87
354310	RIBEIRAO CORRENTE	45.641,08	0,00	0,00	44.687,13	0,00	0,00	0,00	0,00	90.328,21
354320	RIBEIRAO DO SUL	26.012,16	1.141,15	0,00	92.711,10	0,00	0,00	0,00	0,00	119.864,41
354323	RIBEIRAO DOS INDIOS	150,40	0,00	0,00	1.285,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.436,32
354325	RIBEIRAO GRANDE	0,00	0,00	0,00	14.764,34	0,00	0,00	0,00	0,00	14.764,34
354330	RIBEIRAO PIRES	4.962.316,84	248.394,91	237.600,00	15.221.268,23	0,00	0,00	0,00	0,00	20.669.579,98
354340	RIBEIRAO PRETO	65.270.378,64	51.665.013,01	26.961.916,81	89.814.382,22	0,00	135.777.218,58	0,00	0,00	97.934.472,10
354350	RIVERSUL	47.558,60	0,00	0,00	1.406,15	0,00	0,00	0,00	0,00	48.964,75
354360	RIFAINA	62.837,00	0,00	132.000,00	91.028,71	0,00	0,00	0,00	0,00	285.865,71
354370	RINCAO	90.111,04	5.313,40	0,00	544,80	0,00	0,00	0,00	0,00	95.969,24
354380	RINOPOLIS	530.897,71	18.925,82	0,00	281.608,60	0,00	0,00	0,00	0,00	831.432,13
354390	RIO CLARO	9.362.792,98	4.034.139,28	6.573.408,06	12.335.107,38	0,00	3.231.138,35	0,00	0,00	29.074.309,35
354400	RIO DAS PEDRAS	960.212,21	54.907,53	424.320,01	544.414,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1.983.854,08
354410	RIO GRANDE DA SERRA	417.009,74	0,00	0,00	1.949.165,93	0,00	0,00	0,00	0,00	2.366.175,67
354420	RIOLANDIA	360.829,02	3.299,46	0,00	25.802,40	0,00	0,00	0,00	0,00	389.930,88
354425	ROSANA	1.427.905,05	553.745,90	0,00	184.646,85	0,00	1.537.686,89	0,00	0,00	628.610,91
354430	ROSEIRA	57.585,31	1.001,83	0,00	6.398,22	0,00	0,00	0,00	0,00	64.985,36
354440	RUBIACEA	413,64	0,00	0,00	72.015,60	0,00	0,00	0,00	0,00	72.429,24
354450	RUBINEIA	43.424,00	0,00	0,00	61.119,87	0,00	0,00	0,00	0,00	104.543,87
354460	SABINO	676,40	0,00	0,00	1.826,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.503,11
354470	SAGRES	406,40	0,00	0,00	193,59	0,00	0,00	0,00	0,00	599,99
354480	SALES	53.769,80	0,00	0,00	108.717,18	0,00	0,00	0,00	0,00	162.486,98
354490	SALES OLIVEIRA	366.157,84	0,00	0,00	81.854,77	0,00	0,00	0,00	0,00	448.012,61
354500	SALESOPOLIS	1.258.369,39	2.569,43	263.028,00	41.132,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.565.099,41
354510	SALMOURAO	23.113,90	0,00	0,00	92.476,35	0,00	0,00	0,00	0,00	115.590,25
354515	SALTINHO	88.333,39	114,49	0,00	19.514,64	0,00	0,00	0,00	0,00	107.962,52
354520	SALTO	5.802.576,83	62.580,43	0,00	5.291.909,82	0,00	0,00	0,00	0,00	11.157.067,08
354530	SALTO DE PIRAPORA	6.122.880,69	6.379.150,48	548.017,45	2.294.563,47	0,00	11.799.229,36	0,00	0,00	3.545.382,73
354540	SALTO GRANDE	507.641,43	472.829,67	0,00	306.933,06	0,00	0,00	0,00	0,00	1.287.404,16
354550	SANDOVALINA	7.161,96	0,00	0,00	24.322,20	0,00	0,00	0,00	0,00	31.484,16
354560	SANTA ADELIA	406.866,00	7.081,69	0,00	134.917,66	0,00	0,00	0,00	0,00	548.865,35
354570	SANTA ALBERTINA	54.229,73	413,57	157.500,00	35.057,31	0,00	20.740,92	0,00	0,00	226.459,69
354580	SANTA BARBARA D'OESTE	6.981.529,10	243.394,79	3.946.907,69	6.605.335,63	0,00	118.751,45	0,00	0,00	17.658.415,76
354600	SANTA BRANCA	457.333,34	7.347,64	0,00	-286.839,28	0,00	0,00	0,00	0,00	177.841,70
354610	SANTA CLARA D'OESTE	9.211,44	0,00	0,00	7.917,06	0,00	0,00	0,00	0,00	17.128,50
354620	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	30.130,10	985,13	0,00	274,11	0,00	0,00	0,00	0,00	31.389,34
354625	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	19.114,18	0,00	263.028,00	3.790,33	0,00	0,00	0,00	0,00	285.932,51
354630	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	1.255.887,59	16.934,81	1.233.781,99	252.531,90	0,00	0,00	0,00	0,00	2.759.136,29
354640	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	2.898.608,01	290.454,67	2.598.772,01	5.980.666,17	0,00	0,00	0,00	0,00	11.768.500,86
354650	SANTA ERNESTINA	81.206,88	0,00	0,00	60.979,20	0,00	0,00	0,00	0,00	142.186,08
354660	SANTA FE DO SUL	2.013.103,96	1.050.362,51	1.321.633,31	3.017.557,70	0,00	355.016,66	0,00	0,00	7.047.640,82
354670	SANTA GERTRUDES	287.889,18	8.519,58	362.025,00	358.803,99	0,00	0,00	0,00	0,00	1.017.237,75
354680	SANTA ISABEL	3.876.156,95	794.227,44	2.420.586,60	2.342.842,33	0,00	0,00	0,00	0,00	9.433.813,32
354690	SANTA LUCIA	90.400,65	4.200,45	0,00	45.617,44	0,00	0,00	0,00	0,00	140.218,54
354700	SANTA MARIA DA SERRA	156.405,37	0,00	0,00	1.692,52	0,00	0,00	0,00	0,00	158.097,89
354710	SANTA MERCEDES	2.360,76	0,00	0,00	41,13	0,00	0,00	0,00	0,00	2.401,89
354720	SANTANA DA PONTE PENSA	14.999,76	0,00	0,00	7.497,68	0,00	0,00	0,00	0,00	22.497,44
354730	SANTANA DE PARNAIBA	3.198.542,13	24.536,78	99.000,00	2.208.004,31	0,00	0,00	0,00	0,00	5.530.083,22
354740	SANTA RITA D'OESTE	12.092,43	0,00	0,00	9.813,47	0,00	0,00	0,00	0,00	21.905,90
354750	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	4.882.972,34	103.852,08	817.344,54	1.382.301,77	0,00	4.918.351,02	0,00	0,00	2.268.119,71
354760	SANTA ROSA DE VITERBO	667.917,77	357,08	263.028,00	40.659,04	0,00	0,00	0,00	0,00	971.961,89
354765	SANTA SALETE	20.550,55	0,00	0,00	7.911,60	0,00	0,00	0,00	0,00	28.462,15
354770	SANTO ANASTACIO	1.289.582,14	93.264,38	674.834,20	94.869,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.152.550,43
354780	SANTO ANDRE	40.042.934,26	12.317.129,84	8.188.798,83	57.115.254,88	0,00	31.640.218,06	0,00	0,00	86.023.899,75
354790	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	199.839,45	0,00	263.028,00	101.209,03	0,00	0,00	0,00	0,00	564.076,48
354800	SANTO ANTONIO DE POSSE	524.285,55	0,00	0,00	363.836,47	0,00	0,00	0,00	0,00	888.122,02
354805	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	2.728,30	0,00	0,00	93.178,37	0,00	0,00	0,00	0,00	95.906,67
354810	SANTO ANTONIO DO JARDIM	91.194,17	8.624,54	157.500,00	11.263,93	0,00	0,00	0,00	0,00	268.582,64
354820	SANTO ANTONIO DO PINHAL	17.812,20	0,00	0,00	130.481,54	0,00	0,00	0,00	0,00	148.293,74
354830	SANTO EXPEDITO	0,00	0,00	0,00	8.898,39	0,00	0,00	0,00	0,00	8.898,39
354840	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	6.103,21	0,00	0,00	233.894,14	0,00	0,00	0,00	0,00	239.997,35
354850	SANTOS	49.477.295,80	21.329.251,80	24.210.612,28	38.120.953,41	0,00	24.188.126,99	0,00	0,00	108.949.986,30
354860	SAO BENTO DO SAPUCAI	516.623,18	234.760,62	482.447,34	161.237,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.395.068,38
354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	37.661.455,39	2.942.808,24	19.276.096,73	189.316.381,43	0,00	0,00	0,00	0,00	249.196.741,79
354880	SAO CAETANO DO SUL	12.260.447,42	1.628.206,06	1.520.508,00	12.071.994,45	0,00	152.245,94	0,00	0,00	27.328.909,99
354890	SAO CARLOS	20.951.525,26	5.084.578,80	9.373.569,60	17.494.028,06	0,00	0,00	0,00	0,00	52.903.701,72
354900	SAO FRANCISCO	10.028,61	0,00	0,00	103.792,35	0,00	0,00	0,00	0,00	113.820,96
354910	SAO JOAO DA BOA VISTA	5.337.503,39	1.783.377,45	5.259.903,90	6.783.270,57	0,00	1.092.460,18	0,00	0,00	18.071.595,13
354920	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	10.364,07	0,00	0,00	1.428,70	0,00	0,00	0,00	0,00	11.792,77
354925	SAO JOAO DE IRACEMA	9.816,05	0,00	0,00	44.463,65	0,00	0,00	0,00	0,00	54.279,70
354930	SAO JOAO DO PAU D'ALHO	9.313,54	0,00	0,00	1.423,33	0,00	0,00	0,00	0,00	10.736,87
354940	SAO JOAQUIM DA BARRA	2.738.810,29	510.498,82	1.624.532,19	1.869.012,92	0,00	5.641.633,93	0,00	0,00	1.101.220,29
354950	SAO JOSE DA BELA VISTA	112.890,23	0,00	0,00	163.881,94	0,00	0,00	0,00	0,00	276.772,17
354960	SAO JOSE DO BARREIRO	314.567,33	0,00	0,00	96.486,31	0,00	0,00	0,00	0,00	411.053,64
354970	SAO JOSE DO RIO PARDO	3.429.405,25	729.662,40	2.382.335,46	2.358.585,84	0,00	0,00	0,00	0,00	8.899.988,95
354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	54.798.587,47	53.216.797,05	55.476.456,13	61.392.497,03	0,00	139.177.973,85	0,00	0,00	85.706.363,83
354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	55.938.716,14	7.255.001,80	9.306.329,59	34.735.439,29	0,00	14.398.627,87	0,00	0,00	92.836.858,95
354995	SAO LOURENCO DA SERRA	190.609,70	0,00	263.028,00	18.940,53	0,00	0,00	0,00	0,00	472.578,23
355000	SAO LUIS DO PARAITINGA	579.433,14	37.128,76	0,00	19.842,93	0,00	0,00	0,00	0,00	636.404,83
355010	SAO MANUEL	2.180.904,17	589.034,94	862.127,86	340.039,68	0,00	0,00	0,00	0,00	3.972.106,65
355020	SAO MIGUEL ARCANJO	393.128,38	165,66	0,00	1.124.305,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.517.599,06
355030	SAO PAULO	1.114.381.118,09	247.700.629,07	266.251.600,48	1.111.393.496,24	0,00	1.750.449.193,81	0,00	0,00	989.277.650,07
355040	SAO PEDRO	1.242.541,21	28.245,17	436.586,77	231.746,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.939.119,60
355050	SAO PEDRO DO TURVO	98.176,07	650,65	0,00	97.292,54	0,00	0,00	0,00	0,00	196.119,26
355060	SAO ROQUE	3.394.567,33	947.667,26	1.801.648,48	755.891,94	0,00	0,00	0,00	0,00	6.899.775,01
355070	SAO SEBASTIAO	4.639.081,26	405.086,90	3.230.169,52	1.167.697,19	0,00	41.687,83	0,00	0,00	9.400.347,04
355080	SAO SEBASTIAO DA GRAMA	938.744,83	3.299,51	407.496,90	120.686,78	0,00	0,00	0,00	0,00	1.470.228,02
355090	SAO SIMAO	752.931,82	3.333,59	530.588,16	139.147,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.426.000,89
355100	SAO VICENTE	17.939.313,95	19.947,58	1.966.500,00	8.879.491,43	0,00	0,00	0,00	0,00	28.805.252,96
355110	SARAPUI	7.495,44	0,00	263.025,00	139.127,07	0,00	0,00	0,00	0,00	409.647,51
355120	SARUTAIA	20.253,84	0,00	0,00	2.800,56	0,00	0,00	0,00	0,00	23.054,40
355130	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	11.621,76	0,00	0,00	13.650,77	0,00	0,00	0,00	0,00	25.272,53
355140	SERRA AZUL	266.595,30	0,00	263.028,00	51.790,67	0,00	0,00	0,00	0,00	581.413,97
355150	SERRANA	1.611.060,48	93.267,65	362.028,00	1.623.806,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3.690.162,97
355160	SERRA NEGRA	1.276.273,49	54.436,75	0,00	487.323,90	0,00	0,00	0,00	0,00	1.818.034,14

IMPRENSA NACIONAL - EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

355170	SERTAOZINHO	5.517.502,45	855.878,27	4.212.197,52	4.020.009,30	0,00	0,00	0,00	0,00	14.605.587,54
355180	SETE BARRAS	204.498,07	0,00	0,00	7.097,97	0,00	0,00	0,00	0,00	211.596,04
355190	SEVERINIA	273.196,05	1.671,78	0,00	8.243,76	0,00	0,00	0,00	0,00	283.111,59
355200	SILVEIRAS	92.327,81	189,25	0,00	4.165,66	0,00	0,00	0,00	0,00	96.682,72
355210	SOCORRO	1.852.038,59	60.526,22	961.700,24	433.616,25	0,00	0,00	0,00	0,00	3.307.881,30
355220	SOROCABA	57.128.439,12	41.259.394,11	25.131.872,80	27.623.029,17	0,00	46.650.564,79	0,00	0,00	104.492.170,41
355230	SUD MENNUCCI	378.338,58	0,00	0,00	273.077,12	0,00	0,00	0,00	0,00	651.415,70
355240	SUMARE	13.030.802,00	7.803.472,93	4.153.250,84	10.060.986,18	0,00	22.962.332,36	0,00	0,00	12.086.179,59
355250	SUZANO	11.130.126,95	481.657,40	7.282.739,26	7.627.106,50	0,00	144.180,57	0,00	0,00	26.377.449,54
355255	SUZANAPOLIS	22.422,36	0,00	0,00	94.533,17	0,00	0,00	0,00	0,00	116.955,53
355260	TABAPUA	279.064,19	46.543,55	158.400,00	194.932,01	0,00	0,00	0,00	0,00	678.939,75
355270	TABATINGA	586.760,97	0,00	0,00	112.935,93	0,00	0,00	0,00	0,00	699.696,90
355280	TABOAO DA SERRA	16.458.066,26	10.498.666,38	1.558.200,00	16.490.765,82	0,00	29.911.828,73	0,00	0,00	15.093.869,73
355290	TACIBA	24.962,03	0,00	0,00	94.761,88	0,00	0,00	0,00	0,00	119.723,91
355300	TAGUAI	552.449,82	0,00	505.354,98	39.773,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.097.577,82
355310	TAIACU	99.091,94	0,00	0,00	94.911,39	0,00	0,00	0,00	0,00	194.003,33
355320	TAIUVA	117.314,01	0,00	0,00	91.072,97	0,00	0,00	0,00	0,00	208.386,98
355330	TAMBAU	869.758,11	575,37	502.233,19	109.485,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.482.052,36
355340	TANABI	921.198,33	1.075,95	828.000,90	92.855,70	0,00	1.443.407,32	0,00	0,00	399.723,56
355350	TAPIRAI	32.872,87	0,00	0,00	4.823,49	0,00	0,00	0,00	0,00	37.696,36
355360	TAPIRATIBA	703.574,19	3.343,72	0,00	167.497,57	0,00	0,00	0,00	0,00	874.415,48
355365	TAQUARAL	26.788,60	0,00	0,00	92.610,48	0,00	0,00	0,00	0,00	119.399,08
355370	TAQUARITINGA	3.551.752,06	644.253,30	2.213.768,96	4.570.577,98	0,00	0,00	0,00	0,00	10.980.352,30
355380	TAQUARITUBA	1.144.934,85	102.763,50	657.583,35	175.577,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2.080.859,00
355385	TAQUARIVAI	4.361,16	0,00	0,00	1.616,14	0,00	0,00	0,00	0,00	5.977,30
355390	TARABAI	28.621,11	0,00	0,00	94.115,49	0,00	0,00	0,00	0,00	122.736,60
355395	TARUMA	288.899,46	484,80	157.500,00	520.429,42	0,00	0,00	0,00	0,00	967.313,68
355400	TATUI	6.525.964,85	545.108,93	3.638.155,93	1.419.728,04	0,00	0,00	0,00	0,00	12.128.957,75
355410	TAUBATE	23.200.639,52	17.630.652,89	1.804.338,96	20.966.915,98	0,00	56.712.127,47	0,00	0,00	6.890.419,88
355420	TEJUPA	8.893,80	0,00	0,00	2.045,38	0,00	0,00	0,00	0,00	10.939,18
355430	TEODORO SAMPAIO	1.969.487,84	172.353,16	586.345,38	85.782,33	0,00	0,00	0,00	0,00	2.813.968,71
355440	TERRA ROXA	266.650,81	0,00	0,00	74.405,67	0,00	0,00	0,00	0,00	341.056,48
355450	TIETE	1.964.761,29	98.375,72	917.940,77	205.848,64	0,00	0,00	0,00	0,00	3.186.926,42
355460	TIMBURI	600,00	0,00	157.500,00	40.221,54	0,00	0,00	0,00	0,00	198.321,54
355465	TORRE DE PEDRA	847,41	0,00	0,00	115,70	0,00	0,00	0,00	0,00	963,11
355470	TORRINHA	210.722,21	92,99	0,00	4.187,93	0,00	0,00	0,00	0,00	215.003,13
355475	TRABIJU	5.277,06	0,00	0,00	895,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6.173,01
355480	TREMEMBE	1.184.260,48	163.085,46	74.078,35	91.391,94	0,00	394.452,03	0,00	0,00	1.118.364,20
355490	TRES FRONTEIRAS	21.050,84	0,00	0,00	17.272,98	0,00	0,00	0,00	0,00	38.323,82
355495	TUIUTI	0,00	0,00	157.500,00	459,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.959,00
355500	TUPA	10.276.737,71	8.997.708,35	7.110.923,39	3.871.495,75	0,00	27.384.134,86	0,00	0,00	2.872.730,34
355510	TUPI PAULISTA	630.984,26	400.839,72	561.785,28	224.590,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.818.199,82
355520	TURIUBA	4.375,80	0,00	0,00	226,62	0,00	0,00	0,00	0,00	4.602,42
355530	TURMALINA	7.528,90	0,00	0,00	804,26	0,00	0,00	0,00	0,00	8.333,16
355535	UBARANA	43.693,13	0,00	0,00	64.681,48	0,00	0,00	0,00	0,00	108.374,61
355540	UBATUBA	3.842.463,28	107.513,18	2.763.457,90	853.552,05	0,00	0,00	0,00	0,00	7.566.986,41
355550	UBIRAJARA	11.023,90	0,00	0,00	39.932,47	0,00	0,00	0,00	0,00	50.956,37
355560	UCHOA	217.101,64	0,00	0,00	92.295,33	0,00	0,00	0,00	0,00	309.396,97
355570	UNIAO PAULISTA	13.593,48	0,00	0,00	91.748,26	0,00	0,00	0,00	0,00	105.341,74
355580	URANIA	402.570,42	11.283,99	335.700,00	-52.237,57	0,00	0,00	0,00	0,00	697.316,84
355590	URU	4.085,26	0,00	0,00	23.466,59	0,00	0,00	0,00	0,00	27.551,85
355600	URUPES	584.215,92	112.469,62	0,00	49.132,93	0,00	0,00	0,00	0,00	745.818,47
355610	VALENTIM GENTIL	298.308,55	0,00	0,00	30.861,27	0,00	0,00	0,00	0,00	329.169,82
355620	VALINHOS	3.949.624,60	28.331,40	1.580.887,42	4.436.277,32	0,00	0,00	0,00	0,00	9.995.120,74
355630	VALPARAISO	699.185,81	18.330,03	118.800,00	366.153,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1.202.469,77
355635	VARGEM	12.069,29	0,00	157.500,00	313,74	0,00	0,00	0,00	0,00	169.883,03
355640	VARGEM GRANDE DO SUL	1.865.067,45	24.302,42	928.431,49	436.576,55	0,00	0,00	0,00	0,00	3.254.377,91
355645	VARGEM GRANDE PAULISTA	1.117.196,03	0,00	157.500,00	345.081,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.619.777,86
355650	VARZEA PAULISTA	3.579.348,81	9.492,63	147.456,00	2.167.597,50	0,00	0,00	0,00	0,00	5.903.894,94
355660	VERA CRUZ	26.337,50	0,00	0,00	62.560,74	0,00	0,00	0,00	0,00	88.898,24
355670	VINHEDO	3.356.522,86	99.784,26	1.854.230,28	2.749.653,54	0,00	0,00	0,00	0,00	8.060.190,94
355680	VIRADOURO	735.686,69	404,30	158.400,00	-11.755,54	0,00	0,00	0,00	0,00	882.735,45
355690	VISTA ALEGRE DO ALTO	196.804,95	0,00	0,00	-22.274,33	0,00	0,00	0,00	0,00	174.530,62
355695	VITORIA BRASIL	4.385,66	0,00	0,00	6.949,89	0,00	0,00	0,00	0,00	11.335,55
355700	VOTORANTIM	5.272.948,93	177.508,37	315.900,00	2.473.500,69	0,00	0,00	0,00	0,00	8.239.857,99
355710	VOTUPORANGA	6.777.320,24	4.113.117,37	6.657.451,14	6.461.659,66	0,00	17.648.559,63	0,00	0,00	6.360.988,78
355715	ZACARIAS	10.271,16	0,00	0,00	91.134,63	0,00	0,00	0,00	0,00	101.405,79
355720	CHAVANTES	720.374,88	347.061,51	0,00	136.646,66	0,00	1.071.082,57	0,00	0,00	133.000,48
355730	ESTIVA GERBI	90.031,17	0,00	263.028,00	14.943,80	0,00	0,00	0,00	0,00	368.002,97
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										4.626.895.243,85

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 981, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Remaneja recurso do limite financeiro mensal destinado ao custeio da Nefrologia no Estado de São Paulo - Bloco Atenção de Média e Alta Complexidade.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.336/GM/MS, de 08 de setembro de 2015, que estabelece recurso anual a ser adicionado ao limite financeiro dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, destinado à troca dos dialisadores e linhas arteriais e venosas para todos os procedimentos hemodialíticos em pacientes com sorologia positiva para hepatite B ou hepatite C;

Considerando a Portaria nº 1.744/GM/MS, de 22 de outubro de 2015, que redefine o limite financeiro anual dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia;

Considerando a Portaria nº 963/GM/MS, de 10 de maio de 2016, que estabelece recurso anual a ser adicionado aos limites financeiros dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia, e

Considerando a Resolução nº 33, de 17 de junho de 2016, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º Fica remanejado recurso mensal destinado ao custeio da Nefrologia no Estado de São Paulo, conforme discriminado no quadro a seguir:

Código	Município/Estado	Valor alterado mensal (R$)
350320	Araraquara	(2.327,39)
354340	Ribeirão Preto	2.327,39
351840	Guaratinguetá	(88.440,82)
351060	Carapicuíba	(247.940,45)
352220	Itapecerica da Serra	79.131,26
354730	Santana de Parnaíba	52.325,52
354970	São José do Rio Pardo	(2.327,39)
350000	Gestão Estadual	207.251,88

Art. 2º O remanejamento não acarretará impacto financeiro para o Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585- Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros na competência julho de 2016.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 982, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Indefere a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Santa Casa de Misericórdia de Guaíra, com sede em Guaíra (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando o Parecer Técnico nº 185/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.046629/2016-01/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014 e da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Santa Casa de Misericórdia de Guaíra, CNPJ nº 48.341.283/0001-61, com sede em Guaíra (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016081600036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 983, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado do Rio Grande do Norte.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria n°. 1097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº. 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº. 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Ofício n°. 085/2016, de 25 de julho de 2016 e a Deliberação CIB nº. 1.312/16, de 25 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão Estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado do Rio Grande do Norte, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 607.634.683,58, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	218.293.738,99	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	360.037.091,07	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	29.303.853,52	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 4.659.600,00, e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 19.698.540,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo Único Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0024 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir a partir da 9ª parcela de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE - FEVEREIRO/2016

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	79.177.354,52
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	81.826.878,41
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	57.289.506,06
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	218.293.738,99

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE - FEVEREIRO/2016

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
240010	ACARI	425.287,78	40,00	0,00	486.702,80	480.000,00	0,00	0,00	0,00	432.030,58
240020	ACU	2.171.643,77	1.315.754,26	158.400,00	2.384.793,97	1.944.385,08	0,00	0,00	0,00	4.086.206,92
240030	AFONSO BEZERRA	217.980,30	0,00	0,00	124.861,21	0,00	0,00	0,00	0,00	342.841,51
240040	AGUA NOVA	117.381,64	0,00	0,00	2.160,28	0,00	0,00	0,00	0,00	119.541,92
240050	ALEXANDRIA	716.689,75	2.093.176,57	2.620.477,01	1.299.694,97	0,00	0,00	0,00	0,00	6.730.038,30
240060	ALMINO AFONSO	297.077,18	1.635.295,62	0,00	2.160,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.934.533,64
240070	ALTO DO RODRIGUES	243.414,11	0,00	0,00	93.576,13	0,00	0,00	0,00	0,00	336.990,24
240080	ANGICOS	311.780,96	25.016,17	0,00	607.675,23	352.768,44	0,00	0,00	0,00	591.703,92
240090	ANTONIO MARTINS	358.972,30	8.397,89	0,00	6.145,52	0,00	0,00	0,00	0,00	373.515,71
240100	APODI	1.214.301,43	41.405,54	0,00	1.902.333,86	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	1.958.040,83
240110	AREIA BRANCA	662.088,72	0,00	0,00	346.414,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.008.503,20
240120	ARES	267.516,77	0,00	49.956,55	5.414,80	0,00	0,00	0,00	0,00	322.888,12
240130	CAMPO GRANDE	246.432,77	0,00	0,00	5.863,44	0,00	0,00	0,00	0,00	252.296,21
240140	BAIA FORMOSA	108.622,95	0,00	0,00	4.323,65	0,00	0,00	0,00	0,00	112.946,60
240145	BARAUNA	471.069,26	0,00	5.635,51	525.978,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.002.683,32
240150	BARCELONA	113.204,79	0,00	0,00	3.145,65	0,00	0,00	0,00	0,00	116.350,44
240160	BENTO FERNANDES	151.826,55	0,00	0,00	3.568,13	0,00	0,00	0,00	0,00	155.394,68
240165	BODO	129.179,12	0,00	0,00	3.129,23	0,00	0,00	0,00	0,00	132.308,35
240170	BOM JESUS	122.902,38	0,00	0,00	6.613,92	0,00	0,00	0,00	0,00	129.516,30
240180	BREJINHO	363.876,85	1.059,04	0,00	4.986,11	0,00	0,00	0,00	0,00	369.922,00
240185	CAICARA DO NORTE	137.949,69	0,00	0,00	3.240,04	0,00	0,00	0,00	0,00	141.189,73
240190	CAICARA DO RIO DO VENTO	135.643,09	0,00	0,00	2.254,44	0,00	0,00	0,00	0,00	137.897,53
240200	CAICO	3.682.521,35	3.623.483,10	0,00	5.269.276,60	0,00	1.086.494,21	0,00	0,00	11.488.786,84
240210	CAMPO REDONDO	300.343,98	0,00	0,00	9.092,16	0,00	0,00	0,00	0,00	309.436,14
240220	CANGUARETAMA	1.168.195,61	132.408,14	237.600,00	751.428,84	883.391,46	0,00	0,00	0,00	1.406.241,13
240230	CARAUBAS	728.365,82	1.607.818,08	158.400,00	1.351.017,19	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.345.601,09
240240	CARNAUBA DOS DANTAS	298.157,33	0,00	0,00	67.779,99	0,00	0,00	0,00	0,00	365.937,32
240250	CARNAUBAIS	238.074,41	0,00	0,00	24.311,00	0,00	0,00	0,00	0,00	262.385,41
240260	CEARA-MIRIM	2.615.528,87	411.813,71	158.400,00	492.020,66	0,00	0,00	0,00	0,00	3.677.763,24
240270	CERRO CORA	428.165,26	0,00	0,00	13.422,72	0,00	0,00	0,00	0,00	441.587,98
240280	CORONEL EZEQUIEL	64.430,75	0,00	0,00	51.290,31	0,00	0,00	0,00	0,00	115.721,06
240290	CORONEL JOAO PESSOA	191.859,59	0,00	44.248,05	28.265,41	0,00	0,00	0,00	0,00	264.373,05
240300	CRUZETA	315.599,68	0,00	0,00	5.588,64	0,00	0,00	0,00	0,00	321.188,32
240310	CURRAIS NOVOS	2.113.668,99	1.219.680,80	158.400,00	2.817.390,95	0,00	2.084.865,85	0,00	0,00	4.224.274,89
240320	DOUTOR SEVERIANO	230.594,92	0,00	39.860,02	24.685,28	0,00	0,00	0,00	0,00	295.140,22
240325	PARNAMIRIM	13.393.526,45	652.393,20	132.000,00	2.632.863,47	3.688.842,24	795.955,86	0,00	0,00	12.325.985,02
240330	ENCANTO	175.385,83	0,00	0,00	34.738,77	0,00	0,00	0,00	0,00	210.124,60
240340	EQUADOR	130.984,15	0,00	0,00	38.688,36	0,00	0,00	0,00	0,00	169.672,51
240350	ESPIRITO SANTO	150.945,15	0,00	0,00	5.621,79	0,00	0,00	0,00	0,00	156.566,94
240360	EXTREMOZ	549.173,22	131,04	0,00	2.383.810,06	0,00	0,00	0,00	0,00	2.933.114,32
240370	FELIPE GUERRA	101.532,39	0,00	0,00	21.053,50	0,00	0,00	0,00	0,00	122.585,89
240375	FERNANDO PEDROZA	110.348,44	0,00	0,00	4.662,54	0,00	0,00	0,00	0,00	115.010,98
240380	FLORANIA	243.006,47	15.911,11	0,00	27.294,66	0,00	0,00	0,00	0,00	286.212,24
240390	FRANCISCO DANTAS	22.094,51	0,00	0,00	57.787,55	0,00	0,00	0,00	0,00	79.882,06
240400	FRUTUOSO GOMES	249.302,86	6.348,27	0,00	52.263,77	0,00	0,00	0,00	0,00	307.914,90
240410	GALINHOS	30.365,81	0,00	0,00	2.160,40	0,00	0,00	0,00	0,00	32.526,21
240420	GOIANINHA	789.190,81	823.801,54	158.400,00	1.519.264,68	0,00	0,00	0,00	0,00	3.290.657,03
240430	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	321.082,02	0,00	0,00	11.161,78	0,00	0,00	0,00	0,00	332.243,80

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

240440	GROSSOS	165.068,65	0,00	32.036,08	56.255,46	0,00	0,00	0,00	0,00	253.360,19
240450	GUAMARE	438.818,80	53.539,58	0,00	7.994,46	0,00	0,00	0,00	0,00	500.352,84
240460	IELMO MARINHO	308.782,27	0,00	0,00	24.134,19	0,00	0,00	0,00	0,00	332.916,46
240470	IPANGUACU	289.234,06	191,70	0,00	6.737,24	0,00	0,00	0,00	0,00	296.163,00
240480	IPUEIRA	105.115,83	0,00	0,00	2.935,43	0,00	0,00	0,00	0,00	108.051,26
240485	ITAJA	139.834,92	0,00	0,00	7.900,17	0,00	0,00	0,00	0,00	147.735,09
240490	ITAU	211.330,74	0,00	43.184,82	24.027,23	0,00	0,00	0,00	0,00	278.542,79
240500	JACANA	141.757,05	0,00	0,00	41.910,52	0,00	0,00	0,00	0,00	183.667,57
240510	JANDAIRA	230.606,88	0,00	0,00	4.601,95	0,00	0,00	0,00	0,00	235.208,83
240520	JANDUIS	168.742,23	0,00	42.399,30	25.669,52	0,00	0,00	0,00	0,00	236.811,05
240530	JANUARIO CICCO	287.661,66	3.066,29	0,00	4.462,20	0,00	0,00	0,00	0,00	295.190,15
240540	JAPI	57.836,20	0,00	0,00	3.273,38	0,00	0,00	0,00	0,00	61.109,58
240550	JARDIM DE ANGICOS	52.962,50	0,00	0,00	92.164,41	0,00	0,00	0,00	0,00	145.126,91
240560	JARDIM DE PIRANHAS	360.904,80	0,00	0,00	104.078,04	0,00	0,00	0,00	0,00	464.982,84
240570	JARDIM DO SERIDO	398.409,34	17.239,12	0,00	6.644,35	0,00	0,00	0,00	0,00	422.292,81
240580	JOAO CAMARA	1.252.802,11	1.445.798,55	211.200,00	1.758.970,56	1.298.259,86	0,00	0,00	0,00	3.370.511,36
240590	JOAO DIAS	116.665,93	0,00	0,00	2.543,62	0,00	0,00	0,00	0,00	119.209,55
240600	JOSE DA PENHA	237.176,70	0,00	33.987,23	40.482,16	0,00	0,00	0,00	0,00	311.646,09
240610	JUCURUTU	812.101,08	59.206,63	0,00	356.497,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.227.805,63
240615	JUNDIA	26.899,67	0,00	0,00	3.132,15	0,00	0,00	0,00	0,00	30.031,82
240620	LAGOA D'ANTA	134.267,60	0,00	0,00	39.041,17	0,00	0,00	0,00	0,00	173.308,77
240630	LAGOA DE PEDRAS	202.630,67	2.815,54	0,00	3.241,74	0,00	0,00	0,00	0,00	208.687,95
240640	LAGOA DE VELHOS	38.915,43	0,00	0,00	2.161,87	0,00	0,00	0,00	0,00	41.077,30
240650	LAGOA NOVA	434.489,74	7.409,70	0,00	4.866,21	0,00	0,00	0,00	0,00	446.765,65
240660	LAGOA SALGADA	199.628,46	319,82	0,00	4.321,69	0,00	0,00	0,00	0,00	204.269,97
240670	LAJES	420.720,62	171.613,63	37.141,11	249.263,69	0,00	0,00	0,00	0,00	878.739,05
240680	LAJES PINTADAS	128.387,93	0,00	0,00	5.410,67	0,00	0,00	0,00	0,00	133.798,60
240690	LUCRECIA	184.827,02	0,00	118.800,00	33.020,88	0,00	0,00	0,00	0,00	336.647,90
240700	LUIS GOMES	408.993,60	0,00	35.045,19	54.327,78	0,00	0,00	0,00	0,00	498.366,57
240710	MACAIBA	2.861.680,65	67.968,94	14.750.040,00	5.067.987,38	1.020.000,00	14.538.840,00	0,00	0,00	7.188.836,97
240720	MACAU	1.087.378,51	111.274,70	184.800,00	490.326,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1.873.780,12
240725	MAJOR SALES	123.383,47	0,00	51.050,65	13.837,57	0,00	0,00	0,00	0,00	188.271,69
240730	MARCELINO VIEIRA	269.741,79	0,00	43.330,70	24.719,95	0,00	0,00	0,00	0,00	337.792,44
240740	MARTINS	234.656,65	0,00	0,00	196.500,13	0,00	0,00	0,00	0,00	431.156,78
240750	MAXARANGUAPE	171.214,47	0,00	0,00	25.698,39	0,00	0,00	0,00	0,00	196.912,86
240760	MESSIAS TARGINO	85.323,34	0,00	46.304,33	14.947,60	0,00	0,00	0,00	0,00	146.575,27
240770	MONTANHAS	216.324,16	0,00	0,00	4.865,56	0,00	0,00	0,00	0,00	221.189,72
240780	MONTE ALEGRE	950.685,87	8.976,42	0,00	6.753,71	0,00	0,00	0,00	0,00	966.416,00
240790	MONTE DAS GAMELEIRAS	50.594,09	0,00	0,00	2.998,32	0,00	0,00	0,00	0,00	53.592,41
240800	MOSSORO	22.723.617,88	16.390.118,05	4.324.836,60	17.493.751,49	0,00	11.398.502,07	0,00	0,00	49.533.821,95
240810	NATAL	90.486.241,20	106.266.975,62	14.959.695,17	74.525.683,94	40.661.858,98	51.564.131,85	25.872.196,24	0,00	168.140.408,86
240820	NISIA FLORESTA	475.787,53	0,00	0,00	7.858,12	0,00	0,00	0,00	0,00	483.645,65
240830	NOVA CRUZ	1.383.545,33	3.250,10	211.200,00	1.297.441,95	0,00	0,00	0,00	0,00	2.895.437,38
240840	OLHO-D'AGUA DO BORGES	159.334,03	0,00	0,00	48.196,58	0,00	0,00	0,00	0,00	207.530,61
240850	OURO BRANCO	76.983,91	0,00	0,00	133.038,36	0,00	0,00	0,00	0,00	210.022,27
240860	PARANA	57.972,47	0,00	47.536,79	16.703,46	0,00	0,00	0,00	0,00	122.212,72
240870	PARAU	85.110,52	0,00	0,00	5.039,58	0,00	0,00	0,00	0,00	90.150,10
240880	PARAZINHO	179.360,06	1.320,00	0,00	373.182,69	0,00	0,00	0,00	0,00	553.862,75
240890	PARELHAS	790.325,51	52.888,72	211.200,00	846.707,58	0,00	0,00	0,00	0,00	1.901.121,81
240895	RIO DO FOGO	220.454,18	0,00	0,00	100.350,24	0,00	0,00	0,00	0,00	320.804,42
240910	PASSA E FICA	552.907,10	96.452,25	0,00	4.868,25	0,00	0,00	0,00	0,00	654.227,60
240920	PASSAGEM	27.384,38	0,00	0,00	2.807,41	0,00	0,00	0,00	0,00	30.191,79
240930	PATU	413.401,13	3.866,82	0,00	344.529,13	0,00	0,00	0,00	0,00	761.797,08
240933	SANTA MARIA	155.700,21	619,04	0,00	3.240,51	0,00	0,00	0,00	0,00	159.559,76
240940	PAU DOS FERROS	1.726.901,60	4.332.347,38	0,00	5.696.452,65	1.320.000,00	358.088,57	0,00	0,00	10.077.613,06
240950	PEDRA GRANDE	59.670,47	0,00	0,00	2.163,81	0,00	0,00	0,00	0,00	61.834,28
240960	PEDRA PRETA	120.597,22	0,00	0,00	6.542,89	0,00	0,00	0,00	0,00	127.140,11
240970	PEDRO AVELINO	96.463,11	0,00	0,00	3.240,11	0,00	0,00	0,00	0,00	99.703,22
240980	PEDRO VELHO	258.669,60	0,00	0,00	94.862,31	0,00	0,00	0,00	0,00	353.531,91
240990	PENDENCIAS	338.576,21	0,00	0,00	41.287,24	0,00	0,00	0,00	0,00	379.863,45
241000	PILOES	176.828,42	0,00	49.628,32	16.934,77	0,00	0,00	0,00	0,00	243.391,51
241010	POCO BRANCO	182.705,40	0,00	0,00	4.864,50	0,00	0,00	0,00	0,00	187.569,90
241020	PORTALEGRE	191.772,09	0,00	42.736,40	38.456,01	0,00	0,00	0,00	0,00	272.964,50
241025	PORTO DO MANGUE	173.077,82	0,00	0,00	10.177,30	0,00	0,00	0,00	0,00	183.255,12
241030	PRESIDENTE JUSCELINO	266.054,48	0,00	0,00	4.326,58	0,00	0,00	0,00	0,00	270.381,06
241040	PUREZA	97.923,76	0,00	0,00	4.976,21	0,00	0,00	0,00	0,00	102.899,97
241050	RAFAEL FERNANDES	100.716,16	0,00	51.002,04	20.748,08	0,00	0,00	0,00	0,00	172.466,28
241060	RAFAEL GODEIRO	142.666,13	0,00	0,00	2.161,79	0,00	0,00	0,00	0,00	144.827,92
241070	RIACHO DA CRUZ	162.997,61	0,00	0,00	46.651,73	0,00	0,00	0,00	0,00	209.649,34
241080	RIACHO DE SANTANA	78.017,01	0,00	0,00	55.679,60	0,00	0,00	0,00	0,00	133.696,61
241090	RIACHUELO	181.936,44	2.193,57	0,00	19.937,03	0,00	0,00	0,00	0,00	204.067,04
241100	RODOLFO FERNANDES	196.943,65	0,00	42.005,81	20.190,99	0,00	0,00	0,00	0,00	259.140,45
241105	TIBAU	151.691,03	0,00	0,00	2.161,25	0,00	0,00	0,00	0,00	153.852,28
241110	RUY BARBOSA	137.563,18	0,00	50.522,21	5.341,36	0,00	0,00	0,00	0,00	193.426,75
241120	SANTA CRUZ	1.585.654,89	1.877.710,24	1.028.843,16	2.424.411,96	0,00	0,00	3.431.657,28	0,00	3.484.962,97
241140	SANTANA DO MATOS	393.198,57	0,00	0,00	10.801,79	0,00	0,00	0,00	0,00	404.000,36
241142	SANTANA DO SERIDO	55.898,18	0,00	0,00	52.631,77	0,00	0,00	0,00	0,00	108.529,95
241150	SANTO ANTONIO	976.541,98	1.045.214,57	211.200,00	1.662.415,44	1.980.000,00	0,00	0,00	0,00	1.915.371,99
241160	SAO BENTO DO NORTE	148.271,69	0,00	0,00	2.168,25	0,00	0,00	0,00	0,00	150.439,94
241170	SAO BENTO DO TRAIRI	40.797,79	0,00	0,00	11.266,40	0,00	0,00	0,00	0,00	52.064,19
241180	SAO FERNANDO	152.002,53	0,00	0,00	2.529,37	0,00	0,00	0,00	0,00	154.531,90
241190	SAO FRANCISCO DO OESTE	107.818,79	0,00	0,00	2.160,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.978,79
241200	SAO GONCALO DO AMARANTE	4.436.611,71	81.771,67	1.815.297,10	518.466,32	0,00	0,00	0,00	0,00	6.852.146,80
241210	SAO JOAO DO SABUGI	193.463,78	0,00	0,00	8.673,18	0,00	0,00	0,00	0,00	202.136,96
241220	SAO JOSE DE MIPIBU	1.836.885,81	1.042.495,17	290.400,00	2.464.931,46	0,00	0,00	0,00	0,00	5.634.712,44
241230	SAO JOSE DO CAMPESTRE	426.758,66	8.010,23	158.400,00	345.413,73	0,00	0,00	0,00	0,00	938.582,62
241240	SAO JOSE DO SERIDO	84.302,08	0,00	0,00	62.852,80	0,00	0,00	0,00	0,00	147.154,88
241250	SAO MIGUEL	788.701,73	46.531,78	158.400,00	346.410,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.340.044,35
241255	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	154.166,23	0,00	0,00	64.323,40	0,00	0,00	0,00	0,00	218.489,63
241260	SAO PAULO DO POTENGI	638.469,07	890.165,67	211.200,00	751.060,23	960.000,00	0,00	0,00	0,00	1.530.894,97
241270	SAO PEDRO	148.069,87	0,00	0,00	3.255,90	0,00	0,00	0,00	0,00	151.325,77
241280	SAO RAFAEL	292.869,97	0,00	0,00	62.836,81	0,00	0,00	0,00	0,00	355.706,78
241290	SAO TOME	255.157,58	190,00	0,00	4.874,08	0,00	0,00	0,00	0,00	260.221,66
241300	SAO VICENTE	136.776,73	0,00	0,00	30.659,49	0,00	0,00	0,00	0,00	167.436,22
241310	SENADOR ELOI DE SOUZA	151.990,35	0,00	0,00	3.427,25	0,00	0,00	0,00	0,00	155.417,60
241320	SENADOR GEORGINO AVELINO	52.306,43	0,00	0,00	3.514,41	0,00	0,00	0,00	0,00	55.820,84
241330	SERRA DE SAO BENTO	158.782,38	299,28	0,00	32.799,66	0,00	0,00	0,00	0,00	191.881,32
241335	SERRA DO MEL	161.001,27	0,00	0,00	4.860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.861,27
241340	SERRA NEGRA DO NORTE	191.204,42	0,00	37.018,18	32.091,12	0,00	0,00	0,00	0,00	260.313,72
241350	SERRINHA	161.053,30	0,00	0,00	3.241,67	0,00	0,00	0,00	0,00	164.294,97
241355	SERRINHA DOS PINTOS	196.384,11	0,00	0,00	35.777,30	0,00	0,00	0,00	0,00	232.161,41
241360	SEVERIANO MELO	146.553,55	0,00	62.304,30	136.754,82	0,00	0,00	0,00	0,00	345.612,67
241370	SITIO NOVO	110.938,34	0,00	0,00	52.110,45	0,00	0,00	0,00	0,00	163.048,79
241380	TABOLEIRO GRANDE	114.846,56	0,00	51.735,49	15.699,38	0,00	0,00	0,00	0,00	182.281,43
241390	TAIPU	221.765,13	0,00	0,00	5.832,97	0,00	0,00	0,00	0,00	227.598,10
241400	TANGARA	302.643,93	0,00	0,00	5.400,56	0,00	0,00	0,00	0,00	308.044,49
241410	TENENTE ANANIAS	429.142,58	7.461,48	0,00	4.906,66	0,00	0,00	0,00	0,00	441.510,72
241415	TENENTE LAURENTINO CRUZ	135.186,99	0,00	0,00	14.150,09	0,00	0,00	0,00	0,00	149.337,08

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

241420	TIBAU DO SUL	297.606,92	0,00	0,00	10.287,31	0,00	0,00	0,00	0,00	307.894,23
241430	TIMBAUBA DOS BATISTAS	119.332,54	0,00	0,00	4.863,11	0,00	0,00	0,00	0,00	124.195,65
241440	TOUROS	903.429,14	52.624,06	0,00	25.297,31	0,00	0,00	0,00	0,00	981.350,51
241445	TRIUNFO POTIGUAR	72.112,18	0,00	0,00	2.207,40	0,00	0,00	0,00	0,00	74.319,58
241450	UMARIZAL	58.406,50	0,00	66.080,94	9.543,99	0,00	0,00	0,00	0,00	134.031,43
241460	UPANEMA	330.641,99	0,00	0,00	11.570,89	0,00	0,00	0,00	0,00	342.212,88
241470	VARZEA	51.596,81	0,00	0,00	3.644,04	0,00	0,00	0,00	0,00	55.240,85
241475	VENHA-VER	79.220,57	0,00	0,00	2.480,75	0,00	0,00	0,00	0,00	81.701,32
241480	VERA CRUZ	231.344,61	0,00	0,00	69.215,02	0,00	0,00	0,00	0,00	300.559,63
241490	VICOSA	28.612,28	0,00	0,00	62.361,70	0,00	0,00	0,00	0,00	90.973,98
241500	VILA FLOR	149.288,84	0,00	0,00	62.160,00	0,00	0,00	0,00	0,00	211.448,84
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										360.037.091,07

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE - FEVEREIRO/2016

Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	240810 - NATAL	MEJC/EBSERH	2409208	175/2014	12-09-2014	9.480.652,72
Municipal	240810 - NATAL	HUOL/EBSERH	2653982	174/2014	12-09-2014	16.276.137,36
Municipal	240810 - NATAL	NUCELO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - UFRN	2380447	9999999	01-12-2003	54.496,80
Municipal	240810 - NATAL	DEPARTAMENTO DE ONDONTOLOGIA - UFRN	2409011	9999999	01-12-2003	60.909,36
Municipal	241120 - SANTA CRUZ	HOSPITAL ANA BEZERRA EBSERH	4014111	001/2014	12-09-2014	3.431.657,28
TOTAL						29.303.853,52

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE - FEVEREIRO/2016

Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qual serão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
240010 - ACARI	HOSPITAL REGIONAL DR ODILON GUEDES DA SILVA	2474964	008/2016	23-07-2016	FES	480.000,00
240020 - ACU	HOSPITAL REGIONAL NELSON INACIO DOS SANTOS	2410486	003/2016	23-07-2016	FES	1.944.385,08
240080 - ANGICOS	HOSPITAL REGIONAL DE ANGICOS	2408023	009/2016	23-07-2016	FES	352.768,44
240100 - APODI	HOSPITAL REGIONAL HELIO MORAIS MARINHO	2410443	010/2016	23-07-2016	FES	1.200.000,00
240220 - CANGUARETAMA	HOSPITAL REGIONAL GETULIO DE OLIVEIRA SALES	4012526	004/2016	23-07-2016	FES	883.391,46
240230 - CARAUBAS	HOSPITAL REGIONAL DR AGUINALDO PEREIRA	2410141	012/2016	23-07-2016	FES	1.500.000,00
240580 - JOAO CAMARA	HOSPITAL REGIONAL DE JOAO CAMARA	2474751	006/2015	12-08-2015	FES	1.298.259,86
240710 - MACAIBA	HOSPITAL REGIONAL ALFREDO MESQUITA	2473577	005/2016	23-07-2016	FES	1.020.000,00
240810 - NATAL	HOSPITAL DRA GISELDA TRIGUEIRO	4013484	001/2016	23-07-2016	FES	3.852.560,94
240810 - NATAL	HOSPITAL DR JOÃO MACHADO	2408260	001/2016	23-07-2016	FES	2.185.000,00
240810 - NATAL	HOSPITAL DR JOSE PEDRO BEZERRA	2408570	001/2016	23-07-2016	FES	10.077.009,33
240810 - NATAL	HMWG	2653923	001/2016	23-07-2016	FES	17.652.237,00
240810 - NATAL	HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES	2654261	001/2016	23-07-2016	FES	2.879.057,92
240810 - NATAL	CENTRO DE REABILITAÇÃO INFANTIL E ADULTO	4013476	001/2016	23-07-2016	FES	4.015.993,79
240325 - PARNAMIRIM	HOSPITAL DEOCLECIO MARQUES DE LUCENA	3515168	013/2016	23-07-2016	FES	3.688.842,24
240940 - PAU DOS FERROS	HOSPITAL REGIONAL DR CLEODON CARLOS DE ANDRADE	2409275	007/2016	23-07-2016	FES	1.320.000,00
241150 - SANTO ANTONIO	HOSPITAL REGIONAL LINDOLFO GOMES VIDAL	2375265	014/2016	23-07-2016	FES	1.980.000,00
241260 - SAO PAULO DO POTENGI	UMII DE SAO PAULO DO POTENGI	2475227	011/2016	23-07-2016	FES	960.000,00
TOTAL						57.289.506,06

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 984, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Habilita leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional- UCINCo SES AP Hospital da Mulher - Secretaria de Estado da Saúde do Amapá - Macapá/AP.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal;

Considerando a Portaria nº 1.855/GM/MS, de 29 de agosto de 2012, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado do Amapá e aloca recursos financeiros para sua implementação; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional- UCINCo, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS: 8347	Hospital	Nº leitos
CNES: 2020068	SES AP Hospital da Mulher - Secretaria de Estado da Saúde do Amapá - Macapá/AP	
Leito: 28.02 UCINCo		18

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 985, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Indefere a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação de Proteção e Assistência a Maternidade e a Infância de Mossoró, com sede em Mossoró (RN).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando o Parecer Técnico nº 184/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.043149/2016-80/MS, que concluiu pelo não atendimento do disposto na Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, e da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação de Proteção e Assistência a Maternidade e a Infância de Mossoró, CNPJ nº 08.256.240/0001-63, com sede em Mossoró (RN).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 986, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado do Paraná.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Paraná, por meio do Ofício nº. 028/016-CIB/PR, de 27 de julho de 2016, e as Deliberações CIB/PR nº 116, e nº 117, de 27 de julnho de 2016, resolvem:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão Estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado do Paraná, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 2.364.000.130,43, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	917.709.582,10	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.377.214.142,91	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	69.076.405,42	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 11.919.600,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 67.392.990,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0041 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 9ª parcela de de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites referentes aos recursos programados na SES	394.213.139,34
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	523.496.442,76
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem retidos pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	917.709.582,10

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
410010	ABATIA	194.384,04	3.720,99	0,00	0,00	0,00	198.105,03	0,00	0,00	0,00
410020	ADRIANOPOLIS	38.213,02	0,00	0,00	0,00	0,00	38.213,02	0,00	0,00	0,00
410030	AGUDOS DO SUL	22.940,77	0,00	157.500,00	0,00	0,00	22.940,77	0,00	0,00	157.500,00
410040	ALMIRANTE TAMANDARE	2.155.011,30	658.813,71	0,00	0,00	0,00	2.416.790,01	0,00	0,00	397.035,00
410045	ALTAMIRA DO PARANA	193.712,76	12.883,68	0,00	26.212,44	0,00	0,00	0,00	0,00	232.808,88
410050	ALTONIA	905.219,56	37.200,00	157.500,00	121.968,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.221.888,52
410060	ALTO PARANA	320.238,96	28.404,00	0,00	0,00	0,00	348.642,96	0,00	0,00	0,00
410070	ALTO PIQUIRI	70.626,12	0,00	0,00	196.313,04	0,00	0,00	0,00	0,00	266.939,16
410080	ALVORADA DO SUL	107.063,10	0,00	130.980,48	0,00	0,00	148.043,58	0,00	0,00	90.000,00
410090	AMAPORA	85.596,67	24.402,51	22.963,80	0,00	0,00	132.962,98	0,00	0,00	0,00
410100	AMPERE	579.574,47	34.758,19	0,00	147.402,36	0,00	395.258,02	0,00	0,00	366.477,00
410105	ANAHY	3.397,01	0,00	90.000,00	0,00	0,00	3.397,01	0,00	0,00	90.000,00
410110	ANDIRA	925.428,94	45.456,44	0,00	0,00	0,00	631.225,38	0,00	0,00	339.660,00
410115	ANGULO	468,90	0,00	0,00	0,00	0,00	468,90	0,00	0,00	0,00
410120	ANTONINA	412.555,21	59.539,47	263.028,00	0,00	0,00	472.094,68	0,00	0,00	263.028,00
410130	ANTONIO OLINTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410140	APUCARANA	17.741.511,17	10.102.340,40	8.389.130,16	1.512.467,29	0,00	0,00	0,00	0,00	37.745.449,02
410150	ARAPONGAS	14.525.198,70	7.680.098,48	9.630.335,15	0,00	0,00	29.572.357,33	0,00	0,00	2.263.275,00
410160	ARAPOTI	1.083.269,27	37.515,38	99.000,00	0,00	0,00	676.174,65	0,00	0,00	543.610,00
410165	ARAPUA	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
410170	ARARUNA	309.890,00	19.347,83	0,00	0,00	0,00	329.237,84	0,00	0,00	0,00
410180	ARAUCARIA	18.054.033,44	2.004.068,40	1.014.600,00	549.667,53	0,00	0,00	0,00	0,00	21.622.369,37
410185	ARIRANHA DO IVAI	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
410190	ASSAI	511.277,00	277.831,84	263.028,00	0,00	0,00	789.108,84	0,00	0,00	263.028,00
410200	ASSIS CHATEAUBRIAND	931.851,65	165.663,29	90.000,00	0,00	0,00	1.097.514,94	0,00	0,00	90.000,00
410210	ASTORGA	1.239.648,63	161.100,99	872.715,48	0,00	0,00	1.843.805,10	0,00	0,00	429.660,00

410220	ATALAIA	47.354,43	0,00	46.290,24	0,00	0,00	93.644,67	0,00	0,00	0,00
410230	BALSA NOVA	138.543,25	13.983,03	25.214,04	0,00	0,00	177.740,33	0,00	0,00	0,00
410240	BANDEIRANTES	1.543.157,51	141.802,79	902.988,48	0,00	0,00	2.248.288,78	0,00	0,00	339.660,00
410250	BARBOSA FERRAZ	585.797,27	44.411,89	247.500,00	0,00	0,00	630.209,16	0,00	0,00	247.500,00
410260	BARRACAO	422.642,76	40.914,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	463.557,60
410270	BARRA DO JACARE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410275	BELA VISTA DO CAROBA	71.799,12	0,00	0,00	84.199,80	0,00	0,00	0,00	0,00	155.998,92
410280	BELA VISTA DO PARAISO	716.597,68	49.081,13	157.500,00	0,00	0,00	426.018,81	0,00	0,00	497.160,00
410290	BITURUNA	485.857,75	13.926,36	90.000,00	0,00	0,00	499.784,11	0,00	0,00	90.000,00
410300	BOA ESPERANCA	72.729,21	10.262,33	0,00	0,00	0,00	82.991,54	0,00	0,00	0,00
410302	BOA ESPERANCA DO IGUACU	55.369,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.369,32
410304	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	25.771,59	0,00	0,00	0,00	0,00	25.771,59	0,00	0,00	0,00
410305	BOA VISTA DA APARECIDA	108.539,05	0,00	0,00	0,00	0,00	40.339,09	0,00	0,00	68.199,96
410310	BOCAIUVA DO SUL	97.027,74	7.669,19	157.500,00	0,00	0,00	104.696,93	0,00	0,00	157.500,00
410315	BOM JESUS DO SUL	103.016,40	0,00	0,00	8.560,68	0,00	0,00	0,00	0,00	111.577,08
410320	BOM SUCESSO	433.258,90	0,00	37.714,44	0,00	0,00	131.313,34	0,00	0,00	339.660,00
410322	BOM SUCESSO DO SUL	9.092,30	0,00	0,00	0,00	0,00	9.092,30	0,00	0,00	0,00
410330	BORRAZOPOLIS	187.006,72	18.786,58	0,00	0,00	0,00	205.793,30	0,00	0,00	0,00
410335	BRAGANEY	2.435,93	0,00	0,00	0,00	0,00	2.435,93	0,00	0,00	0,00
410337	BRASILANDIA DO SUL	492.428,64	0,00	0,00	5.839,56	0,00	0,00	0,00	0,00	498.268,20
410340	CAFEARA	10.249,39	0,00	0,00	0,00	0,00	10.249,39	0,00	0,00	0,00
410345	CAFELANDIA	287.953,39	131.732,22	0,00	0,00	0,00	419.685,61	0,00	0,00	0,00
410347	CAFEZAL DO SUL	20.273,76	0,00	157.500,00	8.716,80	0,00	0,00	0,00	0,00	186.490,56
410350	CALIFORNIA	18.643,61	0,00	0,00	0,00	0,00	18.643,61	0,00	0,00	0,00
410360	CAMBARA	868.239,73	8.721,34	246.331,92	0,00	0,00	1.033.292,99	0,00	0,00	90.000,00
410370	CAMBE	7.913.206,48	659.852,96	3.630.600,46	0,00	0,00	6.091.827,77	0,00	0,00	6.111.832,13
410380	CAMBIRA	369.336,24	0,00	90.000,00	0,00	0,00	29.676,24	0,00	0,00	429.660,00
410390	CAMPINA DA LAGOA	440.797,78	35.587,82	0,00	0,00	0,00	476.385,61	0,00	0,00	-0,01
410395	CAMPINA DO SIMAO	11.889,94	0,00	0,00	0,00	0,00	11.889,94	0,00	0,00	0,00
410400	CAMPINA GRANDE DO SUL	5.329.178,77	46.594.395,83	17.817.114,36	0,00	0,00	69.401.028,96	0,00	0,00	339.660,00
410405	CAMPO BONITO	1.782,92	0,00	90.000,00	0,00	0,00	1.782,92	0,00	0,00	90.000,00
410410	CAMPO DO TENENTE	72.803,19	5.823,56	32.866,80	0,00	0,00	111.493,55	0,00	0,00	0,00
410420	CAMPO LARGO	13.118.899,68	6.596.526,66	777.000,00	0,00	0,00	18.841.031,34	0,00	0,00	1.651.395,00
410425	CAMPO MAGRO	425.859,31	0,00	157.500,00	0,00	0,00	86.199,31	0,00	0,00	497.160,00
410430	CAMPO MOURAO	11.838.574,24	12.953.700,96	4.293.088,68	1.535.573,35	0,00	0,00	0,00	0,00	30.620.937,23
410440	CANDIDO DE ABREU	491.307,03	17.016,41	0,00	0,00	0,00	508.323,45	0,00	0,00	-0,01
410442	CANDOI	539.298,51	170.416,68	118.800,00	0,00	0,00	619.715,19	0,00	0,00	208.800,00
410445	CANTAGALO	385.140,22	17.223,04	0,00	0,00	0,00	402.363,26	0,00	0,00	0,00
410450	CAPANEMA	477.567,32	108.800,43	0,00	192.737,52	0,00	382.027,31	0,00	0,00	397.077,96
410460	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	406.542,90	330.727,88	0,00	0,00	0,00	737.270,78	0,00	0,00	0,00
410465	CARAMBEI	144.026,05	7.257,38	0,00	0,00	0,00	151.283,43	0,00	0,00	0,00
410470	CARLOPOLIS	255.389,21	6.523,01	16.284,84	0,00	0,00	278.197,06	0,00	0,00	0,00
410480	CASCAVEL	39.564.747,74	25.648.855,30	15.901.105,20	0,00	0,00	64.664.851,80	0,00	0,00	16.449.856,44
410490	CASTRO	6.112.589,90	164.184,74	315.900,00	0,00	0,00	2.160.662,23	0,00	0,00	4.432.012,41
410500	CATANDUVAS	283.308,41	19.833,79	0,00	0,00	0,00	303.142,20	0,00	0,00	0,00
410510	CENTENARIO DO SUL	278.024,55	77.064,65	276.538,08	0,00	0,00	368.599,28	0,00	0,00	263.028,00
410520	CERRO AZUL	359.864,63	60.118,46	0,00	0,00	0,00	419.983,09	0,00	0,00	0,00
410530	CEU AZUL	234.366,54	12.543,85	0,00	0,00	0,00	246.910,39	0,00	0,00	0,00
410540	CHOPINZINHO	1.445.512,50	379.231,35	841.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.666.423,85
410550	CIANORTE	6.242.065,93	6.176.991,51	3.269.159,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.688.216,96
410560	CIDADE GAUCHA	307.104,42	72.213,90	0,00	0,00	0,00	379.318,33	0,00	0,00	-0,01
410570	CLEVELANDIA	590.075,67	0,00	263.028,00	0,00	0,00	590.075,67	0,00	0,00	263.028,00
410580	COLOMBO	5.211.506,96	1.710.724,02	1.722.421,51	0,00	0,00	7.611.857,49	0,00	0,00	1.032.795,00
410590	COLORADO	1.287.453,85	310.353,73	1.525.286,36	0,00	0,00	2.639.433,94	0,00	0,00	483.660,00
410600	CONGONHINHAS	1.718.135,96	0,00	3.945,96	0,00	0,00	162.081,92	0,00	0,00	1.560.000,00
410610	CONSELHEIRO MAIRINCK	71.533,57	0,00	41.298,24	0,00	0,00	112.831,81	0,00	0,00	0,00
410620	CONTENDA	612.391,40	20.955,08	13.713,60	0,00	0,00	307.400,08	0,00	0,00	339.660,00
410630	CORBELIA	421.151,55	348.599,94	90.000,00	0,00	0,00	769.751,49	0,00	0,00	90.000,00
410640	CORNELIO PROCOPIO	3.554.658,23	3.924.079,84	9.858.084,55	0,00	0,00	10.455.893,62	0,00	0,00	6.880.929,00
410645	CORONEL DOMINGOS SOARES	31.402,06	0,00	0,00	0,00	0,00	31.402,06	0,00	0,00	0,00
410650	CORONEL VIVIDA	3.352.310,43	0,00	530.318,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.882.628,47
410655	CORUMBATAI DO SUL	48.828,16	0,00	0,00	0,00	0,00	628,12	0,00	0,00	48.200,04
410657	CRUZEIRO DO IGUACU	25.870,32	0,00	0,00	8.080,68	0,00	0,00	0,00	0,00	33.951,00
410660	CRUZEIRO DO OESTE	1.795.963,48	327.626,04	157.500,00	284.319,40	0,00	0,00	0,00	0,00	2.565.408,92
410670	CRUZEIRO DO SUL	155.209,28	0,00	247.500,00	0,00	0,00	155.209,28	0,00	0,00	247.500,00
410680	CRUZ MACHADO	465.889,76	0,00	90.000,00	0,00	0,00	465.889,76	0,00	0,00	90.000,00
410685	CRUZMALTINA	5.463,05	0,00	90.000,00	0,00	0,00	5.463,05	0,00	0,00	90.000,00
410690	CURITIBA	317.985.769,25	148.994.474,05	146.750.407,33	46.423.191,46	0,00	8.556.222,24	69.076.405,42	0,00	582.521.214,43
410700	CURIUVA	205.429,80	103.050,07	74.946,60	0,00	0,00	383.426,47	0,00	0,00	0,00
410710	DIAMANTE DO NORTE	159.875,18	0,00	8.674,56	0,00	0,00	168.549,74	0,00	0,00	0,00
410712	DIAMANTE DO SUL	841,64	0,00	0,00	0,00	0,00	841,64	0,00	0,00	0,00
410715	DIAMANTE D'OESTE	56.441,90	4.048,35	0,00	0,00	0,00	60.490,25	0,00	0,00	0,00
410720	DOIS VIZINHOS	2.616.253,84	442.415,09	263.028,00	188.879,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.510.576,33
410725	DOURADINA	310.194,33	203.608,51	0,00	24.734,16	0,00	339.341,31	0,00	0,00	199.195,69
410730	DOUTOR CAMARGO	119.171,21	18.547,22	0,00	0,00	0,00	137.718,43	0,00	0,00	0,00
410740	ENEAS MARQUES	74.050,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.050,68
410750	ENGENHEIRO BELTRAO	305.107,17	8.487,63	455.412,60	0,00	0,00	679.007,40	0,00	0,00	90.000,00
410752	ESPERANCA NOVA	2.625,12	0,00	0,00	3.624,72	0,00	0,00	0,00	0,00	6.249,84
410753	ENTRE RIOS DO OESTE	78.956,81	12.469,49	0,00	0,00	0,00	91.426,31	0,00	0,00	-0,01
410754	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	2.226,55	0,00	90.000,00	0,00	0,00	2.226,55	0,00	0,00	90.000,00
410755	FAROL	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
410760	FAXINAL	570.929,41	197.338,24	263.028,00	0,00	0,00	768.267,65	0,00	0,00	263.028,00
410765	FAZENDA RIO GRANDE	3.589.375,41	263.946,91	157.500,00	0,00	0,00	1.356.287,32	0,00	0,00	2.654.535,00
410770	FENIX	131.815,88	5.018,95	0,00	0,00	0,00	136.834,83	0,00	0,00	0,00
410773	FERNANDES PINHEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410775	FIGUEIRA	145.320,12	18.779,95	69.346,44	0,00	0,00	233.446,51	0,00	0,00	0,00
410780	FLORAI	107.402,78	3.384,48	0,00	0,00	0,00	110.787,26	0,00	0,00	0,00
410785	FLOR DA SERRA DO SUL	35.658,84	0,00	0,00	9.217,80	0,00	0,00	0,00	0,00	44.876,64
410790	FLORESTA	128.368,33	12.505,48	0,00	0,00	0,00	140.873,80	0,00	0,00	0,01
410800	FLORESTOPOLIS	473.593,10	0,00	61.118,88	0,00	0,00	195.051,98	0,00	0,00	339.660,00
410810	FLORIDA	4.717,15	0,00	0,00	0,00	0,00	4.717,15	0,00	0,00	0,00
410820	FORMOSA DO OESTE	265.886,33	103.587,89	0,00	0,00	0,00	369.474,21	0,00	0,00	0,01
410830	FOZ DO IGUACU	29.062.139,39	2.986.652,72	8.321.386,80	2.717.503,32	0,00	0,00	0,00	0,00	43.087.682,23
410832	FRANCISCO ALVES	194.437,92	0,00	0,00	36.214,56	0,00	0,00	0,00	0,00	230.652,48
410840	FRANCISCO BELTRAO	10.423.582,45	12.009.055,50	1.236.708,00	544.816,96	0,00	0,00	0,00	0,00	24.214.162,91
410845	FOZ DO JORDAO	13.376,04	0,00	0,00	0,00	0,00	13.376,04	0,00	0,00	0,00
410850	GENERAL CARNEIRO	488.910,51	67.607,55	90.000,00	0,00	0,00	556.518,06	0,00	0,00	90.000,00
410855	GODOY MOREIRA	57.446,98	3.452,52	90.000,00	0,00	0,00	60.899,50	0,00	0,00	90.000,00
410860	GOIOERE	1.750.795,56	919.135,92	842.939,52	248.410,52	0,00	0,00	0,00	0,00	3.761.281,52
410865	GOIOXIM	11.265,67	0,00	0,00	0,00	0,00	11.265,67	0,00	0,00	0,00
410870	GRANDES RIOS	180.389,57	15.484,65	0,00	0,00	0,00	195.874,22	0,00	0,00	0,00
410880	GUAIRA	1.971.286,16	17.759,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.989.045,20
410890	GUAIRACA	121.258,19	0,00	108.700,56	0,00	0,00	139.958,75	0,00	0,00	90.000,00
410895	GUAMIRANGA	17.943,19	0,00	0,00	0,00	0,00	17.943,19	0,00	0,00	0,00
410900	GUAPIRAMA	18.908,17	0,00	60.000,00	0,00	0,00	78.908,17	0,00	0,00	0,00
410910	GUAPOREMA	4.485,54	0,00	0,00	0,00	0,00	4.485,54	0,00	0,00	0,00
410920	GUARACI	25.817,35	0,00	0,00	0,00	0,00	25.817,35	0,00	0,00	0,00
410930	GUARANIACU	525.071,99	306.919,00	0,00	0,00	0,00	831.990,99	0,00	0,00	0,00
410940	GUARAPUAVA	17.717.050,96	8.252.089,57	8.845.106,40	0,00	0,00	27.264.551,93	0,00	0,00	7.549.695,00
410950	GUARAQUECABA	115.551,10	9.446,87	0,00	0,00	0,00	124.997,97	0,00	0,00	0,00
410960	GUARATUBA	1.178.422,27	41.694,44	353.028,00	0,00	0,00	880.456,71	0,00	0,00	692.688,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

410965	HONORIO SERPA	177.324,30	0,00	9.267,12	0,00	0,00	186.591,42	0,00	0,00	0,00
410970	IBAITI	821.918,52	74.621,35	0,00	0,00	0,00	896.539,88	0,00	0,00	-0,01
410975	IBEMA	165.097,92	0,00	0,00	0,00	0,00	165.097,92	0,00	0,00	0,00
410980	IBIPORA	3.676.425,05	288.271,44	1.679.415,84	0,00	0,00	2.908.413,68	0,00	0,00	2.735.698,65
410990	ICARAIMA	1.035.928,32	0,00	247.500,00	19.581,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.303.009,80
411000	IGUARACU	53.011,10	88.108,99	1.501,20	0,00	0,00	142.621,29	0,00	0,00	0,00
411005	IGUATU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411007	IMBAU	1.579,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.579,86	0,00	0,00	0,00
411010	IMBITUVA	579.010,96	93.598,94	0,00	0,00	0,00	672.609,90	0,00	0,00	0,00
411020	INACIO MARTINS	207.040,55	0,00	10.939,80	0,00	0,00	217.980,35	0,00	0,00	0,00
411030	INAJA	52.628,62	0,00	42.070,80	0,00	0,00	94.699,42	0,00	0,00	0,00
411040	INDIANOPOLIS	112.702,36	37.481,64	0,00	0,00	0,00	150.184,01	0,00	0,00	-0,01
411050	IPIRANGA	401.060,60	6.712,53	0,00	0,00	0,00	407.773,14	0,00	0,00	-0,01
411060	IPORA	631.315,08	55.894,68	0,00	85.445,40	0,00	0,00	0,00	0,00	772.655,16
411065	IRACEMA DO OESTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411070	IRATI	3.052.928,19	1.459.479,94	3.322.747,92	0,00	0,00	7.438.121,05	0,00	0,00	397.035,00
411080	IRETAMA	181.026,84	12.432,36	247.500,00	62.834,76	0,00	0,00	0,00	0,00	503.793,96
411090	ITAGUAJE	68.229,13	139.464,11	0,00	0,00	0,00	207.693,24	0,00	0,00	0,00
411095	ITAIPULANDIA	103.621,96	0,00	0,00	0,00	0,00	103.621,96	0,00	0,00	0,00
411100	ITAMBARACA	154.216,24	0,00	0,00	0,00	0,00	154.216,24	0,00	0,00	0,00
411110	ITAMBE	111.057,67	21.270,96	27.306,00	0,00	0,00	159.634,63	0,00	0,00	0,00
411120	ITAPEJARA D'OESTE	36.636,72	0,00	0,00	78.583,20	0,00	0,00	0,00	0,00	115.219,92
411125	ITAPERUCU	748.266,53	249.206,81	90.000,00	0,00	0,00	657.813,34	0,00	0,00	429.660,00
411130	ITAUNA DO SUL	217.833,90	0,00	18.728,28	0,00	0,00	146.562,18	0,00	0,00	90.000,00
411140	IVAI	387.531,79	6.325,67	0,00	0,00	0,00	393.857,47	0,00	0,00	-0,01
411150	IVAIPORA	4.023.032,21	3.599.866,99	90.000,00	0,00	0,00	7.283.239,20	0,00	0,00	429.660,00
411155	IVATE	43.027,68	0,00	0,00	17.419,68	0,00	0,00	0,00	0,00	60.447,36
411160	IVATUBA	72.194,98	0,00	33.973,80	0,00	0,00	106.168,78	0,00	0,00	0,00
411170	JABOTI	124.541,81	45.410,44	0,00	0,00	0,00	169.952,25	0,00	0,00	0,00
411180	JACAREZINHO	2.367.000,39	1.828.251,07	2.115.515,12	0,00	0,00	5.971.106,58	0,00	0,00	339.660,00
411190	JAGUAPITA	241.515,61	0,00	8.747,88	0,00	0,00	250.263,49	0,00	0,00	0,00
411200	JAGUARIAIVA	1.590.880,06	122.699,06	5.690,04	0,00	0,00	1.229.919,16	0,00	0,00	489.350,00
411210	JANDAIA DO SUL	1.181.858,53	4.583.723,09	263.028,00	0,00	0,00	5.765.581,62	0,00	0,00	263.028,00
411220	JANIOPOLIS	175.290,72	5.884,32	0,00	40.023,60	0,00	0,00	0,00	0,00	221.198,64
411230	JAPIRA	12.020,31	0,00	0,00	0,00	0,00	12.020,31	0,00	0,00	0,00
411240	JAPURA	236.105,43	8.894,54	0,00	0,00	0,00	244.999,96	0,00	0,00	0,01
411250	JARDIM ALEGRE	313.362,78	7.633,39	0,00	0,00	0,00	320.996,16	0,00	0,00	0,01
411260	JARDIM OLINDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411270	JATAIZINHO	203.664,68	57.127,61	0,00	0,00	0,00	260.792,29	0,00	0,00	0,00
411275	JESUITAS	227.075,63	25.675,69	0,00	0,00	0,00	252.751,32	0,00	0,00	0,00
411280	JOAQUIM TAVORA	290.722,73	3.662,67	0,00	0,00	0,00	294.385,40	0,00	0,00	0,00
411290	JUNDIAI DO SUL	47.263,29	0,00	52.143,72	0,00	0,00	99.407,01	0,00	0,00	0,00
411295	JURANDA	288.416,08	4.288,54	0,00	0,00	0,00	202.704,62	0,00	0,00	90.000,00
411300	JUSSARA	78.708,43	0,00	38.350,32	0,00	0,00	117.058,75	0,00	0,00	0,00
411310	KALORE	439.490,55	48.883,95	19.789,92	0,00	0,00	168.504,42	0,00	0,00	339.660,00
411320	LAPA	2.807.858,40	137.866,34	157.500,00	581.120,52	0,00	1.987.185,26	0,00	0,00	1.697.160,00
411325	LARANJAL	7.060,29	0,00	0,00	0,00	0,00	7.060,29	0,00	0,00	0,00
411330	LARANJEIRAS DO SUL	1.840.286,50	1.907.592,98	1.427.169,36	0,00	0,00	4.835.388,84	0,00	0,00	339.660,00
411340	LEOPOLIS	11.760,74	0,00	0,00	0,00	0,00	11.760,74	0,00	0,00	0,00
411342	LIDIANOPOLIS	5.111,37	0,00	0,00	0,00	0,00	5.111,37	0,00	0,00	0,00
411345	LINDOESTE	103.282,84	30.043,02	90.000,00	0,00	0,00	133.325,86	0,00	0,00	90.000,00
411350	LOANDA	1.301.442,62	738.275,54	157.500,00	0,00	0,00	1.700.058,16	0,00	0,00	497.160,00
411360	LOBATO	5.031,33	0,00	0,00	0,00	0,00	5.031,33	0,00	0,00	0,00
411370	LONDRINA	110.056.263,44	61.116.953,21	29.908.044,88	6.646.714,87	0,00	0,00	0,00	0,00	207.727.976,40
411373	LUIZIANA	14.725,45	0,00	0,00	0,00	0,00	14.725,45	0,00	0,00	0,00
411375	LUNARDELLI	157.895,97	204.038,32	90.000,00	0,00	0,00	361.934,29	0,00	0,00	90.000,00
411380	LUPIONOPOLIS	52.794,86	17.896,35	35.985,24	0,00	0,00	106.676,45	0,00	0,00	0,00
411390	MALLET	328.720,17	8.651,38	0,00	0,00	0,00	337.371,56	0,00	0,00	-0,01
411400	MAMBORE	546.220,41	117.385,80	90.000,00	101.543,29	0,00	12.134,97	0,00	0,00	843.014,53
411410	MANDAGUACU	641.659,41	277.624,65	0,00	0,00	0,00	829.284,06	0,00	0,00	90.000,00
411420	MANDAGUARI	2.288.239,46	795.751,62	281.300,27	207.207,70	0,00	0,00	0,00	0,00	3.572.499,05
411430	MANDIRITUBA	701.279,63	35.039,90	90.000,00	0,00	0,00	396.659,53	0,00	0,00	429.660,00
411435	MANFRINOPOLIS	12.340,56	0,00	0,00	5.949,96	0,00	0,00	0,00	0,00	18.290,52
411440	MANGUEIRINHA	507.100,75	33.053,31	263.028,00	0,00	0,00	540.154,06	0,00	0,00	263.028,00
411450	MANOEL RIBAS	196.526,62	4.851,74	141.015,84	0,00	0,00	252.394,20	0,00	0,00	90.000,00
411460	MARECHAL CANDIDO RONDON	1.846.575,87	4.269.342,51	0,00	0,00	0,00	6.115.918,38	0,00	0,00	0,00
411470	MARIA HELENA	92.210,52	0,00	0,00	36.794,16	0,00	0,00	0,00	0,00	129.004,68
411480	MARIALVA	1.420.764,31	200.452,74	0,00	0,00	0,00	1.281.557,05	0,00	0,00	339.660,00
411490	MARILANDIA DO SUL	35.312,65	0,00	90.000,00	0,00	0,00	35.312,65	0,00	0,00	90.000,00
411500	MARILENA	207.978,07	0,00	28.683,36	0,00	0,00	146.661,43	0,00	0,00	90.000,00
411510	MARILUZ	114.795,00	0,00	0,00	18.602,64	0,00	0,00	0,00	0,00	133.397,64
411520	MARINGA	84.980.639,15	59.334.900,03	12.233.864,40	4.101.326,88	0,00	0,00	0,00	0,00	160.650.730,46
411530	MARIOPOLIS	20.185,24	0,00	0,00	0,00	0,00	20.185,24	0,00	0,00	0,00
411535	MARIPA	155.858,31	17.561,99	0,00	0,00	0,00	173.420,30	0,00	0,00	0,00
411540	MARMELEIRO	2.052.912,12	206.383,08	0,00	155.808,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.415.103,20
411545	MARQUINHO	6.097,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6.097,42	0,00	0,00	0,00
411550	MARUMBI	77.372,00	28.237,90	118.949,40	0,00	0,00	134.559,30	0,00	0,00	90.000,00
411560	MATELANDIA	658.947,56	375.622,45	263.028,00	0,00	0,00	1.034.570,01	0,00	0,00	263.028,00
411570	MATINHOS	535.365,86	51.371,83	353.028,00	0,00	0,00	586.737,69	0,00	0,00	353.028,00
411573	MATO RICO	9.283,99	0,00	90.000,00	0,00	0,00	9.283,99	0,00	0,00	90.000,00
411575	MAUA DA SERRA	14.262,98	0,00	0,00	0,00	0,00	14.262,98	0,00	0,00	0,00
411580	MEDIANEIRA	2.291.855,56	1.039.809,18	2.164.972,80	0,00	0,00	3.961.297,54	0,00	0,00	1.535.340,00
411585	MERCEDES	17.136,85	0,00	0,00	0,00	0,00	17.136,85	0,00	0,00	0,00
411590	MIRADOR	2.175,15	0,00	0,00	0,00	0,00	2.175,15	0,00	0,00	0,00
411600	MIRASELVA	27.440,29	0,00	54.018,72	0,00	0,00	81.459,01	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

411605	MISSAL	338.150,86	14.952,37	263.028,00	0,00	0,00	353.103,23	0,00	0,00	263.028,00
411610	MOREIRA SALES	101.983,92	0,00	0,00	0,00	0,00	101.983,92	0,00	0,00	0,00
411620	MORRETES	381.327,86	85.697,32	353.028,00	0,00	0,00	467.025,18	0,00	0,00	353.028,00
411630	MUNHOZ DE MELO	55.650,95	26.219,61	39.057,48	0,00	0,00	120.928,04	0,00	0,00	0,00
411640	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	31.713,28	0,00	48.152,52	0,00	0,00	79.865,80	0,00	0,00	0,00
411650	NOVA ALIANCA DO IVAI	2.237,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2.237,92	0,00	0,00	0,00
411660	NOVA AMERICA DA COLINA	8.699,57	0,00	0,00	0,00	0,00	8.699,57	0,00	0,00	0,00
411670	NOVA AURORA	350.337,53	80.943,51	90.000,00	0,00	0,00	431.281,04	0,00	0,00	90.000,00
411680	NOVA CANTU	191.445,37	9.048,90	0,00	0,00	0,00	200.494,27	0,00	0,00	0,00
411690	NOVA ESPERANCA	1.192.063,01	256.857,41	0,00	0,00	0,00	1.109.260,42	0,00	0,00	339.660,00
411695	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	164.960,97	12.216,00	14.449,56	47.987,64	0,00	120.614,25	0,00	0,00	118.999,92
411700	NOVA FATIMA	142.078,34	4.423,55	0,00	0,00	0,00	146.501,88	0,00	0,00	0,01
411705	NOVA LARANJEIRAS	276.367,99	62.722,43	0,00	0,00	0,00	339.090,42	0,00	0,00	0,00
411710	NOVA LONDRINA	342.106,13	0,00	247.500,00	0,00	0,00	432.106,13	0,00	0,00	157.500,00
411720	NOVA OLIMPIA	71.422,52	18.196,66	64.125,36	104.286,00	0,00	131.015,82	0,00	0,00	127.014,72
411721	NOVA SANTA BARBARA	9.533,02	0,00	0,00	0,00	0,00	9.533,02	0,00	0,00	0,00
411722	NOVA SANTA ROSA	109.498,43	0,00	26.478,12	0,00	0,00	135.976,55	0,00	0,00	0,00
411725	NOVA PRATA DO IGUACU	327.317,69	2.172,00	0,00	118.933,32	0,00	252.459,53	0,00	0,00	195.963,48
411727	NOVA TEBAS	241.762,98	3.902,91	90.000,00	0,00	0,00	245.665,89	0,00	0,00	90.000,00
411729	NOVO ITACOLOMI	7.584,28	0,00	0,00	0,00	0,00	7.584,28	0,00	0,00	0,00
411730	ORTIGUEIRA	1.046.266,13	148.231,54	0,00	0,00	0,00	854.837,67	0,00	0,00	339.660,00
411740	OURIZONA	43.916,84	28.773,82	36.948,72	0,00	0,00	109.639,38	0,00	0,00	0,00
411745	OURO VERDE DO OESTE	7.149,24	0,00	0,00	0,00	0,00	7.149,24	0,00	0,00	0,00
411750	PAICANDU	1.123.390,59	0,00	0,00	0,00	0,00	783.730,59	0,00	0,00	339.660,00
411760	PALMAS	2.361.582,84	718.548,84	263.028,00	300.585,68	0,00	0,00	0,00	0,00	3.643.745,36
411770	PALMEIRA	1.358.964,45	71.151,02	387.198,48	0,00	0,00	1.345.653,95	0,00	0,00	471.660,00
411780	PALMITAL	414.085,16	20.011,76	99.000,00	0,00	0,00	434.096,92	0,00	0,00	99.000,00
411790	PALOTINA	1.192.901,18	4.511,04	480.000,00	0,00	0,00	857.752,22	0,00	0,00	819.660,00
411800	PARAISO DO NORTE	236.808,77	154.477,76	90.000,00	0,00	0,00	391.286,53	0,00	0,00	90.000,00
411810	PARANACITY	169.732,83	40.494,35	0,00	0,00	0,00	210.227,18	0,00	0,00	0,00
411820	PARANAGUA	6.059.752,05	2.198.725,92	1.951.968,00	0,00	0,00	7.918.817,97	0,00	0,00	2.291.628,00
411830	PARANAPOEMA	80.701,92	7.105,76	25.689,00	0,00	0,00	113.496,67	0,00	0,00	0,01
411840	PARANAVAI	5.583.026,35	4.728.343,31	5.057.341,56	0,00	0,00	12.573.356,22	0,00	0,00	2.795.355,00
411845	PATO BRAGADO	73.669,05	24.540,16	0,00	0,00	0,00	98.209,21	0,00	0,00	0,00
411850	PATO BRANCO	13.202.448,07	18.459.706,97	2.426.166,00	2.330.040,84	0,00	0,00	0,00	0,00	36.418.361,88
411860	PAULA FREITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411870	PAULO FRONTIN	145.131,98	12.399,03	0,00	0,00	0,00	157.531,01	0,00	0,00	0,00
411880	PEABIRU	367.886,28	23.540,69	0,00	0,00	0,00	391.426,97	0,00	0,00	0,00
411885	PEROBAL	20.349,36	0,00	0,00	10.379,28	0,00	0,00	0,00	0,00	30.728,64
411890	PEROLA	225.201,25	0,00	0,00	190.968,24	0,00	0,00	0,00	0,00	416.169,49
411900	PEROLA D'OESTE	44.331,48	0,00	0,00	90.224,76	0,00	0,00	0,00	0,00	134.556,24
411910	PIEN	673.391,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	673.391,88
411915	PINHAIS	3.282.642,72	3.783.380,15	0,00	0,00	0,00	6.191.627,87	0,00	0,00	874.395,00
411920	PINHALAO	182.622,12	40.623,70	0,00	0,00	0,00	223.245,82	0,00	0,00	0,00
411925	PINHAL DE SAO BENTO	37.844,28	0,00	0,00	57.545,64	0,00	0,00	0,00	0,00	95.389,92
411930	PINHAO	1.170.252,22	119.635,05	0,00	0,00	0,00	950.227,27	0,00	0,00	339.660,00
411940	PIRAI DO SUL	966.978,01	25.122,59	0,00	0,00	0,00	652.440,60	0,00	0,00	339.660,00
411950	PIRAQUARA	2.792.672,51	8.570.540,15	1.210.218,96	0,00	0,00	11.699.036,62	0,00	0,00	874.395,00
411960	PITANGA	1.633.788,55	462.351,35	1.239.439,56	0,00	0,00	2.621.519,46	0,00	0,00	714.060,00
411965	PITANGUEIRAS	8.846,79	0,00	0,00	0,00	0,00	8.846,79	0,00	0,00	0,00
411970	PLANALTINA DO PARANA	79.709,17	10.343,19	28.844,52	0,00	0,00	118.896,87	0,00	0,00	0,01
411980	PLANALTO	445.868,32	0,00	90.000,00	308.212,92	0,00	372.506,92	0,00	0,00	471.574,32
411990	PONTA GROSSA	25.555.459,68	8.892.514,86	11.639.904,55	0,00	0,00	41.177.278,58	0,00	0,00	4.910.600,51
411995	PONTAL DO PARANA	109.741,36	0,00	263.028,00	0,00	0,00	109.741,36	0,00	0,00	263.028,00
412000	PORECATU	246.171,09	6.948,26	47.614,20	0,00	0,00	300.733,55	0,00	0,00	0,00
412010	PORTO AMAZONAS	136.220,35	2.177,81	119.855,76	0,00	0,00	168.253,92	0,00	0,00	90.000,00
412015	PORTO BARREIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412020	PORTO RICO	64.438,13	1.730,89	37.933,08	0,00	0,00	104.102,10	0,00	0,00	0,00
412030	PORTO VITORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412033	PRADO FERREIRA	40.581,81	9.208,01	46.462,80	0,00	0,00	96.252,62	0,00	0,00	0,00
412035	PRANCHITA	283.593,40	621.202,51	0,00	103.273,32	0,00	820.190,86	0,00	0,00	187.878,37
412040	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	95.214,88	0,00	0,00	0,00	0,00	95.214,88	0,00	0,00	0,00
412050	PRIMEIRO DE MAIO	194.909,78	4.221,16	306.137,16	0,00	0,00	242.240,10	0,00	0,00	263.028,00
412060	PRUDENTOPOLIS	2.442.921,49	54.215,21	854.705,40	0,00	0,00	2.444.822,10	0,00	0,00	907.020,00
412065	QUARTO CENTENARIO	507,98	0,00	0,00	0,00	0,00	507,98	0,00	0,00	0,00
412070	QUATIGUA	184.374,79	106.678,71	0,00	0,00	0,00	291.053,50	0,00	0,00	0,00
412080	QUATRO BARRAS	476.610,75	44.071,05	0,00	0,00	0,00	181.021,80	0,00	0,00	339.660,00
412085	QUATRO PONTES	44.633,91	7.004,75	0,00	0,00	0,00	51.638,65	0,00	0,00	0,01
412090	QUEDAS DO IGUACU	853.418,60	121.357,47	0,00	0,00	0,00	974.776,07	0,00	0,00	0,00
412100	QUERENCIA DO NORTE	259.434,73	0,00	0,00	0,00	0,00	259.434,73	0,00	0,00	0,00
412110	QUINTA DO SOL	112.737,95	22.284,31	0,00	0,00	0,00	135.022,26	0,00	0,00	0,00
412120	QUITANDINHA	315.489,24	4.453,29	247.500,00	0,00	0,00	319.942,53	0,00	0,00	247.500,00
412125	RAMILANDIA	63.732,82	0,00	0,00	0,00	0,00	63.732,82	0,00	0,00	0,00
412130	RANCHO ALEGRE	34.307,33	0,00	90.000,00	0,00	0,00	34.307,33	0,00	0,00	90.000,00
412135	RANCHO ALEGRE D'OESTE	4.965,39	0,00	0,00	0,00	0,00	4.965,39	0,00	0,00	0,00
412140	REALEZA	797.546,75	0,00	841.680,00	113.377,08	0,00	318.743,27	0,00	0,00	1.433.860,56
412150	REBOUCAS	423.689,13	158.698,41	90.000,00	0,00	0,00	582.387,54	0,00	0,00	90.000,00
412160	RENASCENCA	110.898,36	0,00	0,00	132.234,60	0,00	0,00	0,00	0,00	243.132,96
412170	RESERVA	633.858,56	53.463,09	0,00	0,00	0,00	687.321,66	0,00	0,00	-0,01
412175	RESERVA DO IGUACU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412180	RIBEIRAO CLARO	261.335,76	0,00	220.935,24	0,00	0,00	482.271,00	0,00	0,00	0,00
412190	RIBEIRAO DO PINHAL	400.808,39	23.150,23	0,00	0,00	0,00	423.958,62	0,00	0,00	0,00
412200	RIO AZUL	305.116,90	13.964,31	0,00	0,00	0,00	319.081,21	0,00	0,00	0,00
412210	RIO BOM	9.967,59	0,00	90.000,00	0,00	0,00	9.967,59	0,00	0,00	90.000,00
412215	RIO BONITO DO IGUACU	24.020,30	12.444,76	90.000,00	0,00	0,00	36.465,06	0,00	0,00	90.000,00
412217	RIO BRANCO DO IVAI	11.276,51	0,00	90.000,00	0,00	0,00	11.276,51	0,00	0,00	90.000,00
412220	RIO BRANCO DO SUL	894.731,30	89.799,37	0,00	0,00	0,00	644.870,67	0,00	0,00	339.660,00
412230	RIO NEGRO	690.444,53	251.762,94	492.657,00	0,00	0,00	937.704,47	0,00	0,00	497.160,00
412240	ROLANDIA	4.345.046,71	1.262.600,03	3.252.094,83	0,00	0,00	6.033.906,57	0,00	0,00	2.825.835,00
412250	RONCADOR	339.952,28	102.005,27	90.000,00	0,00	0,00	441.957,55	0,00	0,00	90.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

412260	RONDON	245.248,19	54.273,59	157.500,00	0,00	0,00	299.521,78	0,00	0,00	157.500,00
412265	ROSARIO DO IVAI	159.547,22	65.082,94	0,00	0,00	0,00	224.630,16	0,00	0,00	0,00
412270	SABAUDIA	12.001,04	0,00	0,00	0,00	0,00	12.001,04	0,00	0,00	0,00
412280	SALGADO FILHO	101.211,24	0,00	0,00	8.313,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.524,24
412290	SALTO DO ITARARE	106.334,03	5.727,06	120.000,00	0,00	0,00	232.061,09	0,00	0,00	0,00
412300	SALTO DO LONTRA	373.147,80	0,00	90.000,00	112.067,64	0,00	286.558,32	0,00	0,00	288.657,12
412310	SANTA AMELIA	105.929,92	0,00	0,00	0,00	0,00	105.929,92	0,00	0,00	0,00
412320	SANTA CECILIA DO PAVAO	25.174,54	0,00	60.000,00	0,00	0,00	85.174,54	0,00	0,00	0,00
412330	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	133.758,69	0,00	0,00	0,00	0,00	43.758,69	0,00	0,00	90.000,00
412340	SANTA FE	248.466,24	66.202,60	0,00	0,00	0,00	314.668,84	0,00	0,00	0,00
412350	SANTA HELENA	531.332,59	36.984,08	0,00	0,00	0,00	568.316,67	0,00	0,00	0,00
412360	SANTA INES	5.890,88	0,00	0,00	0,00	0,00	5.890,88	0,00	0,00	0,00
412370	SANTA ISABEL DO IVAI	205.056,50	74.237,18	0,00	0,00	0,00	279.293,68	0,00	0,00	0,00
412380	SANTA IZABEL DO OESTE	544.570,08	0,00	0,00	179.353,68	0,00	0,00	0,00	0,00	723.923,76
412382	SANTA LUCIA	103.438,72	4.617,56	0,00	0,00	0,00	108.056,27	0,00	0,00	0,01
412385	SANTA MARIA DO OESTE	350.019,22	12.457,71	0,00	0,00	0,00	362.476,93	0,00	0,00	0,00
412390	SANTA MARIANA	138.507,53	0,00	75.360,84	0,00	0,00	213.868,37	0,00	0,00	0,00
412395	SANTA MONICA	3.577,65	0,00	0,00	0,00	0,00	3.577,65	0,00	0,00	0,00
412400	SANTANA DO ITARARE	123.794,99	0,00	35.186,04	0,00	0,00	158.981,03	0,00	0,00	0,00
412402	SANTA TEREZA DO OESTE	2.801,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2.801,62	0,00	0,00	0,00
412405	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	320.046,33	664.580,44	901.428,00	0,00	0,00	984.626,77	0,00	0,00	901.428,00
412410	SANTO ANTONIO DA PLATINA	2.799.476,14	888.857,03	217.800,00	0,00	0,00	3.258.673,17	0,00	0,00	647.460,00
412420	SANTO ANTONIO DO CAIUA	44.843,97	0,00	43.556,88	0,00	0,00	88.400,85	0,00	0,00	0,00
412430	SANTO ANTONIO DO PARAISO	44.532,98	0,00	47.133,72	0,00	0,00	91.666,70	0,00	0,00	0,00
412440	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	978.904,34	17.431,96	263.028,00	198.888,12	0,00	518.944,98	0,00	0,00	939.307,44
412450	SANTO INACIO	115.036,95	104.320,42	0,00	0,00	0,00	219.357,37	0,00	0,00	0,00
412460	SAO CARLOS DO IVAI	103.927,64	0,00	26.626,68	0,00	0,00	130.554,32	0,00	0,00	0,00
412470	SAO JERONIMO DA SERRA	122.643,31	42.036,36	53.930,16	0,00	0,00	218.609,83	0,00	0,00	0,00
412480	SAO JOAO	271.201,18	37.536,61	0,00	0,00	0,00	308.737,79	0,00	0,00	0,00
412490	SAO JOAO DO CAIUA	110.348,04	0,00	19.398,72	0,00	0,00	129.746,76	0,00	0,00	0,00
412500	SAO JOAO DO IVAI	374.776,05	300.000,00	90.000,00	0,00	0,00	674.776,05	0,00	0,00	90.000,00
412510	SAO JOAO DO TRIUNFO	278.287,18	5.633,47	0,00	0,00	0,00	283.920,64	0,00	0,00	0,01
412520	SAO JORGE D'OESTE	322.641,17	0,00	0,00	132.742,56	0,00	223.118,09	0,00	0,00	232.265,64
412530	SAO JORGE DO IVAI	128.851,31	22.471,80	0,00	0,00	0,00	151.323,11	0,00	0,00	0,00
412535	SAO JORGE DO PATROCINIO	438.419,95	199.628,62	26.252,88	33.502,63	0,00	112.724,40	0,00	0,00	585.079,68
412540	SAO JOSE DA BOA VISTA	142.647,17	40.262,43	0,00	0,00	0,00	182.909,60	0,00	0,00	0,00
412545	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	83.177,82	50.590,83	0,00	0,00	0,00	133.768,64	0,00	0,00	0,01
412550	SAO JOSE DOS PINHAIS	26.044.673,49	3.446.099,07	1.686.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.177.672,56
412555	SAO MANOEL DO PARANA	5.221,44	0,00	0,00	0,00	0,00	5.221,44	0,00	0,00	0,00
412560	SAO MATEUS DO SUL	838.563,94	112.216,37	713.234,64	0,00	0,00	1.574.014,95	0,00	0,00	90.000,00
412570	SAO MIGUEL DO IGUACU	1.293.227,30	166.205,15	421.428,00	0,00	0,00	1.119.772,45	0,00	0,00	761.088,00
412575	SAO PEDRO DO IGUACU	138.572,08	9.435,11	0,00	0,00	0,00	148.007,19	0,00	0,00	0,00
412580	SAO PEDRO DO IVAI	311.693,22	80.245,71	0,00	0,00	0,00	391.938,93	0,00	0,00	0,00
412590	SAO PEDRO DO PARANA	5.784,39	0,00	0,00	0,00	0,00	5.784,39	0,00	0,00	0,00
412600	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	189.604,35	11.783,95	0,00	0,00	0,00	201.388,29	0,00	0,00	0,01
412610	SAO TOME	18.075,60	0,00	0,00	0,00	0,00	18.075,60	0,00	0,00	0,00
412620	SAPOPEMA	53.224,63	11.480,97	0,00	0,00	0,00	64.705,60	0,00	0,00	0,00
412625	SARANDI	7.780.042,41	5.204.838,04	4.917.146,88	0,00	0,00	15.464.992,33	0,00	0,00	2.437.035,00
412627	SAUDADE DO IGUACU	11.557,94	0,00	0,00	0,00	0,00	11.557,94	0,00	0,00	0,00
412630	SENGES	475.251,52	8.764,65	0,00	0,00	0,00	484.016,17	0,00	0,00	0,00
412635	SERRANOPOLIS DO IGUACU	75.119,47	0,00	0,00	0,00	0,00	75.119,47	0,00	0,00	0,00
412640	SERTANEJA	43.287,93	0,00	48.356,16	0,00	0,00	91.644,08	0,00	0,00	0,01
412650	SERTANOPOLIS	346.005,25	11.549,61	263.028,00	0,00	0,00	357.554,86	0,00	0,00	263.028,00
412660	SIQUEIRA CAMPOS	522.533,34	71.675,52	0,00	0,00	0,00	594.208,86	0,00	0,00	0,00
412665	SULINA	11.698,89	0,00	0,00	0,00	0,00	11.698,89	0,00	0,00	0,00
412667	TAMARANA	145.327,96	4.514,50	289.933,44	0,00	0,00	176.747,90	0,00	0,00	263.028,00
412670	TAMBOARA	69.763,57	0,00	38.580,12	0,00	0,00	108.343,69	0,00	0,00	0,00
412680	TAPEJARA	306.844,26	11.689,28	0,00	0,00	0,00	318.533,54	0,00	0,00	0,00
412690	TAPIRA	203.475,72	0,00	0,00	12.888,24	0,00	0,00	0,00	0,00	216.363,96
412700	TEIXEIRA SOARES	162.465,99	30.605,98	0,00	0,00	0,00	193.071,98	0,00	0,00	-0,01
412710	TELEMACO BORBA	4.068.606,98	2.213.596,99	0,00	0,00	0,00	5.942.543,97	0,00	0,00	339.660,00
412720	TERRA BOA	1.287.258,96	312.945,50	157.500,00	81.038,09	0,00	0,00	0,00	0,00	1.838.742,55
412730	TERRA RICA	284.094,88	10.597,78	265.682,76	0,00	0,00	312.875,42	0,00	0,00	247.500,00
412740	TERRA ROXA	370.812,89	4.258,57	0,00	0,00	0,00	375.071,46	0,00	0,00	0,00
412750	TIBAGI	304.714,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304.714,00	0,00	0,00	0,00
412760	TIJUCAS DO SUL	495.249,48	26.578,20	157.500,00	0,00	0,00	521.827,68	0,00	0,00	157.500,00
412770	TOLEDO	9.503.135,31	3.185.676,08	5.411.911,32	0,00	0,00	13.866.327,71	0,00	0,00	4.234.395,00
412780	TOMAZINA	321.023,40	8.902,98	246.680,51	0,00	0,00	576.606,89	0,00	0,00	0,00
412785	TRES BARRAS DO PARANA	326.306,52	89.961,84	90.000,00	0,00	0,00	416.268,36	0,00	0,00	90.000,00
412788	TUNAS DO PARANA	8.068,66	0,00	60.000,00	0,00	0,00	68.068,66	0,00	0,00	0,00
412790	TUNEIRAS DO OESTE	191.196,71	4.074,87	0,00	0,00	0,00	195.271,58	0,00	0,00	0,00
412795	TUPASSI	183.278,08	85.617,55	0,00	0,00	0,00	268.895,64	0,00	0,00	-0,01
412796	TURVO	305.087,24	48.202,46	250.616,52	0,00	0,00	603.906,22	0,00	0,00	0,00
412800	UBIRATA	1.347.603,69	265.519,48	335.700,00	118.341,24	0,00	911.820,96	0,00	0,00	1.155.343,45
412810	UMUARAMA	13.520.057,73	12.813.593,89	5.379.625,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.713.277,42
412820	UNIAO DA VITORIA	5.088.470,92	2.892.191,49	3.018.838,14	0,00	0,00	10.659.840,55	0,00	0,00	339.660,00
412830	UNIFLOR	30.466,53	0,00	0,00	0,00	0,00	30.466,53	0,00	0,00	0,00
412840	URAI	287.083,53	87.025,99	0,00	0,00	0,00	374.109,52	0,00	0,00	0,00
412850	WENCESLAU BRAZ	370.523,74	10.781,55	0,00	0,00	0,00	381.305,29	0,00	0,00	0,00
412853	VENTANIA	22.598,32	0,00	0,00	0,00	0,00	22.598,32	0,00	0,00	0,00
412855	VERA CRUZ DO OESTE	208.232,06	0,00	90.000,00	0,00	0,00	208.232,06	0,00	0,00	90.000,00
412860	VERE	240.645,07	0,00	0,00	145.149,84	0,00	176.575,87	0,00	0,00	209.219,04
412862	ALTO PARAISO	143.645,88	0,00	0,00	6.091,92	0,00	0,00	0,00	0,00	149.737,80
412863	DOUTOR ULYSSES	23.341,27	0,00	0,00	0,00	0,00	23.341,27	0,00	0,00	0,00
412865	VIRMOND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412870	VITORINO	21.214,64	0,00	0,00	0,00	0,00	21.214,64	0,00	0,00	0,00
412880	XAMBRE	65.671,20	0,00	0,00	9.905,88	0,00	0,00	0,00	0,00	75.577,08
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.377.214.142,91

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITARIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód. IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	410690 - CURITIBA	Hospital de Clínicas	2384299	15545	11-11-2004	69.076.405,42
TOTAL						69.076.405,42

PORTARIA Nº 987, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Remaneja recurso do limite financeiro mensal, da Gestão Estadual do Rio Grande do Sul para o Município de Lajeado/RS, destinado ao custeio da Nefrologia - Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.336/GM/MS, de 08 de setembro de 2015, que estabelece recurso anual a ser adicionado ao limite financeiro dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, destinado à troca dos dialisadores e linhas arteriais e venosas para todos os procedimentos hemodialíticos em pacientes com sorologia positiva para hepatite B ou hepatite C;

Considerando a Portaria nº 1.744/GM/MS, de 22 de outubro de 2015, que redefine o limite financeiro anual dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia, e

Considerando o Ofício nº 005, de 05 de agosto de 2016, da Comissão intergestores Bipartite do Estado do Rio Grande do Sul, resolve:

Art. 1º Fica remanejado recurso no valor mensal de R$ 34.565,51 (trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), da Gestão Estadual do Rio Grande do Sul para o Município de Lajeado/RS (IBGE 431140), destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 2º O remanejamento não acarretará impacto financeiro para o Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585- Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2016.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 988, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Indefere a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos, com sede em Valinhos (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos, CNPJ nº 46.056.487/0001-25; e

Considerando o Parecer Técnico nº 183/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.125830/2014-83/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014 e da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos, CNPJ nº 46.056.487/0001-25, com sede em Valinhos (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 989, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado de Pernambuco.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº. 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº. 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Pernambuco - CIB/PE, por meio do Ofício CIB/PE n° 009/2016, de 22 de julho de 2016 e da Resolução CIB-PE nº 2.896, de 22 de junho de 2016, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão Estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado nos anexos II, III e IV.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de Pernambuco, referente ao bloco de financiamento da atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 2.066.020.198,10, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	1.165.189.675,32	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	859.939.441,54	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	40.891.081,24	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 8.890.200,00 do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 44.717.718,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0026 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 9ª parcela de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE PERNAMBUCO

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	74.261.802,97
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	748.054.435,56
Valores a receber referentes a PCEP com transferências diretas ao FES	383.764.518,03
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	40.891.081,24
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	1.165.189.675,32

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE PERNAMBUCO

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
260005	ABREU E LIMA	2.045.359,65	331.846,60	987.000,00	4.652.295,14	0,00	0,00	0,00	0,00	8.016.501,39
260010	AFOGADOS DA INGAZEIRA	1.227.307,96	949.341,05	178.200,00	2.816.447,43	0,00	1.765.576,32	0,00	0,00	3.405.720,12
260020	AFRANIO	352.405,05	0,00	0,00	914.528,72	0,00	0,00	0,00	0,00	1.266.933,77
260030	AGRESTINA	752.714,30	151.126,31	1.421.111,01	1.517.556,04	0,00	283.885,34	0,00	0,00	3.558.622,32
260040	AGUA PRETA	393.873,25	0,00	256.500,00	7.757.373,49	0,00	3.304.453,32	0,00	0,00	5.103.293,42
260050	AGUAS BELAS	447.933,74	69.781,08	928.500,00	676.153,37	0,00	0,00	0,00	0,00	2.122.368,19
260060	ALAGOINHA	141.817,71	0,00	157.500,00	538.289,99	0,00	57.195,93	0,00	0,00	780.411,77
260070	ALIANCA	914.430,46	3.991,80	157.500,00	203.794,80	0,00	229.408,20	0,00	0,00	1.050.308,86
260080	ALTINHO	528.249,62	0,00	157.500,00	85.870,57	0,00	118.074,71	0,00	0,00	653.545,48

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

260090	AMARAJI	550.953,97	4.783,02	157.500,00	152.584,43	0,00	0,00	0,00	0,00	865.821,42
260100	ANGELIM	220.360,00	5.728,72	157.500,00	123.634,60	0,00	0,00	0,00	0,00	507.223,32
260105	ARACOIABA	283.525,27	0,00	157.500,00	344.328,25	0,00	0,00	0,00	0,00	785.353,52
260110	ARARIPINA	2.571.703,18	491.908,13	1.319.762,88	5.234.456,45	0,00	0,00	0,00	0,00	9.617.830,64
260120	ARCOVERDE	2.514.594,65	2.562.646,81	2.010.000,00	12.037.830,74	0,00	9.792.183,14	0,00	0,00	9.332.889,06
260130	BARRA DE GUABIRABA	212.170,69	0,00	0,00	46.427,00	0,00	38.270,11	0,00	0,00	220.327,58
260140	BARREIROS	1.203.580,90	731.462,58	157.500,00	14.062.815,92	0,00	5.314.360,74	0,00	0,00	10.840.998,66
260150	BELEM DE MARIA	207.342,80	6.360,72	219.850,42	24.978,39	0,00	0,00	0,00	0,00	458.532,33
260160	BELEM DE SAO FRANCISCO	471.509,73	1.328,25	0,00	682.664,66	0,00	47.312,45	0,00	0,00	1.108.190,19
260170	BELO JARDIM	1.978.366,10	263.393,10	395.100,00	1.355.278,91	0,00	0,00	0,00	0,00	3.992.138,11
260180	BETANIA	291.462,57	0,00	0,00	170.249,97	0,00	0,00	0,00	0,00	461.712,54
260190	BEZERROS	2.080.193,84	840.888,08	1.289.878,50	7.863.417,20	0,00	0,00	0,00	0,00	12.074.377,62
260200	BODOCO	862.342,65	69.796,34	0,00	1.080.159,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2.012.298,00
260210	BOM CONSELHO	1.100.377,78	29.507,44	157.500,00	694.763,38	0,00	0,00	0,00	0,00	1.982.148,60
260220	BOM JARDIM	740.848,02	0,00	157.500,00	99.099,42	0,00	0,00	0,00	0,00	997.447,44
260230	BONITO	1.318.904,00	0,00	395.100,00	297.267,70	0,00	464,40	0,00	0,00	2.010.807,30
260240	BREJAO	195.051,35	6.280,80	157.500,00	31.324,44	0,00	0,00	0,00	0,00	390.156,59
260250	BREJINHO	175.335,93	0,00	0,00	19.374,10	0,00	0,00	0,00	0,00	194.710,03
260260	BREJO DA MADRE DE DEUS	901.684,47	25.749,70	236.700,00	2.080.885,79	0,00	0,00	0,00	0,00	3.245.019,96
260270	BUENOS AIRES	188.961,07	0,00	157.500,00	106.526,01	0,00	0,00	0,00	0,00	452.987,08
260280	BUIQUE	795.255,69	6.065,48	280.409,42	703.963,39	0,00	1.785.693,98	0,00	0,00	0,00
260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	5.099.845,79	497.264,49	7.861.800,00	40.393.455,25	0,00	40.415.314,75	0,00	0,00	13.437.050,78
260300	CABROBO	831.890,26	28.290,94	0,00	504.676,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.364.858,14
260310	CACHOEIRINHA	452.584,91	0,00	118.800,00	99.260,33	0,00	0,00	0,00	0,00	670.645,24
260320	CAETES	671.471,92	16.859,42	253.324,63	123.556,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.065.212,73
260330	CALCADO	141.247,05	0,00	157.500,00	111.905,76	0,00	20.287,31	0,00	0,00	390.365,50
260340	CALUMBI	107.956,60	0,00	0,00	4.668,42	0,00	0,00	0,00	0,00	112.625,02
260345	CAMARAGIBE	8.084.687,77	7.082.745,97	672.300,00	10.385.214,67	0,00	5,02	0,00	0,00	26.224.943,39
260350	CAMOCIM DE SAO FELIX	253.365,10	0,00	157.500,00	98.915,87	0,00	0,00	0,00	0,00	509.780,97
260360	CAMUTANGA	158.402,40	2.001,52	205.952,47	5.236,49	0,00	30.670,59	0,00	0,00	340.922,29
260370	CANHOTINHO	787.828,25	29.136,10	157.500,00	102.787,60	0,00	260.310,46	0,00	0,00	816.941,49
260380	CAPOEIRAS	451.150,19	0,00	259.959,82	128.248,69	0,00	0,00	0,00	0,00	839.358,70
260390	CARNAIBA	345.613,24	0,00	0,00	232.509,20	0,00	0,00	0,00	0,00	578.122,44
260392	CARNAUBEIRA DA PENHA	231.582,05	0,00	79.542,00	45.518,81	0,00	179.025,73	0,00	0,00	177.617,13
260400	CARPINA	1.956.212,47	857.202,87	619.500,00	842.162,82	0,00	0,00	0,00	0,00	4.275.078,16
260410	CARUARU	12.284.047,19	13.920.148,29	12.832.200,00	69.956.427,77	37.215.104,83	39.409.669,89	0,00	0,00	32.368.048,53
260415	CASINHAS	277.627,93	0,00	157.500,00	35.362,33	0,00	33.463,23	0,00	0,00	437.027,03
260420	CATENDE	506.328,05	0,00	341.011,75	496.762,17	0,00	928,80	0,00	0,00	1.343.173,17
260430	CEDRO	256.685,85	6.876,72	118.800,00	114.089,55	0,00	36.436,74	0,00	0,00	460.015,38
260440	CHA DE ALEGRIA	221.335,16	0,00	157.500,00	27.949,44	0,00	0,00	0,00	0,00	406.784,60
260450	CHA GRANDE	587.777,14	2.287,44	157.500,00	1.249.190,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1.996.755,49
260460	CONDADO	568.022,94	429,00	256.500,00	202.470,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.027.422,51
260470	CORRENTES	425.710,84	0,00	248.731,12	68.799,05	0,00	0,00	0,00	0,00	743.241,01
260480	CORTES	470.542,15	39.380,09	157.500,00	7.603.098,92	0,00	3.374.313,93	0,00	0,00	4.896.207,23
260490	CUMARU	663.107,71	5.211,68	0,00	62.186,49	0,00	391.597,13	0,00	0,00	338.908,75
260500	CUPIRA	671.988,44	0,00	296.100,00	576.739,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1.544.828,23
260510	CUSTODIA	901.513,98	4.105,92	0,00	500.106,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.405.726,18
260515	DORMENTES	270.900,33	0,00	0,00	46.934,74	0,00	0,00	0,00	0,00	317.835,07
260520	ESCADA	1.997.148,83	145.980,10	0,00	482.870,02	0,00	0,00	0,00	0,00	2.625.998,95
260530	EXU	796.632,26	3.390,50	315.625,03	1.029.315,69	0,00	0,00	0,00	0,00	2.144.963,48
260540	FEIRA NOVA	504.206,83	8.020,10	0,00	55.465,41	0,00	0,00	0,00	0,00	567.692,34
260545	FERNANDO DE NORONHA	104.854,52	0,00	462.000,00	51.916,41	0,00	618.770,93	0,00	0,00	0,00
260550	FERREIROS	96.142,57	0,00	0,00	100.526,65	0,00	0,00	0,00	0,00	196.669,22
260560	FLORES	392.522,59	0,00	90.499,21	82.763,38	0,00	0,00	0,00	0,00	565.785,18
260570	FLORESTA	815.638,72	100.351,75	0,00	1.031.088,70	0,00	0,00	0,00	0,00	1.947.079,17
260580	FREI MIGUELINHO	225.485,48	0,00	89.818,95	174.673,16	0,00	0,00	0,00	0,00	489.977,59
260590	GAMELEIRA	488.865,05	0,00	341.097,58	409.341,46	0,00	126.133,45	0,00	0,00	1.113.170,64
260600	GARANHUNS	4.685.993,00	6.424.369,49	1.450.105,50	13.076.878,59	0,00	13.732.602,41	0,00	0,00	11.904.744,17
260610	GLORIA DO GOITA	653.824,22	0,00	157.500,00	417.628,75	0,00	303.647,72	0,00	0,00	925.305,25
260620	GOIANA	2.375.402,78	166.372,44	2.124.900,00	1.636.126,46	0,00	2.604.355,39	0,00	0,00	3.698.446,29
260630	GRANITO	165.745,54	0,00	0,00	109.605,71	0,00	0,00	0,00	0,00	275.351,25
260640	GRAVATA	2.130.285,48	0,00	1.019.400,00	3.548.556,06	0,00	0,00	0,00	0,00	6.698.241,54
260650	IATI	445.424,29	0,00	157.500,00	228.625,76	0,00	0,00	0,00	0,00	831.550,05
260660	IBIMIRIM	770.268,50	1.123,95	220.319,93	958.038,32	0,00	64.216,49	0,00	0,00	1.885.534,21
260670	IBIRAJUBA	178.548,59	0,00	157.500,00	118.542,43	0,00	0,00	0,00	0,00	454.591,02
260680	IGARASSU	2.524.238,39	649.879,01	6.861.000,00	3.969.392,32	2.206.099,08	6.000.000,00	0,00	0,00	5.798.410,64
260690	IGUARACI	203.044,26	0,00	0,00	116.085,56	0,00	53.687,60	0,00	0,00	265.442,22
260700	INAJA	333.433,87	2.334,00	0,00	143.414,20	0,00	0,00	0,00	0,00	479.182,07
260710	INGAZEIRA	60.476,15	0,00	0,00	56.635,14	0,00	0,00	0,00	0,00	117.111,29
260720	IPOJUCA	1.230.786,41	0,00	1.045.800,00	536.962,51	0,00	0,00	0,00	0,00	2.813.548,92
260730	IPUBI	702.218,69	0,00	0,00	686.927,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.389.146,14
260740	ITACURUBA	67.181,82	0,00	49.988,64	104.452,28	0,00	0,00	0,00	0,00	221.622,74
260750	ITAIBA	284.948,88	17.762,40	157.500,00	294.090,63	0,00	0,00	0,00	0,00	754.301,91
260760	ITAMARACA	363.015,04	0,00	795.000,00	443.147,84	0,00	104.062,71	0,00	0,00	1.497.100,17
260765	ITAMBE	925.646,20	100,00	355.500,00	856.042,29	0,00	0,00	0,00	0,00	2.137.288,49
260770	ITAPETIM	375.571,50	2.492,40	0,00	269.994,81	0,00	0,00	0,00	0,00	648.058,71
260775	ITAPISSUMA	521.274,00	0,00	1.090.560,00	643.208,02	0,00	0,00	0,00	0,00	2.255.042,02
260780	ITAQUITINGA	221.394,86	0,00	101.883,11	449.555,62	0,00	0,00	0,00	0,00	772.833,59
260790	JABOATAO DOS GUARARAPES	20.939.654,76	2.231.395,81	30.328.993,81	47.075.393,32	0,00	16.744.731,11	0,00	0,00	83.830.706,59
260795	JAQUEIRA	143.944,45	0,00	157.500,00	7.600.076,67	0,00	3.454.021,12	0,00	0,00	4.447.500,00
260800	JATAUBA	340.447,59	0,00	157.500,00	101.827,23	0,00	0,00	0,00	0,00	599.774,82
260805	JATOBA	345.754,22	3.319,44	0,00	2.300.308,94	0,00	0,00	0,00	0,00	2.649.382,60
260810	JOAO ALFREDO	701.011,08	24.698,03	242.116,14	183.003,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.150.829,11
260820	JOAQUIM NABUCO	338.351,99	0,00	0,00	32.204,62	0,00	28.644,08	0,00	0,00	341.912,53
260825	JUCATI	71.271,99	0,00	0,00	90.878,80	0,00	0,00	0,00	0,00	162.150,79
260830	JUPI	265.338,11	24.163,86	206.108,28	101.499,20	0,00	0,00	0,00	0,00	597.109,45
260840	JUREMA	297.525,75	0,00	249.499,14	48.497,33	0,00	0,00	0,00	0,00	595.522,22
260845	LAGOA DO CARRO	399.173,29	0,00	157.500,00	472.656,21	0,00	0,00	0,00	0,00	1.029.329,50
260850	LAGOA DO ITAENGA	551.462,47	3.464,29	157.500,00	396.972,68	0,00	74.749,18	0,00	0,00	1.034.650,26
260860	LAGOA DO OURO	269.939,73	3.796,20	296.100,00	468.615,05	0,00	0,00	0,00	0,00	1.038.450,98
260870	LAGOA DOS GATOS	255.146,24	0,00	157.500,00	44.620,16	0,00	80.790,85	0,00	0,00	376.475,55
260875	LAGOA GRANDE	400.967,88	4.114,02	0,00	1.524.603,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1.929.685,44
260880	LAJEDO	527.139,10	17.368,61	565.500,00	418.962,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.528.970,16
260890	LIMOEIRO	1.877.283,05	3.728.523,13	857.100,00	4.452.388,45	0,00	4.225.992,05	0,00	0,00	6.689.302,58
260900	MACAPARANA	678.329,56	62.055,60	157.500,00	298.309,10	0,00	121.299,19	0,00	0,00	1.074.895,07
260910	MACHADOS	284.711,94	4.878,80	0,00	55.167,82	0,00	0,00	0,00	0,00	344.758,56

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

260915	MANARI	122.091,02	0,00	0,00	224.846,08	0,00	346.937,10	0,00	0,00	0,00
260920	MARAIAL	223.603,33	4.599,91	0,00	90.223,60	0,00	318.426,84	0,00	0,00	0,00
260930	MIRANDIBA	346.389,86	0,00	0,00	652.396,11	0,00	0,00	0,00	0,00	998.785,97
260940	MORENO	1.491.289,47	147.510,46	2.141.058,16	8.098.073,16	0,00	5.604.015,96	0,00	0,00	6.273.915,29
260950	NAZARE DA MATA	697.347,72	115.853,48	157.500,00	7.696.997,00	0,00	8.324.163,13	0,00	0,00	343.535,07
260960	OLINDA	10.995.104,33	1.781.901,53	10.967.225,14	25.274.960,57	0,00	8.579.503,91	0,00	0,00	40.439.687,66
260970	OROBO	749.611,11	11.923,68	252.549,63	105.883,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1.119.967,82
260980	OROCO	217.227,99	0,00	0,00	34.605,84	0,00	251.833,83	0,00	0,00	0,00
260990	OURICURI	2.074.204,68	912.682,37	459.000,00	1.194.367,79	0,00	2.140.648,46	0,00	0,00	2.499.606,38
261000	PALMARES	2.131.886,07	3.949.923,52	1.190.700,00	28.935.524,13	0,00	26.323.948,04	0,00	0,00	9.884.085,68
261010	PALMEIRINA	56.034,32	0,00	157.500,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	303.534,32
261020	PANELAS	588.696,28	0,00	157.500,00	445.592,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1.191.788,39
261030	PARANATAMA	70.812,63	0,00	256.500,00	339.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666.972,63
261040	PARNAMIRIM	563.398,85	0,00	0,00	615.441,30	0,00	0,00	0,00	0,00	1.178.840,15
261050	PASSIRA	804.898,39	1.813,05	157.500,00	209.481,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.173.692,83
261060	PAUDALHO	1.765.763,66	1.128.413,43	157.500,00	819.490,02	0,00	0,00	0,00	0,00	3.871.167,11
261070	PAULISTA	7.445.655,04	2.503.728,46	7.092.900,00	43.192.156,84	3.564.795,48	38.861.726,40	0,00	0,00	17.807.918,46
261080	PEDRA	763.809,11	0,00	158.400,00	683.628,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.605.837,18
261090	PESQUEIRA	1.796.529,46	579.532,66	236.700,00	1.792.147,14	0,00	0,00	0,00	0,00	4.404.909,26
261100	PETROLANDIA	716.440,54	157.941,98	0,00	654.206,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1.528.588,81
261110	PETROLINA	19.988.405,81	5.226.751,30	4.070.400,00	46.542.323,98	0,00	28.843.073,95	0,00	0,00	46.984.807,14
261120	POCAO	153.579,44	0,00	157.500,00	15.059,98	0,00	0,00	0,00	0,00	326.139,42
261130	POMBOS	767.709,07	13.088,50	157.500,00	124.093,43	0,00	0,00	0,00	0,00	1.062.391,00
261140	PRIMAVERA	199.149,00	0,00	157.500,00	7.379,88	0,00	0,00	0,00	0,00	364.028,88
261150	QUIPAPA	563.257,04	11.949,70	0,00	529.633,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.104.840,59
261153	QUIXABA	69.130,44	0,00	0,00	94.285,20	0,00	60.918,53	0,00	0,00	102.497,11
261160	RECIFE	99.369.390,47	126.803.541,73	139.595.736,50	658.500.503,41	340.778.518,64	428.251.357,73	0,00	0,00	255.239.295,74
261170	RIACHO DAS ALMAS	597.496,78	2.200,78	236.700,00	568.872,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1.405.270,53
261180	RIBEIRAO	1.477.889,58	324.420,01	157.500,00	362.164,26	0,00	0,00	0,00	0,00	2.321.973,85
261190	RIO FORMOSO	716.067,82	3.970,24	157.500,00	107.675,30	0,00	0,00	0,00	0,00	985.213,36
261200	SAIRE	332.302,93	0,00	157.500,00	34.422,20	0,00	81.691,89	0,00	0,00	442.533,24
261210	SALGADINHO	86.471,85	0,00	0,00	2.774,25	0,00	0,00	0,00	0,00	89.246,10
261220	SALGUEIRO	1.889.478,88	934.990,91	0,00	8.989.062,84	0,00	9.219.452,66	0,00	0,00	2.594.079,97
261230	SALOA	350.835,36	4.056,00	217.473,34	52.591,46	0,00	140.431,65	0,00	0,00	484.524,51
261240	SANHARO	430.453,58	1.399,25	157.500,00	203.053,17	0,00	0,00	0,00	0,00	792.406,00
261245	SANTA CRUZ	147.098,42	0,00	97.218,00	246.040,79	0,00	0,00	0,00	0,00	490.357,21
261247	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	108.319,93	0,00	0,00	344.183,23	0,00	0,00	0,00	0,00	452.503,16
261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	1.832.364,46	272.624,42	703.500,00	1.878.060,85	0,00	0,00	0,00	0,00	4.686.549,73
261255	SANTA FILOMENA	121.140,39	0,00	0,00	98.569,05	0,00	0,00	0,00	0,00	219.709,44
261260	SANTA MARIA DA BOA VISTA	863.144,97	403,00	0,00	1.069.691,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.933.239,19
261270	SANTA MARIA DO CAMBUCA	136.644,80	0,00	0,00	6.170,70	0,00	0,00	0,00	0,00	142.815,50
261280	SANTA TEREZINHA	262.377,27	0,00	0,00	20.916,67	0,00	113.495,30	0,00	0,00	169.798,64
261290	SAO BENEDITO DO SUL	121.903,09	0,00	157.500,00	109.328,33	0,00	0,00	0,00	0,00	388.731,42
261300	SAO BENTO DO UNA	835.443,12	2.393,35	757.500,00	140.115,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.735.452,02
261310	SAO CAITANO	832.142,98	19.967,97	637.500,00	172.709,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.662.320,54
261320	SAO JOAO	420.911,92	16.482,47	157.500,00	709.647,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.304.542,12
261330	SAO JOAQUIM DO MONTE	599.211,80	915.781,99	795.900,00	848.013,57	0,00	0,00	0,00	0,00	3.158.907,36
261340	SAO JOSE DA COROA GRANDE	418.254,83	0,00	157.500,00	38.132,57	0,00	0,00	0,00	0,00	613.887,40
261350	SAO JOSE DO BELMONTE	862.282,31	0,00	0,00	663.839,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.526.122,27
261360	SAO JOSE DO EGITO	1.232.678,87	289.490,85	0,00	1.961.154,05	0,00	0,00	0,00	0,00	3.483.323,77
261370	SAO LOURENCO DA MATA	2.481.530,55	66.600,72	6.157.500,00	9.388.783,29	0,00	6.965.099,52	0,00	0,00	11.129.315,04
261380	SAO VICENTE FERRER	406.129,45	0,00	157.500,00	68.546,19	0,00	125.501,73	0,00	0,00	506.673,91
261390	SERRA TALHADA	2.997.682,23	3.829.832,20	158.400,00	6.733.264,53	0,00	3.674.999,43	0,00	0,00	10.044.179,53
261400	SERRITA	596.770,52	5.040,25	0,00	1.257.367,81	0,00	76.767,86	0,00	0,00	1.782.410,72
261410	SERTANIA	962.021,33	135,12	0,00	517.266,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.479.423,00
261420	SIRINHAEM	957.205,54	4.753,70	157.500,00	232.342,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.351.801,77
261430	MOREILANDIA	245.162,75	0,00	0,00	1.166.520,98	0,00	0,00	0,00	0,00	1.411.683,73
261440	SOLIDAO	128.835,71	0,00	0,00	42.500,12	0,00	41.181,39	0,00	0,00	130.154,44
261450	SURUBIM	1.946.726,68	1.633.713,86	2.560.532,06	3.195.351,36	0,00	0,00	0,00	0,00	9.336.323,96
261460	TABIRA	829.809,98	0,00	0,00	635.314,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.465.124,26
261470	TACAIMBO	164.455,24	0,00	0,00	16.179,19	0,00	180.634,43	0,00	0,00	0,00
261480	TACARATU	277.150,07	0,00	0,00	132.987,24	0,00	320.137,31	0,00	0,00	90.000,00
261485	TAMANDARE	458.561,23	0,00	157.500,00	435.046,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.051.107,57
261500	TAQUARITINGA DO NORTE	598.618,31	73.613,03	157.500,00	560.437,70	0,00	157.245,92	0,00	0,00	1.232.923,12
261510	TEREZINHA	144.346,53	0,00	187.434,97	22.486,19	0,00	0,00	0,00	0,00	354.267,69
261520	TERRA NOVA	211.535,53	0,00	0,00	57.508,87	0,00	0,00	0,00	0,00	269.044,40
261530	TIMBAUBA	2.041.513,12	770.895,62	1.899.607,80	3.083.759,25	0,00	0,00	0,00	0,00	7.795.775,79
261540	TORITAMA	609.702,23	38.230,20	265.051,23	549.941,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1.462.925,57
261550	TRACUNHAEM	184.425,73	0,00	97.218,00	10.217,45	0,00	112.646,78	0,00	0,00	179.214,40
261560	TRINDADE	582.178,54	15.327,25	0,00	788.201,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.385.707,34
261570	TRIUNFO	284.439,68	51.532,79	30.179,40	223.222,03	0,00	146.598,39	0,00	0,00	442.775,51
261580	TUPANATINGA	379.569,61	2.752,38	0,00	162.512,97	0,00	108.173,89	0,00	0,00	436.661,07
261590	TUPARETAMA	249.957,57	26.519,50	0,00	263.922,97	0,00	0,00	0,00	0,00	540.400,04
261600	VENTUROSA	450.623,14	0,00	118.800,00	219.593,72	0,00	0,00	0,00	0,00	789.016,86
261610	VERDEJANTE	198.411,56	0,00	30.965,81	143.901,45	0,00	0,00	0,00	0,00	373.278,82
261618	VERTENTE DO LERIO	148.877,78	0,00	0,00	103.344,12	0,00	71.126,93	0,00	0,00	181.094,97
261620	VERTENTES	426.609,25	201.445,62	410.392,83	873.259,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.911.707,43
261630	VICENCIA	846.169,40	96.598,90	118.800,00	632.042,58	0,00	456.127,14	0,00	0,00	1.237.483,74
261640	VITORIA DE SANTO ANTAO	5.476.079,05	1.042.288,01	3.930.281,23	31.195.651,84	0,00	22.704.943,94	0,00	0,00	18.939.356,19
261650	XEXEU	387.769,99	0,00	400.032,00	12.721,54	0,00	225.019,02	0,00	0,00	575.504,51
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										859.939.441,54

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE PERNAMBUCO

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Estadual	261160 - RECIFE	Hospital das Clínicas da UFPE	396	1	01-06-2004	40.891.081,24
TOTAL						40.891.081,24

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE PERNAMBUCO

Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qual serão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
260410 - CARUARU	Hospital Regional Jesus Nazareno	2351994	15	16-10-2015	FES	8.041.144,63
260410 - CARUARU	Hospital Regional do Agreste	2427419	14	16-10-2015	FES	29.173.960,20
260680 - IGARASSU	Hospital Colônia Alcides Codiceira	2347342	17	16-10-2015	FES	2.206.099,08
261070 - PAULISTA	Sanatorio Padre Antonio Manoel	2433044	16	16-10-2015	FES	3.564.795,48
261160 - RECIFE	Hospital Agamenon Magalhaes	418	01	16-10-2015	FES	57.546.983,01
261160 - RECIFE	Hospital Otavio de Freitas	426	07	16-10-2015	FES	30.805.416,52
261160 - RECIFE	Hospital Oswaldo Cruz	477	10	16-10-2015	FES	50.656.154,77
261160 - RECIFE	Hospital da Restauração	655	03	16-10-2015	FES	60.574.711,24
261160 - RECIFE	Hospital Correia Picanço	981	09	16-10-2015	FES	5.985.530,80
261160 - RECIFE	Hospital Ulises Pernambucano	1546	08	16-10-2015	FES	2.541.594,72
261160 - RECIFE	Hospital Barão de Lucena	2427427	02	16-10-2015	FES	39.720.050,54
261160 - RECIFE	CISAM	2711613	11	16-10-2015	FES	18.140.266,40
261160 - RECIFE	Hospital dos Servidores	2711923	06	16-10-2015	FES	18.585,00
261160 - RECIFE	Hospital Geral de Areias	2711974	04	16-10-2015	FMS	6.214.508,45
261160 - RECIFE	Hospital Getulio Vargas	2802783	05	16-10-2015	FES	40.926.229,80
261160 - RECIFE	Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco-PROCAPE	3983730	13	16-10-2015	FES	33.862.995,84
TOTAL						389.979.026,48

PORTARIA Nº 991, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Indefere a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Santa Casa Misericórdia de Pedro Osório, com sede em Pedro Osório (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Santa Casa de Pedro Osório, CNPJ nº 92.183.615/0001-19; e

Considerando o Parecer Técnico nº 187/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.122168/2014-18/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014 e da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Santa Casa de Misericórdia de Pedro Osório, CNPJ nº 92.183.615/0001-19, com sede em Pedro Osório (RS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 992, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado do Espírito Santo.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, por meio do Ofício SESA/CIB/SUS-ES/Nº 039/2016, de 22 de julho de 2016, e as Resoluções CIB nº 073, 075,076, 078, 079, 080, 081, 082 e 084 de 22/06/2016, resolvem:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão Estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado do Espírito Santo, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 723.673.647,56 assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	467.485.894,40	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	215.390.655,12	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	40.797.098,04	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 1.544.400,00, e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 7.574.700,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0032 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 9ª parcela de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I /2016

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites referentes aos recursos programados na SES	175.348.653,17
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	332.584.858,41
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	349.480,86
Valores a serem retidos pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	40.797.098,04
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	467.485.894,40

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO -

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos Permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
320010	AFONSO CLAUDIO	1.653.228,02	17.351,65	584.652,52	1.805.218,71	0,00	0,00	0,00	0,00	4.060.450,90
320013	AGUIA BRANCA	390.601,19	0,00	0,00	90.000,08	0,00	0,00	0,00	0,00	480.601,27
320016	AGUA DOCE DO NORTE	443.216,19	627,02	0,00	18.317,35	0,00	0,00	0,00	0,00	462.160,56
320020	ALEGRE	1.735.687,62	63.832,12	628.124,52	346.122,20	0,00	0,00	0,00	0,00	2.773.766,46
320030	ALFREDO CHAVES	506.019,15	0,00	0,00	19.249,41	0,00	0,00	0,00	0,00	525.268,56
320035	ALTO RIO NOVO	161.176,87	0,00	0,00	56.285,31	0,00	161.176,87	0,00	0,00	56.285,31
320040	ANCHIETA	1.475.657,11	150.297,96	732.816,74	130.001,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2.488.773,43
320050	APIACA	264.164,42	0,00	0,00	40.708,98	0,00	0,00	0,00	0,00	304.873,40
320060	ARACRUZ	5.323.707,38	163.149,47	2.676.130,86	3.380.533,12	0,00	0,00	0,00	0,00	11.543.520,83
320070	ATILIO VIVACQUA	425.328,65	0,00	0,00	21.137,30	0,00	0,00	0,00	0,00	446.465,95
320080	BAIXO GUANDU	1.470.126,92	124.059,09	0,00	443.088,73	0,00	1.301.399,11	0,00	0,00	735.875,63
320090	BARRA DE SAO FRANCISCO	2.398.042,98	569.405,60	0,00	14.984,06	0,00	0,00	0,00	0,00	2.982.432,64
320100	BOA ESPERANCA	721.089,76	10.036,62	0,00	22.390,08	0,00	0,00	0,00	0,00	753.516,46
320110	BOM JESUS DO NORTE	306.618,47	2.001,26	0,00	15.588,66	0,00	0,00	0,00	0,00	324.208,39
320115	BREJETUBA	392.467,82	0,00	0,00	266.822,95	0,00	659.290,77	0,00	0,00	0,00
320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	22.941.143,54	27.076.922,16	16.289.874,36	2.498.839,49	0,00	67.547.568,48	0,00	0,00	1.259.211,07
320130	CARIACICA	15.922.637,67	6.639.755,03	0,00	22.736,92	0,00	17.842.423,54	0,00	0,00	4.742.706,08
320140	CASTELO	1.938.238,16	43.810,14	1.188.443,60	619.940,24	0,00	0,00	0,00	0,00	3.790.432,14
320150	COLATINA	8.719.555,05	8.550.342,44	4.228.197,40	13.434.279,60	0,00	0,00	0,00	0,00	34.932.374,49
320160	CONCEICAO DA BARRA	1.036.921,50	0,00	0,00	0,36	0,00	0,00	0,00	0,00	1.036.921,86
320170	CONCEICAO DO CASTELO	521.304,29	824,99	0,00	14.372,54	0,00	522.129,28	0,00	0,00	14.372,54
320180	DIVINO DE SAO LOURENCO	85.088,94	8.769,40	0,00	137.975,46	0,00	191.833,36	0,00	0,00	40.000,44
320190	DOMINGOS MARTINS	1.785.075,72	387.503,28	634.316,52	5.880.110,66	0,00	0,00	0,00	0,00	8.687.006,18
320200	DORES DO RIO PRETO	129.684,66	0,00	0,00	122.201,69	0,00	238.178,31	0,00	0,00	13.708,04
320210	ECOPORANGA	1.321.789,61	21.002,10	0,00	3.368,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1.346.160,12
320220	FUNDAO	408.739,23	0,00	0,00	0,46	0,00	0,00	0,00	0,00	408.739,69
320225	GOVERNADOR LINDENBERG	316.350,75	0,00	0,00	0,33	0,00	15.499,55	0,00	0,00	300.851,53
320230	GUACUI	1.770.329,69	755.448,92	1.266.856,32	400.767,32	0,00	3.745.096,77	0,00	0,00	448.305,48
320240	GUARAPARI	4.017.252,33	5.243,35	0,00	2.123.517,41	0,00	3.967.790,68	0,00	0,00	2.178.222,41
320245	IBATIBA	1.256.386,82	2.271,65	0,00	120.282,25	0,00	0,00	0,00	0,00	1.378.940,72
320250	IBIRACU	330.792,07	0,00	0,00	14.077,35	0,00	330.792,07	0,00	0,00	14.077,35
320255	IBITIRAMA	349.486,62	4.155,49	0,00	200.000,10	0,00	553.642,21	0,00	0,00	0,00
320260	ICONHA	485.369,39	12,60	0,00	11.411,04	0,00	213.405,91	0,00	0,00	283.387,12
320265	IRUPI	397.500,74	27,40	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	487.528,14
320270	ITAGUACU	642.123,30	3,78	0,00	2.322,43	0,00	0,00	0,00	0,00	644.449,51
320280	ITAPEMIRIM	1.834.052,84	707.084,60	1.287.213,04	44.773,96	0,00	2.291.260,92	0,00	0,00	1.581.863,52
320290	ITARANA	430.937,62	0,00	59.660,70	10.597,03	0,00	106.465,89	0,00	0,00	394.729,46
320300	IUNA	1.315.503,46	124.783,87	768.076,41	112.952,90	0,00	2.254.284,08	0,00	0,00	67.032,56
320305	JAGUARE	1.128.932,61	0,00	0,00	18.960,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.147.893,44
320310	JERONIMO MONTEIRO	552.825,57	110.118,96	0,00	13.401,88	0,00	662.520,81	0,00	0,00	13.825,60
320313	JOAO NEIVA	1.085.009,25	30.863,98	202.795,09	244.299,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.562.967,78
320316	LARANJA DA TERRA	465.985,37	0,00	0,00	19.215,16	0,00	85.167,96	0,00	0,00	400.032,57
320320	LINHARES	12.755.535,68	7.171.941,36	2.128.014,82	3.593.698,02	0,00	0,00	0,00	0,00	25.649.189,88
320330	MANTENOPOLIS	532.633,53	642,33	0,00	22.118,62	0,00	0,00	0,00	0,00	555.394,48
320332	MARATAIZES	1.288.775,73	0,00	0,00	20.257,41	0,00	1.288.775,73	0,00	0,00	20.257,41
320334	MARECHAL FLORIANO	367.253,79	2.222,50	0,00	216.191,38	0,00	569.447,85	0,00	0,00	16.219,82
320335	MARILANDIA	419.669,23	0,00	0,00	111.217,45	0,00	0,00	0,00	0,00	530.886,68
320340	MIMOSO DO SUL	1.405.677,04	0,00	552.997,04	154.555,94	0,00	0,00	0,00	0,00	2.113.230,02
320350	MONTANHA	946.411,49	7.569,04	226.999,72	482,08	0,00	1.181.462,33	0,00	0,00	0,00
320360	MUCURICI	317.007,89	69.983,60	0,00	368.754,70	0,00	751.154,91	0,00	0,00	4.591,28
320370	MUNIZ FREIRE	768.180,70	56,52	156.684,82	12.895,52	0,00	0,00	0,00	0,00	937.817,56
320380	MUQUI	530.724,19	0,00	0,00	25.098,00	0,00	0,00	0,00	0,00	555.822,19
320390	NOVA VENECIA	2.635.768,05	366.059,36	1.097.297,27	480.353,39	0,00	0,00	0,00	0,00	4.579.478,07
320400	PANCAS	952.808,00	20.263,05	148.780,25	464,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.122.316,15
320405	PEDRO CANARIO	1.191.775,02	19.135,63	287.832,04	244.317,26	0,00	0,00	0,00	0,00	1.743.059,95
320410	PINHEIROS	1.227.415,50	8.984,37	0,00	19.117,92	0,00	1.238.476,34	0,00	0,00	17.041,45
320420	PIUMA	702.810,64	0,00	0,00	8.266,01	0,00	0,00	0,00	0,00	711.076,65
320425	PONTO BELO	264.316,90	32,51	0,00	22.179,95	0,00	271.813,42	0,00	0,00	14.715,94
320430	PRESIDENTE KENNEDY	371.397,30	0,00	0,00	10.211,75	0,00	371.397,30	0,00	0,00	10.211,75
320435	RIO BANANAL	754.022,49	0,00	0,00	7.590,77	0,00	0,00	0,00	0,00	761.613,26
320440	RIO NOVO DO SUL	240.529,20	0,00	0,00	29.851,97	0,00	240.529,20	0,00	0,00	29.851,97
320450	SANTA LEOPOLDINA	463.749,76	28.913,57	0,00	20.858,54	0,00	492.663,33	0,00	0,00	20.858,54
320455	SANTA MARIA DE JETIBA	1.896.865,12	87.263,59	568.440,61	795.793,73	0,00	0,00	0,00	0,00	3.348.363,05
320460	SANTA TERESA	1.467.947,31	1.214.960,38	1.477.019,83	2.141.858,10	0,00	0,00	0,00	0,00	6.301.785,62
320465	SAO DOMINGOS DO NORTE	246.877,49	0,00	0,00	316.387,92	0,00	458.761,79	0,00	0,00	104.503,62
320470	SAO GABRIEL DA PALHA	1.788.240,27	104.455,69	102.757,49	1.234.108,07	0,00	0,00	0,00	0,00	3.229.561,52
320480	SAO JOSE DO CALCADO	706.095,80	179.969,37	99.000,00	28.664,62	349.480,86	0,00	0,00	0,00	664.248,93
320490	SAO MATEUS	8.223.859,57	3.628.633,25	910.468,86	245.042,57	0,00	12.798.069,52	0,00	0,00	209.934,73
320495	SAO ROQUE DO CANAA	461.615,82	0,00	0,00	18.629,95	0,00	0,00	0,00	0,00	480.245,77
320500	SERRA	29.705.593,61	5.518.413,92	99.000,00	9.457.669,02	0,00	18.173.400,33	0,00	0,00	26.607.276,22
320501	SOORETAMA	520.589,04	0,00	0,00	28.995,71	0,00	520.589,04	0,00	0,00	28.995,71
320503	VARGEM ALTA	1.091.382,40	3.703,36	0,00	78.603,19	0,00	0,00	0,00	0,00	1.173.688,95
320506	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	1.325.807,30	362.143,21	376.716,55	1.560.759,82	0,00	0,00	0,00	0,00	3.625.426,88
320510	VIANA	2.204.937,81	3.500,00	0,00	121.101,56	0,00	0,00	0,00	0,00	2.329.539,37
320515	VILA PAVAO	141.730,27	0,00	0,00	29.736,64	0,00	141.730,27	0,00	0,00	29.736,64
320517	VILA VALERIO	446.557,84	0,00	0,00	21.389,02	0,00	450.097,22	0,00	0,00	17.849,64
320520	VILA VELHA	34.953.835,49	25.899.343,08	6.855.981,42	528.030,98	0,00	57.967.064,78	0,00	0,00	10.270.126,19
320530	VITORIA	47.181.867,30	90.960.537,98	13.968.539,36	3.330.353,44	0,00	132.979.498,48	0,00	0,00	22.461.799,60
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										215.390.655,12

EXEMPLAR DESSIMANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO -

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Estadual	320530 - VITORIA	HOSPITAL DAS CLÍNICAS-HUCAM	4044916	012/2013	17-10-2013	40.797.098,04
TOTAL						40.797.098,04

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO -

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DE PCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (valores anuais)						
Competência: SET/2015						
IBGE	Municípios	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Protocolo	Data de Publicação do Extrato do Protocolo	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
320480	SAO JOSE DO CALCADO	HOSPITAL SÃO JOSE DO CALÇADO	2547317	001/2014	2015-12-01	349.480,86
TOTAL						349.480,86

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 993, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Indefere a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Fundação Padre Antônio Dante Civiero - FUNACI, com sede em Teresina (PI).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando o Parecer Técnico nº 174/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.044119/2016-91/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014 e da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Fundação Padre Antônio Civiero - FUNACI, CNPJ nº 35.145.432/0001-75, com sede em Teresina (PI).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 994, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado de Goiás.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Goiás, por meio do Ofício nº 014/2016 - CIB, de 21 de julho de 2016 e Resoluções da CIB nº 84, nº85, nº86 e nº 87, de 21 de 21 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão Estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de Goiás, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 1.153.653.715,48, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	93.356.020,31	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.026.800.216,65	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	33.497.478,52	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 7.814.400,00 do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 47.877.450,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0052 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 9ª parcela de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS -

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	1.769.644,91
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	31.873.689,18
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	59.712.686,22
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	93.356.020,31

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
520005	ABADIA DE GOIAS	194.159,80	0,00	0,00	5.261,59	0,00	0,00	0,00	0,00	199.421,39
520010	ABADIANIA	411.344,29	0,00	157.500,00	11.773,40	0,00	0,00	0,00	0,00	580.617,69
520013	ACREUNA	745.105,71	0,00	157.500,00	37.146,86	0,00	0,00	0,00	0,00	939.752,57
520015	ADELANDIA	27.539,52	0,00	0,00	6.832,51	0,00	0,00	0,00	0,00	34.372,03
520017	AGUA FRIA DE GOIAS	169.104,46	0,00	0,00	1.341,42	0,00	0,00	0,00	0,00	170.445,88
520020	AGUA LIMPA	27.565,12	0,00	0,00	663,94	0,00	0,00	0,00	0,00	28.229,06
520025	AGUAS LINDAS DE GOIAS	6.343.953,95	81.130,32	472.500,00	1.713.639,99	0,00	2.554.323,00	0,00	0,00	6.056.901,26
520030	ALEXANIA	883.249,49	9.448,60	157.500,00	345.904,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.396.102,55
520050	ALOANDIA	66.184,24	0,00	0,00	908,49	0,00	0,00	0,00	0,00	67.092,73
520055	ALTO HORIZONTE	34.832,51	0,00	0,00	96.346,39	0,00	0,00	0,00	0,00	131.178,90
520060	ALTO PARAISO DE GOIAS	272.575,11	0,00	157.500,00	8.079,09	0,00	0,00	0,00	0,00	438.154,20
520080	ALVORADA DO NORTE	395.045,39	77.789,07	157.500,00	3.735,41	0,00	0,00	0,00	0,00	634.069,87
520082	AMARALINA	6.338,23	0,00	0,00	102.837,90	0,00	0,00	0,00	0,00	109.176,13
520085	AMERICANO DO BRASIL	200.101,64	32.302,65	0,00	7.326,79	0,00	0,00	0,00	0,00	239.731,08
520090	AMORINOPOLIS	91.333,88	293,08	0,00	45.571,56	0,00	0,00	0,00	0,00	137.198,52
520110	ANAPOLIS	31.115.004,50	25.753.600,51	9.692.147,98	27.646.401,80	7.559.758,56	0,00	0,00	0,00	86.647.396,23
520120	ANHANGUERA	266,43	0,00	0,00	2.533,67	0,00	2.800,10	0,00	0,00	0,00
520130	ANICUNS	601.600,06	0,00	263.028,00	346.704,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.211.332,81
520140	APARECIDA DE GOIANIA	41.674.250,91	11.076.634,12	3.815.700,00	42.532.113,46	0,00	0,00	0,00	0,00	99.098.698,49
520145	APARECIDA DO RIO DOCE	44.007,28	0,00	0,00	91.263,17	0,00	0,00	0,00	0,00	135.270,45
520150	APORE	75.510,08	0,00	0,00	80.956,35	0,00	0,00	0,00	0,00	156.466,43
520160	ARACU	72.261,20	0,00	0,00	71.016,08	0,00	0,00	0,00	0,00	143.277,28
520170	ARAGARCAS	985.688,30	25.033,29	157.500,00	351.605,49	0,00	0,00	0,00	0,00	1.519.827,08
520180	ARAGOIANIA	154.360,55	32.307,35	0,00	193.349,93	0,00	0,00	0,00	0,00	380.017,83
520215	ARAGUAPAZ	249.259,79	0,00	0,00	9.165,45	0,00	0,00	0,00	0,00	258.425,24
520235	ARENOPOLIS	68.153,84	0,00	0,00	75.300,15	0,00	0,00	0,00	0,00	143.453,99
520250	ARUANA	280.880,07	0,00	157.500,00	4.093,92	0,00	0,00	0,00	0,00	442.473,99
520260	AURILANDIA	35.531,90	0,00	0,00	4.921,67	0,00	0,00	0,00	0,00	40.453,57
520280	AVELINOPOLIS	73.897,65	0,00	0,00	101.028,70	0,00	0,00	0,00	0,00	174.926,35
520310	BALIZA	661,50	0,00	0,00	10.683,06	0,00	11.344,56	0,00	0,00	0,00
520320	BARRO ALTO	296.811,32	20.514,36	0,00	93.628,31	0,00	0,00	0,00	0,00	410.953,99
520330	BELA VISTA DE GOIAS	778.777,22	0,00	355.500,00	348.490,74	0,00	0,00	0,00	0,00	1.482.767,96
520340	BOM JARDIM DE GOIAS	377.921,39	52.898,57	0,00	3.251,22	0,00	0,00	0,00	0,00	434.071,18
520350	BOM JESUS DE GOIAS	717.977,10	0,00	395.028,00	4.996,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.118.001,94
520355	BONFINOPOLIS	132.577,35	0,00	0,00	5.045,93	0,00	0,00	0,00	0,00	137.623,28
520357	BONOPOLIS	64.930,84	0,00	0,00	721,91	0,00	0,00	0,00	0,00	65.652,75
520360	BRAZABRANTES	16.280,70	0,00	0,00	93.724,45	0,00	0,00	0,00	0,00	110.005,15
520380	BRITANIA	222.439,65	0,00	0,00	25.444,38	0,00	0,00	0,00	0,00	247.884,03
520390	BURITI ALEGRE	298.312,87	0,00	0,00	60.833,01	0,00	0,00	0,00	0,00	359.145,88
520393	BURITI DE GOIAS	90.757,83	0,00	157.500,00	1.850,22	0,00	0,00	0,00	0,00	250.108,05
520396	BURITINOPOLIS	99.298,03	0,00	0,00	1.350,98	0,00	0,00	0,00	0,00	100.649,01
520400	CABECEIRAS	324.194,78	0,00	0,00	1.944,36	0,00	0,00	0,00	0,00	326.139,14
520410	CACHOEIRA ALTA	249.873,17	0,00	0,00	92.429,32	0,00	0,00	0,00	0,00	342.302,49
520420	CACHOEIRA DE GOIAS	4.275,54	0,00	0,00	4.960,56	0,00	0,00	0,00	0,00	9.236,10
520425	CACHOEIRA DOURADA	249.348,26	0,00	0,00	2.397,89	0,00	0,00	0,00	0,00	251.746,15
520430	CACU	463.395,79	0,00	157.500,00	93.313,02	0,00	0,00	0,00	0,00	714.208,81
520440	CAIAPONIA	597.620,68	1.220,00	157.500,00	252.247,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.008.588,36
520450	CALDAS NOVAS	3.676.930,30	193.272,40	1.746.468,00	7.099.645,04	0,00	0,00	0,00	0,00	12.716.315,74
520455	CALDAZINHA	2.510,87	0,00	0,00	2.473,85	0,00	0,00	0,00	0,00	4.984,72
520460	CAMPESTRE DE GOIAS	52.358,02	0,00	0,00	3.066,73	0,00	0,00	0,00	0,00	55.424,75
520465	CAMPINACU	118.428,24	500,00	0,00	903,51	0,00	0,00	0,00	0,00	119.831,75
520470	CAMPINORTE	287.261,03	43.047,95	0,00	13.300,41	0,00	0,00	0,00	0,00	343.609,39
520480	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	211.238,31	8.250,00	0,00	3.707,43	0,00	0,00	0,00	0,00	223.195,74
520485	CAMPO LIMPO DE GOIAS	66.851,84	850,00	0,00	93.516,47	0,00	0,00	0,00	0,00	161.218,31
520490	CAMPOS BELOS	848.205,20	503.148,93	157.500,00	5.177,23	0,00	0,00	0,00	0,00	1.514.031,36
520495	CAMPOS VERDES	92.207,99	0,00	0,00	49.919,54	0,00	0,00	0,00	0,00	142.127,53
520500	CARMO DO RIO VERDE	207.431,29	0,00	0,00	95.398,41	0,00	0,00	0,00	0,00	302.829,70
520505	CASTELANDIA	62.074,42	0,00	0,00	94.438,54	0,00	0,00	0,00	0,00	156.512,96
520510	CATALAO	5.575.831,27	2.420.717,63	2.010.529,92	1.565.009,18	0,00	0,00	0,00	0,00	11.572.088,00
520520	CATURAI	53.173,87	0,00	0,00	167.703,44	0,00	0,00	0,00	0,00	220.877,31
520530	CAVALCANTE	332.602,13	17.232,95	0,00	92.746,41	0,00	0,00	0,00	0,00	442.581,49
520540	CERES	1.127.858,74	4.478.932,08	2.401.551,37	12.248.314,26	0,00	0,00	0,00	0,00	20.256.656,45
520545	CEZARINA	270.254,41	0,00	0,00	2.959,21	0,00	0,00	0,00	0,00	273.213,62
520547	CHAPADAO DO CEU	247.001,80	0,00	0,00	6.392,47	0,00	0,00	0,00	0,00	253.394,27
520549	CIDADE OCIDENTAL	2.775.942,53	4.334,36	157.500,00	21.085,28	0,00	0,00	0,00	0,00	2.958.862,17
520551	COCALZINHO DE GOIAS	602.064,07	0,00	157.500,00	10.239,02	0,00	0,00	0,00	0,00	769.803,09
520552	COLINAS DO SUL	91.947,09	0,00	0,00	36.095,68	0,00	0,00	0,00	0,00	128.042,77
520570	CORREGO DO OURO	59.846,16	0,00	0,00	36.045,18	0,00	0,00	0,00	0,00	95.891,34
520580	CORUMBA DE GOIAS	240.700,10	0,00	0,00	7.239,53	0,00	0,00	0,00	0,00	247.939,63
520590	CORUMBAIBA	241.613,25	2.415,88	263.028,00	2.070,58	0,00	0,00	0,00	0,00	509.127,71
520620	CRISTALINA	2.438.046,93	17.438,39	857.100,00	1.205.611,49	0,00	0,00	0,00	0,00	4.518.196,81
520630	CRISTIANOPOLIS	48.720,86	0,00	0,00	916,15	0,00	0,00	0,00	0,00	49.637,01
520640	CRIXAS	518.112,14	5.060,91	157.500,00	884.236,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.564.909,33
520650	CROMINIA	78.577,36	0,00	0,00	100.880,80	0,00	0,00	0,00	0,00	179.458,16
520660	CUMARI	75.997,60	1.212,11	0,00	2.679,91	0,00	0,00	0,00	0,00	79.889,62
520670	DAMIANOPOLIS	147.513,37	14.002,39	0,00	869,04	0,00	0,00	0,00	0,00	162.384,80
520680	DAMOLANDIA	19.436,86	0,00	0,00	68.686,92	0,00	0,00	0,00	0,00	88.123,78
520690	DAVINOPOLIS	929,29	0,00	0,00	6.362,62	0,00	0,00	0,00	0,00	7.291,91
520710	DIORAMA	70.474,79	0,00	0,00	2.153,08	0,00	0,00	0,00	0,00	72.627,87
520725	DOVERLANDIA	330.937,91	20.184,88	157.500,00	92.371,86	0,00	0,00	0,00	0,00	600.994,65
520735	EDEALINA	50.042,91	0,00	0,00	91.525,02	0,00	0,00	0,00	0,00	141.567,93
520740	EDEIA	343.434,43	2.925,22	0,00	111.596,65	0,00	0,00	0,00	0,00	457.956,30
520750	ESTRELA DO NORTE	90.847,82	0,00	0,00	3.789,58	0,00	0,00	0,00	0,00	94.637,40
520753	FAINA	205.049,27	0,00	0,00	2.804,55	0,00	0,00	0,00	0,00	207.853,82
520760	FAZENDA NOVA	195.430,21	0,00	0,00	1.975,65	0,00	0,00	0,00	0,00	197.405,86
520780	FIRMINOPOLIS	447.463,26	10.683,17	0,00	143.484,37	0,00	0,00	0,00	0,00	601.630,80
520790	FLORES DE GOIAS	551.808,25	10.242,81	0,00	2.539,20	0,00	0,00	0,00	0,00	564.590,26
520800	FORMOSA	4.824.042,90	1.197.923,04	2.782.922,88	3.831.455,20	0,00	0,00	0,00	0,00	12.636.344,02
520810	FORMOSO	164.820,91	2.216,47	0,00	145.729,92	0,00	0,00	0,00	0,00	312.767,30
520815	GAMELEIRA DO GOIAS	73.173,47	0,00	0,00	1.938,35	0,00	0,00	0,00	0,00	75.111,82
520830	DIVINOPOLIS DE GOIAS	104.767,12	0,00	0,00	5.756,89	0,00	0,00	0,00	0,00	110.524,01
520840	GOIANAPOLIS	294.028,12	0,00	0,00	10.898,25	0,00	0,00	0,00	0,00	304.926,37

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

520850	GOIANDIRA	137.386,37	11.913,75	0,00	470.985,91	0,00	0,00	0,00	0,00	620.286,03
520860	GOIANESIA	2.692.164,42	356.939,34	619.500,00	1.244.570,49	0,00	0,00	0,00	0,00	4.913.174,25
520870	GOIANIA	138.607.258,71	192.643.020,11	46.251.110,33	205.319.537,35	52.152.927,66	276.800,00	33.497.478,52	0,00	496.893.720,32
520880	GOIANIRA	1.118.025,80	46.197,34	263.028,00	443.372,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.870.623,21
520890	GOIAS	1.017.334,73	977.610,92	1.494.252,77	4.363.475,92	0,00	0,00	0,00	0,00	7.852.674,34
520910	GOIATUBA	1.632.520,96	252.365,10	421.428,00	125.184,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2.431.498,68
520915	GOUVELANDIA	54.388,83	0,00	0,00	34.743,75	0,00	0,00	0,00	0,00	89.132,58
520920	GUAPO	168.967,78	279,88	263.028,00	547.956,53	0,00	0,00	0,00	0,00	980.232,19
520929	GUARAITA	32.593,86	0,00	0,00	956,19	0,00	0,00	0,00	0,00	33.550,05
520940	GUARANI DE GOIAS	129.283,18	0,00	0,00	2.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	131.343,18
520945	GUARINOS	8.677,45	0,00	0,00	9.029,77	0,00	0,00	0,00	0,00	17.707,22
520960	HEITORAI	68.257,86	0,00	0,00	69.781,32	0,00	0,00	0,00	0,00	138.039,18
520970	HIDROLANDIA	559.987,43	0,00	256.500,00	5.020,23	0,00	0,00	0,00	0,00	821.507,66
520980	HIDROLINA	137.789,19	12.840,51	0,00	31.424,61	0,00	0,00	0,00	0,00	182.054,31
520990	IACIARA	645.373,49	44.197,75	0,00	3.300,22	0,00	0,00	0,00	0,00	692.871,46
520993	INACIOLANDIA	145.002,93	0,00	0,00	6.823,28	0,00	0,00	0,00	0,00	151.826,21
520995	INDIARA	478.745,59	0,00	157.500,00	347.185,68	0,00	0,00	0,00	0,00	983.431,27
521000	INHUMAS	1.658.254,33	100.691,89	263.028,00	4.691.544,74	0,00	0,00	0,00	0,00	6.713.518,96
521010	IPAMERI	912.745,58	3.265,89	578.028,00	500.191,62	0,00	0,00	0,00	0,00	1.994.231,09
521015	IPIRANGA DE GOIAS	9.665,73	0,00	0,00	1.713,51	0,00	0,00	0,00	0,00	11.379,24
521020	IPORA	1.607.190,34	769.472,38	1.281.900,00	468.390,90	0,00	0,00	0,00	0,00	4.126.953,62
521030	ISRAELANDIA	41.255,35	0,00	0,00	2.719,72	0,00	0,00	0,00	0,00	43.975,07
521040	ITABERAI	1.094.276,79	110,00	157.500,00	438.003,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.689.890,63
521056	ITAGUARI	69.785,49	0,00	0,00	8.102,94	0,00	0,00	0,00	0,00	77.888,43
521060	ITAGUARU	132.644,77	0,00	0,00	152.012,67	0,00	0,00	0,00	0,00	284.657,44
521080	ITAJA	117.171,75	0,00	0,00	127.770,49	0,00	0,00	0,00	0,00	244.942,24
521090	ITAPACI	721.828,72	79.969,44	157.500,00	944.540,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.903.838,87
521100	ITAPIRAPUA	299.885,26	381,41	0,00	265.710,51	0,00	0,00	0,00	0,00	565.977,18
521120	ITAPURANGA	1.083.750,65	57.156,72	369.446,71	583.166,77	0,00	0,00	0,00	0,00	2.093.520,85
521130	ITARUMA	220.618,05	26.440,42	0,00	1.583,35	0,00	0,00	0,00	0,00	248.641,82
521140	ITAUCU	171.992,33	0,00	263.028,00	92.248,88	0,00	0,00	0,00	0,00	527.269,21
521150	ITUMBIARA	6.098.673,42	1.116.597,21	2.579.496,30	2.920.125,56	0,00	0,00	0,00	0,00	12.714.892,49
521160	IVOLANDIA	84.536,03	1.971,79	0,00	108.656,43	0,00	0,00	0,00	0,00	195.164,25
521170	JANDAIA	210.675,52	0,00	0,00	3.411,21	0,00	0,00	0,00	0,00	214.086,73
521180	JARAGUA	1.633.741,25	70.299,97	619.500,00	603.066,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.926.608,19
521190	JATAI	5.597.281,24	1.377.328,62	1.103.149,67	6.768.317,90	0,00	0,00	0,00	0,00	14.846.077,43
521200	JAUPACI	76.810,36	0,00	0,00	1.638,59	0,00	0,00	0,00	0,00	78.448,95
521205	JESUPOLIS	6.135,68	0,00	0,00	8.966,07	0,00	0,00	0,00	0,00	15.101,75
521210	JOVIANIA	186.409,75	0,00	0,00	2.021,60	0,00	0,00	0,00	0,00	188.431,35
521220	JUSSARA	809.131,96	0,00	355.500,00	136.836,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.301.468,82
521225	LAGOA SANTA	2.281,89	0,00	0,00	10.551,86	0,00	0,00	0,00	0,00	12.833,75
521230	LEOPOLDO DE BULHOES	238.314,44	0,00	0,00	2.252,84	0,00	0,00	0,00	0,00	240.567,28
521250	LUZIANIA	10.077.516,81	1.464.446,21	2.284.200,00	1.126.095,46	0,00	0,00	0,00	0,00	14.952.258,48
521260	MAIRIPOTABA	52.085,12	310,00	0,00	32.712,13	0,00	0,00	0,00	0,00	85.107,25
521270	MAMBAI	299.386,53	8.380,71	0,00	2.326,79	0,00	0,00	0,00	0,00	310.094,03
521280	MARA ROSA	434.262,80	24.750,58	157.500,00	5.669,37	0,00	0,00	0,00	0,00	622.182,75
521290	MARZAGAO	51.414,96	0,00	0,00	38.347,42	0,00	0,00	0,00	0,00	89.762,38
521295	MATRINCHA	120.033,63	0,00	0,00	1.577,27	0,00	0,00	0,00	0,00	121.610,90
521300	MAURILANDIA	288.628,92	0,00	157.500,00	171.660,14	0,00	0,00	0,00	0,00	617.789,06
521305	MIMOSO DE GOIAS	16.554,55	0,00	0,00	1.291,98	0,00	0,00	0,00	0,00	17.846,53
521308	MINACU	1.430.963,15	50.936,65	157.500,00	892.983,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2.532.383,53
521310	MINEIROS	2.349.179,49	73.344,04	857.100,00	959.521,65	0,00	0,00	0,00	0,00	4.239.145,18
521340	MOIPORA	7.066,70	0,00	0,00	104.260,80	0,00	0,00	0,00	0,00	111.327,50
521350	MONTE ALEGRE DE GOIAS	149.353,89	0,00	0,00	1.754,49	0,00	0,00	0,00	0,00	151.108,38
521370	MONTES CLAROS DE GOIAS	256.122,21	0,00	157.500,00	8.038,98	0,00	0,00	0,00	0,00	421.661,19
521375	MONTIVIDIU	436.627,63	0,00	0,00	9.180,84	0,00	0,00	0,00	0,00	445.808,47
521377	MONTIVIDIU DO NORTE	22.749,53	0,00	0,00	155.981,46	0,00	0,00	0,00	0,00	178.730,99
521380	MORRINHOS	2.096.021,83	50.039,03	263.028,00	1.252.321,77	0,00	0,00	0,00	0,00	3.661.410,63
521385	MORRO AGUDO DE GOIAS	33.831,69	0,00	0,00	127.418,22	0,00	0,00	0,00	0,00	161.249,91
521390	MOSSAMEDES	214.899,68	0,00	0,00	2.878,81	0,00	0,00	0,00	0,00	217.778,49
521400	MOZARLANDIA	312.328,45	0,00	157.500,00	4.213,82	0,00	0,00	0,00	0,00	474.042,27
521405	MUNDO NOVO	126.343,00	0,00	0,00	238.951,57	0,00	0,00	0,00	0,00	365.294,57
521410	MUTUNOPOLIS	86.410,28	0,00	0,00	146.406,60	0,00	0,00	0,00	0,00	232.816,88
521440	NAZARIO	1.390,50	0,00	0,00	127.806,01	0,00	0,00	0,00	0,00	129.196,51
521450	NEROPOLIS	2.176.495,53	187.573,81	263.028,00	7.690.080,23	0,00	0,00	0,00	0,00	10.317.177,57
521460	NIQUELANDIA	1.775.321,60	51.925,55	480.900,00	553.677,65	0,00	0,00	0,00	0,00	2.861.824,80
521470	NOVA AMERICA	15.634,43	0,00	0,00	92.439,07	0,00	0,00	0,00	0,00	108.073,50
521480	NOVA AURORA	6.358,67	361,09	0,00	4.196,09	0,00	0,00	0,00	0,00	10.915,85
521483	NOVA CRIXAS	323.171,92	0,00	157.500,00	22.847,38	0,00	0,00	0,00	0,00	503.519,30
521486	NOVA GLORIA	104.128,31	0,00	0,00	2.584,84	0,00	0,00	0,00	0,00	106.713,15
521487	NOVA IGUACU DE GOIAS	25.512,27	0,00	0,00	1.568,61	0,00	9.436,60	0,00	0,00	17.644,28
521490	NOVA ROMA	92.703,92	0,00	0,00	868,56	0,00	0,00	0,00	0,00	93.572,48
521500	NOVA VENEZA	106.058,13	74,55	0,00	12.933,49	0,00	0,00	0,00	0,00	119.066,17
521520	NOVO BRASIL	112.907,91	0,00	0,00	1.072,53	0,00	0,00	0,00	0,00	113.980,44
521523	NOVO GAMA	2.074.315,68	0,00	157.500,00	714.276,31	0,00	0,00	0,00	0,00	2.946.091,99
521525	NOVO PLANALTO	69.575,97	1.248,34	0,00	3.619,26	0,00	74.443,57	0,00	0,00	0,00
521530	ORIZONA	489.616,36	0,00	157.500,00	6.170,93	0,00	0,00	0,00	0,00	653.287,29
521540	OURO VERDE DE GOIAS	38.452,26	0,00	0,00	3.137,60	0,00	0,00	0,00	0,00	41.589,86
521550	OUVIDOR	132.620,74	0,00	0,00	26.655,57	0,00	0,00	0,00	0,00	159.276,31
521560	PADRE BERNARDO	1.317.528,34	77.867,45	157.500,00	758.502,38	0,00	0,00	0,00	0,00	2.311.398,17
521565	PALESTINA DE GOIAS	182.372,59	0,00	0,00	1.276,31	0,00	0,00	0,00	0,00	183.648,90
521570	PALMEIRAS DE GOIAS	943.407,88	0,00	157.500,00	5.327,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1.106.235,42
521580	PALMELO	70.278,44	767,70	0,00	820.641,34	0,00	0,00	0,00	0,00	891.687,48
521590	PALMINOPOLIS	126.692,81	0,00	0,00	93.478,31	0,00	0,00	0,00	0,00	220.171,12
521600	PANAMA	68.127,80	0,00	0,00	1.349,51	0,00	0,00	0,00	0,00	69.477,31
521630	PARANAIGUARA	170.197,41	0,00	0,00	164.905,89	0,00	0,00	0,00	0,00	335.103,30
521640	PARAUNA	434.905,99	0,00	0,00	3.219,74	0,00	0,00	0,00	0,00	438.125,73
521645	PEROLANDIA	46.511,32	0,00	0,00	1.686,39	0,00	48.197,71	0,00	0,00	0,00
521680	PETROLINA DE GOIAS	296.246,23	0,00	263.028,00	78.872,14	0,00	0,00	0,00	0,00	638.146,37
521690	PILAR DE GOIAS	4.431,13	0,00	0,00	8.786,52	0,00	0,00	0,00	0,00	13.217,65

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

521710	PIRACANJUBA	1.022.567,51	19.945,75	380.199,69	763.378,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.186.091,58
521720	PIRANHAS	375.530,52	0,00	157.500,00	9.552,91	0,00	0,00	0,00	0,00	542.583,43
521730	PIRENOPOLIS	376.781,30	0,00	157.500,00	280.040,02	0,00	656.821,32	0,00	0,00	157.500,00
521740	PIRES DO RIO	1.191.892,47	115.112,39	500.628,00	696.970,65	0,00	0,00	0,00	0,00	2.504.603,51
521760	PLANALTINA	4.342.117,26	168.355,94	593.100,00	1.143.893,67	0,00	0,00	0,00	0,00	6.247.466,87
521770	PONTALINA	718.556,68	83.902,66	157.500,00	438.288,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.398.247,62
521800	PORANGATU	1.862.559,35	687.172,80	1.543.200,00	2.303.736,51	0,00	0,00	0,00	0,00	6.396.668,66
521805	PORTEIRAO	35.849,18	0,00	0,00	22.965,67	0,00	0,00	0,00	0,00	58.814,85
521810	PORTELANDIA	129.040,86	0,00	0,00	39.329,55	0,00	0,00	0,00	0,00	168.370,41
521830	POSSE	1.610.510,44	80.840,71	619.500,00	16.797,77	0,00	0,00	0,00	0,00	2.327.648,92
521839	PROFESSOR JAMIL	20.333,24	0,00	0,00	62.582,18	0,00	0,00	0,00	0,00	82.915,42
521850	QUIRINOPOLIS	2.002.222,33	39.727,33	315.900,00	1.311.462,05	0,00	0,00	0,00	0,00	3.669.311,71
521860	RIALMA	300.724,28	820,07	0,00	103.640,69	0,00	0,00	0,00	0,00	405.185,04
521870	RIANAPOLIS	53.507,63	0,00	0,00	1.242,67	0,00	0,00	0,00	0,00	54.750,30
521878	RIO QUENTE	50.519,64	0,00	157.500,00	2.074,69	0,00	0,00	0,00	0,00	210.094,33
521880	RIO VERDE	11.832.053,71	3.472.728,72	3.141.908,39	7.456.073,51	0,00	0,00	0,00	0,00	25.902.764,33
521890	RUBIATABA	780.296,95	998,94	360.300,00	559.744,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1.701.340,06
521900	SANCLERLANDIA	307.680,83	0,00	157.500,00	95.184,85	0,00	0,00	0,00	0,00	560.365,68
521910	SANTA BARBARA DE GOIAS	87.599,79	0,00	0,00	2.519,54	0,00	0,00	0,00	0,00	90.119,33
521920	SANTA CRUZ DE GOIAS	27.410,65	2.140,62	0,00	202.001,97	0,00	0,00	0,00	0,00	231.553,24
521925	SANTA FE DE GOIAS	127.318,74	0,00	0,00	3.150,26	0,00	0,00	0,00	0,00	130.469,00
521930	SANTA HELENA DE GOIAS	1.579.048,22	520.373,85	738.300,00	2.883.748,65	0,00	2.795.724,80	0,00	0,00	2.925.745,92
521935	SANTA ISABEL	9.312,77	0,00	0,00	7.656,45	0,00	16.969,22	0,00	0,00	0,00
521940	SANTA RITA DO ARAGUAIA	75.440,12	0,00	0,00	3.890,43	0,00	0,00	0,00	0,00	79.330,55
521945	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	6.122,17	43.118,42	0,00	1.951,77	0,00	0,00	0,00	0,00	51.192,36
521950	SANTA ROSA DE GOIAS	74.147,79	0,00	0,00	93.800,74	0,00	0,00	0,00	0,00	167.948,53
521960	SANTA TEREZA DE GOIAS	94.561,52	10,60	0,00	72.214,09	0,00	0,00	0,00	0,00	166.786,21
521970	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	250.543,70	0,00	0,00	19.085,41	0,00	0,00	0,00	0,00	269.629,11
521971	SANTO ANTONIO DA BARRA	3.056,84	0,00	0,00	57.596,78	0,00	0,00	0,00	0,00	60.653,62
521973	SANTO ANTONIO DE GOIAS	61.751,58	0,00	0,00	55.164,76	0,00	0,00	0,00	0,00	116.916,34
521975	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	3.145.994,79	0,00	315.900,00	20.965,33	0,00	0,00	0,00	0,00	3.482.860,12
521980	SAO DOMINGOS	158.864,49	470,70	157.500,00	2.783,93	0,00	0,00	0,00	0,00	319.619,12
521990	SAO FRANCISCO DE GOIAS	69.644,19	0,00	0,00	18.371,56	0,00	0,00	0,00	0,00	88.015,75
522000	SAO JOAO D'ALIANCA	458.702,06	21.011,09	0,00	2.175,33	0,00	0,00	0,00	0,00	481.888,48
522005	SAO JOAO DA PARAUNA	24.194,24	0,00	0,00	2.076,91	0,00	0,00	0,00	0,00	26.271,15
522010	SAO LUIS DE MONTES BELOS	1.526.039,45	303.682,09	830.700,00	2.089.304,10	0,00	0,00	0,00	0,00	4.749.725,64
522015	SAO LUIZ DO NORTE	35.530,11	0,00	0,00	12.301,51	0,00	0,00	0,00	0,00	47.831,62
522020	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	930.354,88	90.999,26	315.900,00	964.804,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.302.058,62
522026	SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	12.039,81	0,00	0,00	99.661,06	0,00	0,00	0,00	0,00	111.700,87
522028	SAO PATRICIO	8.903,65	0,00	0,00	1.664,05	0,00	0,00	0,00	0,00	10.567,70
522040	SAO SIMAO	731.879,88	0,00	157.500,00	268.366,12	0,00	0,00	0,00	0,00	1.157.746,00
522045	SENADOR CANEDO	5.847.804,14	90.171,24	395.100,00	11.505.026,34	0,00	0,00	0,00	0,00	17.838.101,72
522050	SERRANOPOLIS	178.157,71	0,00	0,00	3.576,73	0,00	0,00	0,00	0,00	181.734,44
522060	SILVANIA	645.028,80	48.482,96	157.500,00	349.944,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.956,52
522068	SIMOLANDIA	309.323,04	45.545,37	0,00	1.858,44	0,00	0,00	0,00	0,00	356.726,85
522070	SITIO D'ABADIA	47.571,97	14.097,33	0,00	1.146,71	0,00	0,00	0,00	0,00	62.816,01
522100	TAQUARAL DE GOIAS	68.943,32	0,00	0,00	30.596,77	0,00	0,00	0,00	0,00	99.540,09
522108	TERESINA DE GOIAS	14.799,14	0,00	0,00	943,06	0,00	0,00	0,00	0,00	15.742,20
522119	TEREZOPOLIS DE GOIAS	110.673,23	0,00	0,00	17.827,67	0,00	0,00	0,00	0,00	128.500,90
522130	TRES RANCHOS	21.086,19	0,00	0,00	431.446,47	0,00	0,00	0,00	0,00	452.532,66
522140	TRINDADE	4.495.552,97	10.189.284,24	5.232.759,53	13.005.955,22	0,00	25.426.828,30	0,00	0,00	7.496.723,66
522145	TROMBAS	56.988,47	0,00	0,00	123.041,76	0,00	0,00	0,00	0,00	180.030,23
522150	TURVANIA	161.072,60	14.360,19	0,00	3.175,56	0,00	0,00	0,00	0,00	178.608,35
522155	TURVELANDIA	114.129,73	0,00	0,00	29.700,63	0,00	0,00	0,00	0,00	143.830,36
522157	UIRAPURU	31.194,10	0,00	0,00	7.548,18	0,00	0,00	0,00	0,00	38.742,28
522160	URUACU	1.695.844,15	236.908,16	777.900,00	437.716,23	0,00	0,00	0,00	0,00	3.148.368,54
522170	URUANA	368.271,86	0,00	0,00	5.588,36	0,00	0,00	0,00	0,00	373.860,22
522180	URUTAI	39.224,54	0,00	0,00	1.281,01	0,00	0,00	0,00	0,00	40.505,55
522185	VALPARAISO DE GOIAS	4.645.338,00	251.508,64	315.900,00	4.702.503,01	0,00	0,00	0,00	0,00	9.915.249,65
522190	VARJAO	23.138,61	0,00	0,00	101.565,49	0,00	0,00	0,00	0,00	124.704,10
522200	VIANOPOLIS	431.845,24	0,00	0,00	5.173,05	0,00	0,00	0,00	0,00	437.018,29
522205	VICENTINOPOLIS	214.768,49	0,00	157.500,00	4.550,11	0,00	0,00	0,00	0,00	376.818,60
522220	VILA BOA	189.449,57	0,00	157.500,00	1.007,91	0,00	0,00	0,00	0,00	347.957,48
522230	VILA PROPICIO	81.618,57	0,00	0,00	92.651,78	0,00	0,00	0,00	0,00	174.270,35
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.026.800.216,65

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	520870 - GOIANIA	HOSPITAL DAS CLINICAS	2338424	00	01-01-2013	33.497.478,52
TOTAL						33.497.478,52

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DE TCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (VALORES ANUAIS)						
Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qual serão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
520110 - ANAPOLIS	HOSPITAL DE URGENCIAS DR HENRIQUE SANTILLO	3771962	001	25-02-2016	FES	7.559.758,56
520870 - GOIANIA	HEMOCENTRO DE GOIAS - HEMOGO	2339072	004	04-12-2015	FES	2.299.689,05
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE MEDICINA ALTERNATIVA - HMA	2664836	004	04-12-2015	FES	129.107,62
520870 - GOIANIA	CENTRAL DE ODONTOLOGIA - CEO	2339781	004	04-12-2015	FES	163.091,43
520870 - GOIANIA	HOSPITAL GERAL DE GOIANIA - HGG	2338734	004	04-12-2015	FES	6.016.822,08
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE DERMATOLOGIA SANITARIA - HDS	2653818	004	04-12-2015	FES	748.299,59
520870 - GOIANIA	CENTRO INTEGRADO MEDICO PSICOPEDAGOGICO - CIMP	2339692	004	04-12-2015	FES	55.753,23
520870 - GOIANIA	LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA - LACEN	2338343	004	04-12-2015	FES	816.971,68
520870 - GOIANIA	HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI	2339196	004	04-12-2015	FES	7.390.496,76
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE URGENCIAS DE GOIANIA - HUGO	2338262	004	04-12-2015	FES	16.326.183,47
520870 - GOIANIA	MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES - MNSL	2339080	004	04-12-2015	FES	797.680,79
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE URGENCIAS GOV OTAVIO LAGE DE SIQUEIRA - HUGOL	7743068	004	04-12-2015	FES	14.040.216,57
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE DOENCAS TROPICAIS - HDT	2506661	004	04-12-2015	FES	3.368.615,39
TOTAL						59.712.686,22

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 995, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Indefere a Adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação de Assistência Social, com sede em Pinheiro Machado (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Associação de Assistência Social, CNPJ nº 92.620.921/0001-75, e

Considerando o Parecer Técnico nº 173/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.122438/2014-82/MS, que concluiu pelo não atendimento do disposto na Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014 e da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação de Assistência Social, CNPJ nº 92.620.921/0001-75, com sede em Pinheiro Machado (RS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 996, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar E Ambulatorial do Estado do Rio de Janeiro.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e,

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite, por meio do Ofício SES/SG/CIB nº. 06/2016, de 29 de julho de 2016, e deliberação CIB-RJ 3.803, de 29 de julho de 16, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão Estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado do Rio de Janeiro, referente ao bloco de financiamento da atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 3.373.364.386,77, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	503.658.214,98	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	2.790.943.949,16	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	78.762.225,63	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 13.754.400,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 57.081.534,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0033 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 9ª parcela de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	503.102.091,98
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	556.120,00
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	503.658.211,98

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
330010	ANGRA DOS REIS	13.553.941,86	1.273.987,77	4.542.962,14	44.925.990,96	0,00	0,00	0,00	0,00	64.296.882,73
330015	APERIBE	558.878,27	30.590,69	0,00	359.548,76	0,00	0,00	0,00	0,00	949.017,72
330020	ARARUAMA	8.415.259,41	1.053.001,50	239.122,08	6.469.368,96	0,00	0,00	0,00	0,00	16.176.751,95
330022	AREAL	568.484,79	30.292,87	289.500,00	196.557,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.084.835,13
330023	ARMACAO DE BUZIOS	1.799.478,43	32.476,73	0,00	505.948,86	0,00	0,00	0,00	0,00	2.337.904,02
330025	ARRAIAL DO CABO	1.822.728,28	104.517,13	132.000,00	314.898,07	0,00	0,00	0,00	0,00	2.374.143,48
330030	BARRA DO PIRAI	9.349.675,91	2.457.304,78	2.973.529,89	4.361.653,81	0,00	0,00	0,00	0,00	19.142.164,39
330040	BARRA MANSA	17.927.418,05	10.496.719,23	4.281.386,79	22.956.948,67	0,00	0,00	0,00	0,00	55.662.472,74
330045	BELFORD ROXO	33.255.302,15	8.586.469,04	1.067.400,00	8.587.597,66	0,00	0,00	0,00	0,00	51.496.768,85
330050	BOM JARDIM	1.719.797,99	39.579,05	417.087,38	509.894,70	0,00	0,00	0,00	0,00	2.686.359,12
330060	BOM JESUS DO ITABAPOANA	3.683.416,12	448.509,32	1.292.036,99	5.634.690,09	0,00	0,00	0,00	0,00	11.058.652,52

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

330070	CABO FRIO	17.931.709,33	15.871.567,31	1.314.563,55	11.079.591,33	0,00	0,00	0,00	0,00	46.197.431,52
330080	CACHOEIRAS DE MACACU	3.741.308,11	26.451,91	132.000,00	564.749,90	0,00	0,00	0,00	0,00	4.464.509,92
330090	CAMBUCI	1.369.858,41	50.205,99	691.862,35	530.889,50	0,00	0,00	0,00	0,00	2.642.816,25
330093	CARAPEBUS	457.536,46	501,58	0,00	115.947,41	0,00	0,00	0,00	0,00	573.985,45
330095	COMENDADOR LEVY GASPARIAN	359.944,71	0,00	158.400,00	680.193,09	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.537,80
330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	63.540.159,67	23.807.751,82	18.336.100,60	10.740.175,47	0,00	120.240,00	0,00	0,00	116.303.947,56
330110	CANTAGALO	1.500.220,57	135.845,13	529.326,66	634.443,57	0,00	0,00	0,00	0,00	2.799.835,93
330115	CARDOSO MOREIRA	452.648,12	138,60	0,00	337.188,22	0,00	0,00	0,00	0,00	789.974,94
330120	CARMO	1.467.702,10	22.477,81	446.976,70	2.768.962,22	0,00	0,00	0,00	0,00	4.706.118,83
330130	CASIMIRO DE ABREU	2.115.262,39	38.653,01	99.000,00	1.405.632,04	0,00	0,00	0,00	0,00	3.658.547,44
330140	CONCEICAO DE MACABU	834.382,73	20.557,28	0,00	1.858.860,18	0,00	0,00	0,00	0,00	2.713.800,19
330150	CORDEIRO	1.610.347,29	329.611,77	211.062,67	411.067,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2.562.089,55
330160	DUAS BARRAS	645.167,06	3.649,34	0,00	88.937,13	0,00	0,00	0,00	0,00	737.753,53
330170	DUQUE DE CAXIAS	63.043.222,11	15.582.225,86	2.580.000,00	54.350.913,41	0,00	261.360,00	0,00	0,00	135.295.001,38
330180	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	575.115,43	70.031,22	0,00	2.534.007,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3.179.154,49
330185	GUAPIMIRIM	2.271.644,09	7.160,69	0,00	638.142,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.916.947,41
330187	IGUABA GRANDE	909.665,31	17.853,36	99.000,00	783.098,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1.809.616,78
330190	ITABORAI	13.644.281,32	3.478.457,42	619.500,00	5.796.184,03	0,00	0,00	0,00	0,00	23.538.422,77
330200	ITAGUAI	6.333.499,65	175.286,12	751.500,00	9.176.553,97	0,00	0,00	0,00	0,00	16.436.839,74
330205	ITALVA	547.588,97	6.622,95	0,00	1.291.044,89	0,00	0,00	0,00	0,00	1.845.256,81
330210	ITAOCARA	1.307.894,92	584.694,63	0,00	1.095.158,21	0,00	0,00	0,00	0,00	2.987.747,76
330220	ITAPERUNA	15.812.612,04	29.930.934,60	9.631.694,40	23.195.725,98	0,00	0,00	0,00	0,00	78.570.967,02
330225	ITATIAIA	2.387.411,31	0,00	342.300,00	923.524,17	0,00	0,00	0,00	0,00	3.653.235,48
330227	JAPERI	6.096.728,61	600.604,60	751.500,00	1.326.916,67	0,00	0,00	0,00	0,00	8.775.749,88
330230	LAJE DO MURIAE	342.139,67	0,00	0,00	212.021,12	0,00	0,00	0,00	0,00	554.160,79
330240	MACAE	15.769.022,05	3.025.321,49	1.431.857,80	2.493.915,25	0,00	0,00	0,00	0,00	22.720.116,59
330245	MACUCO	190.288,23	3.420,06	0,00	527.761,09	0,00	0,00	0,00	0,00	721.469,38
330250	MAGE	13.174.813,63	335.007,47	1.245.600,00	3.617.481,79	0,00	101.080,00	0,00	0,00	18.271.822,89
330260	MANGARATIBA	2.597.729,97	78.333,42	909.000,00	493.557,41	0,00	0,00	0,00	0,00	4.078.620,80
330270	MARICA	6.673.830,72	167.556,13	802.500,00	6.829.869,70	0,00	0,00	0,00	0,00	14.473.756,55
330280	MENDES	942.645,30	34.969,01	0,00	1.056.225,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2.033.840,23
330285	MESQUITA	8.948.771,78	440.319,14	935.400,00	1.924.037,02	0,00	0,00	0,00	0,00	12.248.527,94
330290	MIGUEL PEREIRA	1.776.696,23	818.552,01	1.961.165,25	641.901,93	0,00	0,00	0,00	0,00	5.198.315,42
330300	MIRACEMA	2.087.705,77	54.482,28	625.009,97	721.856,45	0,00	0,00	0,00	0,00	3.489.054,47
330310	NATIVIDADE	1.068.965,35	2.481.194,87	738.753,88	2.268.381,29	0,00	0,00	0,00	0,00	6.557.295,39
330320	NILOPOLIS	7.466.274,03	476.182,87	1.213.500,00	11.650.939,44	0,00	0,00	0,00	0,00	20.806.896,34
330330	NITEROI	46.219.753,76	29.688.427,28	13.377.145,93	44.516.779,91	0,00	0,00	20.438.158,52	0,00	113.363.948,36
330340	NOVA FRIBURGO	19.726.258,29	8.859.677,50	0,00	8.815.027,78	0,00	0,00	0,00	0,00	37.400.963,57
330350	NOVA IGUACU	58.748.363,97	16.142.079,37	5.880.510,17	112.081.473,34	0,00	0,00	0,00	0,00	192.852.426,85
330360	PARACAMBI	3.545.321,32	4.089.450,56	157.500,00	13.944.097,34	0,00	0,00	0,00	0,00	21.736.369,22
330370	PARAIBA DO SUL	2.548.925,30	94.818,29	845.069,57	971.639,71	0,00	0,00	0,00	0,00	4.460.452,87
330380	PARATI	1.837.872,14	7.686,64	447.000,00	416.625,11	0,00	0,00	0,00	0,00	2.709.183,89
330385	PATY DO ALFERES	1.029.991,99	70,27	0,00	1.064.989,40	0,00	0,00	0,00	0,00	2.095.051,66
330390	PETROPOLIS	43.186.672,62	16.558.729,32	4.847.445,31	25.781.693,26	0,00	36.000,00	0,00	0,00	90.338.540,51
330395	PINHEIRAL	1.881.913,89	584,75	256.500,00	728.179,32	0,00	0,00	0,00	0,00	2.867.177,96
330400	PIRAI	2.042.411,23	940.324,30	1.831.999,71	1.765.179,87	0,00	0,00	0,00	0,00	6.579.915,11
330410	PORCIUNCULA	1.061.872,17	7.283,01	330.034,02	540.782,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.939.971,68
330411	PORTO REAL	1.758.290,34	389.197,90	342.300,00	652.397,52	0,00	0,00	0,00	0,00	3.142.185,76
330412	QUATIS	941.348,21	3.667.365,65	343.063,54	143.563,53	0,00	0,00	0,00	0,00	5.095.340,93
330414	QUEIMADOS	8.474.826,25	1.128.200,59	315.000,00	14.088.897,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.006.923,84
330415	QUISSAMA	2.082.046,30	647.334,33	0,00	669.266,53	0,00	0,00	0,00	0,00	3.398.647,16
330420	RESENDE	12.109.467,38	1.447.930,75	3.231.914,25	12.728.742,71	0,00	0,00	0,00	0,00	29.518.055,09
330430	RIO BONITO	5.285.239,28	3.969.646,27	2.984.838,14	11.452.672,26	0,00	0,00	0,00	0,00	23.692.395,95
330440	RIO CLARO	1.169.387,94	0,00	758.100,00	594.416,51	0,00	0,00	0,00	0,00	2.521.904,45
330450	RIO DAS FLORES	557.146,05	16,90	157.500,00	159.270,34	0,00	37.440,00	0,00	0,00	836.493,29
330452	RIO DAS OSTRAS	6.435.767,76	219.297,45	0,00	634.693,89	0,00	0,00	0,00	0,00	7.289.759,10
330455	RIO DE JANEIRO	600.166.392,51	88.222.941,96	34.012.340,44	340.449.129,07	0,00	0,00	58.324.067,11	0,00	1.004.526.736,87
330460	SANTA MARIA MADALENA	653.241,69	5.832,14	0,00	452.488,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.111.562,67
330470	SANTO ANTONIO DE PADUA	3.433.118,05	147.191,85	138.600,00	557.490,59	0,00	0,00	0,00	0,00	4.276.400,49
330475	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	2.957.862,16	0,00	0,00	341.252,72	0,00	0,00	0,00	0,00	3.299.114,88
330480	SAO FIDELIS	2.801.789,21	152.133,69	1.490.934,69	1.123.722,79	0,00	0,00	0,00	0,00	5.568.580,38
330490	SAO GONCALO	90.686.049,47	5.875.632,31	2.296.334,23	19.550.414,15	0,00	0,00	0,00	0,00	118.408.430,16
330500	SAO JOAO DA BARRA	1.680.823,99	23.688,62	0,00	595.025,09	0,00	0,00	0,00	0,00	2.299.537,70
330510	SAO JOAO DE MERITI	29.694.123,59	920.231,37	1.407.900,00	5.290.811,90	0,00	0,00	0,00	0,00	37.313.066,86
330513	SAO JOSE DE UBA	354.146,71	0,00	0,00	249.872,32	0,00	0,00	0,00	0,00	604.019,03
330515	SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO	1.000.571,95	50.661,43	132.000,00	696.113,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.879.347,11
330520	SAO PEDRO DA ALDEIA	5.735.509,03	780.374,35	566.534,94	546.886,61	0,00	0,00	0,00	0,00	7.629.304,93
330530	SAO SEBASTIAO DO ALTO	733.548,11	116.316,34	338.340,80	1.006.029,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2.194.234,87
330540	SAPUCAIA	618.310,35	5.905,97	157.500,00	402.667,90	0,00	0,00	0,00	0,00	1.184.384,22
330550	SAQUAREMA	4.627.399,54	60.516,47	132.000,00	1.276.497,50	0,00	0,00	0,00	0,00	6.096.413,51
330555	SEROPEDICA	3.563.329,03	35.132,84	447.000,00	3.183.592,27	0,00	0,00	0,00	0,00	7.229.054,14
330560	SILVA JARDIM	1.497.583,35	5.223,35	157.500,00	2.545.391,05	0,00	0,00	0,00	0,00	4.205.697,75
330570	SUMIDOURO	983.146,06	0,00	0,00	570.063,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.553.210,00
330575	TANGUA	2.068.860,18	2.156.918,00	157.500,00	526.518,50	0,00	0,00	0,00	0,00	4.909.796,68
330580	TERESOPOLIS	18.813.558,88	6.551.696,56	8.315.597,57	8.633.126,25	0,00	0,00	0,00	0,00	42.313.979,26
330590	TRAJANO DE MORAIS	136.196,59	26.662,75	0,00	1.005.602,42	0,00	0,00	0,00	0,00	1.168.461,76
330600	TRES RIOS	8.019.387,57	4.219.618,93	4.178.133,02	13.693.375,51	0,00	0,00	0,00	0,00	30.110.515,03
330610	VALENCA	7.839.989,37	541.481,34	2.517.983,39	8.874.731,41	0,00	0,00	0,00	0,00	19.774.185,51
330615	VARRE-SAI	495.567,61	0,00	0,00	13.262,29	0,00	0,00	0,00	0,00	508.829,90
330620	VASSOURAS	4.644.159,23	13.612.832,39	4.202.175,26	9.442.018,05	0,00	0,00	0,00	0,00	31.901.184,93
330630	VOLTA REDONDA	32.858.683,87	11.641.363,70	2.327.400,00	21.426.627,83	0,00	0,00	0,00	0,00	68.254.075,40
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										2.790.943.949,16

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	330330 - NITEROI	Hospital Universitário Antônio Pedro/UFF	12505	30	05-01-2005	20.438.158,52
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Maternidade Escola da UFRJ	2270021	1892	13-10-2005	7.624.633,84
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de Psiquiatria da UFRJ	2269430	1891	13-10-2005	5.213.330,77
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Escola São Francisco de Assis	2270668	000	20-10-2010	10.311,45
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Universitário Martagão Gesteira/UFRJ	2296616	144	13-10-2005	4.751.776,58
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de Neurologia Deolindo Couto	2708361	000	20-10-2010	105.176,81
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Universitário Gafree Guinle/UNIRIO	2295415	1888	13-10-2005	8.499.698,38
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de Ginecologia da UFRJ	2296594	000	20-10-2010	10.998,88
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho	2280167	2726	28-12-2004	32.087.517,50
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto De Doenças do Torax	5358833	000	02-01-2008	20.622,90
TOTAL						78.762.225,63

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RETIFICAÇÃO

No art. 2º da Portaria nº 554/SAS/MS, de 17 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 94, de 18 de maio de 2016, Seção 1, página 48.

ONDE SE LÊ:

BANCO DE TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

LEIA-SE:

BANCO DE TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.15

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 18, DE 11 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde relativa à proposta de elaboração do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Imunossupressão no Transplante Hepático em Adultos, apresentado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

CONSULTA PÚBLICA Nº 19, DE 11 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde relativa à proposta de atualização do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Anemia na Doença Renal Crônica - alfaepoetina, apresentado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

CONSULTA PÚBLICA Nº 20, DE 11 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde relativa à proposta de atualização do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Anemia na Doença Renal Crônica - Reposição de Ferro, apresentado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

CONSULTA PÚBLICA Nº 21, DE 11 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde relativa à proposta de atualização do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dermatomiosite e Polimiosite, apresentado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

CONSULTA PÚBLICA Nº 22, DE 11 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde relativa à proposta de atualização do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Doença Falciforme, apresentado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 415, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Altera o Anexo da Portaria nº 174/SGTES/MS, de 30 de julho de 2015, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 174/SGTES/MS, de 30 de julho de 2015, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.108488/2015-38	ORELYS OLIVERT HERNANDEZ	1300596	AM	TONANTINS

PORTARIA Nº 416, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Altera o Anexo da Portaria nº 308/SGTES/MS, de 20 de junho de 2016, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 308/SGTES/MS, de 20 de junho de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.064253/2014-46	NALLEN HERNANDEZ LLANES	5200318	GO	BOM JARDIM

PORTARIA Nº 417, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do médico intercambista desligado do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

NOME	RNE	RMS	PROCESSO/SIPAR
MAIKEL RAMON HERNANDEZ CARBONELL	G0110321	2300593	25000.064327/2014-44

PORTARIA Nº 418, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Altera o Anexo da Portaria nº 191/SGTES/MS, de 13 de junho de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 191/SGTES/MS, de 13 de junho de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.075372/2014-24	REYNIER RIZO MARTI	3200342	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
25000.074454/2014-51	YANISLEY TAMAMES COBAS	3200343	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 419, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Altera o Anexo da Portaria nº 109/SGTES/MS, de 21 de maio de 2015, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 109/SGTES/MS, de 21 de maio de 2015, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.071745/2015-79	JOSE ANGEL CAMPOS ROSALES	2100650	MA	CHAPADINHA

PORTARIA Nº 420, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Altera o Anexo da Portaria nº 63/SGTES/MS, de 21 de março de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 63/SGTES/MS, de 21 de março de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.033749/2014-78	GREYDIS HERNANDEZ NAPOLES	3100484	MG	RIBEIRÃO DAS NEVES

PORTARIA Nº 421, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

NOME	RNE	RMS	PROCESSO/SIPAR
WILFREDO DIAZ CASTELLANOS	V968169H	2900398	25000.063724/2015-80

PORTARIA Nº 422, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

NOME	RNE	RMS	PROCESSO/SIPAR
ANTONIO JALDO SILVA RAMOS	0108319015	2900001	25000.066850/2015-96

PORTARIA Nº 423, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

NOME	RNE	RMS	PROCESSO/SIPAR
GLEIDIS ORALGIS GARCIA HERRERA	V970789L	2900603	25000.080504/2015-11

PORTARIA Nº 424, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

NOME	RNE	RMS	PROCESSO/SIPAR
MARIO ALFREDO PUENTE BALDIVIEZO	V952109Y	3500015	25000.170754/2015-41

PORTARIA Nº 425, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

NOME	RNE	RMS	PROCESSO/SIPAR
HILDA MARISEL MOSQUERA SUAREZ	G00868-P	3500990	25000.079890/2016-89

PORTARIA Nº 426, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

NOME	RNE	RMS	PROCESSO/SIPAR
WILMER QUINONES MARTIATU	V9681234	2900391	25000.027942/2016-31

PORTARIA Nº 427, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

NOME	RNE	RMS	PROCESSO/SIPAR
JUAN CARLOS TORRES SANCHEZ	V970967N	2600331	25000.137207/2015-54

PORTARIA Nº 428, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

NOME	RNE	RMS	PROCESSO/SIPAR
DANIELLIS AGUERO RODRIGUEZ	V971688M	1500249	25000.120482/2015-39

PORTARIA Nº 429, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Altera o Anexo da Portaria nº 58/SGTES/MS, de 19 de março de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 58/SGTES/MS, de 19 de março de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.034027/2014-31	RICARDO LUIS LEON CABRERA	3100503	MG	RIBEIRÃO DAS NEVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 172, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.107232/2016-01, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do (CONTRAN), renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica MAX INSPEÇÃO VEICULAR LTDA - ME, CNPJ nº 05.982.653/0001-37, situada no Município de São Paulo - SP, Avenida Ellis Maas, nº 564, Capão Redondo, CEP: 05.859-000 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

PROGRAMA EXECUTIVO AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRINCÍPE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GESTÃO DE ÁGUAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - FASE I "

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em Brasília, em 26 de junho de 1984;

Considerando o desejo mútuo de promover a cooperação para o desenvolvimento, com base no benefício mútuo e na reciprocidade; e

Considerando que a cooperação técnica na área de gestão das águas se reveste de especial interesse para as Partes,

Acordaram o seguinte:

Artigo I

1. O presente Programa Executivo tem por objeto a implementação do projeto "Fortalecimento Institucional da Gestão de Águas em São Tomé e Príncipe - Fase I" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é:

a) apoiar o Governo de São Tomé e Príncipe na elaboração de legislação para a gestão das águas;

b) apoiar a elaboração do programa de justiça ambiental pelas águas em São Tomé e Príncipe; e

c) capacitar técnicos santomenses para implementação do Plano de Ação Nacional para a Adaptação às Mudanças Climáticas - NAPA.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades, os resultados alcançados no âmbito do presente Programa Executivo.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Programa Executivo; e

b) o Instituto de Gestão das Águas e Clima, autarquia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia INGÁ/SEMA, como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Programa Executivo.

2. O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe designa:

a) o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comunidades e Cooperação como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Programa Executivo; e

b) o Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Programa Executivo.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil, cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver em São Tomé e Príncipe as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) apoiar técnicos santomenses no Brasil para serem capacitados nos centros brasileiros de excelência;

c) disponibilizar a infraestrutura para a realização dos treinamentos no Brasil; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, cabe:

a) designar técnicos santomenses para receber treinamento no Brasil;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) apoiar os técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto;

d) garantir a manutenção dos vencimentos e demais vantagens do cargo ou função dos técnicos santomenses que estiverem envolvidos no Projeto;

e) tomar as providências para que as ações desenvolvidas pelos técnicos enviados pelo Governo brasileiro tenham continuidade; e

f) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Programa Executivo não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra ou qualquer atividade gravosa a seus patrimônios nacionais.

Artigo IV

Para a execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Programa Executivo estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Artigo VI

1. As instituições executoras elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no contexto do Projeto, os quais serão encaminhados e avaliados pelas instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação, deverão as Partes ser prévia e formalmente consultadas, bem como mencionadas no documento objeto de publicação.

Artigo VII

O presente Programa Executivo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, por iguais períodos sucessivos, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de qualquer das Partes.

Artigo VIII

1. O presente Programa Executivo poderá ser emendado a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

2. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou implementação deste Programa Executivo será resolvida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar a outra, por via diplomática, de sua decisão de denunciar o presente Programa Executivo. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data da notificação e não afetará as atividades em execução, salvo se acordado em contrário pelas Partes.

Artigo X

No que se refere às questões não previstas no presente Programa Executivo, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Feito em São Tomé, em 4 de março de 2010, em dois exemplares originais, em português.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ARTHUR V. C. MEYER
Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

ELSA PINTO
Ministra da Defesa Nacional em substituição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MME nº 388, de 26 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 144, de 28 seguinte, Seção 1, página 62, no art. 9º, § 21, do Anexo, onde se lê: "§ 21. É facultado ... constantes no § 4º deste artigo."; leia-se: "§ 21. É facultado ... constantes no art. 5º, § 5º."

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 9 de agosto de 2016

Nº 2.153 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto na Norma Organizacional ANEEL 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004825/2014-01, decide declarar extinto o processo, sem decisão de mérito, na forma preconizada no art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 14 e no § 3º do art. 43 da Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, haja vista a decisão haver ser tornado impossível, inútil ou prejudicada por fato superveniente.

Em 12 de agosto de 2016

N° 2.167 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto na Norma Organizacional ANEEL 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e considerando o que consta do Processo nº 00000.000958/1947-65, decido declarar extinto o Processo, sem decisão de mérito, na forma preconizada pelo art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e pelo art. 14 da Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, haja vista a decisão haver ser tornado impossível, inútil ou prejudicada por fato superveniente.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

Nº 2.165 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 52 da Lei 9.784, de 29/01/1999, e no art. 14 da Norma de Organização ANEEL 001, aprovada pela Resolução Normativa 273, de 10/07/2007, decide declarar extinto os autos do Processo 48500.003517/2014-50, que trata do Recurso Administrativo interposto pela Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, em face do Despacho 4.659/2014, de 2 de dezembro de 2014, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, tendo em vista o provimento do Recurso Administrativo, por meio do Despacho 2.198, 7 de julho de 2015, emitido pela SFF, prejudicando, portanto, o objeto da decisão em análise.

JOSÉ JURHOSA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de agosto de 2016

Nº 2.168. Processo nº: 48500.001670/2014-42. Interessada: Linhas de Laranjal Transmissora de Energia Ltda. - LLTE Decisão: (i) aprovar a conformidade das características técnicas do projeto básico das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 004/2015, elaborado pela LLTE, em conformidade com as especificações e requisitos técnicos das instalações de transmissão descritas no anexo I do Contrato de Concessão de Transmissão nº 004/2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de agosto de 2016

Nº 2.169. Processo nº 48500.006520/2013-44. Interessado: Companhia Siderúrgica do Pecém Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação em teste a partir de 16 de agosto de 2016. Usina: UTE CSP. Unidade Geradora: UG3 de 100.000 kW. Localização: Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.170. Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Frascal Geração de Energia Renováveis Ltda. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação comercial a partir de 16 de agosto de 2016. Usina: CGH Frascal. Unidade Geradora: UG2 de 1.100 kW, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Município de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 1º de agosto de 2016

N° 2.054 - A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais e em conformidade com o que estabelece a Resolução Normativa nº 333, de 07 de outubro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002348/2016-01 e a solicitação de celebração de Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta - TAC, proposta pela Celesc Distribuição S.A. - CELESC-D, inscrita sob o CNPJ/MF nº 08.336.783/0001-90, alternativamente à multa aplicada pelo Auto de Infração nº 024/2014-SFF, datado de 05 de setembro de 2014, resolve: I - conhecer do pedido, uma vez que preenchidos os pressupostos objetivos de admissibilidade e, no mérito, manifestar-se desfavoravelmente à celebração do referido TAC, por se tratarem de infrações de mera conduta, assim como porque inexistente o nexo de causalidade entre o resultado colimado e as transgressões cometidas.

TICIANA FREITAS DE SOUSA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 15 de agosto de 2016

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, às empresas abaixo relacionadas:

Nº 957	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A - CNPJ nº 33.337.122/0141-87					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001770/2016 - 11	IPIRANGA F1 MASTER SINTÉTICO SN 508	SAE 5W-40	API SN, ACEA A3/B4-12. APROVADO VW 508.88 / VW 509.99.	ÓLEO LUBRIFICANTE	16353
Nº 958	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A - CNPJ nº 33.337.122/0141-87					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001845/2016 - 55	ISAFLUIDO 434 TO	SAE 10W30	API GL-4, AGCO POWERFLUID 821XL, ALLISON C-4, CATERPILLAR TO-2, CASE NEW HOLLAND MAT 3509/3525/3540, FENDT, FNHA-2-C-200.0/201.0, FORD ESN M2C86-C/M2C134-D, HCE-102/102W, JOHN DEERE JDM J20C, MASSEY FERGUSON CMS M1143/M1145, VOLVO VCE WB 101, ZF 03E/05F/06K/17E/21F	ÓLEO LUBRIFICANTE	10906
Nº 959	MOTUL BRASIL LUBRIFICANTES LTDA. - CNPJ nº 24.055.649/0001-78					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001682/2016 - 19	MOTUL 510 2T	SAE 30	API TC, JASO FD.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17588

ROSÂNGELA MOREIRA DO ARAUJO

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 399, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.008107/2013-77 e considerando à Resolução ANP nº 52, de 2 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Consigaz Distribuidora de Gás Ltda. CNPJ: 01.597.589/0006-24, autorizada a operar um duto de 6" para transporte de GLP entre o Ponto A na REFAP e o Ponto B na base de distribuição da empresa Consigaz, no município de Canoas/RS, com pressão máxima de operação de 35 kgf/cm².

rt. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º A autorizatária deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ANA BEATRIZ STEPPLE DA SILVA BARROS

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de agosto.de 2016

Nº 956 - O SUPERINTENDENTE DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 191, de 09 de setembro de 2013, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014986/2008-17 nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução ANP nº 30, de 06 de agosto de 2013, torna público o seguinte ato:

Ficam revogadas a Autorização ANP nº 173, de 25 de março de 2009, publicada no DOU nº 58, de 26 de março de 2009 e a Autorização ANP nº 63, de 8 de fevereiro de 2010, publicada no DOU nº 27, de 9 de fevereiro de 2010, outorgadas à empresa ABDIESEL LTDA., CNPJ nº 07.443.010/0001-40, referentes à planta produtora de biodiesel com capacidade de produção de 6 m³/d, situada na Av. Pércio Perfeito, s/nº, Quadra 2, Lotes 7 a 10, Distrito Industrial, Município de Araguari, Estado de Minas Gerais, em função de requerimento da própria empresa.

ALEXANDRE CARLOS CAMACHO RODRIGUES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 24/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
844.016/2015-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.- OF. N°195/2016
Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho publicado(256)
844.065/2014-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.- Indefere pedido de renuncia de alvará
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
844.042/2013-PAULO BRITO MINERAÇÃO LTDA EPP - Alvará N°9509/2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

844.043/2013-PAULO BRITO MINERAÇÃO LTDA EPP - Alvará N°9510/2014

Fase de Disponibilidade

Despacho publicado(316)

844.025/2011-ATLANTICA GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A.-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.026/2011-ATLANTICA GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A.-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.048/2011-ATLANTICA GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A.-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.054/2011-ATLANTICA GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A.-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.112/2011-ATLANTICA GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A.-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.159/2011-TUTE MINERAÇÃO LTDA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.161/2011-TUTE MINERAÇÃO LTDA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.171/2011-TUTE MINERAÇÃO LTDA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.172/2011-TUTE MINERAÇÃO LTDA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.021/2012-ANTONIO TOLEDO NETO-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.045/2012-ATLANTICA GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A.-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.145/2012-LEONARDO OITICICA WANDERLEY-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.185/2012-J CARLOS DA SILVA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.199/2012-CERAMICA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.044/2013-EDVAN SOUZA SILVA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.045/2013-EDVAN SOUZA SILVA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.053/2013-EDVAN SOUZA SILVA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.056/2013-EDVAN SOUZA SILVA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.060/2013-LUIZ CARLOS DA SILVA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.147/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.148/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.149/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.152/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.011/2014-EDVAN SOUZA SILVA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.025/2014-EDVAN SOUZA SILVA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.026/2014-EDVAN SOUZA SILVA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.027/2014-EDVAN SOUZA SILVA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.024/2015-PRINE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA EPP-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.025/2015-LOCADORA & CONSTRUTORA CAMPANHA LTDA-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.082/2015-ANTONIO FEITOSA DE ARAUJO-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

844.004/2016-R DE CASSIA DA COSTA CERAMICA ME-Edital de Disponibilidade Nº 16/2016, DOU de 14/06/2016 "...onde se lê Portaria nº 268/2008, leia-se Portaria nº 155/2016..."

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

840.014/1983-INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°193/2016

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

844.141/2008-RONALDO DE MELO BARROS-OF. N°165/2016

Determina arquivamento processo adm. cassação do Registro de Licença(1291)

844.142/2011-ANTONIO FEITOSA DE ARAUJO-108/2016

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

844.066/2015-ROCHA E MENDES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-Registro de Licença N°10/2016 de 28/06/2016-Vencimento em 16/07/2025

844.043/2016-FLAVIO RODRIGUES TEIXEIRA-Registro de Licença N°003/2016 de 19/07/2016-Vencimento em 05/04/ 2017

ANDRE LUIZ RODRIGUES RAMALHO

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 153/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito despacho publicado(192)

870.618/2008-ROCHA E RIBEIRO LTDA- DOU de 09/07/2012

Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)

871.361/2002-PEDRA CINZA MINERAÇÃO LTDA.- AI N°4810/2012

Fase de Requerimento de Lavra

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)

870.244/1994-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 26/02/2003, Relação n° 064/2003, Seção , pág. - Onde se lê:"... granito...", Leia - se:"... quartzito..."

RELAÇÃO Nº 157/2016

Fase de Concessão de Lavra

Despacho publicado(508)

870.285/1981-CCB CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL S. A.-NEGA CANCELAMENTO DA RENÚNCIA

RELAÇÃO Nº 158/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

870.436/2016-MIRANTE PARTICIPAÇÕES LTDA

870.482/2016-JOSE ERLANDO TEIXEIRA DE AGUILAR

870.491/2016-SELECT ROCHAS LTDA ME

870.635/2016-EMPRESA DE MINERAÇÃO MINASNOVAS LTDA.

870.655/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A

870.656/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A

870.659/2016-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL

870.663/2016-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL

870.668/2016-RAFAEL HOISEL MALAGUTI

870.683/2016-FLAUZINA APARECIDA FERREIRA NEVES ME

870.751/2016-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA

870.807/2016-WAGNER RAIMUNDO KUNZENDORFF

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

872.564/2015-E F DA SILVA FILHO ME-OF. N°624/2016

872.841/2015-CHRISTOVAM MONTEIRO DE ALMEIDA-OF. N°585/2016

872.846/2015-ENCALSO CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°615/2016

872.847/2015-ENCALSO CONSTRUÇÕES LTDA-OF. Nº616/2016

872.852/2015-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-OF. N°614/2016

872.854/2015-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-OF. Nº611/2016

872.855/2015-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-OF. Nº586/2016

872.865/2015-OPARA COMERCIAL DE AREIA LTDA-OF. N°609/2016

872.869/2015-MONTE ALTO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°608/2016

872.929/2015-TUPIM MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°610/2016

872.939/2015-RAFAEL GEAQUINTO MACHADO-OF. N°617/2016

872.942/2015-RAFAEL GEAQUINTO MACHADO-OF. N°604/2016

872.943/2015-RAFAEL GEAQUINTO MACHADO-OF. N°603/2016

872.952/2015-LIBERTY ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. ME-OF. N°600/2016

872.953/2015-LIBERTY ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. ME-OF. N°587/2016

872.954/2015-LIBERTY ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. ME-OF. N°599/2016

872.955/2015-LIBERTY ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. ME-OF. N°598/2016

872.957/2015-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA-OF. N°597/2016

872.959/2015-EDUARDO CRUZ MORAES-OF. N°596/2016

872.960/2015-SDA MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA. ME-OF. N°595/2016

872.965/2015-SSTEC EMPREENDIMENTOS LTDA ME-OF. N°594/2016

872.968/2015-FLÁVIO MACHADO COELHO GOMES BAPTISTA-OF. N°593/2016

872.969/2015-FREDERICO GERALDO MEDRADO FREIRE-OF. N°592/2016

872.970/2015-FREDERICO GERALDO MEDRADO FREIRE-OF. N°591/2016

872.975/2015-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°590/2016

872.982/2015-JOSE CARLOS DE ALMEIDA-OF. N°589/2016

872.992/2015-MINERAÇÃO SANTA IZABEL LTDA - ME-OF. N°623/2016

870.021/2016-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°588/2016

870.116/2016-MAZZA ENGENHARIA LTDA.-OF. N°635/2016

870.211/2016-STUFFBROWN MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°634/2016

870.279/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-OF. N°632/2016

Fase de Disponibilidade

Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)

301.349/2009-Mineradora Santo Expedito Ltda, C.N.P.J: 01.133.510/0001-08- Substância Aprovada:Granito

Indefere requerimento de habilitação a área disponibilidade - Edital/Pesquisa(313)

872.926/2005-FARMAVI ELETROQUIMICA LTDA

Nega provimento ao pedido de reconsideração(369)

871.167/1997- Recurso interposto por Izimex Pedras do Brasil Ltda, C.N.P.J: 05.560.526/0001-40; Mineração Vale du Granito Ltda, C.N.P.J: 07.280.781/0001-64; Mineração Monte Santo Ltda, C.N.P.J: 05.390.206/0001-99

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)

872.161/2015-JOSÉ PARMÊNIO DOS PASSOS - PLG N°04/2016 de 02/08/2016 - Prazo 01 anos

872.308/2015-FELIPE GIA YU XIANG ME - PLG N°03/2016 de 02/08/2016 - Prazo 2 anos

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

871.127/2016-VANGIVALDO LOPES DA SILVA ME-Registro de Licença N°61/2016 de 03/08/2016-Vencimento em 15/03/2036

871.149/2016-COSTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP-Registro de Licença N°62/2016 de 02/08/2016-Vencimento em 23/05/2018

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

872.791/2015-ANTÔNIO MARCOS NOGUEIRA-OF. N°625/2016

872.819/2015-DANIEL ALVES LIMA ME-OF. N°622/2016

870.008/2016-NILTON DA CRUZ ALVES-OF. N°621/2016

Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)

871.159/2016-SVC - CONSTRUÇÕES LTDA

Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)

870.679/2016-JOSÉ GALDINIANO DA ROCHA ME

870.680/2016-JOSÉ GALDINIANO DA ROCHA ME

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Outorga o Registro de Extração, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(921)

870.331/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA- Registro de Extração N°02/2016 de 03/08/2016

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

870.332/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍ-RA- Registro de Extração N°03/2016 de 03/08/2016
Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
872.766/2013-COSTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP
872.677/2015-VANGIVALDO LOPES DA SILVA ME

RELAÇÃO Nº 164/2016

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito despacho de arquivamento do processo(1173)
870.464/2016-JOSE AUGUSTO SILVA SANTANA-ME-Publicado DOU de 17/05/2016

ADIEL DE MACEDO VERAS

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 83/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.044/2015-SETENTA MANUTENÇÃO LTDA EPP-OF. N°1.537/2016-DNPM/ES.
896.136/2015-LEIDE MONTEIRO BASTOS ME-OF. N°1.542/2016-DNPM/ES.
896.340/2015-RENATO CESAR REVELES PEREIRA-OF. N°1.566/2016-DNPM/ES
896.021/2016-MAURO DANIEL DEORCE-OF. N°1.557/2016-DNPM/ES.
896.022/2016-MAURO DANIEL DEORCE-OF. N°1.558/2016-DNPM/ES.
Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
896.339/2014-MARCONI SILVA ALVES- OF. N° 1.616/2016-DNPM/ES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
896.076/2010-CERÂMICA FEREGUETTI LTDA-OF. N°1.567/2016-SR/DNPM/ES.
896.269/2011-MINERAÇÃO EUROPA LTDA ME-OF. N°1.559/2016-SUP.DNPM/ES.
896.656/2011-JOSE ROBERTO BARBOSA DA SILVA-OF. N°1.578/2016-DNPM/ES.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
896.408/1998-MANOEL MOULIN NETTO-OF. N°2578/2012-SR/DNPM/ES.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
896.419/2012-PAISAGEM PEDRAS FRADE E A FREIRA LTDA ME- Cessionário:FORT ROCHA GRANITOS LTDA EPP-CPF ou CNPJ 10.254.825/0001-96- Alvará n°9.730/2014
896.264/2014-JUCIMARIO RUFINO- Cessionário:J. RUFINO ME- CPF ou CNPJ 24.627.893/0001-68- Alvará n°3.762/2016
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
896.921/2007-ALTAIR E MENDONÇA ME.-MIMOSO DO SUL/ES, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ - Guia n° 0035/2016-50.000 toneladas/ano-AREIA- Validade:10/08/2020
896.263/2009-MINERAÇÃO IRMÃOS CASTELLARI LTDA. ME-ICONHA/ES, RIO NOVO DO SUL/ES - Guia n° 0032/2016-16.000toneladas/ano-GRANITO- Validade:15/07/2020
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
896.472/2002-SERRA MAR GRANITOS LTDA
896.332/2009-PEDREIRA INDAIÁ LTDA ME.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
896.323/2001-SEBASTIÃO PEREIRA MERELLES- Alvará n°6.856/2001 - Cessionário: S. P. MERELLES ME.- CNPJ 21.477.285/0001-26
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
896.818/2008-CONSTRUTORA COLOMBI LTDA. EPP.-AI N°547/2015
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
300.326/2009-GRAMEG MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. ME- Substância Aprovada:GRANITO
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
300.326/2009-
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
896.171/2002-ITALYGRAN MINERAÇÃO LTDA-Acolhendo o requerimento da interessada à folha 677 dos autos,acato o recurso apresentado pela Italygran Granitos Ltda e TORNO SEM EFEITO o despacho que cancelou a guia de utilização publicado no Diário Oficial da União de 09/10/2015.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.626/1991-BRASIL QUARRIES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°1.625/2016-DNPM/ES
890.348/1993-MINERACAO ECOLOGICA LTDA. ME-OF. N°1.608/2016-DNPM/ES
890.511/1993-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA EIRELI EPP-OF. N°1555/2016-DNPM/ES.
896.918/1995-FÊNIX MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1.493/2016-DNPM/ES.
896.002/1997-MINERAÇÃO PAGANI LTDA.-OF. N°1.560/2016-SR/DNPM/ES.
896.282/2001-THORGRAN GRANITOS LTDA-OF. N°1.632/2016-DNPM/ES
896.343/2005-AREIAS DO MANFRINE LTDA. - EPP.-OF. N°1.618/2016-DNPM/ES.
896.350/2010-RDM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.569/2016-DNPM/ES.
896.151/2013-NOBERTO SCHMITH BELZ-OF. N°1.570/2016-DNPM/ES.
896.595/2014-GRANITOS MAQUIGI LTDA EPP-OF. N°1.571/2016-DNPM/ES.
896.596/2014-MINERAÇÃO BELA VISTA LTDA-OF. N°1.572/2016-DNPM/ES.
896.601/2014-GRANITOS MAQUIGI LTDA EPP-OF. N°1.573/2016-DNPM/ES.
896.602/2014-IMIGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI-OF. N°1.574/2016-DNPM/ES.
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
896.174/1999-MENINO JESUS MÁRMORES E GRANITOS LTDA. ME-MUNIZ FREIRE/ES - Guia n° 0034/2016-16.000 t/ano-GRANITO- Validade:04/08/2020
896.132/2000-ANDRADE INDUSTRIA E MINERAÇÃO LTDA-PIÚMA/ES, RIO NOVO DO SUL/ES, ITAPEMIRIM/ES - Guia n° 0033/2016-9.600toneladas/ano-GRANITO- Validade:04/08/2020
Nega provimento a defesa apresentada(810)
896.343/2005-AREIAS DO MANFRINE LTDA. - EPP.
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
890.240/1988-GRANALBAN GRANITOS ALTO BANANEIRAS LTDA ME- AI Nº 0233/2012 e 0234/2012.
890.039/1989-CB GRANITOS LTDA- AI Nº 0456/2014
896.050/2010-MINERADORA ROCHA VERDE LTDA ME- AI Nº 128/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
813.867/1974-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA-OF. N°1.568/2016-DNPM/ES.
890.197/1981-NEMER MÁRMORES E GRANITOS SA.-OF. N°1.563/2016-DNPM/ES.
890.251/1981-IVIL INDUSTRIA VALE DO ITAPEMIRIM LTDA-OF. N°1.492/2016-SUP.DNPM/ES.- EDK MINERAÇÃO S/A.
890.240/1988-GRANALBAN GRANITOS ALTO BANANEIRAS LTDA ME-OF. N°0730/2016-DNPM/ES.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
890.039/1989-CB GRANITOS LTDA-OF. N°1.521/2016-SUP.DNPM/ES.
Nega provimento a defesa apresentada(476)
890.039/1989-CB GRANITOS LTDA
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
890.240/1988-GRANALBAN GRANITOS ALTO BANANEIRAS LTDA ME-OF. N°0731/2016-DNPM/ES.
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
896.180/2009-PREMOSUL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA ME-OF. N°1.391/2016-SUP.DNPM/ES.
896.673/2009-VENTURIM & BETINI LTDA ME-OF. N°1.587/2016-SR/DNPM/ES.
896.715/2009-ALESSANDRA FERRARI-OF. N°1.564/2016/2016-DNPM/ES.
896.019/2012-AGROPECUARIA BUENA SORTE S A-OF. N°1.585/2016-DNPM/ES.
896.060/2014-AREAL SÃO JOSÉ LTDA EPP-OF. N°1536/2016-DNPM/ES.
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
896.014/2011-DOIS IRMÃOS BENEFICIAMENTO DE AREIA LTDA.- Registro de Licença N°:04/2012 - Vencimento em INDETERMINADO
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
896.039/2014-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME- Cessionário:M.S. BORLOT ME- CNPJ 11.826.974/0001-45- Registro de Licença n°025/2014- Vencimento da Licença: 28/08/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
896.003/2016-LUCIANO BOSSI ELIAN-OF. N°1.533/2016-DNPM/ES.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)
896.450/2010-RIO DOCE CONSULTORIA LTDA-OF. N°1.549/2016-DNPM/ES.
896.002/2016-ULIAN PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS LTDA ME-OF. N°1.535/2016-DNPM/ES.
896.035/2016-E. C. SMIDER COMÉRCIO E TRANSPORTES ME-OF. N°1.551/2016-DNPM/ES.
896.038/2016-LUA MAR EXTRAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°1.577/2016-DNPM/ES
896.054/2016-JL OBRAS E SERVIÇOS LTDA ME-OF. N°1.562/2016-DNPM/ES

RELAÇÃO Nº 86/2016

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito multa aplicada(813)
890.527/1985-GRANITOS ITAGUACU LTDA.- Publicado DOU de 31/05/2016 (mul Aplic ref. Autos Infração 708 a 712/13)
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
890.626/1991-BRASIL QUARRIES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Publicado DOU de 30/05/2014, Relação n° 68/2014, Seção 1, pág. 142- Onde se lê: " [...] Área de 50 ha para 8,99 ha - GRANITO " LEIA-SE " [...] Área de 50 ha para 8,99 ha - GRANITO - Vila Pavão/ES ".
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito exigência(1284)
896.450/2010-RIO DOCE CONSULTORIA LTDA-OF. N°0657/2011-DOU de sem publicaçao

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 232/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
860.132/1994-PAULO CÉSAR DUARTE PIMENTEL-OF. N°1055/2016
861.175/2005-LITHOS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1102/2016
861.745/2010-LEONCIO CARLOS MEDEIROS-OF. N°1104/2016
860.033/2015-ROYAL MINERADORA LTDA. EPP-OF. N°1056/2016
860.678/2015-JUSCELINO VIEIRA DOS SANTOS-OF. N°1054/2016
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
862.112/2011-RONY FELIX RODOVALHO- Área de 528,22 para 49,78-AREIA E CASCALHO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
861.716/2007-TATIANA DA SILVA
861.717/2007-TATIANA DA SILVA
861.718/2007-TATIANA DA SILVA
860.768/2013-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
860.151/2014-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.
860.152/2014-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.
860.153/2014-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.
860.155/2014-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
860.764/2009-MINERAÇÃO ITABIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°8491/2009
860.765/2009-MINERAÇÃO ITABIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°11135/2009
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
860.837/2010-LUIZ ANTONIO LISITA-ALVARÁ N°11237/2010
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
860.025/2013-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°8499/2013
860.026/2013-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°8500/2013
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
862.178/2005-OLAF WINKING-OF. N°1101/2016
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
806.201/1976-SAÚDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA.- Fonte: SÃO JOSÉ; Marca: NATIVA; Embalagem: 10L (sem gás).- HIDROLÂNDIA/GO
860.066/2000-BELO VALLE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Fonte: SÃO PEDRO; Marca: NATIVA; Embalagem: 10L (sem gás).- NOVO GAMA/GO
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
860.005/1978-Colorminas Colorifício e Mineração S A- AI N° 773/2016
760.844/1996-Lenda Indústria de Água Mineral Ltda- AI N° 574/2016
860.652/2000-Colorminas Colorifício e Mineração S A- AI N° 774/2016

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

860.482/2003-Comércio Varejista e Atacadista de Materiais de Construção Ltda- AI N° 662/2016

860.483/2003-Comércio Varejista e Atacadista de Materiais de Construção Ltda- AI N° 663/2016

860.712/2005-Ceramikalys Industria Ceramica e Comercio Ltda- AI N° 673/2016

860.358/2008-Areia Barra Azul Extração e Comercio Ltda- AI N° 624/2016

RELAÇÃO Nº 233/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina arquivamento Auto de infração(230)

861.187/2014-MENDES E SILVA MINERAÇÃO LTDA. ME-AI N°499/2016

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

861.052/2006-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-AI N°1027/2016

861.053/2006-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-AI N°1028/2016

861.282/2006-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-AI N°1029/2016

861.284/2006-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-AI N°1030/2016

861.285/2006-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-AI N°1031/2016

861.286/2006-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-AI N°1032/2016

861.287/2006-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-AI N°1033/2016

861.290/2006-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-AI N°1034/2016

861.291/2006-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-AI N°1035/2016

861.292/2006-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-AI N°1036/2016

861.293/2006-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-AI N°1037/2016

860.223/2009-FORNECEDORA SILVA LTDA-AI N°1038/2016

860.346/2009-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-AI N°1039/2016

861.089/2009-GERSON MENEZES-AI N°1040/2016

861.095/2009-NATAL DOMINGUES DE SOUSA-AI N°1041/2016

860.426/2014-BRITAMINAS FORTALEZA LTDA-AI N°1042/2016

860.513/2014-MOACYR DE OLIVEIRA FRANCO-AI N°1043/2016

860.032/2015-RONIER ETERNO DA SILVA-AI N°1044/2016

860.041/2015-GALVÃO ENGENHARIA S A-AI N°1045/2016

860.043/2015-SEBASTIAO CARLOS DE MIRANDA-AI N°1046/2016

860.046/2015-VALDIRON LUIZ DE CARVALHO & CIA LTDA ME-AI N°1047/2016

860.047/2015-J.R. PEREIRA-AI N°1048/2016

860.106/2015-SEBASTIÃO GONTIJO DE SOUZA-AI N°1049/2016

860.333/2015-DIVITEX PERICUMÃ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.-AI N°1050/2016

860.334/2015-DIVITEX PERICUMÃ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.-AI N°1051/2016

Fase de Concessão de Lavra

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

862.619/1980-SERRA DAS CALDAS MINERAÇÃO LTDA.- AI N° 1060/2016

862.623/1980-SERRA DAS CALDAS MINERAÇÃO LTDA.- AI N° 1059/2016

862.639/1980-PAINEIRAS MINERAÇÃO LTDA- AI N° 1057/2016

862.648/1980-MINASTERMAS MINERADORA DAS THERMAS LTDA- AI N° 439/2016

860.161/1987-MINERAÇÃO AGUA QUENTE LTDA- AI N° 1058/2016

861.116/1989-LAFARGE BRASIL S A- AI N° 1074/2016

861.332/2003-ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA- AI N° 1077/2016

860.221/2006-SEBA COMERCIO E INDUSTRIA E LTDA- AI N° 1062/2016

860.850/2006-MINERAÇÃO PLANALTO LTDA- AI N° 1063/2016

861.160/2006-JESIEL MORAES MENEZES ME- AI N° 1075/2016

860.036/2007-AREIAL OURO BRANCO LTDA ME- AI N° 1067/2016

860.421/2007-F. G. MINERADORA LTDA- AI N° 1072/2016

861.152/2007-SEBA COMERCIO E INDUSTRIA E LTDA- AI N° 1065/2016

861.589/2007-P.Z. AREIA E TRANSPORTE LTDA- AI N° 1076/2016

860.586/2008-ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA- AI N° 1061/2016

860.859/2008-MINERADORA SÃO CRISTOVÃO LTDA ME- AI N° 1064/2016

860.082/2009-MINERAÇÃO SANTA LUZIA LTDA- AI N° 1071/2016

860.636/2010-RAMOS E GOMES MINERAÇÃO LTDA- AI N° 1070/2016

860.816/2010-JJX: FORTES INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CONSTRUÇÕES E MINERAÇÃO LTDA ME- AI N° 1069/2016

861.103/2010-EURIPEDES RODRIGUES DA SILVA ME- AI N° 1068/2016

861.629/2010-BRICCAL INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA- AI N° 1066/2016

861.677/2010-BORGES E HORI MINERAÇÃO LTDA- AI N° 1073/2016

Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)

800.114/1972-Votorantim Cimentos S A- AI N° 588/2016

860.481/2003-Comércio Varejista e Atacadista de Materiais de Construção Ltda- AI N° 661/2016

860.602/2003-Pedreira Fortaleza do Bauzinho Ltda Me- AI N° 690/2016

860.745/2003-D. L. do Prado M. Construcao Me- AI N° 679/2016

861.017/2004-Seba Comercio e Industria e Ltda- AI N° 640/2016

860.158/2005-Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S A- AI N° 771/2016

861.938/2005-Concremax Engenharia, Concreto e Materiais Ltda- AI N° 585/2016

860.725/2006-Mg Mineração Green Gold Ltda M- AI N° 643/2016

860.921/2006-Britaminas Fortaleza Ltda- AI N° 712/2016

862.043/2007-D. L. do Prado M. Construcao Me- AI N° 680/2016

Fase de Lavra Garimpeira

Determina arquivamento do Auto de Infração(580)

860.168/1990-HELTON DE OLIVEIRA AGUIAR- AI N°617/2016

Fase de Requerimento de Lavra

Determina arquivamento do Auto de Infração(807)

860.370/2005-CERÂMICA CATALÃO LTDA- AI N°609/2016

RELAÇÃO Nº 236/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)

861.745/2010-LEONCIO CARLOS MEDEIROS- Publicado DOU de 29/06/2012

RELAÇÃO Nº 237/2016

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

860.039/2004-ELIAS FERREIRA DA SILVA CONSTRUARQ- Registro de Licença N°:1481/2004 - Vencimento em 18/03/2018

862.357/2007-JOSÉ RODRIGUES- Registro de Licença N°:087/2008 - Vencimento em 20/08/2017

860.841/2008-VALDIRON LUIZ DE CARVALHO- Registro de Licença N°:014/2009 - Vencimento em 25/06/2017

861.134/2008-NILO CRIZANTO DA COSTA- Registro de Licença N°:117/2010 - Vencimento em 15/05/2017

861.612/2008-SEBASTIÃO MÁRCIO MARIANO SOUSA CALZADA- Registro de Licença N°:084/2009 - Vencimento em 20/03/2018

860.176/2009-MASCARENHAS MINERADORA LTDA ME- Registro de Licença N°:047/2014 - Vencimento em 04/05/2018

860.697/2009-RAFAEL ANTONIO BRUNO- Registro de Licença N°:001/2010 - Vencimento em 31/05/2018

861.454/2009-GOYAZ BRITAS LTDA- Registro de Licença N°:066/2010 - Vencimento em 19/01/2018

861.542/2009-RIBEIRO & CASTRO LTDA- Registro de Licença N°:190/2010 - Vencimento em 14/06/2017

860.714/2010-VALDOMIRO DE SOUSA ALMEIDA JUNIOR- Registro de Licença N°:194/2010 - Vencimento em 11/04/2017

860.999/2010-MARCELO AMERICO DANTAS- Registro de Licença N°:207/2010 - Vencimento em 13/06/2017

861.738/2011-LUCIMEIRE ALVES SOUZA- Registro de Licença N°:088/2012 - Vencimento em 08/06/2017

862.298/2011-CERÂMICA CORUMBÁ LTDA- Registro de Licença N°:091/2012 - Vencimento em 23/08/2021

862.724/2011-ROSA E CAVALCANTE LTDA. ME- Registro de Licença N°:264/2012 - Vencimento em 16/05/2018

860.280/2012-PEDRO ALVES DE OLIVEIRA- Registro de Licença N°:223/2012 - Vencimento em 14/07/2017

861.382/2012-NELSON LOPES ZEDES- Registro de Licença N°:040/2013 - Vencimento em 01/07/2020

861.383/2012-ROGÉRIO SALDANHA- Registro de Licença N°:012/2014 - Vencimento em 01/07/2020

861.596/2012-CASCALHO SÃO VICENTE EIRELI- Registro de Licença N°:034/2013 - Vencimento em 03/09/2017

861.683/2012-PAIS E FILHOS AREIA EIRELI ME- Registro de Licença N°:166/2013 - Vencimento em 09/03/2017

861.684/2012-PAIS E FILHOS AREIA EIRELI ME- Registro de Licença N°:222/2013 - Vencimento em 09/03/2017

861.795/2012-GIRLENE LEITE ORTIZ DE CAMARGO- Registro de Licença N°:140/2013 - Vencimento em 29/07/2017

861.997/2012-CERÂMICA SOLIMÕES LTDA- Registro de Licença N°:202/2014 - Vencimento em indeterminado

862.004/2012-DENILSON BATISTA DA SILVA- Registro de Licença N°:010/2014 - Vencimento em 01/07/2018

862.202/2012-RAFAEL ANTONIO BRUNO- Registro de Licença N°:081/2013 - Vencimento em 31/05/2018

860.182/2013-ROBERTO CROSS SILVA- Registro de Licença N°:156/2013 - Vencimento em 19/05/2017

860.189/2013-LUIZ ANTONIO ALVES- Registro de Licença N°:121/2013 - Vencimento em 09/06/2018

860.616/2013-FRANCISCO CALZADA MACHADO- Registro de Licença N°:187/2013 - Vencimento em 29/02/2017

861.325/2013-WELSON ALBUQUERQUE RIBEIRO BORGES- Registro de Licença N°:149/2014 - Vencimento em 01/07/2017

861.335/2013-CERAMICA NOVO HORIZONTE LTDA EPP- Registro de Licença N°:185/2014 - Vencimento em 21/06/2017

861.415/2013-BELCHIOR DE SOUZA- Registro de Licença N°:028/2014 - Vencimento em 04/07/2017

861.566/2013-CERÂMICA MONTE CRISTO LTDA- Registro de Licença N°:216/2014 - Vencimento em 29/07/2017

860.410/2014-RAFAEL SILVEIRA COSTA- Registro de Licença N°:096/2015 - Vencimento em 08/04/2017

860.719/2014-CARLOS ALBERTO GOMES PEREIRA- Registro de Licença N°:015/2016 - Vencimento em indeterminado

860.832/2014-ALEX SILVA EVANGELISTA- Registro de Licença N°:151/2015 - Vencimento em 24/02/2017

861.012/2014-JOÃO LANCISIO BATISTA- Registro de Licença N°:114/2015 - Vencimento em 07/07/2017

861.291/2014-LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA CASTRO- Registro de Licença N°:074/2015 - Vencimento em 03/05/2017

861.580/2014-JLL MINERAÇÃO LTDA ME- Registro de Licença N°:082/2015 - Vencimento em 27/06/2017

860.957/2015-ALCIRGEANNI FERNANDES GUIMARÃES FERREIRA- Registro de Licença N°:095/2016 - Vencimento em 27/06/2018

861.068/2015-ASSUNÇÃO LOCAÇÕES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI ME- Registro de Licença N°:200/2015 - Vencimento em 11/09/2017

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO 120/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina arquivamento Auto de infração(230)

866.059/2011-DIOGO DE TOLEDO LARA NETO-AI N°517/2016

Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)

866.377/2003-MINERAÇÃO J.E DIAMANTE LTDA-AI N°360/2008

866.551/2004-TORIO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°275/2015

866.577/2006-LAGO DOURADO MINERAÇÃO LTDA-AI N°63/2015

866.631/2006-LAGO DOURADO MINERAÇÃO LTDA-AI N°64/2015

866.085/2007-LAGO DOURADO MINERAÇÃO LTDA-AI N°65/2015

866.979/2007-MAURO ROGÉRIO MARTINS ZENI-AI N°610/2015

867.014/2007-MAURO ROGÉRIO MARTINS ZENI-AI N°609/2015

866.057/2008-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA-AI N°549/2015

866.059/2008-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA-AI N°548/2015

867.005/2008-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-AI N°313/2015

866.227/2009-WAGNER LOPES GHELER SERVIÇOS ME-AI N°547/2015

866.432/2010-RODRIGO HAUAGGE DO PRADO-AI N°270/2015

866.479/2010-LAGO DOURADO MINERAÇÃO LTDA-AI N°62/2015

867.180/2010-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A-AI N°433/2012

867.185/2010-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A-AI N°432/2012

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

866.617/2004-OLGA SCHOCK - AI N°326/2015
867.261/2005-PETROCAL INDUSTRIA E COMERCIO DE CAL S.A - AI N°512/2015
867.262/2005-PETROCAL INDUSTRIA E COMERCIO DE CAL S.A - AI N°511/2015
867.263/2005-PETROCAL INDUSTRIA E COMERCIO DE CAL S.A - AI N°513/2015
867.264/2005-PETROCAL INDUSTRIA E COMERCIO DE CAL S.A - AI N°514/2015
867.344/2005-PETROCAL INDUSTRIA E COMERCIO DE CAL S.A - AI N°510/2015
866.592/2006-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA - AI N°517/2015
866.593/2006-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA - AI N°519/2015
866.823/2006-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA - AI N°522/2015
867.229/2007-ILDO GRISOSTE BARBOSA - AI N°269/2015
866.282/2009-LASTRA MINERAÇÃO LTDA - AI N°509/2015
866.283/2009-LASTRA MINERAÇÃO LTDA - AI N°502/2015
866.290/2009-LASTRA MINERAÇÃO LTDA - AI N°507/2015
866.291/2009-LASTRA MINERAÇÃO LTDA - AI N°508/2015
866.854/2009-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA - AI N°521/2015
866.476/2010-MINERAÇÃO SERRA DOURADA LTDA - AI N°565/2015
866.477/2010-MINERAÇÃO SERRA DOURADA LTDA - AI N°566/2015
866.478/2010-MINERAÇÃO SERRA DOURADA LTDA - AI N°564/2015
866.444/2011-ALÉCIO JARUCHE - AI N°589/2015
866.445/2011-ALÉCIO JARUCHE - AI N°588/2015
866.446/2011-ALÉCIO JARUCHE - AI N°587/2015
866.495/2011-MINERAÇÃO SHALON LTDA - AI N°607/2015
866.496/2011-MINERAÇÃO SHALON LTDA - AI N°606/2015
866.591/2011-JOSÉ ALVES DE CARVALHO - AI N°595/2015
866.592/2011-JOSÉ ALVES DE CARVALHO - AI N°593/2015
866.593/2011-JOSÉ ALVES DE CARVALHO - AI N°594/2015
866.504/2012-J. A. DE CARVALHO ME - AI N°621/2015
866.505/2012-J. A. DE CARVALHO ME - AI N°620/2015
866.506/2012-J. A. DE CARVALHO ME - AI N°619/2015
866.507/2012-J. A. DE CARVALHO ME - AI N°618/2015
866.508/2012-J. A. DE CARVALHO ME - AI N°617/2015
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto de infração.(1844)
866.474/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A-AI N°1050/2012
866.539/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-AI N°354/2013
866.902/2007-JOSÉ SAMPAIO LEITE-AI N°454/2013
866.978/2007-DIVINO GOMES ROBERTO-AI N°358/2013
867.169/2007-PAULO DE TARSO LOPES PEREIRA-AI N°363/2013
867.236/2007-S.R. LEME-AI N°265/2014
866.052/2008-YAMADA TERRAPLANAGEM E MINERAÇAO LTDA-AI N°478/2013
866.702/2008-HIROSHIMA AGROPECUARIA LTDA-AI N°112/2014
867.194/2008-CIMAGEL COMERCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA LTDA-AI N°106/2014
867.232/2008-JONES MORELLO-AI N°21/2014
867.268/2008-JOSE LOURENÇO-AI N°10/2014
866.212/2010-THEO LOURENÇO PONTES-AI N°1382/2011
867.271/2010-BELO MONTE MINERACAO-AI N°92/2016

MARCIO CORREIA DE AMORIM

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº429/2016

Ficam o(s) abaixo relacionado (s) ciente(s) de que julgou-se improcedente (s) a(s) defesa (s) administrativa (s); interposta (s);restando- lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente do DNPM/MG relativo ao (s) débitos(s) apurados (s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais CFEM(art.3º,IX da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 nº8.001/90, art.61 da Lei nº9.430/96, Lei nº9.993/00, nº10.195/01 e nº10.522/02),no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.

931.255/2011 - Calcário Triângulo Indústria e Comércio Ltda.- CNPJ:18.572.206/0001-51 - NFLDP nº870/2011 - Valor:$29.106,93

931.307/2011 - Granha Ligas Ltda.- CNPJ:05.833.746/0001-08 - NFLDP nº893/2011 - Valor:$6.119,20

Fica(m) o(s) abaixo relacionado (s) ciente(s) de que julgou-se parcialmente procedente(s)a(s) defesa (s)administrativa(s); interposta(s);restando- lhe(s) pagar parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente do DNPM/MG relativo ao(s) débitos(s) apurados (s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais CFEM(art.3º,IX da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 nº8.001/90, art.61 da Lei nº9.430/96, Lei nº9.993/00, nº10.195/01 e nº10.522/02),no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.

931.261/2011 - Saint Gobain do Brasil Produtos Industriais e Para Construção Ltda.- CNPJ:61.064.838/0001-33 - NFLDP nº876/2011 - Valor:$1.203,13

934.795/2011 - Saint Gobain do Brasil Produtos Industriais e Para Construção Ltda.- CNPJ:61.064.838/0001-33 - NFLDP nº3883/2011 - Valor:$59.604,74

Ficam o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) que o recurso (s) administrativo (s) interposto(s)foram julgados improcedentes;restando- lhe(s) pagar ou parcelar o (s) débitos(s) apurados (s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais CFEM(art.3º,IX da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 nº8.001/90, art.61 da Lei nº9.430/96, Lei nº9.993/00, nº10.195/01 e nº10.522/02),no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.

932.108/2009 - A.Pelúcio Comércio e Exportação Ltda.- CNPJ:17.011.974/0001-73 - NFLDP nº4755/2009 - Valor:$547.498,37

932.304/2009 - Mineração Santa Paulina Ltda - CNPJ:41.765.181/0001-24 - NFLDP nº4690/2009 - Valor:$146.789,97

932.371/2009 - Casol Indústria e Comércio de Calcário Ltda - CNPJ:16.685.794/0001-04 - NFLDP nº4896/2009 - Valor:$21.294,69

932.425/2009 - Magnesita Refratários S.A- CNPJ:08.684.547/0001-65 - NFLDP nº4818/2009 - Valor:$4.792,22

PAULO SÉRGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 69/2016

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
826.175/1994-Hobi S.A. Mineração de Areia e Concreto- AI N°209/2016
826.456/2005-Hobi S.A. Mineração de Areia e Concreto- AI N°208/2016
826.457/2005-Hobi S.A. Mineração de Areia e Concreto- AI N°207/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
826.124/1999-MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA - Publicado DOU de 30/01/2006, Relação n° 01/2006, Seção 01, pág. 95-(Alteração no valor da Reserva Medida)
826.453/1999-INDUSTRIA EXTRATIVA DE AREIA E PEDRA VERA CRUZ LTDA- EPP.. - Publicado DOU de 27/09/2010, Relação n° 111/2010, Seção 1, pág. 75- Onde se lê:"...Aprovo o Relatório Final de Pesquisa para Areia no município de Marilena, estado do Paraná...": Leia-se:"..."Aprovo o Relatório Final de Pesquisa para Areia com redução de área de 66,38 ha para 49,44 ha no município de Marilena, estado do Paraná
826.010/2003-TERRA RICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIOS E FERTILIZANTES DE SOLO LTDA. - Publicado DOU de 09/12/2008, Relação n° 128/2008, Seção 1, pág. 114-Onde se lê:"...a área fica reduzida de 491,89 ha para 62,22 ha...": Leia-se:"...a área fica reduzida de 491,89 ha para 44,68 ha..."

RAFAEL QUEVEDO DO AMARAL

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 85/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
840.031/2016-MAP MINERAÇÃO LTDA-OF. N°970/16
840.049/2016-ODAIR JOSÉ BERNARDI FRANCA-OF. N°990/16
840.078/2016-TULIO BORGES DAMASIO QUEIROZ-OF. N°988/16
840.088/2016-LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA ATAÍDE-OF. N°986/16
840.096/2016-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-OF. N°967/16
840.112/2016-ANTÔNIO BATISTA DE ANDRADE LUCENA-OF. N°997/16
840.113/2016-SOUZA LEITE EXTRACOES EIRELI ME-OF. N°999/16
840.115/2016-PAULO JOSÉ E SILVA-OF. N°996/16
840.118/2016-ELMA RAMOS VELLOZO CESAR DE PE-TRIBU-OF. N°991/16
840.132/2016-CONSTRUTORA GETEL LTDA-OF. N°992/16
840.133/2016-CONSTRUTORA GETEL LTDA-OF. N°992/16
840.134/2016-CONSTRUTORA GETEL LTDA-OF. N°992/16
840.135/2016-CONSTRUTORA GETEL LTDA-OF. N°992/16
840.163/2016-SERGIO RICARDO RIBEIRO GAMA-OF. N°935/16
840.167/2016-GUILHERME DE VASCONCELOS ALENCAR COELHO EIRELI-OF. N°969/16
840.176/2016-AREIAS PÉROLA LTDA. ME-OF. N°936/16
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
840.101/2016-MARIO JOSÉ DA SILVA
840.127/2016-MARIO JOSÉ DA SILVA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
840.025/2016-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA
840.026/2016-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA
840.027/2016-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA
840.028/2016-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA
840.029/2016-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA
840.079/2016-RIBEIRO E CALVETE LTDA
Não conhece requerimento protocolizado(1004)
840.145/2016-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES
840.146/2016-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES
840.148/2016-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
840.191/2009-VOTORANTIM METAIS S.A- Cessionário:840.124/2016-Mario José da Silva
840.195/2009-VOTORANTIM METAIS S.A- Cessionário:840.127/2016-Mario José da Silva
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
840.184/2016-E J DE FRANCA-Registro de Licença N°027/2016 de 01/08/2016-Vencimento em 13/06/2017

RELAÇÃONº 86/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
840.124/2016-MARIO JOSÉ DA SILVA
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
840.079/2012-MINERAÇÃO LAGOA DOS GREGORIOS LTDA
840.256/2012-MARCELO SILVA DO BONFIM
Nega provimento a defesa apresentada(242)
840.671/2012-CARLOS JOSÉ GONÇALVES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
840.672/2012-ROMILDO MARINHO DE BARROS-OF. N°994/16
840.673/2012-ROMILDO MARINHO DE BARROS-OF. N°994/16
840.784/2012-MINERAÇÃO VALE DO GESSO LTDA-OF. N°981/16
840.817/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°976/16
840.829/2012-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA-OF. N°922/16
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
840.452/2012-VOTORANTIM METAIS S.A- Cessionário:Votorantim Metais Zinco S/A- CPF ou CNPJ 42.416.651/0001-07-Alvará n°12.179/2015
840.458/2012-VOTORANTIM METAIS S.A- Cessionário:Votorantim Metais Zinco S/A- CPF ou CNPJ 42.416.651/0001-07-Alvará n°12.197/2015
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
840.037/2012-PEDREIRA HERVAL LTDA-Granito para Brita
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
840.302/2012-MINERPAV MINERADORA LTDA.
840.303/2012-MINERPAV MINERADORA LTDA.
840.304/2012-MINERPAV MINERADORA LTDA.
840.584/2012-AGAMENON BEZERRA DE MENEZES
840.585/2012-AGAMENON BEZERRA DE MENEZES
840.846/2012-MMENDS GEOLOGIA LTDA ME

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

840.248/2012-JOSÉ DE LIMA RODRIGUES-AI N°239/16

840.249/2012-JOSÉ DE LIMA RODRIGUES-AI N°240/16

840.250/2012-JOSÉ DE LIMA RODRIGUES-AI N°241/16

RELAÇÃO Nº 87/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

840.131/2013-E J DE FRANCA-OF. N°985/16

840.135/2013-PEDREIRA ITAQUITINGA LTDA EPP-OF. N°982/16

840.340/2013-MARCUS MAIMONE RAMOS DE SENA PEREIRA ME-OF. N°983/16

840.358/2013-MINERAÇÃO DELMIRO GOUVEIA LTDA-OF. N°984/16

840.510/2013-GOIANA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°980/16

Indefere pedido de reconsideração(263)

840.142/2013-MMENDS GEOLOGIA LTDA ME

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

840.248/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.899/2015

840.249/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.900/2015

840.250/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.881/2015

840.251/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.882/2015

840.252/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.901/2015

840.253/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.883/2015

840.254/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.884/2015

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

840.120/2013-MINERAÇÃO ALMEIDA LTDA ME

840.181/2013-MAP MINERAÇÃO LTDA

840.246/2013-F2S GESTÃO DE ATIVOS EM MINERAÇÃO LTDA

Auto de Infração multa - início da pesquisa não comunicado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(1407)

840.358/2013-MINERAÇÃO DELMIRO GOUVEIA LTDA-AI N°236/16

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

840.446/2013-PRODUTOS CERÂMICOS CACICULÉ LTDA-Registro de Licença N°026/2016 de 08/07/2016-Vencimento em 21/05/2023

Fase de Disponibilidade

Determina arquivamento definitivo do processo(1678)

840.186/2013-VOTORANTIM METAIS S.A

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 16, de 12/08/2016, publicada no Diário Oficial da União, de 15 de agosto de 2016, Seção 1, página 49, onde se lê: 08h00min ás 12h00min no dia 19 maio de 2016", Leia-se: "08h00min ás 12h00min no dia 19 de agosto de 2016".

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 401, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 14 da Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012 e os termos do Parecer Técnico nº 59/2016 - COPIN/CGAPI/SPR, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o adicional aos limites de importação de insumos correspondente a 50% (cinquenta por cento) da cota do 2º ano do produto ROTEADOR DIGITAL - Código Suframa 0057, no valor de US$ 3,872,880.00 (três milhões, oitocentos e setenta e dois mil, oitocentos e oitenta dólares norte-americanos), aprovado por meio da Resolução nº 064, de 14 de agosto de 2014, emitida em nome da empresa FLEX IMP. EXP. IND E COM. DE MAQ. E MOTORES LTDA., com inscrição Suframa n.º 20.0690.01-9 e CNPJ nº 22.798.094/0001-29.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REBECCA MARTINS GARCIA

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 295 DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Delega competência para concessão de diárias e passagens para os servidores e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições e tendo em vista o disposto nos inciso II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal de 1988, considerando o disposto no Decreto nº 7.689/2012, de 2 de março de 2012, na Instrução Normativa nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e no art. 14 da Portaria nº 249, de 13 de junho de 2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Secretário-Executivo para autorizar a concessão de diárias e passagens nas hipóteses dos incisos I, II e III do art. 7º do Decreto nº 7689/2012.

Art. 2º Delegar competência ao Secretário-Executivo para autorizar a concessão de diárias e passagens nas hipóteses do inciso IV, do art. 7º do Decreto nº 7689/2012, vedada a subdelegação.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 234, de 08 de julho de 2016, publicado no DOU de 11 de julho de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA
CONSELHO PÚBLICO OLÍMPICO

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

O CONSELHO PÚBLICO OLÍMPICO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III e VI, do Parágrafo quinto, da Cláusula Décima Primeira e o inciso VI da Cláusula Quarta, ambas do Contrato de Consórcio Público que instituiu a Autoridade Pública Olímpica,

CONSIDERANDO que cabe à Autoridade Pública Olímpica a coordenação de ações governamentais para o planejamento e entrega das obras e serviços necessários à realização dos Jogos Rio 2016;

CONSIDERANDO a competência da Autoridade Pública Olímpica para elaboração e atualização da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos;

CONSIDERANDO as Resoluções nº 10, de 29 de julho de 2016, e nº 11, de 09 de agosto de 2016, da Diretoria Colegiada da Autoridade Pública Olímpica;

Por deliberação unânime, em sua Reunião Extraordinária nº 02, de 12 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Atualizar e revisar a Matriz de Responsabilidades e a Carteira de Projetos Olímpicos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 na forma dos Anexos I e II desta Resolução.

Art. 2º Determinar a disponibilização integral das versões atualizadas e revisadas da Matriz de Responsabilidades e a Carteira de Projetos Olímpicos no sítio da Autoridade Pública Olímpica na rede mundial de computadores no endereço a seguir: www.apo.gov.br

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZA HELENA TRAJANO INÁCIO RODRIGUES
Presidente do Conselho

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 29 DE JULHO DE 2016

A DIRETORIA COLEGIADA DA AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA, no uso da competência que lhe confere o inciso VI, do Art. 22 do Estatuto da Autoridade Pública Olímpica, por deliberação unânime, em Reunião Ordinária 16/2016 de 29 de julho de 2016, resolve:

APROVAR a proposta de atualização e revisão da Matriz de Responsabilidades dos Jogos.

DETERMINAR ao Diretor Executivo o encaminhamento da proposta para aprovação pelo Conselho Público Olímpico.

MARCELO PEDROSO
Presidente
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

A DIRETORIA COLEGIADA DA AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA, no uso da competência que lhe confere o inciso VI, do Art. 22 do Estatuto da Autoridade Pública Olímpica, por deliberação unânime, em Reunião Ordinária 18/2016 de 09 de agosto de 2016, resolve:

APROVAR a proposta de atualização e revisão da Carteira de Projetos Olímpicos dos Jogos.

DETERMINAR ao Diretor Executivo o encaminhamento da proposta para aprovação pelo Conselho Público Olímpico.

MARCELO PEDROSO
Presidente
Substituto

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 10 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 273, de 27/04/2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu emitir as outorgas preventivas a:

Nº 908 - Edmilson de Souza Torres, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 909 - União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE São Simão, Município de Gouvelândia/Goiás, aquicultura.

Nº 910 - União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE São Simão, Município de Paranaiguara/Goiás, aquicultura.

Nº 911 - União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE São Simão, Município de Gouvelândia/Goiás, aquicultura.

Nº 912 - União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE São Simão, Município de Gouvelândia/Goiás, aquicultura.

O inteiro teor das Resoluções de outorga preventiva, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 273, de 27/04/2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu:

Nº 905 - Revogar, a partir de 27 de julho de 2016, a Resolução ANA nº 873, 25 de Julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 27 de julho de 2016, Seção 01, página 42, a qual outorgou a Wilson de Carvalho Nunes, o direito de uso de recursos hídricos para captação de água no rio Doce, com a finalidade de irrigação, Declaração de Uso do CNARH nº 273321, no Município de Bom Jesus do Galho/MG, por motivo de duplicidade de emissão de outorga.

Nº 925 - Revogar, a partir de 11 de julho de 2016, a Resolução ANA nº 120, de 15 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 18 de fevereiro de 2016, Seção 1, página 32, a qual outorgou a Embaré Indústrias Alimentícias S.A. o direito de uso de recursos hídricos no rio São Francisco, com a finalidade de Indústria, declaração CNARH nº. 257900, no município de Lagoa da Prata - MG, por motivo de desistência do interessado.
O inteiro teor das Resoluções de revogação de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 273, de 27/04/2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu outorgar a:

Nº 906 - Matias Araújo Souza, rio Traçunhaém, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 907 - Silvio Doria de Almeida Ribeiro, Rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 913 - Adriano de Medeiros Souza, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 914 - Gilberto Félix dos Santos, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 915 - Felix Gonzaga da Silva, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 916 - Donizete Silva Araújo, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 917 - Anderson Geraldo Rodrigues, rio São Francisco, Município de Iguatama/Minas Gerais, irrigação.

Nº 918 - Leonilton dos Santos, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Nº 919 - José Sebastião Angelim, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 920 - Cloves Rodrigues de Moraes, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 921 - Paulo Maurílio Campos Sousa, rio Palma, Município de Pompéu/Minas Gerais, irrigação.

Nº 922 - Walde José de Campos, rio São Francisco, Município de Pompéu/Minas Gerais, irrigação.

Nº 923 - Nilson Reis Ferreira, São Francisco, Município de Matias Cardoso/ Minas Gerais, irrigação.

Nº 924 - Hildo Rodrigues de Moraes, rio São Francisco, Município de Belém de São Francisco/Pernambuco, irrigação.

Nº 926 - João Tenório Rodrigues, rio São Francisco, Município de Pão de Açúcar/Alagoas, Irrigação.

Nº 927 - Marcos Rogério Cipriano da Silva, UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Nº 928 - Sandra Ferreira Alves Prates, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/Minas Gerais, irrigação.

Nº 929 - Valdemar Antônio Rodrigues, reservatório da UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 930 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A - EMBASA, rio São Francisco, Município de Ibotirama/Bahia, abastecimento público e esgotamento sanitário.

Nº 931 - Francisco José de Souza, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 932 - Elder Firmino de Souza Neto, rio São Francisco, Município de Manga/Minas Gerais, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 176, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso II, § 1º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c o art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967 no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que integram o Processo Administrativo n° 04926.000104/2014- 47, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão, sob regime de concessão do direito real de uso gratuito, à Agência de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável do Vale do Rio Paracatu, do imóvel urbano, com área de 200.060,00 m², localizado no lugar denominado "Fazenda Frutuoso", Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais, cadastrado no Sistema Integrado de Administração Patrimonial - SIAPA sob o RIP de nº 4939.010000-48 e devidamente registrado na Matrícula nº 26.214, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Paracatu.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º se destina à implantação de Projeto Habitacional de Interesse Social no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades, em benefício de cerca de 436 famílias de baixa renda.

§1º Fica estabelecido o prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de assinatura do contrato, para a conclusão do empreendimento de provisão habitacional, prorrogável por mais 2 (dois) anos a critério da Administração.

§2º Até que seja transferido para os beneficiários finais, o imóvel não poderá ser dado como garantia, exceto quando se tratar de contrato de financiamento habitacional necessário para se atingir a finalidade desta cessão.

§3º Na hipótese de execução da garantia em virtude do descumprimento do contrato de financiamento, fica mantida a finalidade para a qual o bem foi originalmente destinado, nos termos do art. 7º, caput e § 3º, do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 3º O prazo da cessão para o beneficiário é indeterminado.

Art. 4º Fica o cessionário obrigado a:

I - transferir gratuitamente o direito real de uso e as obrigações relativas às parcelas do imóvel descrito no art. 1º às famílias de baixa renda beneficiárias, averbando tais transferências junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente e à Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais;

II - promover, preferencialmente, a titulação junto à Matrícula do imóvel em nome da mulher, conforme Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005 e Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009;

III - fornecer à União, representada pela Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais, os dados cadastrais dos beneficiários, bem como as peças técnicas e documentos necessários para a inscrição dos desmembramentos e transferências de direito real de uso efetivados no SIAPA; e

IV - inserir nos contratos com os beneficiários finais da regularização fundiária de interesse social que somente poderá haver transferência dos imóveis mediante autorização prévia da SPU/MG e da Caixa Econômica Federal, e desde que após a quitação referente à participação financeira do beneficiário final no financiamento (art. 6º-A, § 5º, III, da Lei nº 11.977, de 2009) e após 5 (cinco) anos da assinatura dos respectivos contratos.

Art. 5º Os encargos de que tratam os artigos 2º e 4º serão permanentes e resolutivos, revertendo automaticamente o imóvel ou a unidade autônoma desmembrada ao Patrimônio da União, sem direito do cessionário ou o beneficiário final pessoa física a qualquer indenização, inclusive por obras ou quaisquer benfeitorias realizadas, se:

I - não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da cessão;

II - cessarem as razões que justificam a cessão;

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista; e

IV - ocorrer descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEYTON DOMINGUES DE MOURA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 16, DE 18 DE MARÇO DE 2016

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO SUL, ÓRGÃO VINCULADO À SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 2º, inciso III, alínea c, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de junho de 2010, e tendo em vista o que prevê o art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como os elementos que integram o Processo nº 04902.000488/2005-85, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso Gratuita ao Município de Porto Alegre do imóvel localizado na rua Dom Luiz de Guanella, nº 132, na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, com terreno com 465,00m² e benfeitoria com 219,00m², registrado em nome da União na matrícula nº 138.719 do Registro de Imóveis da 4ª Zona de Porto Alegre/RS.

Art. 2º A cessão a que se refere o art.1º destina-se à manutenção em funcionamento da Unidade Básica de Saúde - UBS Vila Ipiranga, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre.

Art. 3º A cessão terá vigência pelo prazo de 20 (vinte) anos, contado da data da assinatura do respectivo contrato.

Art. 4º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no ato autorizativo e consequente contrato.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA SILVA CORREIA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 12 DE AGOSTO DE 2016

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 2.092 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda São Miguel da Catequese (MS) (Código OACI:SSMC) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 2 de março de 2021. Processo nº 00065.097017/2016-92. Fica revogada a Portaria nº 0399, de 1 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 2 de março de 2011, Seção 1, página 6.

Nº 2.093 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Vista Alegre (MS) (Código OACI:SDQT) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 17 de abril de 2023. Processo nº 00065.096677/2016-56. Fica revogada a Portaria nº 972, de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 17 de abril de 2013, Seção 1, páginas 2 e 3.

Nº 2.094 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Aldebaran (MS) (Código OACI:SDQA) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 19 de abril de 2023. Processo nº 00065.096351/2016-29. Fica revogada a Portaria nº 1018, de 18 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2013, Seção 1, página 8.

Nº 2.095 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Karajá (GO) (Código OACI:SDMW) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 6 de novembro de 2024. Processo nº 00065.097802/2016-45. Fica revogada a Portaria nº 2604, de 5 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 6 de novembro de 2014, Seção 1, página 9.

Nº 2.096 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Clemente Verillo (SP) (Código OACI:SJEH) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 26 de janeiro de 2025. Processo nº 00065.097180/2016-55. Fica revogada a Portaria nº 168, de 23 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 26 de janeiro de 2015, Seção 1, página 1.

Nº 2.097 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Soteco (MT) (Código OACI:SSTS) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 19 de novembro de 2022. Processo nº 00065.097439/2016-68. Fica revogada a Portaria nº 2476, de 14 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2012, Seção 1, página 4.

Nº 2.098 - Inscrever o heliponto privado Ponta de Nossa Senhora (BA) (Código OACI:SWNN) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.095001/2016-45.

Nº 2.099 - Alterar a inscrição do heliponto privado Amil Resgate, que passa a se chamar Signo Resgate Alphaville (SP) (Código OACI:SDAH), no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 23 de julho de 2024. Processo nº 00065.095221/2016-79. Fica revogada a Portaria nº 1675, de 23 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2014, Seção 1, página 5.

Nº 2.100 - Alterar a inscrição do heliponto privado Redponit, que passa a se chamar Bissoli (MG) (Código OACI:SNRY) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 19 de dezembro de 2023. Processo nº 00065.084160/2016-14. Fica revogada a Portaria nº 3327, de 18 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2013, Seção 1, páginas 89-90.

Nº 2.101 - Inscrever o heliponto privado Enseada (BA) (Código OACI:SNEM) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.094079/2016-42.

Nº 2.102 - Inscrever o heliponto privado Loreto (BA) (Código OACI:SWLT) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.094244/2016-66.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTÁVIO RIBEIRO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIAS DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, resolve:

Nº 2.087 - Revogar a pedido a homologação dos cursos práticos de Piloto de Privado de Helicóptero, Piloto Comercial de Helicóptero e de Instrutor de Voo de Helicóptero da ACES HIGH ESCOLA TOP DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Rua Caramuru, 1014 - Jardim República, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP 14030-000. Processo nº 00065.075138/2016-83.

Nº 2.088 - Homologar os cursos práticos de Piloto Privado Avião, Piloto Comercial Avião e Instrutor de Voo Avião do Aeroclube de Alagoas, por 5 (cinco) anos, situado à Rua Itararé, S/Nº, Caixa Postal nº 117 - Bairro Tabuleiro dos Martins, na cidade de Maceió - AL, CEP 57081-020. Processo nº 00065.126108/2015-61.

Nº 2.089 - Homologar os cursos práticos de Piloto Privado de Helicóptero e de Instrutor de Voo de Helicóptero do AEROCLUBE DE PARÁ DE MINAS, por 5 (cinco) anos, situado no Aeroporto Arnaut Marinho - Centro - Pará de Minas - SP - CEP: 35600-970. Processo nº 00065.073802/2015-79.

Nº 2.090 - Renovar, por 5 (cinco) anos a homologação dos cursos teórico/prático de Mecânico de Manutenção Aeronáutica - Habilitações Grupo Motopropulsor e Aviônicos, da Escola de Aviação Civil SKY LEADER Ltda, situada à Rua Abraham Lincoln, nº 349, em Guarulhos- SP, CEP 07090-100. Processo nº 00065.118430/2015-17.

Nº 2.091 - Revogar a suspensão cautelar da homologação do curso prático de Piloto Privado Avião do Aeroclube de Videira, localizado à Rua Brasil, nº 1250, Aeroporto Angelo Ponsoni, CEP: 89.560-000, Videira - SC. Processo nº 00065.075849/2016-58.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 72, de 29 de abril de 2016, publicada no DOU nº 84, de 4.5.2016, Seção 1, pág. 128, onde se lê: "...travessia aérea no km 090+950m..."; leia-se: "...travessia aérea no km 090+785m...".

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 5, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio do promotor de justiça em exercício junto a 3ª PROREG, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.174494/16-01, que tem como interessados: Administração Regional do Cruzeiro - RA-XI. Assunto: Apurar irregularidades nas contratações de serviços de artistas/bandas musicais promovidas pela RA XI. Processos Administrativos 139.000.025/2011 (Projeto Recordar é Viver), 139.000.128/2011, 139.000.137/2011, 139.000.150/2011, 139.000.160/2011 e 139.000.290/2011.

PEDRO OTO DE QUADROS

PORTARIA Nº 12, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio do promotor de justiça em exercício junto a 3ª PROREG, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 0819.0174458/16-39, que tem como interessados: Administração Regional do Cruzeiro - RA-XI. Assunto: Apurar ilegalidades na contratação de serviços para a realização do evento musical Recordar é Viver 2ª pela RA XI. Processo nº 139.000.024/2012.

PEDRO OTO DE QUADROS

PORTARIA Nº 7, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio do promotor de justiça em exercício junto a 3ª PROREG, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.174456/16-11, que tem como interessados: Administração Regional do Cruzeiro - RA-XI. Assunto: Apurar irregularidades na contratação de profissionais do setor artístico e de empresas especializadas na montagem de infraestrutura para realização de eventos culturais e desportivos no período de novembro e dezembro de 2011.

PEDRO OTO DE QUADROS

PORTARIA Nº 11, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio do promotor de justiça em exercício junto a 3ª PROREG, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.174441/16-36, que tem como interessados: Administração Regional do Cruzeiro - RA-XI. Assunto: Apurar irregularidades nas contratações diretas de serviços de engenharia (processos nºs 139.000.214/2011 e 139.000.230/2011) pela Administração Regional do Cruzeiro - RA-XI consistentes em: ausência de orçamento detalhado em planilhas a sustentar os valores estimados pela administração; ausência de descrição das etapas integrantes dos serviços a serem realizados, bem como de fixação de prazo para conclusão e não adoção de instrumento contratual formal na realização dos serviços de engenharia dos contratos acima elencados.

FREDERICO CEROY

PORTARIA Nº 13, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio do promotor de justiça em exercício junto a 3ª PROREG, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.174455/16-41, que tem como interessados: Administração Regional do Cruzeiro - RA-XI. Assunto: Apurar irregularidades nas contratações diretas de serviços de manutenção de frota e máquinas motomecanizadas (processos nºs 139.000.280/2011, 139.000.279/2011, 139.000.278/2011, 139.000.281/2011 e 139.000.277/2011), em razão de ter sido identificada ausência de pesquisa de preços nos atos de dispensa de licitação.

FREDERICO CEROY

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 28, DE 9 DE AGOSTO DE 2016
(Sessão Extraordinária da Primeira Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretário da Primeira Câmara: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão extraordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros José Múcio Monteiro e Bruno Dantas; do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, convocado para substituir o Ministro Benjamin Zymler; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausentes, por motivo de férias, o Ministro Benjamin Zymler e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata n.º 27, referente à Sessão realizada em 2 de agosto de 2016.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 016.580/2012-5 e 016.584/2012-0, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;
- 000.107/2015-8, de relatoria do Ministro José Múcio Monteiro; e
- 002.231/2015-8, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 5075 a 5173.

RELAÇÃO Nº 26/2016 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 5075/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito do ato de concessão de aposentadoria a Severino Albino da Silva (CPF 031.818.804-00), nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1ª, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 5ª, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (TCU);

b) considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de aposentadoria a Maria Nair Serra Negra Dias (CPF 111.078.804-59), nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1ª, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 260, § 1ª, do Regimento Interno do TCU e 6ª, § 2ª, da Resolução - TCU 206/2007;

c) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos por Maria Nair Serra Negra Dias (CPF 111.078.804-59), com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

d) esclarecer a Maria Nair Serra Negra Dias (CPF 111.078.804-59) que:

d.1) a dispensa alcança apenas os valores indevidos recebidos de boa-fé até a data de ciência do acórdão pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa);

d.2) no caso de vir a ser-lhe desfavorável o deslinde final do Processo AIRR - 158800-85.1991.5.19.0003, que tramita no Tribunal Superior do Trabalho (TST), deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência pela Funasa do acórdão a ser proferido neste processo do TCU;

d.3) no caso de não provimento de recurso que, eventualmente, vier a ser interposto pela interessada neste processo do TCU, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão do TCU pela Funasa, caso a decisão final do TST no Processo AIRR - 158800-85.1991.5.19.0003 lhe seja desfavorável; e

e) em fazer a seguinte determinação e adotar as seguintes medidas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.302/2011-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Nair Serra Negra Dias (111.078.804-59); Severino Albino da Silva (031.818.804-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado de Alagoas (Funasa)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Funasa que:

1.7.1. informe à interessada Maria Nair Serra Negra Dias (CPF 111.078.804-59) o teor do acórdão que vier a ser proferido, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pela interessada, nos termos do art. 4ª, § 3º, da Resolução - TCU 170/2004;

1.7.2. acompanhe junto ao TST o deslinde do Processo AIRR - 158800-85.1991.5.19.0003, e, em caso de decisão definitiva a favor da Funasa:

1.7.2.1. exclua as parcelas judiciais dos proventos de aposentadoria de Maria Nair Serra Negra Dias (CPF 111.078.804-59), nos termos do art. 6ª, § 2ª, da Resolução - TCU 206/2007;

1.7.2.2. promova, na forma do art. 46 da Lei 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores indevidos recebidos a partir da data do acórdão a ser proferido neste processo, nos termos do art. 15, *caput*, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.8. Medidas:

1.8.1. encaminhar cópia desta deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União para que acompanhe junto ao TST o deslinde do Processo AIRR - 158800-85.1991.5.19.0003, oriundo da Terceira Vara do Trabalho de Maceió (AL), tendo como partes a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado de Alagoas (Sintsep-AL), informando a este Tribunal o desfecho; e

1.8.2. dar ciência do acórdão à Consultoria Jurídica do TCU.

ACÓRDÃO Nº 5076/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em fazer a seguinte determinação, promovendo, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.649/2012-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Diná Feitosa Santana (068.227.385-68); Diná Feitosa Santana (068.227.385-68); Jailson Santana de Oliveira (060.432.165-15); Jailson Santana de Oliveira (060.432.165-15)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de Sergipe

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.7. Determinar à SEFIP para que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 0002575-64.2010.4.05.8500 (3ª Vara Federal de Sergipe) que tramita atualmente no Superior Tribunal de Justiça-STJ, aguardando julgamento do Resp-1500858.

ACÓRDÃO Nº 5077/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.571/2013-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Ferreira de Santana (037.615.255-91); Jorge da Conceição Lima (011.918.295-53)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5078/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.672/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lohan Pereira Tassona Passos (168.088.507-39); Lorhan Anderson Ribeiro (164.498.507-10); Luan Azevedo Nascimento (173.093.557-50); Luan Damasceno Santos (184.230.527-10); Luan Ferreira de Paula e Silva (170.242.837-00); Luan Kennedy Lima Bitencourt da Cruz (096.207.164-18); Luan Madson de Oliveira Santana (700.510.694-66); Luan Martins Alves Cunha (184.869.697-35); Luan do Nascimento Serra (168.654.677-79); Luã dos Santos Silva (106.538.417-36)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5079/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.678/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lucas Douglas Marinho da Silva (701.628.784-00); Lucas Eduardo Reis Evangelista (032.062.912-08); Lucas Escobar Alexandre (027.114.261-81); Lucas Felipe de Souza Almeida (133.473.947-12); Lucas Fernandes Vaz da Silva (168.649.927-21); Lucas Ferreira Oliveira (164.598.687-00); Lucas Freitas Domingues (062.108.507-31); Lucas Freitas da Silva (154.848.247-10); Lucas Geraldo (152.732.607-10); Lucas Gomes da Silva Claro (149.339.637-46)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5080/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.683/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luís Gustavo Pereira Sanches (064.507.781-05); Luís Patrick Monteiro Magalhães (021.675.822-00); Luiz Afonso Batalha Marão (378.166.458-99); Luiz Alexandre Grosskopf (076.221.939-41); Luiz Carlos Santos Queiroz (012.543.362-06); Luiz Cláudio Guarines Coelho (107.858.264-59); Luiz Eduardo Corrêa Magalhães (159.987.497-07); Luiz Eduardo Silva de Freitas (016.573.574-06); Luiz Eduardo da Silva Souza (152.495.187-02); Luís Otávio dos Santos (041.786.591-03)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5081/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.690/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcos Paulo Sales Moreira (152.055.017-07); Marcos Raffael da Silva Ferreira (177.200.397-26); Marcos Silva Araujo (038.997.715-24); Marcos Silva Montelo (044.306.613-24); Marcos Vinícius Conceição dos Santos (043.659.100-60); Marcos Vinícius Cruz da Silva (184.521.867-11); Marcos Vinícius de Jesus Pereira (129.025.657-80); Marcos Vinícius Lima dos Santos (163.200.197-78); Marcos Vinícius Rangel Neves (155.898.237-06); Marcos Vinícius Santos Passos (156.020.137-17)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5082/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.692/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcos William Ramos da Silva (171.360.927-44); Marcus Vinícius Assis de Almeida Junior (055.444.667-77); Marcus Vinícius Matozini Carneiro (154.222.727-57); Marcus Vinícius Soares Teixeira Braga (169.646.497-86); Mariana Manhente Martinez (109.403.797-40); Marianne dos Santos Grellmann (135.993.857-50); Marina Mendes Rosa (107.291.987-74); Mário Vítor dos Santos da Silva (149.770.257-76); Marllon Luiz de Jesus Gomes (063.153.967-04); Mário Paulino da Motta Junior (166.014.637-28)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5083/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.699/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Matheus de Andrade Ferreira da Silva (162.780.847-75); Matheus de Assis Bastos (157.398.067-63); Matheus de Jesus Leite de Lima (031.711.622-37); Matheus de Lima Prado (109.344.697-84); Matheus de Lima Teodoro (163.220.217-45); Matheus de Oliveira Barbosa (179.859.017-44); Matheus de Oliveira Geraldi (164.500.207-17); Matheus de Oliveira Souza (174.969.717-31); Matheus de Oliveira Vieira (174.126.437-54); Matheus de Sousa Carvalho Sá (147.308.787-28)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5084/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.711/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Paulo Henrique Conceição dos Santos (839.093.545-72); Paulo Henrique Pinheiro Marques (016.667.004-95); Paulo Henrique Vilela Soares (156.030.467-75); Paulo José de Moraes Costa Júnior (107.931.884-40); Paulo Matheus da Silva Nascimento (700.217.554-85); Paulo Rafael Tomaz Silva (162.063.417-12); Paulo Ricardo Malaquias de Jesus (168.150.017-50); Paulo Roberto França Lucas da Silva (156.657.647-44); Paulo Roberto da Silva Neto (166.418.347-78); Paulo Roberto de Andrade Duarte (163.655.317-61)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5085/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.715/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Pedro Henrique Gomes Fraga (119.981.107-61); Pedro Henrique Pereira Coelho de Moraes (156.712.217-57); Pedro Henrique Sales Barrense (029.244.621-77); Pedro Ivo Barbosa Neto (702.941.894-83); Pedro Lucas Bispo dos Santos (171.565.767-55); Pedro Lucas Martins Gonçalves (169.354.167-01); Pedro Lucas de Lima Pereira (103.157.854-46); Pedro Oliveira Viel (156.403.437-29); Pedro Paulo França (150.946.557-01); Pedro Paulo Saturnino Pontes (163.280.267-81)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5086/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno e com o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão relacionados no item 1.1; e em prejudicado, por perda de objeto, o ato relacionado no item 1.2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.656/2016-9 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessadas: Annita Vasconcellos da Silva Pacheco (854.457.037-20); Maria de Lourdes da Silva (042.542.497-99)

1.2. Interessada: Marina Vasconcellos da Silva (745.553.917-72)

1.3. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5087/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno e com o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão relacionado no item 1.1; e em prejudicado, por perda de objeto, o ato relacionado no item 1.2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.229/2016-7 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessada: Júlia Oliveira de Andrade (069.655.277-90)

1.2. Interessado: Aloysio de Andrade (000.199.417-49)

1.3. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5088/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno e com o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão relacionado no item 1.1; e em prejudicado, por perda de objeto, o ato relacionado no item 1.2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.198/2016-6 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessada: Neusa Gonçalves Marcellino (090.389.037-23)

1.2. Interessado: Brasiluso Ferreira D'Oliveira (021.996.617-68)

1.3. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5089/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno e com o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão relacionado no item 1.1; e em prejudicado, por perda de objeto, o ato relacionado no item 1.2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.570/2016-2 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessada: Iracema Dias Cezar (551.606.461-91)

1.2. Interessado: Paulo Nicolau Serpa (062.382.628-34)

1.3. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5090/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, e na forma do art. 218 do RI/TCU, em dar quitação a Empresa Paramazônia Táxi Aéreo Ltda., ante o recolhimento integral do débito e da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão 612/2014-TCU-1ª Câmara, retificado pelo Acórdão 1154/2014-TCU-1ª Câmara, e mantidos pelo Acórdãos 1515/2015-TCU-1ª Câmara e 1480/2016-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Valor original do débito: R$ 1.721,27 Data de origem do débito: 18/2/2014

Valor recolhido: R$ 6.498,53 Data do recolhimento: 16/10/2015

Valor original da multa: R$ 200,00 Data de origem da multa: 18/2/2014

Valor recolhido: R$ 227,84 Data do recolhimento: 16/10/2015

1. Processo TC-000.721/2011-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 028.657/2015-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 028.654/2015-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 028.655/2015-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 028.658/2015-9 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Anauá Taxi Aéreo Ltda. (02.585.564/0001-69); Caburaí Taxi Aéreo Ltda. (04.168.914/0001-17); Jacir José de Souza (199.734.702-49); Paramazônia Táxi Aéreo Ltda (00.581.615/0001-59)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (SECEX-RR).

1.6. Representação legal: Claudismar Zupiroli (12250/OAB-DF) e outros, representando Jacir José de Souza; José Ruyderlan Ferreira Lessa (386/OAB-RR), representando Paramazônia Táxi Aéreo Ltda; Alexander Ladislau Menezes (226/OAB-RR) e outros, representando Anauá Taxi Aéreo Ltda..

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5091/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "a", 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 7º, inciso II, da IN/TCU 71/2012, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.827/2016-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Aurelio Cezar Donadia Ferreira (451.443.896-00)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itabirinha de Mantena - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5092/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 20 e 21 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso V, "a", do Regimento Interno/TCU, e no art. 6º, inciso II c/c o art. 19 da IN/TCU 71/2012, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação à Fundação Nacional de Saúde - Funasa e ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.685/2015-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Joao Teodoro Nunes Neto (062.444.833-91)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Primeira Cruz - MA

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5093/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 679/2016 - TCU - 1ª Câmara, onde se lê: "*9.3.1. Responsáveis solidários: Maria Ione Macedo Sobral (CPF 108.755.304-00)*, ...", leia-se: "*9.3.1. Responsáveis solidários: "Maria Ione Macedo Sobral (CPF nº 390.559.575-34)*", ...", mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.735/2010-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 023.515/2006-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Alexandre Macedo Sobral (588.810.505-87); Gautama Ltda. (00.725.347/0001-00); Genaro de Almeida Brota (051.382.485-53); José Macedo Sobral (349.506.805-87); José Monteiro Sobral (013.184.895-04); Maria Ione Macedo Sobral (390.559.575-34); Mônica Macedo Sobral Maciel Silva (390.687.735-34); Paulo Hagenbeck (103.126.925-87)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Laranjeiras - SE

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

1.7. Representação legal: Márcio Cardoso de Barros (4278/OAB-SE) e outros, representando Maria Ione Macedo Sobral; Luiz Cláudio Araújo Ribeiro (45286/OAB-DF), representando Gautama Ltda.; Marcio Macedo Conrado (3806/OAB-SE), representando Paulo Hagenbeck; Evanio Jose de Moura Santos (2884/OAB-SE), representando Mônica Macedo Sobral Maciel Silva, José Macedo Sobral, Alexandre Macedo Sobral e Maria Ione Macedo Sobral.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5094/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, "a", do Regimento Interno, em julgar as contas do Sr. Dirceu Miguel Brandão Falce, regulares, dando-lhe quitação plena, e, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, "a", do Regimento Interno, em julgar as contas do Sr. Edson Ronaldo Nascimento, regulares com ressalva, dando-lhe quitação, adotar a seguinte medida, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.630/2013-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Dirceu Miguel Brandão Falce (180.982.666-72); Edson Ronaldo Nascimento (362.453.050-04); MRS Logística S.A. (01.417.222/0001-77)

1.2. Órgão/Entidade: Rede Ferroviária Federal S.A.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

1.6. Representação legal: Ana Claudia Cunha Costa (202536-E/OAB-RJ) e outros, representando MRS Logística S.A.; Marcos Moreira Marcolino (50164/OAB-MG) e outros, representando Dirceu Miguel Brandão Falce.

1.7. Medida: dar ciência à Secretaria de Patrimônio da União dos resultados desta TCE, para subsidiar as ações a seu cargo, atinentes à determinação contida no item 1.7 do Acórdão n.º 3.433/2014-TCU-1ª Câmara, alterado pelo item 9.1 do Acórdão n.º 2.789/2015-TCU-1ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 5095/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 4060/2015-TCU - 1ª Câmara, nos seguintes termos:

a) no item 4, onde se lê: "*4. Unidade: Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração - Fepad*"; leia-se: "*4. Unidade: Fundo Nacional de Saúde - FNS*";

b) no item 9, onde se lê: "*9.Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos.... Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração - Fepad, ...*"; leia-se: "*9.Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos.... Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração ...*";

c) no item 9.5., onde se lê: "*9.5. aplicar à Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração e Desenvolvimento,...*", leia-se: "*9.5. aplicar à Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração, ...*"

E mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.356/2011-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Edgar Merchan Hamann (504.770.721-00); Floriano Pastore Júnior (085.424.651-72); Fundação de Estudos e Pesquisas Em Administração (74.180.340/0001-88); Mamede Said Maia Filho (284.708.771-00)

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5096/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 20 e 21 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso V, "a", do Regimento Interno/TCU, e no art. 6º, inciso II c/c o art. 19 da IN/TCU 71/2012, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação aos responsáveis, ao município de São João del Rei/MG e à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.796/2015-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Helvécio Luiz Reis (333.337.856-68); Nivaldo José de Andrade (197.635.226-68); Prefeitura Municipal de São João Del Rei - MG (17.749.896/0001-09)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São João Del Rei - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5097/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/14, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, fazer a seguinte determinação, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, ao Serviço de Auditoria/MG/Denasus, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), ao município de Lagoa da Prata/MG e à Controladoria-Geral da União (CGU), promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/MG:

1. Processo TC-016.180/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (21.154.877/0001-07)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) para que proceda à análise dos documentos encaminhados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, bem como informe o resultado dessa análise a este Tribunal, em 180 dias, e, se for o caso, instaure o devido processo de tomada de contas especial, em relação aos recursos utilizados no Convênio Estadual 093/96, firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e o município de Lagoa da Prata/MG, oriundos do Sistema Único de Saúde (SUS), no qual o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) constatou irregularidades na utilização dos recursos.

ACÓRDÃO Nº 5098/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/14, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, fazer a seguinte determinação, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), ao município de Coronel Murta/MG e à Controladoria-Geral da União (CGU), promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/MG:

1. Processo TC-017.409/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Departamento Nacional de Auditoria do SUS (00.000.000/0000-40)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Coronel Murta - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) para que proceda à análise das irregularidades detectadas na Auditoria 14869 promovida pelo Denasus junto à Secretaria Municipal de Saúde de Coronel Murta/MG, e informe o resultado dessa análise a este Tribunal, em 180 dias, e, se for o caso, instaure o devido processo de tomada de contas especial, visando a restituição dos recursos públicos federais aplicados irregularmente, conforme o disposto na Instrução Normativa/TCU 71/2012.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 5099/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/14, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, fazer a seguinte determinação, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), ao município de Conselheiro Pena/MG, e à Controladoria-Geral da União (CGU), promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/MG:

1. Processo TC-017.449/2016-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (21.154.877/0001-07)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) para que proceda à análise dos documentos encaminhados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, bem como informe o resultado dessa análise a este Tribunal, em 180 dias, e, se for o caso, instaure o devido processo de tomada de contas especial, em relação aos recursos utilizados no Convênio sn/1991, firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e o município de Conselheiro Pena/MG , oriundos da Fonte: MS/INAMPS, no qual o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) constatou indícios de irregularidades na utilização dos recursos, no valor atualizado de prejuízo apurado de R$ 104.190,74.

ACÓRDÃO Nº 5100/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/14, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, em adotar a seguinte medida, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), ao município de Santana do Paraíso/MG e à Controladoria-Geral da União (CGU), promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/MG:

1. Processo TC-018.999/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (21.154.877/0001-07)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Dar ciência ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) que, em relação aos recursos utilizados no Convênio Estadual 167/1996, firmado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde (Sesau/MG) e o município de Santana do Paraíso/MG, oriundos do Ministério da Saúde, no qual o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) constatou irregularidades na utilização destes recursos, caso o valor atualizado do prejuízo apurado não supere R$ 75.000,00, a instauração da tomada de contas especial é dispensável, conforme o disposto no art. 6º, inciso I, da IN/TCU 71/2012, sem prejuízo de que sejam adotadas obrigatoriamente as medidas acauteladoras constantes do art. 15 da referida norma.

ACÓRDÃO Nº 5101/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/14, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, em adotar a seguinte medida, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, ao Fundo Nacional de Saúde - FNS, ao município de Dom Cavati/MG e à Controladoria-Geral da União - CGU, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/MG:

1. Processo TC-019.004/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (21.154.877/0001-07)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Dom Cavati - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Dar ciência ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) que, em relação aos recursos utilizados no Convênio Estadual 195/1996, firmado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e o município de Dom Cavati / MG, oriundos do Ministério da Saúde , no qual o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) constatou irregularidades na utilização destes recursos, caso o valor atualizado do prejuízo apurado não supere R$ 75.000,00, a instauração da tomada de contas especial é dispensável, conforme o disposto no art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa TCU 71/2012, sem prejuízo de que sejam adotadas obrigatoriamente as medidas acauteladoras constantes do art. 15 da referida norma.

ACÓRDÃO Nº 5102/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, adotar a seguinte medida, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/PA:

1. Processo TC-022.395/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Emergências Médicas Ltda (10.445.700/0001-43)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Medida: encaminhar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Aviação Civil e Comunicações (SeinfraAeroTelecom), para conhecimento, cópia desta deliberação, em respeito ao art. 18, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004;

RELAÇÃO Nº 22/2016 - 1ª Câmara

Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 5103/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.683/2016-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antoninho Lopes (051.290.528-20)

1.2. Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5104/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.498/2014-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Aldenora Maciel de Abreu (092.609.512-91); Maria Lourdes Barreto Rodrigues (066.692.982-34); Maria Lucia Nascimento Ramos (180.908.002-97)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5105/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.777/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Paulo Sergio de Moura (221.068.042-53)

1.2. Unidade: Ministério da Justiça e Cidadania

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5106/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.405/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Rafael Souza Ribeiro da Silva (622.997.602-10)

1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5107/2016 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.537/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno da Silva Nogueira (786.593.457-20); João Jorge da Cunha (469.738.347-87)

1.2. Unidade: Eletrobrás Termonuclear S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5108/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos, esclarecendo à origem que a contagem do prazo de 30 dias previsto no art. 13, § 1º, da Lei nº 8.112/1990, que trata da posse de servidor público, deve observar o disposto no art. 238:

"*Art. 238. Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.*"

1. Processo TC-018.949/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joaquim José de Souza Almeida (235.824.562-34); Renzo Oliveira da Costa (875.029.092-49)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Pará

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5109/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.463/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Renata Sarah Lopes Borges (896.609.513-53); Renata Simoens Ribeiro Dias da Silva (122.912.417-96); Roberta Soares de Almeida (105.451.257-40); Silvania Santos Reginaldo (009.938.524-40)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5110/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.574/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Vinicius Menezes Silva (023.416.255-41)

1.2. Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5111/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.578/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Cyntia Eliz Thume Grigio (038.282.859-37)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL É PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO

1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5112/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.830/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Priscila Conceição de Souza (032.316.995-33); Priscila Correa da Silva (100.023.277-83); Priscila Fonte Mattos (109.118.547-62); Priscila Miranda Figueira (314.533.218-02); Priscila Pereira Nunes (013.312.155-01); Priscila Pimentel Machado (092.979.317-07); Priscila Rodrigues da Cunha Cardoso (060.649.706-42); Priscila Scardin (011.043.971-61); Priscilla Antunes Greco (109.520.037-24); Priscilla Caroline Moutinho Dinau (112.738.857-67)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5113/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.844/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rafael Silva de Miranda (851.747.852-53); Rafael Soares Delgado (014.268.304-32); Rafael Soares Seixas (092.742.767-29); Rafael Souza de Oliveira (110.962.367-45); Rafael Tavares Vieira (062.429.644-06); Rafael Teixeira Marques (098.369.567-94); Rafael Truppel Ayoub (362.789.838-93); Rafael Vasconcelos Costa Machado (359.859.558-18); Rafael Vieira Martins (057.912.907-13); Rafael Vieira da Fonseca (013.553.695-25)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5114/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.847/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ralph Motta da Silva (052.814.567-33); Ralph da Silva Santos (058.317.137-09); Ralph de Oliveira Dias (125.993.977-40); Ramiro Segreto Teles (125.316.097-09); Ramon Antunes Saturnino (038.726.356-03); Ramon Campos de Vasconcelos (075.461.594-40); Ramon Ferrari Pinto (027.142.115-00); Ramon Martins Ferreira (365.143.328-54); Ramon Melonio Pinheiro (092.936.417-12); Ramon de Argolo Souza (030.751.045-07)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5115/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.862/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Renato Simas (045.322.567-55); Renato Simões da Silva Mendes (136.068.527-89); Renato Sommer (015.695.580-60); Renato Storani de Almeida (993.825.981-20); Renato Tales da Silva Teixeira (044.054.506-41); Renato Torres Silveira (009.513.911-78); Renato Venicius de Lima Silva (094.627.104-65); Renato Zacarias da Silva (286.211.568-14); Rener José de Almeida (149.513.288-95); Renildo Bruno de Souza Lima (048.265.894-09)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5116/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.863/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Renivan Oliveira (977.319.195-87); Rennan de Oliveira Lima (019.225.593-26); Renne de Freitas Viana (041.172.993-44); Reuel Luiz Siqueira Wandresen (116.077.247-90); Reynaldo Nunes Sant' Ana (279.683.958-36); Reynaldo Pires da Silva Filho (336.174.588-82); Rhykardo Alves Marcelino dos Santos (130.284.117-33); Ricardina Batista de Queiroz Silva (635.213.937-04); Ricardo Alves Felippe (126.084.847-78); Ricardo Alves de Souza (327.008.298-32)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5117/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.866/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ricardo Fernandes Spolaor (227.534.258-33); Ricardo Fernandes de Ornelas (098.443.057-13); Ricardo Ferreira Dias (102.901.227-08); Ricardo Flach Latorre Moreno (056.418.417-90); Ricardo Flavio dos Santos (311.052.478-30); Ricardo Galvão Guimarães (356.598.728-67); Ricardo Garcia de Figueiredo (099.247.967-30); Ricardo de Mello Brandão Horta (010.717.357-30); Ricardo de Morais Storrer (066.415.839-02); Ricardo de Oliveira Pereira (087.827.897-46)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5118/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.869/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ricardo Rangel de Lima (758.474.007-30); Ricardo Ribamar de Sousa Araujo (021.126.263-37); Ricardo Santos Casaes (857.696.185-74); Ricardo Santos Nunes (895.296.935-91); Ricardo Santos Pacheco (808.404.185-15); Ricardo Santos de Menezes (033.024.455-80); Ricardo Sergio Feitosa de Oliveira (985.059.042-49); Ricardo Silva Rocha (345.205.648-16); Ricardo Soares da Silva (053.990.797-98); Ricardo Soares de Souza (340.380.678-23)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5119/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.872/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roberta Pereira do Espirito Santo de Amo (008.119.385-81); Roberta Silva de Souza (283.446.853-20); Roberta Suzart Gomes Silva Viana (813.930.325-91); Roberta Viviane Souza Alves (021.323.905-17); Roberta da Silva Barbosa (082.639.917-73); Roberta das Neves Reis Tavares (101.649.997-36); Roberta de Oliveira Leal (014.814.215-06); Roberta dos Reis Vasques (097.139.577-25); Robertha Pereira Pedroso (113.208.647-75); Roberto Barbosa de Lima (096.917.657-05)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5120/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.874/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roberto Kramer (007.379.969-60); Roberto Lima de Melo (819.684.935-49); Roberto Luiz Fonseca da Silva (011.052.885-95); Roberto Marinho Santos (519.234.592-87); Roberto Mota dos Santos (688.488.205-06); Roberto Pinheiro Rodrigues (124.316.297-08); Roberto Rivelino Dantas da Costa (720.680.194-34); Roberto Rivelino Luz (008.562.446-27); Roberto Rutsatz Salomoni (015.800.110-98); Roberto Santiago Sabido (091.378.607-12)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5121/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.883/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Deda Andrade Fortes (021.677.285-06); Rodrigo Derossi Cabreira (070.228.107-70); Rodrigo Dias (089.039.946-80); Rodrigo de Moura Canaan (133.591.167-71); Rodrigo de Oliveira (057.054.457-25); Rodrigo de Oliveira Santos (007.179.286-40); Rodrigo de Souza Bezerra (328.965.038-38); Rodrigo de Souza Gama (188.040.298-03); Rodrigo de Souza Sobrinho (848.402.002-97); Rodrigo do Couto Reis e Silva (124.676.407-52)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5122/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.884/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Exterckotter Tjader (018.538.810-82); Rodrigo Ferreira Saraiva da Fonseca (104.698.017-35); Rodrigo Ferreira Soares (082.820.594-98); Rodrigo Fortes de Oliveira (122.276.817-80); Rodrigo Fraiha Zagnoli Resende (040.192.566-83); Rodrigo Galindo Luna (025.376.121-24); Rodrigo Garcia Pontes (412.912.678-40); Rodrigo Gardioli dos Santos (079.287.357-25); Rodrigo Gervasio de Souza (964.798.416-20); Rodrigo dos Santos Bezerra (043.626.145-67)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5123/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.887/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Luis Moreira de Carvalho (090.108.576-62); Rodrigo Luis Silva Veimrober (117.044.817-83); Rodrigo Luiz de Medeiros da Rosa (113.858.247-60); Rodrigo Luiz de Souza Valle (100.439.027-07); Rodrigo Magalhaes Ribeiro (076.459.306-40); Rodrigo Maia Carneiro de Souza Castro (064.322.504-80); Rodrigo Marcelo do Nascimento Lopes (089.422.604-54); Rodrigo Marinho Duarte (092.526.037-19); Rodrigo Marinho Pereira (089.591.157-46); Rodrigo Medeiros Vaz de Oliveira (083.788.294-05)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5124/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.888/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Moura de Jesus (042.309.115-80); Rodrigo Neiva Montes (075.216.547-06); Rodrigo Nogueira Barreto (012.159.136-05); Rodrigo Nunes de Oliveira (092.271.897-00); Rodrigo Ornelas de Sousa dos Santos (092.541.866-86); Rodrigo Otavio Moreira Nogueira (302.519.438-36); Rodrigo Pacheco Hirabara (066.162.309-29); Rodrigo Paschoal Botelho (026.162.823-21); Rodrigo Portavales Silva (115.409.137-67); Rodrigo Pupio Pimentel (067.517.126-18)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5125/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.897/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Romulo Souza Araujo (025.197.853-22); Romulo Tarouquella da Silva Rocha (117.010.657-97); Ronald Anselmo Sartore (020.765.057-84); Ronald Eduardo Silva dos Santos (142.737.407-45); Ronaldo Aljan Souza Barroso (053.130.897-90); Ronaldo Cesar Cesso Gama (029.117.116-88); Ronaldo da Costa (083.668.167-37); Ronaldo da Silva Menezes Junior (119.765.247-76); Ronaldo de Sá Portela (008.410.602-66); Ronaldo dos Santos Machado (136.787.427-00)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5126/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.898/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ronaldo Duarte Campos (557.078.156-00); Ronaldo Ferreira Santos Filho (017.205.875-90); Ronaldo Finkler (003.725.480-40); Ronaldo Gabriel de Lima Silva (309.841.678-54); Ronaldo Renoir Lisboa Silva (813.284.865-91); Ronaldo Sampaio Motta (079.288.837-59); Ronaldo Wilson Moreira (031.095.386-36); Ronan Alves da Paixão (890.824.353-49); Ronan Cesar Mattedi (058.061.927-33); Ronan Galli Conceição (130.937.667-02)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5127/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.901/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rosemir Flor da Silva (054.138.214-41); Rosilaine Fatima de Sousa (065.362.406-93); Rosilene Pinto de Almeida (011.505.567-30); Rossana Valeria Brasil Peixoto Rangel (030.677.047-46); Rossini Torres Carvalho Junior (074.841.734-60); Rozimar Goncalves dos Passos (849.106.154-15); Ruan Giacomini Couto (119.817.777-25); Ruana Carina Lago dos Santos (033.233.925-40); Rubens Cezar Santos Passos (043.678.137-97); Rubens Hideo Korogui (224.247.778-10)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5128/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.904/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Samuel Cunha de Carvalho (626.931.747-91); Samuel Elias Ferreira (041.132.516-73); Samuel Evangelista Pereira (075.239.246-89); Samuel Machado Cesar de Oliveira (114.824.467-07); Samuel Monteiro Michel (014.330.970-60); Samuel Nicodemos Bezerra da Cruz (023.355.503-06); Samuel Reis de Souza (961.561.205-72); Samuel Rossi Altoe (096.473.087-10); Samuel Wagner Madeira Marinho (150.271.727-10); Samuel dos Santos Damasceno (019.859.935-89)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5129/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.905/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Samuel Xavier de Almeida (594.433.677-34); Samyr Barcot Fernandes (272.255.448-88); Sandra Machado e Machado (515.005.825-49); Sandra Regina de Oliveira Rezende Epifan (286.225.588-27); Sandro Gonçalves da Silva (028.200.394-05); Sandro Henrique de Paula Resende (005.351.475-03); Sandro Jansen Bertollo (716.956.990-68); Sandro Leite Cunha (075.296.877-78); Sandro da Cruz Noronha (082.642.857-67); Sandro de Oliveira Rodrigues (021.933.395-54)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5130/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.906/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sandro Moura Campello (012.278.177-54); Sara Batista de Oliveira (118.163.777-59); Sara Ferreira Nomura (351.185.948-47); Sara On Locatelli Schmitz (047.445.449-59); Sara Regina Osipi (066.694.379-60); Sarah Maria Raulino Almeida (265.471.475-68); Sarah Scabelli (379.396.788-33); Saula Ripke Tadeu Rabelo (622.245.902-10); Saullo José Silva de Almeida (093.569.876-02); Saullo Victor Maia Santos (017.791.985-07)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5131/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.908/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Saulo Vinicius Almeida Santos (022.016.705-28); Savio Lins do Egito (021.102.894-06); Savio de Lima Picanco (122.593.707-80); Scheila Barbosa de Araujo (778.152.385-72); Serafim Correa dos Santos (139.242.057-10); Sergei Luiz Xavier Junior (004.043.040-52); Sergio Afonso de Abreu (254.116.858-69); Sergio Alves dos Santos de Santana (008.554.965-76); Sergio Angelino da Silva (159.196.748-14); Sergio Antonio Vieira dos Santos (051.544.686-60)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5132/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.910/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sergio Honorato Vieira Machado (040.053.066-08); Sergio Laquini Junior (129.021.917-66); Sergio Luis de Oliveira Pires (073.497.067-66); Sergio Magalhães Gomes Pope (319.004.598-41); Sergio Maia Lozano (159.626.548-54); Sergio Miyagusuko (052.531.738-46); Sergio Ricardo Carvalho Amaral (284.521.898-26); Sergio Roberto Araujo (073.397.617-48); Sergio Roberto de Oliveira Romão (010.304.087-00); Sergio Rodrigo Ribeiro da Silva (079.141.907-05)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5133/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.918/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bráulio Alves de Lima (398.168.503-20); Bruno Alves Liberato (012.019.653-06); Cassio Área Soares (028.464.723-35); Cesar Augusto Marcos da Costa Silva (481.534.603-82); Charles Gomes de Sousa (025.340.903-99); Claudio Vieira Lopes (038.976.653-44); Cledson Gaudêncio Barbosa Santos (400.430.102-53); Cleilton Carlos Madeira (053.914.793-12); Daniel Dias da Silva (030.302.733-93); Denis Lourenço Gomes (032.249.873-24)

1.2. Unidade: Companhia Energética do Piauí
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5134/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.922/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jefferson Miranda da Silva (025.099.933-13); Jetro José da Costa (590.065.523-72); Joailson Leandro Seabra do Monte (659.286.283-15); João Marcos de Sousa Oliveira (011.060.933-64); João Ribeiro Leite Junior (004.430.403-03); Jociel Sousa e Silva (006.310.873-97); Jorzielda Maria de Sousa (290.904.258-88); José Almi Soares Filho (054.075.553-28); José Hailto Nonato Moura (008.308.773-71); José Marciel da Silva (034.586.883-82)

1.2. Unidade: Companhia Energética do Piauí
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5135/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.926/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Leonel Silva de Deus (018.350.903-03); Sergio Roberto de Araujo (432.592.943-68); Simião Luis Silva Lima (013.505.343-90); Stefani Silva Luiz (036.412.193-96); Thiago Rafael de Jesus (019.917.743-03); Tomé Gomes da Silva Neto (018.426.373-55); Wagner Nunes Dama (047.123.883-07); Warllington Luis da Silva Furtado (046.433.653-82); Wellyngton Nunes Leite (306.433.843-91); Wesley Melo Prudêncio de Araujo (019.671.023-50)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Unidade: Companhia Energética do Piauí
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5136/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.927/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Willsiney Milanez Paixão (227.281.983-49); Zenildo Araujo Cardoso (011.213.513-79)
1.2. Unidade: Companhia Energética do Piauí
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5137/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.949/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Pereira Lopes (026.831.811-59); Lucivaldo Alves Bezerra (055.750.394-98)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5138/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.952/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Nicolle Nagle de Sousa Wayhs (023.254.511-19); Rafael Pinheiro Costa (029.525.153-01); Raul Azevedo Reis (017.343.333-24); Reniê Barão da Silva (003.346.511-82); Samuel da Cruz Moura Mesquita (049.140.103-56); Tales Caminha de Lima (048.975.993-93); Teofábio Alves Siqueira (026.482.933-61); Vanessa Sales Carvalho (035.800.993-61); Williams Sobreira Soares (023.110.483-92); Willian Motta de Oliveira (699.896.991-00)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5139/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.978/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Reis da Cunha (025.087.557-88); Álvaro Augusto Xavier dos Anjos Filho (950.090.351-20); Daniel Rios Rodrigues (011.376.601-71); Flávio Manzi Alves (710.674.001-25); Francisco Lopes de Faria (952.127.011-04); Jean Carlo Galdino Rodrigues (539.646.911-00); Jefferson Andrade de Carvalho (001.112.981-64); Ladjane Souza de Arruda (024.603.054-27); Paulo César Vieira de Lima (584.462.731-87); Rodrigo Trindade Gonçalves (059.902.616-24)
1.2. Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5140/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II e 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, bem como mandar fazer a seguinte determinação, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.343/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Genilson Ramos de Souza (965.019.791-53); Rosirene Martins Gomes (839.633.751-91)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que providencie a retificação, no sistema Sisac, do campo "Data de validade do concurso" dos formulários de admissão dos servidores acima referidos, haja vista ter sido prorrogada até 27/7/2014.

ACÓRDÃO Nº 5141/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em determinar que seja(m) excluído(s) do sistema Sisac o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), cadastrado(s) em duplicidade, devendo essa informação ser lançada no sistema Radar, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.231/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Augusto Alves de Oliveira (919.144.935-91); Carlos Eduardo Correia de Paiva (087.513.797-08); Carlos Luis Vieira Pires (704.778.255-91); Carlos Pires Fonseca (071.235.297-07); Christiane Mourão Bezerra (822.954.253-87); Cintia Rangel Assumpcao (653.418.560-15); Clanton Jefferson de Oliveira Machado (627.532.747-20); Claudio Vinicius Vieira Masson (249.034.358-06); Claudir Camacho Mendes (691.385.080-87); Clayton de Oliveira Marreiros (696.713.891-04)
1.2. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5142/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em determinar que seja(m) excluído(s) do sistema Sisac o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), cadastrado(s) em duplicidade, devendo essa informação ser lançada no sistema Radar, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.235/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Erikson Saager Ferreira Mendonca (994.192.891-68); Euclenes Pereira da Silva (716.778.361-72); Evaldo Santos Rocha (828.776.963-91); Evandro Bitencourt Guedes (055.567.227-14); Fabio Agareno de Souza Santos (924.805.435-87); Fabio Dias (281.526.758-65); Fabio Palhares de Barros (086.673.338-83); Fabricio Rocco Alves Correa (051.678.047-60); Fabricio Wellington Soares de Freitas (047.172.076-37); Fernando de Castro Oliveira (208.653.330-68)
1.2. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5143/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.826/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edgar da Silva Pereira Junior (002.419.931-13); Marcelo Pereira de Lima (501.038.065-04)
1.2. Unidade: Ministério da Pesca e Aquicultura
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5144/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.093/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Tatiana Yumi Takeuti (366.354.698-50); Thalyta Martins de Avelar Nunes (137.266.237-52); Thiago Abreu da Silva (053.178.799-06); Thiago Alberto Rigo Passarin (050.773.199-95); Thiago Chaves da Conceição (105.130.777-58); Thiago Machado Damasceno (130.576.807-80); Thiago Nascimento da Silva (101.950.207-07); Thiago Serra Azevedo Silva (332.651.818-80); Thyago Alexandre Kufner (931.263.950-15); Tiago Alves Miranda (071.296.319-70); Tiago Veiga Madureira (122.089.437-08); Valdeci Ferreira Alves (030.025.566-70); Valdemar José Amorim Gottardi (018.031.387-85); Valdenice de Lima Paiva (006.320.857-11); Veronica Gomes Vairo (110.414.297-03); Victor Barbosa Dahan (135.029.517-56); Vinicius Amaral Guimarães (051.729.646-22); Vinicius Nunes Souza (122.945.087-42); Vinicius Roberto Pires Melo (015.834.145-76); Vitor Hauck dos Santos (090.053.396-08)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5145/2016 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.100/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Dayse Valéria de Melo Amaral (843.032.554-91)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5146/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.103/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Francisco Sales de Lima Filho (008.429.994-00)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5147/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 213, do Regimento Interno/TCU, bem como nos termos dos arts. 6º, inciso I; 15 e 19 da Instrução Normativa-TCU 71/2012, ACORDAM em determinar, desde logo, por economia processual, o arquivamento do processo do responsável a seguir indicado(s) sem julgamento do mérito e sem cancelamento da dívida em razão de o valor do dano, atualizado monetariamente, ser inferior ao limite fixado pelo Tribunal (R$ 75.000,00) para encaminhamento de tomada de contas especial, bem como, determinar a inclusão do seu nome nos devidos cadastros de devedores e sistemas de informação contábeis, dando-se ciência do decidido à entidade concedente:

1. Processo TC-024.987/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: espólio do Sr. Antônio Porcino Sobrinho (CPF 084.278.101-30), ex-Prefeito, representado pelo Sr. Michel de Almeida Porcino (CPF 306.581.818- 31), inventariante.

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Itaporanga/PB

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5148/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 243 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e art. 42 da Resolução-TCU 191/2006, ACORDAM em considerar cumpridas as determinações constantes dos subitens 1.7.1 e 1.7.2 do Acórdão 7.656/2014-1ª Câmara, autorizando, em consequência, seu encerramento mediante apensamento em definitivo ao TC 011.787/2014-7, e dando ciência desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução à peça 4, à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda (SPOA/MF), conforme pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.030/2016-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Unidade: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda

1.2. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5149/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, mas considerá-la prejudicada, por perda de objeto, arquivando-a, dando-se ciência à representante e à unidade jurisdicionada, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.428/2016-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Visan Segurança Privada Ltda. (CNPJ: 09.267.406/0001-00)

1.2. Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

1.6. Advogado constituído nos autos: Henrique Mottecy Veras (OAB/DF 34.677)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 5150/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-021.673/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

2. Representante: Mercedes-Benz do Brasil Ltda. (59.104.273/0001-29)

3. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Prainha/PA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/PA

8. Advogados constituídos nos autos: Daniela Angonese Kolb (OAB/RS 72.932), Felipe Quintana da Rosa (OAB/RS 56.220) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de representação apresentada pela empresa Mercedes-Benz do Brasil Ltda. em que solicita a apuração da destinação do montante de R$ 240.500,00, empenhados pela Prefeitura Municipal de Prainha/PA para a aquisição de veículo para uso no transporte escolar no âmbito do Programa Caminho da Escola e que não foram pagos mesmo após a entrega do bem pela contratada.

Considerando que a unidade técnica, após analisar a matéria, manifestou-se no sentido de não conhecer da representação, por ver sar sobre interesse privado, vinculado a controvérsia instaurada no âmbito de contrato administrativo;

Considerando, entretanto, que o pedido da representante não diz respeito apenas ao seu eventual direito creditório, mas levanta dúvidas acerca do destino dado aos recursos federais transferidos para aquisição de veículo para transporte escolar;

Considerando que a questão merece ser avaliada pelo órgão repassador quando da análise da respectiva prestação de contas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 237, inciso VII, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em:

9.1. conhecer da presente representação, sem julgamento de mérito;

9.2. enviar cópia do inteiro teor dos autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável pelo Programa Caminho da Escola, para que confronte as informações aqui apresentadas com a respectiva prestação de contas, encaminhada pela Prefeitura Municipal de Prainha/PA, informando o resultado a este Tribunal no prazo de 60 (sessenta) dias;

9.3. dar ciência desta decisão à representante;

9.4. arquivar os autos.

RELAÇÃO Nº 19/2016 - 1ª Câmara

Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 5151/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.189/2015-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Fernandes de Oliveira (277.677.606-34)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5152/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.205/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: João José Pereira dos Santos (157.846.223-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que insira a informação relativa ao fundamento legal da concessão de peça 3 no sistema Sisac, considerando que a portaria original constante de fl. 1 da peça 6 foi modificada pelo ato publicado na seção 2 do Diário Oficial da União de 09/04/2009, a fim de considerar a aposentadoria por invalidez do interessado com proventos integrais (fl. 2 da peça 6).

ACÓRDÃO Nº 5153/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, em caráter excepcional, e conceder os registros dos atos constantes do presente processo, ficando consignada a ressalva de que os atos submetidos a registro continham tempos averbados para fins de aposentadoria que poderiam ser impugnados e, por consequência, implicariam na ilegalidade, mas que, devido ao decurso do tempo que ficou sem apreciação por este Tribunal, tais tempos tornaram-se irrelevantes para a concessão dos interessados, adotando-se a medida a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.821/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adalgisa de Araujo Wanderley Romeiro (211.117.315-00); Ademir Almeida dos Santos (129.587.355-91); Maria Luisa Sena Oliveira (195.327.685-72); Raimundo Nonato de Matos (096.346.905-30)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Orientar o órgão de origem que para averbar a contagem especial de tempo de serviço em condição insalubre é indispensável a existência de certidão emitida pelo INSS com o reconhecimento desse tempo especial, ou, alternativamente, laudo oficial de reconhecimento da situação de insalubridade, produzido à época do tempo que se pretende averbar (Acórdão 911/2014-TCU-Plenário).

ACÓRDÃO Nº 5154/2016 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que, conforme demonstrado pela secretaria especializada, a carreira da interessada sofreu diversas alterações em sua estrutura remuneratória que já deveriam ter ensejado a completa absorção da parcela inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos, nos termos da seguinte ementa:

"Ementa: CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA AFIRMANDO DIREITO À DIFERENÇA DE PERCENTUAL REMUNERATÓRIO, INCLUSIVE PARA O FUTURO. RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO CONTINUADO. EFICÁCIA TEMPORAL. CLÁUSULA REBUS SIC STANTIBUS. SUPERVENIENTE INCORPORAÇÃO DEFINITIVA NOS VENCIMENTOS POR FORÇA DE DISSÍDIO COLETIVO. EXAURIMENTO DA EFICÁCIA DA SENTENÇA. 1. A força vinculativa das sentenças sobre relações jurídicas de trato continuado atua *rebus sic stantibus*: sua eficácia permanece enquanto se mantiverem inalterados os pressupostos fáticos e jurídicos adotados para o juízo de certeza estabelecido pelo provimento sentencial. A superveniente alteração de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

qualquer desses pressupostos (a) determina a imediata cessação da eficácia executiva do julgado, independentemente de ação rescisória ou, salvo em estritas hipóteses previstas em lei, de ação revisional, razão pela qual (b) a matéria pode ser alegada como matéria de defesa em impugnação ou em embargos do executado. 2. Afirma-se, nessa linha de entendimento, que a sentença que reconhece ao trabalhador ou servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos. 3. Recurso extraordinário improvido.";

Considerando que, de acordo com a sobredita intelecção, a cessação dos pagamentos de acréscimos remuneratórios dessa natureza não representa ofensa à sentença judicial, mas efetiva obediência aos limites da coisa julgada, porquanto a força do aresto não pode impedir que fatos novos produzam as consequências que lhes são próprias, não se admitindo que a coisa julgada material signifique imunidade à alteração dos pressupostos fáticos e jurídicos que regem a questão;

Considerando, portanto, que a coisa julgada, como situação jurídica (*res*) regulada pela sentença como norma singular e concreta (*iudicata*), alcança apenas o estado de coisas sobre o qual incide a sentença, não se estendendo a inovações supervenientes, como a que decorre de lei ulterior que altere a organização ou a estrutura de cargos e carreiras, cujo regime jurídico não é imutável e perpétuo, nem gera direito adquirido à sua eterna permanência ou subsistência;

Considerando que a parcela relativa ao índice de 28,86% não consta do ato em análise, tendo sido incluída na ficha financeira da interessada em data posterior ao encaminhamento da concessão pelo órgão de origem;

Considerando que a ficha financeira à época da concessão reflete fielmente as informações constantes do ato, circunstância que atrai o disposto no art. 6º, § 2º, da Resolução-TCU 206/2007, com redação dada pela Resolução-TCU 237/2010, *in verbis*:

"§ 2º Os atos que estiverem dando ensejo, no momento de sua apreciação de mérito, a pagamentos irregulares, mas que não apresentem inconsistência ou irregularidade em sua versão submetida ao exame do Tribunal, serão considerados legais, para fins de registro, com determinação ao órgão ou à entidade de origem para que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote as medidas cabíveis com vistas à regularização dos pagamentos indevidos constatados na ficha financeira da interessada."

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU; e

Considerando, finalmente, que a irregularidade apontada nos autos envolve questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, e ainda com art. o 6º, § 2º, da Resolução-TCU 206/2007, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar legal e conceder o registro o ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-019.101/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria das Graças Soares Moura Rezende (111.427.584-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à unidade jurisdicionada que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote as medidas cabíveis com vistas à regularização do pagamento indevido constatado na ficha financeira da interessada (parcela judicial de 28,86%), nos termos da orientação contida no art. 6º, § 2º, da Resolução-TCU 206/2007, com redação dada pela Resolução-TCU 237/2010;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada do pronunciamento da unidade instrutiva (peça 3), bem assim do parecer do MP/TCU (peça 5), à unidade jurisdicionada.

ACÓRDÃO Nº 5155/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.274/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Angela Maria Vieira (594.714.170-15); Aparecida da Silva Marcondes Araujo (911.456.600-10); Betania Novelo (016.680.240-98); Bruna Faccio de Conto (020.769.040-50); Cassio Mallmann (012.209.280-54)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5156/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.275/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cristine Heussner Severo (950.632.770-04); Daiane Ines Braum (032.064.570-33); Daniela Emerim Borges (012.768.610-01); Daniele Sayuri Suzuki (009.246.329-09); Eliana Silva Machado (000.700.140-19)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5157/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.281/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roberta Rigatti (002.595.620-50); Roviana Schoffer Jeske Rolim (999.388.710-20); Vanessa Urbano Pereira (024.789.090-14); Vinicius Pellegrini Viana (010.924.320-00); Wagner Anziliero Costa (028.838.170-06)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5158/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.513/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adamo de Oliveira Carramilo (709.420.481-72); Carla Fabiane da Costa Ferreira (690.049.001-87); Cristiane Babilonia de Melo (036.198.751-03); Debora de Souza Leao Albuquerque (073.853.494-39); Diana Barroso dos Santos (930.074.851-34); Diana Otsuka Bosa (724.051.201-00); Elisangela dos Santos Silva (854.323.931-15); Evandro Sergio Martins Leite (358.522.321-49); Fabiano Martins de Oliveira (279.723.838-98); Fernanda Gomes da Silva (021.964.751-81)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto)

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5159/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.566/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Eduardo da Silva Brito (953.298.890-49); Christiane Braga dos Santos (023.553.480-30); Maria de Lourdes Farias Chaves (567.668.150-00)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5160/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.915/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Lima (293.134.478-86); Andre Mota de Abreu Iwasa (012.328.441-44); Cassio Lopes Cassemiro dos Santos (804.345.171-00); Eduardo Lustosa Rege (774.697.981-53); Eduardo Takafashi de Alcantara (834.140.531-87); Elaine Valente Aragao Maia (539.967.551-04); Fabio Santos Lobão (490.602.871-34); Juliana Cunha de Padua (024.278.396-12); Juliano Stanzani (031.591.037-22); Laura Andreia Gomes Toledo (804.834.371-15)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5161/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.998/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Isaac Newton de Freitas Caldas (012.261.404-67); Priscylla Fernanda Araujo de Medeiros (053.098.884-46)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5162/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.005/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Yasminy Arantes (058.258.569-43)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5163/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.098/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eder dos Santos Rodrigues Alves (883.598.162-04); Maria Josiane da Silva (873.184.072-87)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5164/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS.

1. Processo TC-022.132/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Alcelio Diniz Souza (013.957.405-00)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5165/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.135/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Marcelo dos Santos da Silva (000.317.923-08)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Maranhão - DR/MA

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5166/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 243 do Regimento Interno/TCU, em esclarecer à Universidade Federal Rural do Semiárido - RN que o 'ato inicial' número 10453903-04-2001-000069-8, trazido aos autos pela gestora Keliane de Oliveira Cavalcante, Pro-Reitora da entidade, por meio do Ofício 141/2015-UFERSA/PROGEPE, referente à aposentadoria de Pedro Almeida Duarte (020.417.583-68), não foi devidamente cadastrado no sistema Sisac, devendo ser cadastrado e enviado ao TCU, via Sisac, novo 'ato inicial' do citado inativo, nos termos Acórdão 2.448/2015-TCU-1ª Câmara (peça 22), devendo a unidade instrutiva monitorar o cumprimento da medida e adotar as medidas cabíveis no caso de não cumprimento da determinação do Tribunal de Contas da União, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.647/2014-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido - RN

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5167/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.3 do Acórdão 3.916/2016-TCU-1ª Câmara, de forma que onde se lê "Secex-AM", leia-se "Secex-RJ", de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.080/2015-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.5. Representação legal: Giovanna Pinheiro da Conceição (CPF 456.663.692-53) representando a Fundação Oswaldo Cruz.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 24/2016 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 5168/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 8 a 11), em:

a) julgar regulares, com ressalva, as contas do Sr. André Luz Negromonte (196.480.654-20), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação;

b) julgar regulares as contas do Sr. José Jeferson Thompson Lins (125.883.264-04), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação plena;

c) adotar as demais medidas propostas, segundo os pareceres, conforme item 1.7 deste acórdão.

1. Processo TC-026.580/2015-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: André Luz Negromonte (196.480.654-20); José Jeferson Thompson Lins (125.883.264-04)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Pernambuco (SRTE/PE)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 dar ciência à SRTE/PE sobre a falta de informações no Relatório de Gestão do exercício de 2014 referentes ao item 7.3 da Parte A (Conteúdos Gerais), e sobre a apresentação de informações incompletas, no mesmo relatório, referentes ao item 11.2 da Parte A (Conteúdos Gerais) do Anexo II da Decisão Normativa-TCU 134/2013, em afronta à essa norma, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes;

1.7.2 dar ciência desta deliberação à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Pernambuco (SRTE/PE).

ACÓRDÃO Nº 5169/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) julgar regulares com ressalva as contas das Sras. Luciana Surita da Motta Macedo (447.336.822-04) e Maria Cristina de Andrade Souza (485.258.044-87), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-se-lhes quitação;

b) julgar regulares as contas dos Srs. Alberto de Almeida Costa (322.723.322-34) e Antonio Airton Oliveira Dias (458.472.588-87), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-se-lhes quitação plena;

c) expedir as determinações e recomendações sugeridas nos pareceres uniformes dos autos, conforme item 1.7 deste acórdão.

1. Processo TC-028.099/2015-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Alberto de Almeida Costa (322.723.322-34); Donizete Borges Campos (207.647.661-04); Luciana Surita da Motta Macedo (447.336.822-04); Maria Cristina de Andrade Souza (485.258.044-87)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima (Sebrae/RR)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (SECEX-RR).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 Determinar à Secretaria Federal de Controle, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, que, da próxima auditoria em prestação de contas do Sebrae/RR, inclua itens de verificação relativos às ocorrências que deram ensejo a ressalva nas presentes contas;

1.7.2. Recomendar ao Sebrae/RR que adote, como fundamento de seus processos de gerenciamento de riscos e na definição de seus controles internos, a abordagem prescrita nos documentos básicos editados Comitê das Organizações Patrocinadoras - Coso, bem como os mecanismos e práticas de Governança descritos no "Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública", publicado pelo Tribunal de Contas da União.

ACÓRDÃO Nº 5170/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 9 a 12), em:

a) julgar regulares as contas dos Srs. Bruno Breithaupt (093.095.869-15), Célio Spagnoli (149.127.759-91), Nilva Schroeder (581.723.439-49), Antônio Walmir Nola (416.129.909-59), Laureci Volpato (288.625.899-72), Jayme Scherer (006.467.339-15), José Ricardo da Silva (542.632.479-49), Carlos Roberto Burigo (678.324.079-72), Luiz Alfredo Werka (249.112.919-15), Eliane Luzia Schmidt (343.271.189-15), Magda Machado de Castro (454.588.559-49), Izaias Otaviano (723.992.109-30), Henrique Isleb (004.846.289-68), Adelmo Gomes dos Passos Miranda (029.910.042-15), Olga Aparecida Ferreira (576.388.619-49), Fernando Amorim Willrich (030.130.019-41), Hélio Dagnoni (309.450.039-00), Egon Ewald (004.447.079-72), Francisco Gomes de Oliveira (102.050.049-20), José Sérgio Búrigo (551.387.489-04), Jadna Zenilda Farias (520.948.809-82), Charles Seeberg (390.116.079-53), Sergio de Giacometti (384.203.929-87), Orivaldo Besen (444.715-729-20), Régis Giacomazzi Cansian (785.177.880-87), Nadir Cardozo dos Santos (296.532.409-78), Regina Rogério (613.464.979-15), Rudney Raulino (471.397.579-68), Silvane Belatto (030.952.139-48), Max Roque Kincezski (485.502.999-87), Francisco Eugênio Pereira (145.066.029-00), José Carlos Vieira (638.618.289-87), Luciano Caminha (570.347.619-49), Ivan Luiz Ecco (384.356.599-68), Ana Elisa Cassal (945.505.490-68), Rosemar Machado de Souza (344.950.459-20), Juliane Demaria dos Santos (037.089.319-04), Valdirene Rosina Teixeira (785.160.809-00), Renata Rubik Maestri (025.456.359-79), Juarez Cesar Frassetto (344.416.979-53) e Carlos Artur Leimann (691.566.469-68), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação plena;

b) adotar as demais medidas propostas, segundo os pareceres, conforme item 1.7 deste acórdão.

1. Processo TC-028.886/2015-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Adelmo Gomes dos Passos Miranda (029.910.042-15); Ana Elisa Cassal (945.505.490-68); Antonio Walmir Noia (416.129.909-59); Bruno Breithaupt (093.095.869-15); Carlos Artur Leimann (691.566.469-68); Carlos Roberto Burigo (678.324.079-72); Charles Seeberg (390.116.079-53); Célio Spagnoli (149.127.759-91); Egon Ewald (004.447.079-72); Eliane Luzia Schmidt (343.271.189-15); Fernando Amorim Willrich (030.130.019-41); Francisco Eugênio Pereira (145.066.029-00); Francisco Gomes de Oliveira (102.050.049-20); Henrique Isleb (004.846.289-68); Hélio Dagnoni (309.450.039-00); Ivan Luiz Ecco (384.356.599-68); Izaias Otaviano (723.992.109-30); Jadna Zenilda Farias (520.948.809-82); Jaime Scherer (006.467.339-15); Jose Ricardo da Silva (542.632.479-49); Jose Sergio Burigo (551.387.489-04); José Carlos Vieira (638.618.289-87); Juarez Cesar Frassetto (344.416.979-53); Juliane Demaria dos Santos (037.089.319-04); Laureci Volpato (288.625.899-72); Luciano Caminha (570.347.619-49); Luiz Alfredo Werka (249.112.919-15); Magda Machado de Castro (454.588.559-49); Max Roque Kincezski (485.502.999-87); Nadir Cardozo dos Santos (296.532.409-78); Nilva Schroeder (581.723.439-49); Olga Aparecida Ferreira (576.388.619-49); Orivaldo Besen (444.715.729-20); Regina Rogério (613.464.979-15); Renata Rubik Maestri (025.456.359-79); Rosemar Machado de Souza (344.950.459-20); Rudney Raulino (471.397.579-68); Régis Giacomazzi Cansian (785.177.880-87); Sergio de Giacometti (384.203.929-87); Silvane Belatto (030.952.139-48); Valdirene Rosina Teixeira (785.160.809-00)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senac no Estado de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 dar ciência à Administração Regional do Senac em Santa Catarina (Senac/SC) sobre as seguintes impropriedades verificadas no Relatório de Gestão, para que adote as medidas internas cabíveis com vistas a prevenir ocorrências semelhantes:

1.7.1.1 não identificação dos programas de responsabilidade da Unidade e respectiva vinculação ao plano estratégico, o que descumpre o disposto no subitem 2.1 da parte C do Anexo II da DN-TCU 134/2013; (itens 19-21)

1.7.1.2 ausência de informação acerca da execução física e financeira dos objetivos estratégicos da entidade, o que descumpre o disposto no subitem 2.3 da parte C do Anexo II da DN-TCU 134/2013; (itens 19-21)

1.7.1.3 ausência de informação acerca do grau de atingimento dos valores planejados ou previstos dos programas governamentais realizados pelo Senac/SC, o que infringe o disposto no subitem 2.4 da parte C do Anexo II da DN-TCU 134/2013; (itens 19-21)

1.7.1.4 fornecimento incompleto e inconsistente das informações relativas ao patrimônio imobiliário (o Quadro 6.2.2 não contemplou a integralidade dos 32 imóveis próprios informados no Quadro 6.2.1 e não discriminou o endereço, o ano de aquisição e a destinação de uso de cada um deles), o que descumpre o disposto no item 6.2 da parte C do Anexo II da DN-TCU 134/2013; (itens 91-94)

1.7.2 informar à Administração Regional do Senac em Santa Catarina (Senac/SC) que as recomendações da CGU foram consideradas adequadas e suficientes para cuidar das demais impropriedades verificadas no Relatório de Auditoria Anual de Contas, devendo a Unidade envidar esforços para o atendimento daquelas porventura ainda pendentes de regularização; e

1.7.3 dar ciência desta deliberação à Administração Regional do Senac em Santa Catarina (Senac/SC).

ACÓRDÃO Nº 5171/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 10 a 13), em:

a) julgar regulares, com ressalva, as contas do Sr. Paulo Vargas (037.237.201-53), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação;

b) julgar regulares as contas dos Srs. Pedro Alves de Oliveira (021.568.811-20) e Hércules Pereira Marra (718.353.427-87), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação plena;

c) adotar as demais medidas propostas, segundo os pareceres, conforme item 1.7 deste acórdão.

1. Processo TC-029.362/2015-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Hércules Pereira Marra (718.353.427-87); Paulo Vargas (037.237.201-53); Pedro Alves de Oliveira (021.568.811-20)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Estado de Goiás (Senai/GO)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 dar ciência ao Senai/GO de que a jurisprudência predominante nesta Corte em relação ao processo de recrutamento e seleção de pessoas, a exemplo do Acórdão 369/2009 - Plenário, bem como dos Acórdãos 5.666/2013 e 5.666/2013 da 1ª Câmara, exarados nos processos de contas anuais de 2009 e 2010 do Senai/GO, exige que os processos seletivos sejam permanentemente aprimorados de modo a afastar os riscos de que a subjetividade da avaliação possa macular a transparência e impessoalidade do certame, adotando medidas como conferir ampla publicidade aos atos praticados no decorrer do processo seletivo, especialmente no que se refere à divulgação do edital, ao conteúdo programático, a programação de todas as etapas do referido processo, o conteúdo programático das provas, os critérios e pesos utilizados para avaliação, as fórmulas utilizadas para pontuação, os critérios de desempate, as notas atribuídas aos candidatos, inclusive os motivos para a atribuição da pontuação de cada item avaliado, bem como as formas e prazos para a interposição dos recursos;

1.7.2 dar ciência desta deliberação ao Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Estado de Goiás (Senai/GO); e

1.7.3 arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 5172/2016 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, considerando as instruções às peças 8 e 17, bom como o parecer do Ministério Público junto ao TCU (peça 20), em:

a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas de Glauco Melo Nassar e de Miguel Nabut, dando-lhes quitação;

b) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas de Patrícia Regina Soares da Silveira Rosa, dando-lhe quitação plena;

c) dar ciência à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Distrito Federal (SRTE/DF) de que:

c.1) a prorrogação em caráter excepcional de contratos, a exemplo do ocorrido com os Contratos 8 e 9/2009 (cujos objetos eram serviços de limpeza e conservação), contraria o art. 57, inciso II e § 4º, da Lei 8.666/1993;

c.2) a atuação do ordenador de despesas em etapas da licitação (situação identificada no Pregão Eletrônico 4/2014) ou em etapas da execução dos contratos (situação identificada nos Contratos 15/2014, 8/2009, 3/2012, 6/2013 e 5/2013), afronta o princípio da segregação de funções.

1. Processo TC-029.867/2015-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Glauco Melo Nassar (895.647.661-68); Miguel Nabut (185.639.531-68); Patrícia Regina Soares da Silveira Rosa (289.276.481-53)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Distrito Federal

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5173/2016 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS, relatados estes autos de representação encaminhada pelo Ministério Público Federal noticiando irregularidades na contratação de pessoal e na gestão de convênios no âmbito do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (Sebrae/AM).

Considerando que foi realizada inspeção na unidade jurisdicionada;

Considerando que os achados II.1 (indícios de prática de nepotismo), II.3 (indisponibilidade de informações básicas da entidade na internet e deficiências no acesso à informação), II.4 (irregularidades nas contratações diretas do Sebrae/AM com o Senar/AM) e II.6 (irregularidades nos instrumentos de controle dos convênios firmados pelo Sebrae/AM entre 2012-2015) do relatório de inspeção (peça 81) ensejam a audiência dos responsáveis;

Considerando que o achado II.2 (falta de controle de assiduidade dos funcionários) contém indícios de débito, porém em valores de baixa materialidade, cabendo, preliminarmente, a oitiva do ex-empregado beneficiado, a verificação da possibilidade de ressarcimento em âmbito administrativo interno e a audiência dos gestores;

Considerando que o achado II.5 (inexistência ou deficiência da fiscalização da execução dos objetos contratados com o Senar/AM) apresenta indícios de débito, evidenciado pela ausência de documentação comprobatória da realização dos objetos e pelo fato de que o Sebrae/AM não enviou os comprovantes, não obstante devidamente instado pela equipe, cabendo a conversão em TCE e a citação dos responsáveis;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/1992, converter o processo em tomada de contas especial no tocante ao achado II.5 (inexistência ou deficiência da fiscalização da execução dos objetos contratados com o Senar/AM) do relatório de inspeção, formalizando-se o correspondente processo apartado;

b) com fundamento nos arts. 10, §1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, autorizar a citação, no processo apartado, dos responsáveis, na forma proposta no item 83.3 do relatório de inspeção;

c) com fundamento nos arts. 10, §1º, e 12, inciso III, da Lei 8.443/1992, autorizar a realização da audiência no processo apartado, conforme proposto nos itens 83.4.5 e 83.4.6 do relatório de inspeção;

d) realizar, no presente processo, a oitiva do Sr. David José Nóvoa Tadros para que se manifeste acerca do achado II.2 e dos itens 83.3.8.1 e 83.3.8.2 do relatório de inspeção;

e) com fundamento nos arts. 10, §1º, e 12, inciso III, da Lei 8.443/1992, autorizar a realização, no presente processo, das audiências propostas no item 83.4 (excetuando-se os itens 83.4.5 e 83.4.6 já contemplados acima) do relatório de inspeção;

f) diligenciar, no presente processo, ao Sebrae/AM a fim de que a entidade informe o estágio de análise das prestações de contas pendentes (especialmente dos Convênios 019/2012, 001/2013, 002/2014, 016/2012, 008/2013, 027/2012, 010/2013, 014/2012, 013/2012, 011/2012, 014/2013, 005/2013, 003/2012, 006/2012, 015/2012, 002/2013, 004/2013, 011/2013, 012/2013, 013/2013, 016/2013), bem como informe se foram adotadas as medidas cabíveis em casos de inadimplência, em conformidade com a IN Sebrae 41/2003;

g) cientificar a Secretaria de Governo da Presidência da República, nos termos do parágrafo único do art. 198 do RI/TCU, a respeito da instauração da tomada de contas especial acima referida.

1. Processo TC-025.860/2014-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira Noronha (513.269.812-34); Antonio Carlos da Silva (002.008.322-04); Aécio Flávio Ferreira da Silva (009.497.872-72); Aécio Flávio Ferreira da Silva Filho (508.008.502-97); Clodoaldo Martins de Oliveira Júnior (215.613.948-23); David José Nóvoa Tadros (474.199.542-91); José Roberto Tadros (001.844.462-87); Lamisse Said da Silva Cavalcanti (335.753.472-04); Mauricio Aucar Seffair (160.285.032-15); Muni Lourenço Silva Júnior (405.480.662-72); Nelson Luiz Gomes Vieira Rocha (111.795.702-00); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar/AM

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (Sebrae/AM)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.6. Representação legal: Luiz Carlos Braga de Figueiredo (16010/OAB-DF) e outros, representando Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secex/AM que, quando do exame de mérito deste processo e da tomada de contas especial, verifique o cabimento das propostas contidas nos itens 83.6 a 83.9 do relatório de inspeção.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº 014.096/2009-7, cujo Relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, o Dr. André Pinto Donadio não compareceu para realizar a sustentação oral que havia solicitado em nome do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 5174 a 5195, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 5174/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 014.096/2009-7

2. Grupo: II - Classe: VI - Assunto: Representação.

3. Responsáveis: Montgomery Pastorelo Benites (Conselheiro-Presidente do Coren/PR), CPF 553.280.089-97; Hellen Roehrs (Conselheira-Tesoureira do Coren/PR), CPF 027.131.259-95.

4. Unidade: Conselho Regional de Enfermagem do Paraná - Coren/PR.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).

8. Advogados constituídos nos autos: André Pinto Donadio, OAB/PR 45.929; Willian Tomasi Perin, OAB/PR 50.773; e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação de unidade técnica, formulada a partir de informações constantes de denúncia anônima noticiando supostas irregularidades no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná - Coren/PR,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, tendo em vista o preenchimento dos requisitos de admissibilidade para tanto, em especial o disposto no inc. VI do art. 237 do Regimento Interno, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Montgomery Pastorelo Benites, então Conselheiro-Presidente do Coren/PR, e pela Sra. Hellen Roehrs, então Conselheira-Tesoureira do Coren/PR, quanto ao auferimento de auxílios representação, assim como seu pagamento aos demais conselheiros, de forma sistemática, em quase todos os dias úteis de cada mês, caracterizando tal pagamento remuneração mensal para os conselheiros em vez de indenização, aplicando-lhes, individualmente, a multa prevista no inc. II do art. 58 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até as dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas indicadas no item precedente, caso não atendidas as notificações;

9.4. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Aguinaldo Gonçalves da Cruz, Djalma de Oliveira Pedro e Sandra Mara dos Santos Silva, deixando, no entanto, de aplicar-lhes multa, tendo em vista a presença de circunstâncias atenuantes;

9.5. determinar, com fulcro no inc. II do art. 250 do Regimento Interno deste Tribunal, ao Conselho Regional de Enfermagem do Paraná que:

9.5.1. com base nos princípios da moralidade e da publicidade esculpidos no art. 37 da Constituição Federal, nos arts. 9º e 14 da Lei 5.095/1973 e nas disposições da Resolução Cofen 491/2015, caso ainda não o haja feito, adote, no prazo de cento e vinte dias a contar da ciência deste acórdão, providências com vistas a:

9.5.1.1. garantir que o auxílio representação somente seja concedido com vistas a indenizar gastos relativos a deslocamento e alimentação ocorridos, no caso de conselheiros, com a prática de atividades político-representativas, de gerenciamento superior ou correlatas, ou, no caso de colaboradores, somente na hipótese de atividades político-representativas, desde que o beneficiário haja tempestivamente apresentado o competente relatório, devidamente acompanhado de suficiente documentação comprobatória, cuidando-se para que seja possível, tanto para os gestores daquele conselho quanto para os agentes de controle, aferir o efetivo caráter das atividades desenvolvidas ali mencionadas;

9.5.1.2. publicar mensalmente, em seu sítio na internet, os valores despendidos com verbas indenizatórias, pagas a título de diárias, auxílios representação e jetons, discriminando o valor recebido a título de tais benefícios por cada conselheiro, servidor ou colaborador, discriminando-se, para cada beneficiário, o total percebido por tipo de benefício;

9.5.1.3. publicar mensalmente, em seu sítio na internet, os relatórios mensais de atividades e os relatórios de viagem que fundamentaram o pagamento das verbas indenizatórias previstas no item anterior;

9.5.2. passar a exigir, com fulcro no inc. I do art. 1º do Decreto 1.590/1995, que os servidores nomeados para cargos em comissão desempenhem suas atividades naquele Conselho em regime de dedicação integral e que registrem sua jornada de trabalho da mesma forma como é feito o controle de frequência dos demais servidores do Coren/PR, informando a este Tribunal, no prazo de cento e vinte dias, as providências adotadas;

9.6. determinar, com fulcro no inc. II do art. 250 do Regimento Interno deste Tribunal, à Universidade Federal do Paraná que instaure procedimentos administrativos com vistas a avaliar o cumprimento da jornada de trabalho dos servidores abaixo relacionados, bem como o efetivo desempenho de suas funções nas suas respectivas unidades, no período de novembro de 2008 a dezembro de 2011, encaminhando a este Tribunal, no prazo de cento e vinte dias, as providências adotadas:

9.6.1. Jorge Cavalim de Lima, auxiliar de enfermagem lotado no Hospital de Clínicas, tendo em vista a discrepância entre o registro de frequência assinalado pelo servidor nas Folhas de Ponto Mensal e no Relatório de Movimento de Colaboradores gerado pelo registro eletrônico de catracas, considerando, ainda, os Relatórios Mensais de Atividades do servidor no Coren/PR;

9.6.2. Marco Antônio de Araújo, enfermeiro lotado no CAC/SESAO, tendo em vista registro de frequência assinalado pelo servidor nas Folhas de Ponto Mensal, a carga horária mensal de quarenta horas a que o servidor é submetido e à ausência de comprovação do desempenho de dez horas em atividades complementares, considerando, ainda, os Relatórios Mensais de Atividades do servidor no Coren/PR;

9.6.3. Aguinaldo Gonçalves da Cruz, auxiliar de enfermagem lotado no CAC/SESAO, tendo em vista registro de frequência assinalado pelo servidor nas Folhas de Ponto Mensal, a carga horária mensal de quarenta horas a que o servidor é submetido e à ausência de comprovação do desempenho de dez horas em atividades complementares;

9.6.4. Hellen Roehrs, professora docente do Departamento de Enfermagem, tendo em vista sua jornada de trabalho de quarenta horas naquela universidade e a carga horária por ela dispensada diariamente ao Coren/PR;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.7. encaminhar cópia deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para que avalie a possibilidade de proceder a fiscalização na Prefeitura Municipal de Curitiba, no intuito de verificar o cumprimento da jornada de trabalho do Sr. Luis Eugênio Miranda, CPF 672.452.009-63, enfermeiro da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista que foram acostados aos presentes autos documentos que comprovam que o servidor desempenhava atividades no Conselho Regional de Enfermagem do Paraná em horário concomitante com sua jornada de trabalho na Prefeitura Municipal de Curitiba;

9.8. determinar à Secex/PR que:

9.8.1. encaminhe, em anexo aos expedientes que comunicarem as medidas constantes dos itens 9.6 e 9.7 deste acórdão, a documentação que entender pertinente, devendo aí estar compreendidos, ao menos, os relatórios mensais de atividades dos servidores mencionados nos subitens 9.6.1 e 9.6.2 e no item 9.7;

9.8.2. monitore o cumprimento das determinações constantes dos itens 9.5 e 9.6 deste *Decisum*;

9.9. autorizar o arquivamento destes autos.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5174-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5175/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.770/2013-0.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessados: Francisca Luzeny Alves de Lima (CPF 427.467.958-68), Francisco Takashi Morikiyo (CPF 229.042.478-15), Gil Shmelzshtein (CPF 007.230.608-43), Helena Yasko Kato e Pinheiro (CPF 029.465.058-04), Ivo Reif (CPF 118.756.828-72), João Antonio de Moraes Mendes (CPF 198.027.818-00), Jorge Luiz Bento da Costa (CPF 741.286.718-00), Josoé Machado (CPF 099.675.677-91), José Univaldo Vicente (CPF 452.080.008-06), João Raimundo dos Anjos (CPF 884.482.748-49), João Roberto Trandafilov (CPF 771.889.698-68), Luis Sales Barbosa (CPF 755.026.318-34), Luiz Claudio Batelocchi (CPF 810.313.608-59), Luiz Escarmanhani (CPF 533.696.108-68), Luiz Favaron (CPF 038.202.388-91), Luiz Rodrigues Vieira (CPF 431.612.278-91), Manoel Sanches Ponce (CPF 070.060.558-49), Maria Cecilia Marcondes (CPF 875.050.968-34) e Maria Elizabete Antonieta Ferro Alves (CPF 277.072.539-49).

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessão de aposentadoria a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262 do Regimento Interno e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar legais as concessões de aposentadoria a Francisca Luzeny Alves de Lima, Francisco Takashi Morikiyo, Gil Shmelzshtein, Ivo Reif, João Antonio de Moraes Mendes, Jorge Luiz Bento da Costa, Josoé Machado, José Univaldo Vicente, João Raimundo dos Anjos, João Roberto Trandafilov, Luis Sales Barbosa, Luiz Claudio Batelocchi, Luiz Escarmanhani, Luiz Favaron, Luiz Rodrigues Vieira, Manoel Sanches Ponce, Maria Cecilia Marcondes e Maria Elizabete Antonieta Ferro Alves, ordenando o registro;

9.2. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Helena Yasko Kato e Pinheiro, recusando o registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa;

9.4. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada relacionada no item 9.2, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. enviar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que a interessada de que trata o item 9.2 teve conhecimento do acórdão;

9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão ora considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, desde que a interessada preencha os requisitos para inativação com base em outro fundamento legal;

9.6. determinar à Sefip que adote medidas para:

9.6.1. monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação dos pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, representando ao TCU em caso de não atendimento;

9.6.2. excluir, do ato de interesse de José Univaldo Vicente, o código de fundamento legal "1-1-0713-5 - Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005", por ser incompatível com a aposentadoria prevista no art. 40, inciso III, alínea "a", da CF/1988, em sua redação original, norma que fundamenta esta concessão.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5175-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 5176/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-015.831/2015-9

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Odimar Wanderley Salomão (CPF 226.543.642-91, ex-prefeito)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Afuá/PA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secex/PA

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra Odimar Wanderley Salomão, ex-Prefeito de Mafuá/PA, por não recolhimento aos cofres do fundo de valor referente à incidência de atualização monetária e juros de mora, no período de 18/6/2008 a 14/1/2010, sobre os recursos federais recebidos por meio do Convênio 665.551/2008, celebrado entre o Município de Afuá/PA e o FNDE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, caput, e 23, inciso III, alínea "a", 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992, c/c arts. 1º, inciso I, 209, inciso III e § 7º, 214, inciso III, alínea "a", e 267 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Odimar Wanderley Salomão, condenando-o ao pagamento da importância de R$ 78.855,05 (setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinco centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 14/1/2010 até o dia do efetivo pagamento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do FNDE;

9.2. aplicar a Odimar Wanderley Salomão multa de R$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal o recolhimento da quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, e do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Pará, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5176-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 5177/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-018.399/2004-2

2. Grupo II, Classe I - Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)

3. Embargantes: Jackson Gomes Carrilho (CPF 095.962.087/72, ex-Gerente-Geral) e Ítalo Garritano Barros (CPF 709.514.117-72, ex-auxiliar de Mercado)

4. Unidade: Caixa Econômica Federal

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da Decisão Recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Fernando Antônio Jambo Muniz Falcão (OAB/AL 5.589), Gustavo Ferreira Gomes (OAB/AL 5.865) e Savio Lucio Azevedo Martins (OAB/AL 5.074)

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de embargos de declaração opostos por Jackson Gomes Carrilho e Ítalo Garritano Barros contra o Acórdão 519/2013-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5177-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 5178/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.025/2016-5.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Carmita Felberk Damasceno (CPF 078.873.962-04).

4. Unidade: Departamento de Polícia Federal.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessão de aposentadoria a servidora do Departamento de Polícia Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Carmita Felberk Damasceno, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa;

9.3. determinar ao Departamento de Polícia Federal que adote medidas para:

9.3.1 fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.3. enviar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a servidora teve conhecimento do acórdão;

9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a aposentadoria considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação dos pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao TCU em caso de não atendimento.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5178-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 5179/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.031/2016-5.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: Eustáquio Bolívar da Silva (CPF 163.736.506-34).

4. Unidade: Departamento de Polícia Federal.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessão de aposentadoria a servidor do Departamento de Polícia Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Eustáquio Bolívar da Silva, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo inativo;

9.3. determinar ao Departamento de Polícia Federal que adote medidas para:

9.3.1 fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3.2. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.3. enviar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o servidor teve conhecimento do acórdão;

9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a aposentadoria considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre das irregularidades apontadas;

9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação dos pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao TCU em caso de não atendimento.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5179-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 5180/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.033/2016-8.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: José Raymundo Lemos Reis (CPF 112.524.485-20).

4. Unidade: Departamento de Polícia Federal.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessão de aposentadoria a servidor do Departamento de Polícia Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a José Raymundo Lemos Reis, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo inativo;

9.3. determinar ao Departamento de Polícia Federal que adote medidas para:

9.3.1 fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.3. enviar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o servidor teve conhecimento do acórdão;

9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a aposentadoria considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre das irregularidades apontadas;

9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação dos pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao TCU em caso de não atendimento.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5180-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 5181/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.041/2016-0.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: Raimundo Almeida de Araújo (CPF 013.026.122-04).

4. Unidade: Departamento de Polícia Federal.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessão de aposentadoria a servidor do Departamento de Polícia Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Raimundo Almeida de Araújo, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo inativo;

9.3. determinar ao Departamento de Polícia Federal que adote medidas para:

9.3.1 fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.3. enviar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o servidor teve conhecimento do acórdão;

9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a aposentadoria considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação dos pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao TCU em caso de não atendimento.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5181-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 5182/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.227/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Associação Cria Brasil de Assessoria, Consultoria e Desenvolvimento de Ações Sociais, de Cultura, Meio Ambiente, Turismo, Educação e de Cidadania (04.506.979/0001-25); Izídio Manoel de Souza Silva (297.126.704-06).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX/MG).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor de Izidio Manoel de Souza Silva, Presidente da Associação Cria Brasil de Assessoria, Consultoria e Desenvolvimento de Ações Sociais, de Cultura, Meio Ambiente, Turismo, Educação e de Cidadania (Cria Brasil), em virtude da não apresentação de documentação complementar requerida pelo órgão concedente na análise técnica e financeira do Convênio 8/2009 (Siafi/Siconv 702.956).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1.considerar revéis a Associação Cria Brasil de Assessoria, Consultoria e Desenvolvimento de Ações Sociais, de Cultura, Meio Ambiente, Turismo, Educação e de Cidadania, CNPJ 04.506.979/0001-25 e Izidio Manoel de Souza Silva, CPF 297.126.704-06, presidente da entidade à época dos fatos, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei 8.443/1992;

9.2.com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas da Associação Cria Brasil de Assessoria, Consultoria e Desenvolvimento de Ações Sociais, de Cultura, Meio Ambiente, Turismo, Educação e de Cidadania, CNPJ 04.506.979/0001-25 e de Izidio Manoel de Souza Silva, CPF 297.126.704-06;

9.3.condenar a Associação Cria Brasil de Assessoria, Consultoria e Desenvolvimento de Ações Sociais, de Cultura, Meio Ambiente, Turismo, Educação e de Cidadania, CNPJ 04.506.979/0001-25 e Izidio Manoel de Souza Silva, CPF 297.126.704-06, solidariamente, ao pagamento da importância a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculados a partir da data indicada até o dia do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor (R$)	Data
178.200,00	3/3/2009

9.4.aplicar à Associação Cria Brasil de Assessoria, Consultoria e Desenvolvimento de Ações Sociais, de Cultura, Meio Ambiente, Turismo, Educação e de Cidadania, CNPJ 04.506.979/0001-25 e a Izidio Manoel de Souza Silva, CPF 297.126.704-06, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5.autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 e 9.4 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.6.autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, na forma prevista na legislação em vigor; e

9.7.encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República do Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5182-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 5183/2016 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo nº TC 004.051/2016-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Jorge França de Almeida (837.799.812-20); Reginaldo Seixas Andrade (572.341.242-68).

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Departamento de Controle Disciplinar (Decod) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), em desfavor de Reginaldo Seixas Andrade (CPF 572.341.242-68) e Jorge França de Almeida (CPF 837.799.812-20), ex-empregados da Agência dos Correios/Banco Postal de Coari/AM, em razão de prejuízos causados à empresa por diferenças de saldo na entidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel Jorge França de Almeida, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2.com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III do Regimento Interno do TCU (RITCU), julgar irregulares as contas de Reginaldo Seixas Andrade (572.341.242-68) e Jorge França de Almeida (837.799.812-20), ex-empregados da Agência dos Correios de Coari-AM, condenando-os ao pagamento das quantias abaixo indicadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas de ocorrência, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.2.1. Reginaldo Seixas Andrade

Valor original (R$)	Data da ocorrência
59.934,04	28/8/2013

9.2.2. Jorge França de Almeida

Valor original (R$)	Data da ocorrência
160.784,31	28/8/2013

9.3. aplicar a Reginaldo Seixas Andrade a multa de R$ 8.000,00 (oito mil reais) e a Jorge França de Almeida a multa de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.4. autorizar, desde já, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.3 em até trinta e seis parcelas mensais consecutivas, nos termos do artigo 26 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 217 do Regimento Interno do TCU, fixando aos devedores o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma da legislação em vigor;

9.5. alertar os devedores que a falta de comprovação dos recolhimentos de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do artigo 217 do Regimento Interno do TCU;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.7. remeter cópia deste Acórdão acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam aos responsáveis, bem como:

9.7.1. ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

9.7.2. ao Controle Interno do Ministério das Comunicações;

9.7.3. ao Departamento de Controle Disciplinar da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5183-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 5184/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo n.º TC 005.380/2014-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessado: Milton Ferreira Leão (032.281.691-20), com dois atos.

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida no âmbito da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegais os dois atos de aposentadoria emitidos em favor de Milton Ferreira Leão (032.281.691-20), números de controle 10496505-04-2013-000017-7 e 10496505-04-2013-000025-8, negando-lhes o registro:

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula 106 do TCU);

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no subitem anterior;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5184-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 5185/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.470/2014-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: José Gomes da Silva (306.959.294-53).

4. Entidade: Fundação Joaquim Nabuco.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria instituída no âmbito da Fundação Joaquim Nabuco.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de José Gomes da Silva (306.959.294-53), negando o registro ao ato correspondente, número de controle 10483900-04-2013-000020-5, ante a conversão indevida de tempo especial prestado após o advento da Lei 8.112/1990 em tempo para aposentadoria comum;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar à Fundação Joaquim Nabuco que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Fundação Joaquim Nabuco;

9.5. esclarecer à Fundação Joaquim Nabuco que, na hipótese de opção por nova inativação pelo interessado, desde que preenchidos os requisitos para tanto, deverá ser encaminhado o respectivo ato para apreciação do TCU, via Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias;

9.6. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Fundação Joaquim Nabuco.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5185-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 5186/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.710/2013-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Dilma Firmina Nascimento (221.333.309-25); Dino Zanete (077.898.239-49); Edman Regina da Silva Calliari (294.839.729-49); Eliana Maria Liberatore (285.998.530-15); Elio Cantalício Serpa (144.955.119-04); Ernesto Francisco Damerau (001.947.869-00); Gilberto Montibeller Filho (165.828.379-15); Guilherme Domingos Vieira (313.728.729-49); Isaac Geraldino Vieira (245.315.109-68).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representações legais: Rafael Campos de Oliveira (OAB/RS 71.145) e outros, representando Edman Regina da Silva Calliari, Dino Zanete e Elio Cantalício Serpa; Guilherme Belém Querne (OAB/SC 12.605) e outros, representando Dilma Firmina Nascimento e Ernesto Francisco Damerau.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias instituídas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts.260, § 5º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de aposentadoria de Ernesto Francisco Damerau (001.947.869-00) e Guilherme Domingos Vieira (313.728.729-49), números de controle 10795006-04-2003-000007-1 e 10795006-04-2003-000134-5;

9.2. considerar ilegais as aposentadorias de Dilma Firmina Nascimento (221.333.309-25), Eliana Maria Liberatore (285.998.530-15) e Isaac Geraldino Vieira (245.315.109-68), negando o registro aos atos correspondentes, números de controle 10795006-04-2005-000112-0, 10795006-04-2003-000128-0 e 10795006-04-1998-000510-1, em razão da inclusão de parcelas judiciais relativas à defasagem da URV (3,17%) e à hora-extra;

9.3. considerar ilegais as aposentadorias de Dino Zanete (077.898.239-49), Edman Regina da Silva Calliari (294.839.729-49), Elio Cantalício Serpa (144.955.119-04) e Gilberto Montibeller Filho (165.828.379-15), negando o registro aos atos correspondentes, números de controle 10795006-04-2003-000172-8, 10795006-04-2003-000038-1, 10795006-04-2001-000006-8 e 10795006-04-2003-000086-1, em razão da inclusão de parcela judicial relativa à defasagem da URV (3,17%);

9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados (Súmula/TCU 106);

9.5. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.5.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, escoimados das irregularidades verificadas, a serem submetidos à apreciação do TCU;

9.5.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.5.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas e encaminhe comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Universidade Federal de Santa Catarina e aos representantes legais devidamente constituídos nos autos.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5186-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 5187/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.305/2015-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Commune (05.511.440/0001-27); José Augusto Lima Marin (065.932.218-80).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura (MinC), em desfavor da entidade Commune e de José Augusto Lima Marin, seu Diretor-Presidente à época, em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por meio do Convênio MinC 059892/2009 (SIAFI/SICONV 720530), que se destinavam à realização do projeto "Comédia e Humor Brasileiros".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, José Augusto Lima Marin (CPF 065.932.218-80) e a entidade Commune (CNPJ 05.511.440/0001-27);

9.2 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas da Commune (CNPJ 05.511.440/0001-27), na condição de convenente, e de José Augusto Lima Marin (CPF 065.932.218-80), na condição de Diretor-Presidente à época, e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data de Ocorrência (R$)
500.000,00	17/5/2010
500.000,00	17/5/2010
144.268,80	20/2/2013

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3 aplicar à Commune (CNPJ 05.511.440/0001-27) e a José Augusto Lima Marin (CPF 065.932.218-80), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a data dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5 autorizar, caso requerido, o pagamento das dívidas dos responsáveis em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6 alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.7 encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.8 dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao Ministério da Cultura e aos responsáveis; e

9.9 arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, após a adoção das providências determinadas e a efetivação das competentes comunicações.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5187-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO N.º 5188/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo n.º TC 016.630/2012-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessado: Pedro Pessoa da Silva (137.851.413-00).

4. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Maranhão.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida no âmbito da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Maranhão.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Pedro Pessoa da Silva (137.851.413-00), negando o registro ao ato correspondente, número de controle 10225900-04-2010-000010-1;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Maranhão que:

9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU;

9.2.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, adote medidas com vistas à reposição ao erário dos valores recebidos pelo interessado a título de gratificação de 33% desde a decisão liminar deferida em 18/11/2004 no âmbito da Ação Ordinária 2004.83.00.015309-0 - 9ª Vara Federal de Pernambuco, que foi revogada pela sentença resolutiva de mérito daquele processo, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990;

9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no subitem 9.3.2 *supra*;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Maranhão;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5188-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 5189/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.909/2013-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Carlos Antônio Levi da Conceição (380.078.517-04).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) acerca de possíveis fraudes na concessão de auxílio transporte pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, com fulcro no art. 237, VI, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. aplicar, individualmente, a Carlos Antônio Levi da Conceição, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a multa prevista no art. 58, IV, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, IV e § 3º, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 3.000,00 (tres mil reais), em face do descumprimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência determinada pelo ofício 190/2015-TCU/SECEX-RJ, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar o desconto da dívida na remuneração do servidor, observados os limites previstos na legislação pertinente, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 219, inciso I, do Regimento Interno do TCU

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não seja paga até o seu vencimento, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/92;

9.5. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro, com fundamento no art. 43, I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, que implemente, no prazo de 60 (sessenta) dias, e apresente a este Tribunal, no mesmo prazo, plano de ação com vistas a apurar os indícios de fraudes em concessões de auxílio transporte, a partir de setembro de 2012, a servidores que residiam fora da cidade do Rio de Janeiro (capital), conforme mencionado nesta representação, com a indicação dos responsáveis pelas ações e do prazo previsto para a sua implementação (término das análises), contemplando, no mínimo, a análise dos pontos citados a seguir:

9.5.1. o tipo de custeio concedido (intermunicipal ou interestadual) e a quantidade de passagens diárias;

9.5.2. o valor mensal concedido a título de auxílio transporte compatível com o deslocamento necessário (valor sem desconto e com desconto), o local de trabalho do servidor (unidade administrativa e bairro), o local do domicílio, o mês base do cálculo e a quantidade de dias utilizados para o cálculo;

9.5.3. o tipo de deslocamento (trabalho-trabalho ou residência-trabalho), vedado o pagamento para os deslocamentos realizados em intervalos para repouso (sábados, domingos e feriados) e nos afastamentos considerados em lei como de efetivo exercício;

9.5.4. a regularidade do percentual de desconto no salário do servidor, inclusive identificando o percentual de desconto e a base de cálculo (vencimento do cargo efetivo ou vencimento do cargo em comissão ou de natureza especial, quando se tratar de servidor ou empregado que não ocupe cargo efetivo ou emprego);

9.5.5. a regularidade da cumulatividade do benefício, quando o servidor ou empregado acumular licitamente outro cargo ou emprego na Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União (trabalho-trabalho ou residência-trabalho);

9.5.6. a regularidade dos descontos correspondentes às diárias;

9.5.7. a regularidade do Termo de Compromisso do servidor firmado na concessão do auxílio transporte, assim como de todos os documentos exigidos (contrato de aluguel ou de compra e venda/escritura, contas de serviços públicos da residência dos últimos três meses, título de eleitor, declaração de carga horária fornecida pelo respectivo departamento, declaração de imposto de renda, etc.), conforme previsto na Portaria 813/2014 da Pró Reitoria de Pessoal;

9.5.8. a regularidade da apresentação dos bilhetes de passagens ou das notas fiscais emitidas pela empresa prestadora do serviço de transporte, conforme previsto na Portaria 813/2014 da Pró Reitoria de Pessoal, não sendo admitida a apresentação de mero recibo entre as partes;

9.5.9. a regularidade de concessão de auxílio transporte ao servidor que utilize transporte seletivo ou especial, nos casos em que restar comprovado documentalmente que a localidade de sua residência não é servida por meios de transporte coletivo convencional ou desde que este não atenda a suas necessidades;

9.5.10. a regularidade do veículo, sendo necessário que seja revestido das características de transporte público, devidamente regulamentado pelas autoridades competentes;

9.5.11. a regularidade das tarifas cobradas com os percursos realizados, inclusive identificando os valores; e

9.5.12. a regularidade da assinatura do servidor e de todos os responsáveis, com a identificação do nome, CPF, matricula SIAPE, lotação e cargo, conforme previsto na Portaria 813/2014 da Pró Reitoria de Pessoal.

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, bem como das peças 251 e 252 destes autos, à Universidade Federal do Rio de Janeiro;

9.7 determinar à Secex-RJ que monitore o cumprimento do disposto no item 9.4 deste Acórdão;

9.8. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5189-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 5190/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.974/2015-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Centro de Habilitação Promove - CHP (69.127.611/0001-00); Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-brasileiros do Estado de São Paulo - Ceabra/SP (02.406.518/0001-55); João Carlos Borges Martins (326.454.308-72); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Marilena Flores Martins (767.563.358-04); Walter Barelli (008.056.888-20).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE), em razão de irregularidades na execução dos Convênios Sert/Sine 82/99 e 131/99, celebrados entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e, respectivamente, o Centro de Habilitação Promove (CHP) e o Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros do Estado de São Paulo (Ceabra).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar o presente processo, em virtude da ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido, com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa TCU 71/2012; e

9.2. dar ciência da presente deliberação à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Previdência Social (SPPE/MTPS), à Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP), ao Centro de Habilitação Promove (CHP), ao Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros do Estado de São Paulo (Ceabra), a Marilena Flores Martins, a João Carlos Borges Martins, a Walter Barelli e a Luís Antônio Paulino.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5190-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 5191/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-017.986/2016-8.

2. Grupo: II - Classe: V - Assunto: Pensão Civil.

3. Interessadas: Lizandra Figueiredo Sousa, CPF 041.459.983-75; Maurília Fernandes da Silva, CPF 672.294.332-15; Marly Sousa de Oliveira, CPF 664.787.582-49; Rebeca Marques de Oliveira, CPF 999.691.142-04; Cláudia Suely Herculano Cavalcante, CPF 311.151.602-49.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra em Marabá/PA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, Dr. Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensões civis outorgadas pela Superintendência Regional do Incra em Marabá/PA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais os atos constantes das peças 2/4, relativos às pensões civis das Srªs Lizandra Figueiredo Sousa, Maurília Fernandes da Silva, Marly Sousa de Oliveira e Rebeca Marques de Oliveira, autorizando-lhes o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. considerar ilegal o ato constante da peça 5, relativo à pensão civil da Srª Cláudia Suely Herculano Cavalcante, negando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.3. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.4. determinar ao órgão de origem que:

9.4.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique às interessadas o inteiro teor deste acórdão e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato visto à peça 5, ora impugnado, referente à pensão civil de Cláudia Suely Herculano Cavalcante, CPF 311.151.602-49, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. esclareça à interessada Cláudia Suely Herculano Cavalcante que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso de negativa de provimento do recurso interposto;

9.4.3. proceda, se for o caso, ato de alteração com fundamento na EC 70/2012, em favor de Marly Sousa de Oliveira, viúva de Lourival Marques de Oliveira (peça 4), uma vez que o ex-servidor faleceu na condição de aposentado por invalidez;

9.4.4. observe os termos da IN 55/2007;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.4.1 a 9.4.4 *supra*;

9.5.2. dê ciência deste acórdão e das demais peças que o fundamentam ao órgão de origem; e

9.5.3. cumpridos os termos do acórdão, arquive os autos.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5191-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5192/2016 - TCU - 1ª Câmara

1.Processo TC-- 020.183/2016-0

2.Grupo: I - Classe: V - Assunto: Aposentadoria.

3.Interessado: Carlos Justi, CPF 923.718.768-87.

4.Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso.

5.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6.Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Paulo Soares Bugarin.

7.unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de uma aposentadoria outorgada pela Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso, em favor do Sr. Carlos Justi,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato descrito na peça 2, relativo à aposentadoria de Carlos Justi, negando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. alertar o interessado de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4. determinar ao órgão de origem que;

9.4.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique ao interessado o inteiro teor deste acórdão e, após, faça cessar todos os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. oriente o interessado no sentido de que sua aposentadoria poderá prosperar, devendo, nesse caso, ser emitido novo ato concessório, livre da irregularidade ora apontada, disponibilizando-o no sistema Sisac para oportuna deliberação desta Corte de Contas;

9.4.3. observe os termos da IN 55/2007;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. monitore, com rigor, a implementação das medidas determinadas nos itens 9.4.1 a 9.4.3 *supra;*

9.5.2. dê ciência deste acórdão, bem como das demais peças que o fundamentam, ao órgão de origem; e

9.5.3. cumpridos os termos do acórdão, arquive os autos.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5192-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5193/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-022.364/2013-7

2. Grupo: II - Classe: VI - Assunto: Representação

3. Representante: Ideorama Comunicações Ltda., CNPJ 07.402.534/0001-93.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Biologia da 7ª Região - CRBio-07/PR.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/PR.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, apresentada pela empresa Ideorama Comunicações Ltda., com fulcro no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/93, acerca de possíveis irregularidades no âmbito do Convite 1/2013, promovido pelo Conselho Regional de Biologia da 7ª Região - CRBio-07/PR, tendo por objeto contratar pessoa jurídica para a prestação de serviços especializados para criação de projeto gráfico e diagramação da Revista "Bioparaná",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, dado preencher os requisitos de admissibilidade para tanto, em especial o disposto no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/1993 e no inc. VII do art. 237 do Regimento Interno, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. determinar o encaminhamento de cópia deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, à Representante e ao Conselho Regional de Biologia da 7ª Região - CRBio-07/PR; e

9.3. autorizar o arquivamento estes autos, nos termos do inc. V do art. 169 do Regimento Interno.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5193-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5194/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.635/2012-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (00.375.972/0001-60)

3.2. Responsáveis: Bernadete Ten Caten (332.576.040-68); Carlos Belizário Pinto Moraes (009.665.457-02); Filemon Alves Filho (374.321.412-15); Marlon da Silva Ferreira (361.242.061-53); Ulhôa Netto Ltda. (21.298.211/0001-22).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia - PA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal:

8.1. Francisco Eduardo Oliveira Victer, representando Carlos Belizário Pinto Moraes.

8.2. Quitéria Sa dos Santos (9707/OAB-PA), representando Marlon da Silva Ferreira.

8.3. Claudio Fernando Mendes (9.593/OAB-PA), representando Bernadete Ten Caten.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação total das despesas relativas aos recursos do Convênio Incra/SR-27 MB 00068/02, firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra e o Município de Floresta do Araguaia/PA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c" e "d", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis Marlon da Silva Ferreira, Filemon Alves Filho e a empresa Ulhôa Netto Ltda., conforme disposto no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92;

9.2. julgar irregulares as contas de Carlos Belizário Pinto de Moraes, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas de ocorrência, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, desde a ciência, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra:

VALOR ORIGINAL (R$)	*DATA DE OCORRÊNCIA*
75.000,00	*21/7/2003*
75.000,00	*26/9/2003*

9.3. aplicar a Carlos Belizário Pinto de Moraes a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da multas ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.5. acolher as razões de justificativas apresentadas por Bernadete Tem Caten, aproveitando-as à Marlon da Silva Ferreira e à Filemon Alves Filho, nos termos do art. 161 do Regimento Interno do TCU;

9.6. remeter cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Pará, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5194-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 5195/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.239/2013-3

1.1. Apensos: 024.175/2015-3; 024.174/2015-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessado/Responsável/Recorrente:

3.1. Interessado: Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur)

3.2. Responsável: Elcio Siviero (114.987.900-97)

3.3. Recorrente: Elcio Siviero (114.987.900-97)

4. Entidade: Município de Veranópolis, Rio Grande do Sul

5. Relator/Relator da deliberação recorrida:

5.1. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: Fabiano Barreto da Silva (57761/OAB-RS)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Elcio Siviero contra o Acórdão 1.521/2015 da 1ª Câmara, que julgou irregulares suas contas especiais e o condenou ao ressarcimento do débito apurado e ao pagamento de multa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 33 da Lei 8.443/92, em conhecer do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento.

10. Ata n° 28/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/8/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5195-28/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ENCERRAMENTO

Às 10 horas e 24 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

Aprovada em 10 de agosto de 2016.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da Primeira Câmara

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente da Primeira Câmara

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 158, DE 21 DE JULHO DE 2016

Aplica a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União à empresa DN3 Soluções Corporativas em Tecnologia Eireli - ME.

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXVII do artigo 147 da Resolução n. 20, de 1971, da Câmara dos Deputados, considerando que a empresa DN3 Soluções Corporativas em Tecnologia Eireli - ME, localizada na QNN 18, Conjunto A, Lote 14, sala 205 - Ceilândia Sul, Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o n. 02.341.627/0001-31, não forneceu o material objeto da Nota de Empenho n. 2014NE004511, conforme Processo/CD n. 110.222/14, resolve:

Aplicar à pessoa jurídica supracitada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, com descredenciamento no Sicaf, pelo período de 6 (seis) meses, conforme previsto no art. 7º da Lei n. 10.520/02 (item n. 4, Anexo n. 3 ao edital de Pregão Eletrônico n. 235/14).

ROMULO DE SOUZA MESQUITA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 146 de 1 de agosto de 2016, na Seção 01, página 166, onde se lê: "Sindicância Coren-SP n° 265/2012.", leia-se: " Sindicância Coren-SP n° 295/2012".

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

RESOLUCÃO Nº 11, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Institui e normatiza as atribuições, competências e funções dos técnicos e tecnólogos em radiologia no setor industrial, revoga as Resoluções Conter nºs 18/2006, 21/2006, 07/2016 e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei n.º 7.394, de 29 de outubro de 1985, pelo Decreto n.º 92.790, de 17 de junho de 1986, e nos termos do seu Regimento Interno: CONSIDERANDO as prerrogativas contidas no Art. 5º, Inciso XIII, Art. 22, Incisos XVI e XXVI da Constituição Federal; CONSIDERANDO o disposto no Artigo 1º, Inciso IV, da Lei n.º 7.394/1985 e no Artigo 2º, Inciso IV, do Decreto 92.790/1986; CONSIDERANDO que, nos termos da lei e do decreto de regência e do caráter vinculante da decisão definitiva de mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 1717-6, do Supremo Tribunal Federal (STF), compete única e exclusivamente ao Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (CONTER) regular e fiscalizar o exercício da profissão de técnico e tecnólogo em Radiologia, em todo o território nacional; CONSIDERANDO as Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica, instituídas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), por meio da Norma CNEN NN 3.01; CONSIDERANDO a Consulta Pública CONTER n.º 01/2015, realizada entre os dias 1º e 31 de julho de 2015; CONSIDERANDO a decisão da Diretoria Executiva, Ad Referendum da Plenária. Resolve:

Art. 1º Instituir e normatizar as atribuições, competências e funções dos técnicos e tecnólogos em Radiologia no setor Industrial, nas seguintes especialidades: I-Radiografia Industrial; II - Irradiação Industrial; III - Radioinspeção de segurança; IV- Perfilagem de poços; V Medidores nucleares.

rt. 2º - Os requisitos para habilitação dos profissionais das técnicas radiológicas de nível médio no setor industrial são: I - Ser maior de 18 anos de idade; II - Possuir diploma de conclusão do curso técnico em Radiologia, expedido por instituição de ensino reconhecida pela Secretaria Estadual ou Municipal de Educação ;III Estar devidamente inscrito no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia (CRTR) de sua jurisdição; IV Ter condições físicas e psicológicas para executar trabalhos de campo; V - Ser aprovado em curso de formação na área da Radiologia Industrial promovido por instituição de ensino reconhecida pelo sistema educacional, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, incluída a carga horária mínima de 80 horas para as disciplinas relativas à proteção radiológica. Parágrafo único - A ementa básica do curso de formação fica com a seguinte composição: a) Tópicos avançados sobre a operação dos diferentes tipos de equipamentos emissores de radiação ionizante que são usados para inspeção, segurança e irradiação no setor Industrial; b) Proteção radiológica, plano de emergência e prevenção de acidentes; c) Introdução ao programa ALARA; d) Ética, legislação e normas técnicas; e) Ensaios não-destrutivos (ENDs); f) Procedimentos técnicos em radiografia industrial; g) Diferentes tipos de fontes radioativas; h) Tipos de materiais, construção civil, eletromecânica e processos de fabricação: soldagens, fundição e forjaria. VI - Para exercer as funções de Operador de Radiografia Industrial I e II, os profissionais de nível médio devem comprovar, por meio de formulário assinado pelo Supervisor de Proteção Radiológica (SPR) e histórico de dose individual, a experiência na especialidade pretendida prevista nos Artigos 3º e 4º da Norma CNEN NN 7.02. Parágrafo único - Os Operadores de Radiografia Industrial I e II, reconhecidos e registrados pela CNEN antes da publicação desta resolução, possuem experiência operacional comprovada e ficam dispensados do cumprimento deste requisito.

Art. 3º - Os requisitos para habilitação dos profissionais das técnicas radiológicas de nível superior no setor Industrial são: I - Ser maior de 18 anos de idade; II - Possuir diploma de conclusão de curso de graduação em Radiologia expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC); III Estar devidamente inscrito no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia (CRTR) da sua jurisdição; IV - Ter condições físicas e psicológicas para executar trabalhos de supervisão de campo.

Art. 4º - São atribuições e competências dos profissionais das técnicas radiológicas de nível médio com habilitação no setor industrial:I - Exercer as funções de Operador de Radiografia Industrial I e II, nos termos da Norma CNEN NN 7.02 e do Art. 6º da Norma CNEN NN 6.04; II - Operar irradiadores de gamagrafia, aparelhos de raios X industriais e demais equipamentos emissores de radiação ionizante no setor Industrial; III - Delimitar e sinalizar áreas supervisionadas e controladas; IV - Verificar as condições de funcionamento dos equipamentos emissores de radiação; V - Auxiliar no treinamento dos estagiários e profissionais recém-formados no setor Industrial; VI - Cumprir os requisitos do Plano de Proteção Radiológica (PPR) da instalação; VII - Ser responsável pela segurança e proteção física das fontes de radiação no setor industrial; VIII - Verificar a validade dos certificados de calibração dos medidores de radiação e monitores de radiação e de vistoria dos equipamentos emissores de radiação; IX - Certificar-se dos procedimentos operacionais com relação ao controle de fontes radioativas durante a sua operação, transporte e armazenamento; X - Verificar documentação e registros disponíveis na instalação de operação, conforme descrito no Plano de Proteção Radiológica (PPR); XI - Realizar as monitorações estabelecidas no Plano de Proteção Radiológica (PPR), o armazenamento das fontes radioativas e manter os registros correspondentes nas instalações de operação; XII - Ser responsável pelas chaves do local de armazenamento de fontes radioativas, quando houver; XIII - Comunicar imediatamente ao Supervisor de Proteção Radiológica (SPR) toda e qualquer anormalidade ou condição de perigo que for observada nos dispositivos e instalações radiológicas; XIV - Assumir o controle e aplicar as ações previstas nos procedimentos de emergência.

Art. 5º - São atribuições dos profissionais das técnicas radiológicas de nível superior com habilitação no setor Industrial, além das prerrogativas previstas no Artigo 4º, as demais atividades: I - Exercer a função de Supervisor de Proteção Radiológica (SPR), nos termos da Norma CNEN NN 7.01; II - Treinar, orientar e avaliar o desempenho dos profissionais de nível técnico sob sua supervisão; III - Auxiliar na seleção e escalação das equipes de trabalho; IV - Aplicar e verificar cotidianamente o Plano de Proteção Radiológica (PPR) da instalação, bem como dos procedimentos para o uso, manuseio, acondicionamento, transporte e armazenamento de fontes radioativas, devendo comunicar qualquer anormalidade ou divergência ao SPR responsável pela instalação; V - Manter sob controle, em conformidade com as Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica, instituídas pela Norma CNEN NN 3.01, e de acordo com o Plano de Proteção Radiológica (PPR) do serviço, as fontes de radiação, os rejeitos radioativos, as condições de proteção radiológica dos indivíduos, as áreas controladas e os equipamentos de monitoração da radiação; VI - Avaliar as exposições nos locais sujeitos a radiações, comparando condições normais e situações de emergência, e adotar as medidas de proteção necessárias; VII - Supervisionar o recebimento e o envio dos medidores individuais para troca, junto aos laboratórios de monitoração individual; VIII - Verificar a disponibilidade, para uso imediato e em quantidades suficientes, de todo o material auxiliar para proteção radiológica, incluindo aqueles a serem utilizados em situação de emergência; IX - Comunicar, oficial e imediatamente, ao SPR responsável pela instalação, a ocorrência de irregularidades inerentes às fontes de radiação e as ações necessárias para garantir a proteção radiológica da instalação e das pessoas; X - Atuar, investigar e implementar, quando necessário, ações corretivas e preventivas aplicáveis em situações de emergência, de acordo com o previsto no Plano de Proteção Radiológica (PPR); XI - Supervisionar e coordenar as ações de proteção radiológica nos depósitos iniciais de rejeitos da instalação, quando houver; XII - Examinar e acompanhar a execução dos projetos de construção e alteração de instalações radiológicas industriais; XIII - Garantir que as instalações atendam às condições de operação e armazenamento.

Art. 6º - Os tecnólogos em Radiologia podem exercer todas as atividades dos técnicos em Radiologia no setor Industrial, desde que cumpram os requisitos previstos nos Incisos V e VI do Artigo 2º desta resolução.

Art. 7º - Os profissionais das técnicas radiológicas com habilitação no setor Industrial devem observar permanente e rigorosamente as normas de proteção radiológica, bem como o Código de Ética Profissional.

Art. 8º - Os técnicos e tecnólogos em Radiologia com habilitação no setor Industrial estão sujeitos às normas e códigos profissionais que regulam o exercício da profissão. Faltas, erros e infrações serão apuradas e julgadas com base no Código de Processo Ético-disciplinar.

Art. 9º - Os Operadores de Radiografia Industrial I e II, qualificados e certificados de acordo com a Norma CNEN NN 7.02, que, na data da publicação desta resolução, operavam equipamentos emissores de radiação ionizante no setor Industrial, deverão se inscrever no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia (CRTRs) de sua jurisdição. § 1º - Para ter o reconhecimento do Sistema CONTER/CRTRs como "Técnico em Radiologia Industrial", os Operadores de Radiografia Industrial I e II, registrados de acordo a Norma CNEN NN 7.02, deverão cumprir os requisitos previstos no Art. 2º desta resolução e obedecer ao rito processual definido pelo CONTER.§ 2º - Os Operadores de Radiografia Industrial I e II, registrados conforme a Norma CNEN NN 7.02, que, até a data de publicação da presente resolução tiverem comprovado o exercício profissional, experiência técnica e prática na especialidade em que atuam, serão considerados habilitados para o exercício das suas funções.

Art. 10 - Ficam revogadas as Resoluções CONTER nºs 18/2006, 21/2006 e 07/2016, publicadas no D.O.U. em 24 de outubro de 2006 Seção 1, nº 168-204; 11 de janeiro de 2007 Seção 1, nº 8 - 67 e 14 de junho de 2016 Seção 1, nº 112-77, respectivamente.

Art. 11 - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

VALDELICE TEODOROTR
Diretora-Presidente

HAROLDO FELIX DA SILVA
Diretor Secretário

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 124, DE 11 DE JULHO DE 2016

Aprova o Regimento Interno da Comissão Permanente de Transparência - CPT do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte - CRCRN.

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO rio grande do Norte, no uso de suas atribuições regimentais; CONSIDERANDO que a Resolução do CFC nº 1439/2013 com suas alterações, que regula o acesso a informações previsto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs; e CONSIDERANDO que a Comissão do Portal da Transparência, criada pela Portaria CRCRN n.º 009, de 07 de janeiro de 2016, propôs minuta de regimento interno que estabelecerá as regras de funcionamento, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno da Comissão Permanente de Transparência - CPT do CRCRN, que constitui o anexo desta Resolução.

Art. 2º - A Comissão do Portal da Transparência, criada pela Portaria CRCRN n.º 009, de 07 de janeiro de 2016, passará a ser chamada de Comissão Permanente de Transparência - CPT do CRCRN.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições contrárias.

JOÃO GREGÓRIO JÚNIOR
Presidente do Conselho

ANEXO

Aprovada na 779ª Reunião Plenária de 2016, realizada em 28 de julho de 2016.REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO PERMANENTE DE TRANSPARÊNCIA (CPT) DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO E COMPETÊNCIAS Art. 1º A Comissão Permanente de Transparência (CPT) do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte (CRCRN), instituída como um órgão colegiado e permanente, integrante da estrutura do CRCRN, de caráter consultivo e deliberativo, vinculada à Presidência, tem por finalidade definir e acompanhar as ações, assim como fazer cumprir as políticas de transparência organizacional do CFC, visando atender às necessidades institucionais e à legislação vigente, em especial, no que se refere ao acesso à informação pública, à Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), regulamentada pelo Decreto n.º 7.724/2012, e pela Resolução CFC n.º 1.439/2013, com as alterações correlatas. Art. 2º Compete à Comissão Permanente de Transparência (CPT) do CRCRN: I - propor regimento interno, que estabelecerá as regras de funcionamento e deverá ser aprovado pelo presidente do Conselho de Contabilidade; II - propor e viabilizar meios para o cumprimento da Resolução; III - analisar mensalmente relatório emitido pelo e-SIC. IV - promover a cultura da Transparência no âmbito do Conselho de Contabilidade, por meio de publicações, seminários, convenções, congressos, palestras, cursos, entre outros. V- a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; VI - a proteção da informação, garantindo-se sua dis-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ponibilidade, autenticidade e integridade; VII - a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso; VIII - assessorar a Presidência nos assuntos pertinentes à transparência e ao acesso à informação; IX - recomendar diretrizes gerais de transparência e de acesso à informação do CRCRN, por meio do planejamento e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade; X - Coordenar e aperfeiçoar o portal de transparência e acesso a informação; XI - dirimir as dúvidas provenientes do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), com base nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade; XIII - elaborar mensalmente relatório do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, de acordo com o disposto no art. 20, III, da Resolução CFC 1439/2012.§ 1º Os pedidos de acesso à informação serão coordenados pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e deverão seguir os fluxos definidos em Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, vigente, que versará sobre a política de acesso e segurança da informação no âmbito do Sistema CFC/CRCs de acordo com as normas gerais estabelecidas na Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.§ 2º As informações caracterizadas como sigilosas são aquelas descritas em resoluções e atos normativos do Sistema CFC/CRCs e encontram-se compiladas em Resolução, vigente, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).§ 3º Fica assegurada, para todos os efeitos, a competência exclusiva do Conselho Federal de Contabilidade, nos termos do art. 21 da Resolução CFC nº. 1439/12, quanto a classificação de acesso à informação pública, onde deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível. CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO Art. 3º A Comissão Permanente de Transparência do CRCRN será composta por no mínimo 3 (três) membros nomeados por meio de portaria da Presidência, com mandato de 2 (dois) anos, sendo

I - 2 (dois) empregados dos Conselhos de Contabilidade, preferencialmente de nível superior, atuando nas áreas: Jurídica, Administrativa, Informática, Arquivo/Protocolo, Biblioteca ou Contábil; II - 1 (um) conselheiro na condição de coordenador da CPT; Parágrafo único. A Comissão Permanente de Transparência poderá convidar representantes de áreas específicas e conselheiros para participar das reuniões, os quais não terão direito a voto. Parágrafo único. Os membros da CPT são indicados mediante Portaria devidamente expedida e assinada pelo presidente do CRCRN. Art. 4º - A cada mudança de mandato de Presidente e a critério deste poderá ser constituída ou revisada a composição da CPT CAPÍTULO III - DAS REUNIÕES Art. 5º As reuniões ordinárias da Comissão Permanente de Transparência do CRCRN serão realizadas mensalmente de acordo com cronograma a ser estabelecido na reunião de instalação. Parágrafo único. Ao coordenador da Comissão competirá convocar as reuniões da Comissão Permanente de Transparência do CRCRN a qualquer tempo. Art. 6º As reuniões da Comissão Permanente de Transparência do CRCRN serão realizadas com a presença da maioria absoluta de seus membros. § 1º A Comissão Permanente de Transparência do CRCRN poderá convocar representantes dos Setores do CRCRN, cujas competências estejam relacionadas ao assunto que estiver em discussão. § 2º A Comissão Permanente de Transparência do CRCRN, se entender conveniente, poderá, antes de qualquer deliberação, convocar profissionais que possam contribuir para a tomada de decisões. § 3º Será elaborada, a cada reunião, memória sucinta sobre os assuntos tratados e as deliberações da Comissão.§ 4º Sempre que as circunstâncias ou conveniências indicarem, será facultada a realização de reuniões por meio de videoconferência. CAPÍTULO IV - DA TOMADA DE DECISÃO Art. 7º As decisões da Comissão Permanente de Transparência do CRCRN serão tomadas por maioria simples dos membros presentes às reuniões, observado o disposto no Art. 6º. Parágrafo único. Em caso de empate, o presidente da Comissão dará o voto de qualidade. Art. 8º As decisões da Comissão Permanente de Transparência do CRCRN deverão estar em consonância com o Regimento Interno do CRCRN. CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS Art. 9º. Os casos omissos a este Regimento serão apreciados e decididos pelo presidente do CRCRN. Art. 10. Este Regimento, após devidamente aprovado pelo presidente do CRCRN, entra em vigor a partir da data de sua publicação.

RESOLUÇÃO Nº 125, DE 28 DE JULHO DE 2016

Criação da delegacia da cidade de Ceará-Mirim.

O Presidente Conselho Regional de Contabilidade, no exercício de suas atribuições legais e regimentais. CONSIDERANDO a necessidade de melhor definir os novos centros de abrangência das Delegacias do interior do Estado; CONSIDERANDO o número de profissionais que residem nos Município de Ceará-Mirim, e em suas proximidades; resolve ad referendum do Plenário do CRCRN, nos termos do artigo 14, inciso X da RESOLUÇÃO CRC/RN n.º 119/2015, 04 de agosto de 2015:

Art. 1º - Criar e instalar a Delegacia do CRCRN em Ceará-Mirim, de acordo com o preconiza a Lei 570 de 22 de dezembro de 1948, em seu artigo 7º.

Parágrafo Único - A nova jurisdição atribuída à Delegacia, ora criada, não alterará a abrangência das Delegacias do CRCRN já existentes.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir na data de sua assinatura e após aprovação pelo Plenário do CFC. Aprovada na 779ª Reunião Plenária de 2016, realizada em 28 de julho de 2016.

JOÃO GREGÓRIO JÚNIOR

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

DECISÃO Nº 198, DE 28 DE JULHO DE 2016

Decide pelo descontingenciamento no valor de R$1.000.000,00(um milhão de reais) ao Orçamento de 2016 do Conselho Regional de Enfermagem do Estado da Bahia - Coren-BA.

O Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, por meio de seu Presidente em conjunto com a Primeira Secretária, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905/73, pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, bem como os termos da Decisão Cofen nº 40/2015;

CONIDERANDO a Decisão Coren-BA nº 012/2015, a qual aprova o Orçamento do Regional para o exercício de 2016;

CONSIDERANDO a Decisão Cofen nº 260/2015, que homologa a Decisão Coren-BA nº 012/2015 e aprova a Proposta Orçamentária do Conselho do Conselho Regional de Enfermagem do Estado da Bahia para o exercício de 2016, com contingenciamento no valor de R$ 1.700.000,00 (Um milhão e setecentos mil reais);

CONSIDERANDO a solicitação feita pelo Coren-BA ao Cofen por meio de Oficio nº 208/2016, datado de 13 de julho de 2016, o qual solicita a liberação de R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) o contingenciamento em vigor no orçamento do exercício corrente, no valor de R$ 1.700.000,00 (Um milhão e setecentos mil reais);

CONSIDERANDO o Parecer nº 003/2016/Controle Interno/Coren-BA e o Memorando Controladoria nº 198/2016; CONSIDERANDO tudo o que consta nos autos do PAD Cofen nº 0748/2015; CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Cofen em sua 479ª Reunião Ordinária; decide:

Art. 1º Aprovar o descontingenciamento no Orçamento de 2016 do Conselho Regional de enfermagem do Estado da Bahia, no valor de R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura e publicada no Diário Oficial da União.

Art. 3º Esta Decisão revoga as disposições em contrário.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho
COREN-RO 63592

MARIA R. F. B. SAMPAIO
Primeira - Secretária COREN-PI 19084

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 27 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre Registro de Especialidade no Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia.

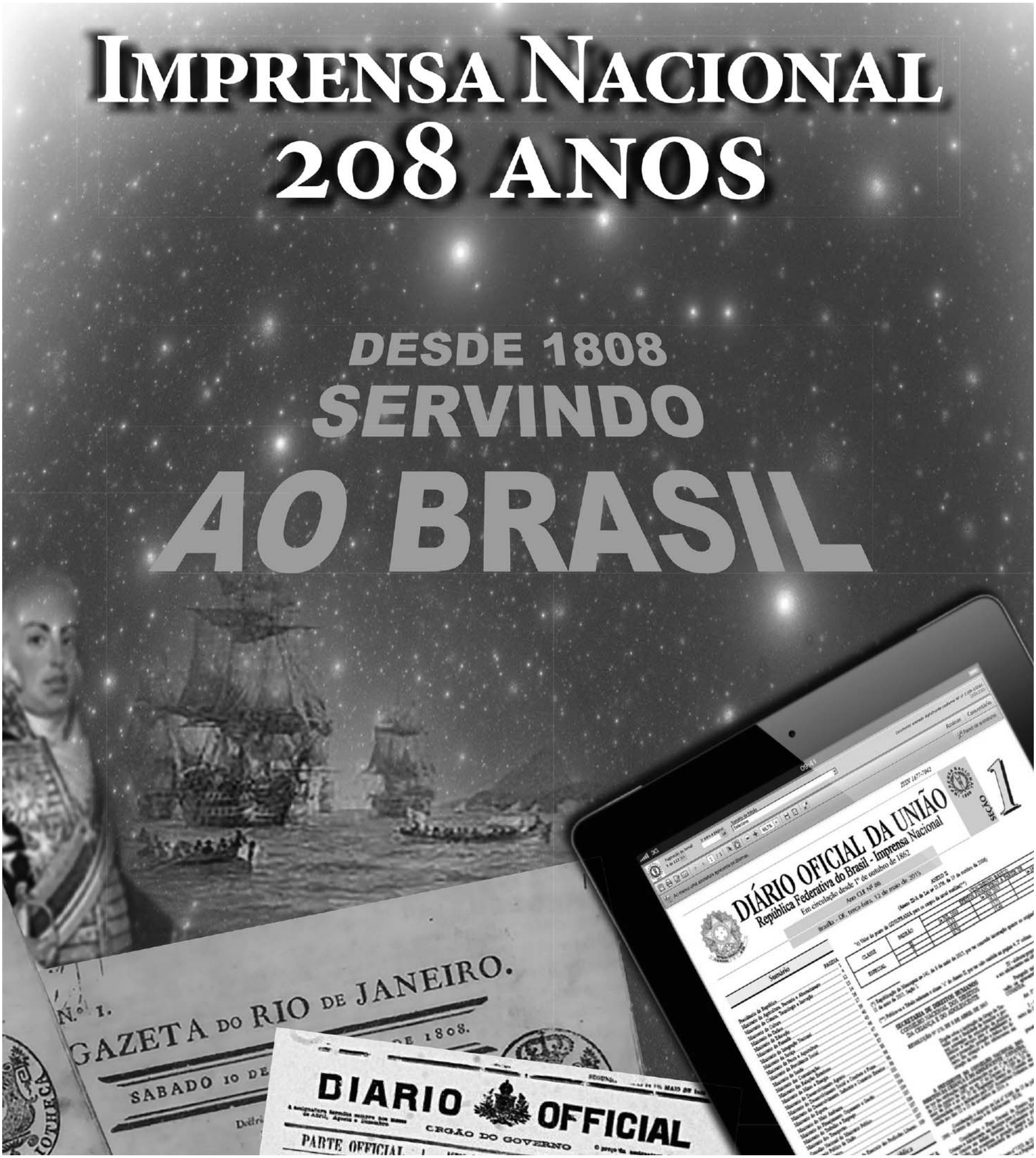
O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE RONDÔNIA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, alterada pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e Decreto n° 6.821, de 14 de abril de 2009, e; CONSIDERANDO que os médicos só poderão exercer legalmente a medicina, em qualquer de seus ramos ou especialidades, após o prévio registro de seus títulos, diplomas, certificados ou cartas no Ministério da Educação e Cultura e de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade; CONSIDERANDO o que preestabelece o Decreto nº 44.045/58 em seu artigo 2º e parágrafos, notadamente o que explicita o parágrafo terceiro, que autoriza os Conselhos Regionais de Medicina a exigirem dos requerentes, além dos documentos especificados nos parágrafos anteriores, outros documentos julgados necessários para sua complementação; CONSIDERANDO a Circular CFM n° 80/2016-Seged em que o Conselho Federal de Medicina estabelece como oficiais os sítios eletrônicos do Ministério da Educação (MEC) e da Associação Médica Brasileira (AMB), resolve:

Art. 1º Para efeito de Registro de Especialidade no Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia (CREMERO), serão consideradas Declarações de Conclusão de Curso de Residência Médica credenciada pela CNRM/MEC e /ou atestado de Aprovação em Prova de Título conferido pela Associação Médica Brasileira (AMB) e Sociedade de especialidade. Parágrafo único. Será também exigida, para efeitos de comprovação, a presença do nome do médico na listagem de especialistas no sítio eletrônico do MEC ou da AMB. Art. 2º O médico fica obrigado, ainda que por meio eletrônico, a encaminhar cópia do seu certificado definitivo para que conste em seus arquivos. Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLEITON CASSIO BACH
Presidente do Conselho

SPENCER VAICIUNAS
1° Secretario

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL


IMPRENSA NACIONAL
208 ANOS
DESDE 1808
SERVINDO
AO BRASIL
GAZETA DO RIO DE JANEIRO.
N.º 1.
SABADO 10 DE
DE 1808.
DIARIO OFFICIAL
CRIADO DO GOVERNO
PARTE OFFICIAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862
SEÇÃO 1
Sumário